

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**DINÂMICAS DAS OCUPAÇÕES NÃO AGRÍCOLAS EM TERRITÓRIOS  
DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL NO URUGUAI E NO SUL DA  
ESPANHA**

JUAN IGNACIO ROMERO CABRERA

Porto Alegre, 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**DINÂMICAS DAS OCUPAÇÕES NÃO AGRÍCOLAS EM TERRITÓRIOS  
DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL NO URUGUAI E NO SUL DA  
ESPANHA**

JUAN IGNACIO ROMERO CABRERA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

**Orientador:** Professor Dr. Ivaldo Gehlen

Porto Alegre, 2008

JUAN IGNACIO ROMERO CABRERA

**DINÂMICAS DAS OCUPAÇÕES NÃO AGRÍCOLAS EM TERRITÓRIOS  
DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL NO URUGUAI E NO SUL DA  
ESPANHA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen  
Universidade Federal Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Prof. Dr. Alberto Riella  
Universidad de La República - UDELAR

---

Prof. Dr. Paulo Waquil  
Universidade Federal Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Profa. Dra. Elida Liedke  
Universidade Federal Rio Grande do Sul - UFRGS

A minha esposa Carmen, aos meus filhos Camila e Santiago, que sempre estão presentes na minha vida e que, sem medir esforços, deram-me confiança e ânimo para concluir este trabalho e fase de minha formação acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento de minha formação acadêmica e o processo de elaboração desta tese, além de me proporcionar crescimento pessoal e profissional, resultou na construção de novas relações, que vão além da realização como pesquisador. Por tudo isso, agradeço de coração:

Ao Professor Ivaldo, por aceitar a minha orientação e por sua dedicação, generosidade, amizade e compreensão em inúmeros momentos, contribuindo, assim, decisivamente para a concretização desta tese.

Ao Professor Alberto Riella, pelas análises e sugestões enriquecedoras no processo da pesquisa, além do constante incentivo durante a elaboração e a finalização desta tese, e por ter, aceitado o meu convite para participarem da banca examinadora desta tese.

Aos colegas da *Unidad de Estudios Regionales* da UDELAR–FCS, pelo apoio, em especial aos professores Alejandra Andrioli e Mauricio Tubío, por contornarem as demandas da Instituição, viabilizando, assim, a realização deste esforçado caminho acadêmico.

À UDELAR, pelo auxílio financeiro nos momentos oportunos e por possibilitar o afastamento por um ano de minhas responsabilidades na docência, e à Comissão Acadêmica de Pós-Graduação pela bolsa para finalização de tese doutoral.

À REDETIR–ALFA, pela disponibilização da bolsa de estudos e de auxílio financeiro, que foi fundamental para realização da pesquisa de campo.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, aos funcionários de Secretaria, pelo apoio e pela disposição à resolução dos problemas que acontecem para alguém que vem de fora e por terem proporcionado as condições necessárias para a realização desta tese.

À minha querida esposa Carmen, amiga e companheira na estrada da vida, por me ouvir nos momentos de dúvida, entusiasmar nos momentos de desânimo, debater e que sem o seu incentivo, amor dedicado e as conversas e alento nos momentos difíceis, não seria possível alcançar o final desta longa carreira.

Aos meus filhos Camila e Santiago pelo seu amor, pela sua sensibilidade e pela sua compreensão pelo tempo que deixei de dedicar ao seu convívio, que garantiram, nos inúmeros momentos difíceis, o ânimo e a inspiração para continuar.

Aos amigos, pelos tempos dedicados para a confraternização e cultivo da amizade, fundamentais para reforçar a convicção no caminho trilhado e por continuar trilhando.

Ao Pastor Roberto e à sua família da Comunidade Concórdia da Igreja Luterana e as irmãs e irmãos na fé, que ajudaram, com sua generosidade, a não me sentir sozinho em Porto Alegre.

Aos colegas da turma 2003, pelos momentos de debate e intercâmbio acadêmico na aula, e fora dela, para manter relações de camaradagem que possibilitaram o crescimento não só acadêmico, senão também pessoal.

A todos aqueles que possibilitaram a realização do trabalho de campo na Espanha, produtores, trabalhadores sindicalizados, dirigentes de organizações de produtores familiares e empresariais, de instituições públicas, professores da Universidade de Granada, especialmente o Prof. Dr. Francisco Entrena, e ao colega e amigo César Góes e sua família, cuja gentileza e amizade na hospedagem diminuíram a saudade de minha família.

Por fim, a todos, meus profundos e sinceros agradecimentos de coração.

**9** Não to mandei eu? Esforça-te, e tem bom ânimo; não te atemorizes, nem te espantes; porque o Senhor teu Deus está contigo, por onde quer que andares. (Bíblia Sagrada. Josué 1:9, 2000)

## RESUMO

Nas últimas décadas, a sociologia começou a mudar a sua análise sobre o mundo rural e a repensar os temas da sociedade rural latino-americana. Uma das razões, é que o espaço rural não pode mais ser caracterizado exclusivamente pelas atividades agropecuárias. A análise territorial não deixa de lado as dinâmicas sociais e de produção agrária que se desenvolvem no território, mas não faz delas o seu eixo exclusivo. A ruptura entre o rural e o agrário que permite esta análise, possibilita redescobrir fenômenos existentes na sociedade rural latino-americana, para, assim, pensar nos desafios atuais. Então, a unidade de análise desta tese é a ocupação não agrícola, de famílias que vivem em municípios inseridos em territórios de baixa densidade populacional. Nesses municípios, analisam-se os dados acerca da dinâmica das ocupações, a organização produtiva local, os dados da situação do desenvolvimento social e as formas de ocupação do território. O estudo da dinâmica das ocupações nos territórios de baixa densidade populacional, apresentado possibilita compreender as relações com o desenvolvimento social do território e a diversificação das ocupações como expressão da dinâmica do modelo produtivo desenvolvido no mesmo. O qual é capaz de integrar as demandas do mercado externo, de articular os diferentes interesses dos atores produtivos, criando redes institucionais capazes de gerar espaços de interação com o Estado, que desenvolve política pública, promove o contexto material (infra-estrutura) e institucional (organizacional), para produzir as condições para o dinamismo produtivo e a diversificação das ocupações.

**Palavras Chave:** diversidade de ocupações no território; sociologia do território; relações com o mercado; território de baixa densidade populacional.



## ABSTRACT

During the last decades, the sociology has begun to change the analysis about the rural world and rethink its issues upon the rural society in Latin America. One of the reasons is that the rural space cannot be characterized only by the agricultural activities. The territorial analysis does not leave aside the social dynamics and agricultural production that is developed inside the territory, but doesn't make them its unique axis. The break down between the rural and the agrarian matter that gives this review, allows the rediscovering of the phenomena that exists in the Latin American rural society, and then think about the current challenges. So, the analysis unit of this thesis is the non-agricultural occupation of families living in municipalities included in areas of low population density. In these municipalities we analyze the data about the dynamics of occupations, the local productive organization, the data of the situation of social development and the forms of occupation of the territory. The study of the dynamics of occupation in the territories of low population density presented, allows the understanding of the relationship between the social development of the territory and the diversification of the occupations as an expression of the dynamics of the productive model developed on it. This view is valid to integrate the demands of the external market, to articulate the interests of different productive actors, creating institutional networks capable of generating spaces for interaction with the state that develops public policy, promotes the material background (infrastructure) and institutional (organizational), all together to produce the conditions for a productive dynamics and diversification of productive occupations.

**Keywords:** diversity of occupations in the territory; sociology of the territory; relations with the market; population density decrease territory.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistema de indicadores .....	<b>38</b>
Quadro 2 – Impactos da modernização agrária na população rural do Uruguai .....	<b>182</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução e comparação entre o Índice do PIB e o IDH na Espanha 1981-00 ..	<b>143</b>
Gráfico 2 - Diferenciação entre o IDH e o Índice do PIB na Espanha 1981-00.....	<b>143</b>
Gráfico 3 - Taxa de Variação do IDH nas Comunidades Autônomas da Espanha 1981– 00.....	<b>149</b>
Gráfico 4 - Coeficiente de Variação Regional e Provincial do IDH da Espanha 1981-00.....	<b>149</b>
Gráfico 5 - Anos de atraso e/ou avanço no ID das Comunidades Autônomas da Espanha 1981-00.....	<b>153</b>
Gráfico 6 - Idh por departamento do Uruguai 1991 – 1999 – 2002 .....	<b>213</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 População ativa e ocupada, segundo setores produtivos em Granada, na Andaluzia e na Espanha – 2001 .....	87
Tabela 2 Pessoas físicas chefes de família no setor agricultura, por ocupação principal, na Província de Granada – 2001 .....	88
Tabela 3 Pessoas físicas chefes de família por faixas etárias, no setor agricultura na Província de Granada – 2001 .....	88
Tabela 4 Trabalhadores assalariados no setor agricultura na província de Granada .....	89
Tabela 5 Estrutura agrária na Província de Granada - 2001.....	89
Tabela 6 Estrutura agrária na Província de Granada - 2001.....	90
Tabela 7 Tipo de concentração populacional segundo setores de atividade, na Província de Granada – 2001 .....	91
Tabela 8 Distribuição dos municípios, segundo numero de habitantes e setores de atividade, na Província de Granada – 2001 .....	92
Tabela 9 Percentual de ocupados nos setores de atividades, segundo o tamanho dos municípios por numero de habitantes na Província de Granada – 2001 .....	93
Tabela 10 Distribuição percentual da população, por faixas etárias, no Município de Huéscar – 2001 ;,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,.....	107
Tabela 11 Distribuição percentual das pessoas ocupadas, segundo setores de atividade, no Município de Huéscar – 2001 .....	108
Tabela 12 Distribuição percentual das ocupações, segundo setores de atividade, no Município de Huéscar – 2001 .....	109
Tabela 13 Distribuição percentual das terras, por tipos de produtos no Município de Huéscar – 2000 .....	111
Tabela 14 Distribuição percentual do maquinário agrícola utilizado no Município de Huéscar – 2000 .....	112
Tabela 15 Distribuição percentual da produção pecuária no Município de Huéscar – 2000.....	113
Tabela 16 Distribuição percentual da população, por faixas etárias, do Município de Cortes de Baza – 2001 .....	115
Tabela 17 Distribuição percentual das pessoas, ocupadas, segundo setores de atividade, no Município de Cortes de Baza – 2001 .....	116
Tabela 18 Distribuição percentual das ocupações, segundo setores de atividade, no Município de Cortes de Baza – 2001 .....	117
Tabela 19 Distribuição percentual das terras, por tipos de produtos cultivados, no Município de Cortes de Baza – 2000 .....	118

Tabela 20 Distribuição percentual do maquinário agrícola utilizado no Município de Cortes de Baza – 2000 .....	<b>119</b>
Tabela 21 Distribuição percentual da produção pecuária no Município de Cortes de Baza – 2000 .....	<b>120</b>
Tabela 22 Distribuição percentual da população, por faixas etárias, do Município de Jete – 2001 .....	<b>123</b>
Tabela 23 Distribuição percentual das pessoas ocupadas, segundo os setores de atividades, no Município de Jete – 2001 .....	<b>124</b>
Tabela 24 Distribuição percentual das ocupações, segundo setores de atividade, no Município de Jete – 2001 .....	<b>125</b>
Tabela 25 Distribuição percentual das terras, por tipos de produtos cultivados, no Município de Jete – 2000 .....	<b>126</b>
Tabela 26 Distribuição percentual do maquinário agrícola utilizado no Município de Jete – 2000 .....	<b>127</b>
Tabela 27 Distribuição percentual da produção pecuária no Município de Jete – 2000 ...	<b>128</b>
Tabela 28 Distribuição percentual da população, por faixas etárias, do Município de Molvizar – 2001 .....	<b>130</b>
Tabela 29 Distribuição percentual das pessoas ocupadas, segundo os setores de atividades, no Município de Molvizar – 2001 .....	<b>131</b>
Tabela 30 Distribuição percentual das ocupações, segundo setores de atividade, no Município de Molvizar – 2001 .....	<b>132</b>
Tabela 31 Distribuição percentual das terras, por tipos de produtos cultivados, no Município de Molvizar – 2000 .....	<b>133</b>
Tabela 32 Distribuição percentual do maquinário agrícola utilizado no Município de Molvizar – 2000 .....	<b>134</b>
Tabela 33 Distribuição percentual da produção pecuária no Município de Molvizar – 2000.....	<b>135</b>
Tabela 34 Índice de Desenvolvimento Humano na Espanha 1981– 00 .....	<b>142</b>
Tabela 35 Composição do IDH PARA Espanha e Países Seleccionados 2000 .....	<b>144</b>
Tabela 36 IDH nas Províncias e na Espanha 1981 e 00 .....	<b>146</b>
Tabela 37 IDH nas Comunidades Autônomas da Espanha 1981-00 .....	<b>147</b>
Tabela 38 O Índice de Desenvolvimento Humano das Comunidades Autônomas em Relação a Diferentes Países – 2000 .....	<b>151</b>
Tabela 39 Evolução da População Rural no Uruguai .....	<b>177</b>
Tabela 40 Evolução da população segundo o tipo de localidade no Uruguai – 1963-96 ..	<b>178</b>
Tabela 41 Unidades agropecuárias por tamanho de exploração e superfície explorada, no Uruguai – 1970-00 .....	<b>180</b>
Tabela 42 Indicadores da evolução produtiva agrária no Uruguai – 1956-00 .....	<b>184</b>

Tabela 43 População Economicamente Ativa, segundo o lugar de residência, no Uruguai – 1975-96 .....	<b>185</b>
Tabela 44 Distribuição da População Economicamente Ativa, por setores de atividades, no Uruguai – 2000 .....	<b>187</b>
Tabela 45 Distribuição percentual da População Economicamente Ativa, por setores de atividade, nas regiões geográficas do Uruguai – 2000 .....	<b>190</b>
Tabela 46 Caracterização das unidades agropecuárias dos Departamentos de Salto e Colônia – 2000 .....	<b>192</b>
Tabela 47 Distribuição da utilização das terras no Departamento de Salto e no Uruguai – 2000 .....	<b>194</b>
Tabela 48 Distribuição da utilização das terras no Departamento de Colônia e no Uruguai – 2000 .....	<b>196</b>
Tabela 49 Percentual da população por número de necessidades básicas insatisfeitas (NBI), segundo o tipo de localidade de residência, no Departamento de Salto - 1996.....	<b>198</b>
Tabela 50 Percentual da População Economicamente Ativa (PEA), por número de necessidades básicas insatisfeitas (NBI), segundo os setores de atividade, no Departamento de Salto – 1996 .....	<b>199</b>
Tabela 51 Percentual da População Economicamente Ativa (PEA), por tipo de localidade de residência segundo o setor de atividade, no Departamento de Salto – 1996 .....	<b>200</b>
Tabela 52 Percentual da População Economicamente Ativa (PEA), por tipo de localidade, número de necessidades básicas insatisfeitas (NBIs) e setores de atividade, no Departamento de Salto – 1996 .....	<b>201</b>
Tabela 53 Percentual da população por número de necessidades básicas insatisfeitas (NBI), segundo o tipo de localidade de residência, no Departamento de Colônia – 1996 .....	<b>203</b>
Tabela 54 Percentual da População Economicamente Ativa (PEA), por número de necessidades básicas insatisfeitas (NBI), segundo os setores de atividade, no Departamento de Colônia – 1996 .....	<b>204</b>
Tabela 55 Percentual da População Economicamente Ativa (PEA), por tipo de localidade de residência segundo o setor de atividade, no Departamento de Colônia – 1996 .....	<b>205</b>
Tabela 56 Percentual da População Economicamente Ativa (PEA), por tipo de localidade, número de necessidades básicas insatisfeitas (NBIs) e setores de atividade, no Departamento de Colônia – 1996 .....	<b>206</b>
Tabela 57 Evolução dos componentes do IDH no Uruguai 1991-02 .....	<b>211</b>
Tabela 58 Ordenamento, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano, dos Departamentos do Uruguai 1991 – 1999 – 2002 .....	<b>214</b>

## LISTA DE MAPAS

Mapa do Município de Huéscar.....	107
Mapa do Município de Cortes de Baza.....	114
Mapa do Município de Jete.....	122
Mapa do Município de Molvizar.....	129
Mapa da distribuição da pobreza na Andaluzia e em Granada .....	157
Mapa geral de solos do Uruguai.....	174
Mapa regiões agropecuárias em 1990.....	176
Mapa regiões agropecuárias em 2000.....	176
Mapa territorial da pobreza no Uruguai - 2000.....	209
Mapa territórios de especialização agro-produtivas - 2000.....	210
Mapa IDH departamentos do Uruguai – 2002.....	216

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASAJA – Asociación Agraria Jóvenes Agricultores  
BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento  
BM - Banco Mundial  
CADG – Comisión de Agricultura de la Diputación de Granada  
CCOO – Comisiones Obreras  
DIEA – Dirección de Estadísticas Agropecuarias  
ECH – Encuesta Contínua de Hogares  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IEA – Instituto de Estadística de Andalucía  
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura  
INE – Instituto Nacional de Estadística – Uruguai e Espanha  
JACAPDPG – Junta de Andalucía Consejería de Agricultura y Pesca - Delegación Provincial de Granada  
JEA – Junta de Empleo de Andalucía  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MEC – Ministério de Educação e Cultura do Uruguai  
MECE - Ministério de Educação, Cultura e Esporte da Espanha  
MGAP – Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca – Uruguai  
NBI – Necessidades Básicas Insatisfeitas  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
ONGs - Organizações Não Governamentais  
ONU – Organização de Nações Unidas  
OPYPA – Oficina de Programación y Política Agropecuária  
OPYPA – Oficina de Progsetorci3n y Política Agropecuaria – Uruguai  
PAC – Política Agrícola Comunitária  
PEA – População Economicamente Ativa  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PSOE – Partido Socialista Obrero Español  
SIMA – Sistema de Información Multiterritorial de Andalucía  
SM – Salário Mínimo  
UE – União Européia  
UGT – Unión General de Trabajadores  
UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization  
UPA – Unión Pequeños Agricultores

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E SUA METODOLOGIA</b> .....	25
A) Problemática da Tese .....	25
B) O Objeto da Pesquisa e as Hipóteses .....	30
C) Metodologia da Pesquisa .....	32
<b>I O TERRITÓRIO NA SOCIOLOGIA: ANTECEDENTES TEORICOS</b> .....	42
1.1 A Dicotomia Analítica dos Fenômenos Sociais .....	42
1.2 O Debate Contemporâneo da Sociologia Rural: a reestruturação capitalista .....	51
1.3 A Relação entre a Ocupação e o Território .....	56
1.4 O Retorno do Conceito Território .....	59
1.4.1 O Território: um espaço transformado .....	70
<b>II AS DINÂMICAS TERRITORIAIS NA PROVÍNCIA DE GRANADA (ESPANHA)</b> .....	80
2.1 As principais características sociais e produtivas do território de baixa densidade populacional da Província de Granada – Espanha .....	80
2.2 A dinâmica das ocupações não agrárias na Província de Granada .....	90
2.2.1 A emergência do território rural e o papel das ocupações não agrícolas na Província de Granada .....	91
2.2.2 As constatações ensejadas pelas entrevistas realizadas .....	95
2.3 A Emergência do Território na Província de Granada .....	105
2.4 O desenvolvimento humano do território de baixa densidade populacional da Província de Granada – Espanha .....	138
2.4.1 O Cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) .....	139
2.4.2 O IDH na Espanha, Comunidades Autônomas e na Província de Granada .....	141
<b>III AS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO RURAL URUGUAIO</b> .....	161
3.1 As Principais Características Sociais e Produtivas do Território de Baixa Densidade Populacional do Uruguai: contexto histórico da produção .....	161
3.1.1 - A crise e a origem do novo modelo social-produtivo no Uruguai.....	165
3.1.2 - A Crise e a Origem do Emergente Modelo Social-Produtivo no Uruguai .....	173
3.2 - A Experiência Uruguaia .....	186
3.3 - O Desenvolvimento Humano do Território De Baixa Densidade Populacional no Urugua ...	211
<b>IV DINÂMICAS DAS OCUPAÇÕES NÃO AGRÍCOLAS EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE</b>	217



<b>POPULACIONAL NO URUGUAI E NO SUL DA ESPANHA.....</b>	
4.1 - Diversificação de ocupações e inclusão social .....	218
4.2 - O Papel das redes institucionais na diversidade produtiva .....	220
4.3 - O papel do Estado .....	222
<b>CONCLUSÃO.....</b>	227
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	233
<b>ANEXOS .....</b>	243

# INTRODUÇÃO

Nos anos recentes, difundiu-se entre os cientistas sociais da América Latina a percepção da necessidade de repensar os temas agrários e o mundo rural. Diversas razões formam essa nova agenda de análise sociológica. Uma delas é que o espaço rural, em certas regiões, não pode mais ser caracterizado exclusivamente pela agricultura. Nos últimos anos, as ocupações não agrícolas são importantes na estrutura da renda das famílias rurais deste continente, como se expressa nos trabalhos de, De Janvry, Sadoulet e Wilcox (1990) e Klein(1992). Segundo esses autores entre 25% e 30% das ocupações eram, nas décadas de 1960 e 1970, de origem não agrícola. Aconteceram mudanças profundas nas sociedades rurais da América Latina, nas décadas de 80 e 90, as quais foram produto do ajuste estrutural, e, liberalização do comércio, o que gerou rápido crescimento dos povoados, vilas e vilarejos rurais e mudanças na infra-estrutura e na tecnologia, sobretudo das comunicações.

Além, dessas profundas mudanças e da permanência de ocupações não agrícolas na estrutura das relações de trabalho da sociedade rural latino-americana, nestas duas décadas de ajuste estrutural, as desigualdades nas condições socioeconômicas permaneceram e em algumas regiões se aprofundaram (DE JANVRY e SADOULET, 1999).

Ora, as ocupações não agrícolas estão proliferando-se nas ocupações da sociedade rural, gerando mudanças na estrutura produtiva, expressando a conduta da população rural de permanecer no campo. Essas atividades não agrícolas têm sido importantes nas estratégias familiares para a subsistência, e, em algumas situações para melhorar a qualidade de vida, num contexto de retração da atividade agrícola dos pequenos e médios produtores.

Os diversos estudos realizados na América Latina demonstram a importância das ocupações não agrícolas. Estas formam parte aproximadamente 40% da renda rural América Latina, embora as pesquisas também demonstrarem que as famílias mais pobres carecem muito freqüentemente do acesso às ocupações não agrícolas com melhor remuneração, e as que têm acesso são de baixa remuneração, baixa produtividade e instáveis, gerando uma estrutura de relações laborais de subsistência.

Esses estudos analisam a forma como se relacionam com a promoção das ocupações não agrícolas os diferentes atores públicos ou privados e de que maneira as diferentes ocupações não agrícolas afetam a renda das unidades familiares das populações que habitam em regiões de baixa densidade populacional. No ano de 2001, vários desses estudos foram publicados numa edição especial do *World Development*, dedicada ao emprego e à renda rural não agrícola (BID/FAO/CEPA/RIMISP, 2004).

As ocupações não agrícolas da população rural podem ser abordadas de diferentes formas. A primeira delas focaliza o estudo como a ocupação principal do chefe da família. A segunda forma de abordagem tem seu foco na principal fonte de renda da família, dado possível de se obter a partir das respostas dos chefes da família às pesquisas por amostra de domicílio. E, por último, a abordagem focaliza as atividades principais das pessoas que integram a família em questão, sendo as principais fontes de informação os censos de população ou as pesquisas por amostra dos domicílios.

Nesta tese sob o foco da ocupação não agrícola, analisam-se as ocupações que se desenvolvem e formam parte da estrutura socioprodutiva de municípios que se encontram inseridos num território rural. Nos municípios com baixa densidade populacional e com importante peso das ocupações agrárias na estrutura produtiva, selecionados de forma aleatória, analisam-se os dados acerca da dinâmica das ocupações. E, em relação à organização produtiva local, são analisados os dados da situação do desenvolvimento social e as formas de ocupação do território.

Em relação aos conceitos colocados, define-se por território a construção social do espaço físico no qual se desenvolvem as diferentes atividades humanas sob formas de apropriação e dominação que decorrem dessas relações. (SCHNEIDER, 2003)

Por territórios de baixa densidade, definem-se as atividades produtivas que modificam a natureza e desenvolvem alguns espaços físicos e sociais transformados, que têm como base material dos seres humanos que habitam no mesmo, as atividades primárias, mas que não são exclusivas. Nesse sentido, encontra-se apoio em Schneider (2003) que diz, com relação ao território rural; “ especificamente, os territórios rurais são acrescidos da necessidade de ‘predominância de elementos rurais’ e da inclusão dos ‘espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados”. E, nessa citação, quando se fala pequenas e médias cidades, vilas e povoados, o critério de concentração de população é entre 1.000 e 5.000 pessoas integrando o território de baixa densidade populacional.

Os elementos naturais são entendidos como o ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris, baixa densidade demográfica, população pequena, base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários e hábitos e tradições típicas do universo rural.

Acerca da organização produtiva local, José Reis sugere a seguinte definição, a qual é de interesse para a análise do problema da pesquisa:

...um espaço de produção característico das formas de desenvolvimento intermédio e não metropolitano definido, simultaneamente, por: a) condições industriais próprias; b) formas de representação coletiva e c) condições socioeconômicas e territoriais relacionadas com os modos de reprodução social predominante (REIS, 1988, p 137).

Por outro lado, o que se define por organização territorial se apóia no que diz Bozzano:

...la organización territorial supone la explicación de un ámbito espacial –no menor a la escala regional– a partir de procesos específicos, reconociendo a su vez en éstos lógicas particulares en términos de políticas, estrategias, intervenciones u otras acciones (BOZZANO, 2000, p. 73)

Em relação ao conceito de ocupação do território, voltam-se ao aporte de Bozzano, H., que diz:

...la configuración espacial se refiere a la distribución de objetos visibles, de sujetos y/o de hechos y representaciones invisibles, de naturaleza física, biológica, social o simbólica, proyectadas sobre una parte o sobre la totalidad de la superficie terrestre. Se trata de la representación de un recorte parcial de la realidad sobre un documento cartográfico (BOZZANO, 2000, p.69)

Entende-se, então, que um determinado espaço físico geográfico poderá ser mudado pela ação do homem e que essas mudanças organizariam os objetos físicos, sociais, culturais e simbólicos nesse espaço, de acordo com a lógica da ação de ocupação do território, o que seria construído, dessa forma, socialmente.

O conceito de desigualdade social define-se, ao mesmo tempo, como as assimetrias no acesso às ocupações formais e à educação, a insuficiência de renda, a mobilidade social descendente, a falta de acesso à moradia com infra-estrutura que garanta condições higiênicas e de saúde, o que se expressa em diversas formas de fragmentação social dos atores integrantes da sociedade.

Ora, o conceito de "não agrícola" faz referência a uma atividade fora da agricultura (exploração da própria unidade produtiva mais o trabalho assalariado na agricultura), ou seja, trabalho na industrialização ou em manufaturas e nos serviços. Nas definições padrão das contas nacionais, a agricultura produz produtos agrolimentícios primários nos quais um dos fatores de produção são os recursos naturais (terra, rios, lagoas, oceanos, ar); e o processo

pode significar o "cultivo" (agricultura, aquíicultura, pecuária, produção de madeira) ou a "coleta" (caça, pesca, silvicultura).

As manufaturas ou a industrialização são processos de produção que utilizam insumos físicos primários intermediários como o leite, o milho, o ferro, a madeira, ou os elementos dos fertilizantes, que são processados em bens manufaturados ou industrializados, como a farinha, o queijo, móveis, fertilizantes, etc. Já os serviços são processos de produção como transporte, comércio, bancos, serviços domésticos, jardinagem, etc., com capital físico e trabalho.

Observe-se que a denominação setorial (agricultura, indústria ou serviços) tem a ver com o tipo de produto e com a combinação dos tipos de fatores usados no processo de produção. Sua denominação não depende da localização (na casa ou fora dela), da escala de produção (seja pequena, seja grande), da tecnologia utilizada (seja tradicional, seja intensiva em capital/moderna), se o trabalho é assalariado ou por conta própria, ou se a atividade não agrícola se encontra "associada à produção" com a agricultura, por exemplo: o processamento de cultivos ou a fabricação de ferramentas agrícolas (REARDON; BERDEGUÉ; e ESCOBAR, 2002).

Não é o foco da análise, mas é necessário deixar claro que se entende o mercado de trabalho rural não agrícola como aquele conjunto de decisões de oferta e procura de trabalho das famílias e das empresas. Nessa definição inclui-se tanto o trabalho por conta própria como o assalariado. A procura de trabalho pela família nos setores acima mencionados define-se, na teoria econômica, em função de: a) os incentivos que motivam a família ou a pessoa, que habitualmente são os lucros, e os riscos relacionados às atividades agrícolas e não agrícolas agregados aos fatores culturais; b) a capacidade da família e pessoal para fazer as atividades, determinada pela possibilidade de acesso aos bens públicos, como as estradas, ou os bens privados, como a capacitação.

A procura de trabalho por parte das empresas é uma função dos preços relativos dos diversos insumos, os lucros gerados pela produção e o capital quase fixo da empresa. Os integrantes da família rural encontram-se motivados a ingressar no mercado de trabalho não agrícola por (a) possibilidade de obtenção de maiores rendas, devido às diferenças de renda entre o setor agrícola e não agrícola; e (b) fatores de "pressão", como a escassez de terras, os riscos do clima para a agricultura; a falta de seguros agrícolas, a instabilidade de preços nos insumos ou a falta de créditos para a produção agrícola. Fatores estes que motivam a procurar no trabalho não agrícola uma "ferramenta" para ajustar a variação inter e intra-anual da renda da família, e, por outro lado, financiar investimentos em bens agrícolas, humanos e aqueles necessários para a produção. A procura de trabalho ou de ocupações não agrícolas tem sua

origem em fontes locais e não locais: a) agricultores que procuram insumos agrícolas; b) consumidores que demandam bens e serviços não agrícolas e produtos agrícolas elaborados; c) empresas não agrícolas que procuram insumos e bens intermediários. O aumento da produção e renda agrícola gera um aumento na procura de produtos não agrícolas das três fontes mencionadas, por meio da articulação da produção e do gasto (MELLOR, 1976).

Embora, para o caso latino americano, seja importante que a procura de bens e serviços não agrícolas possa ser impulsionada por "motores" ou fatores diferentes do setor agrícola, que promovam o crescimento da renda da população local e do investimento de capital, que possibilitem o aumento das ocupações não agrícolas por conta própria e assalariados de forma articulada entre os atores produtivos do território.

Por exemplo, o crescimento do turismo (setor serviços) pode provocar o aumento das manufaturas (como pode ser a elaboração de vinhos da região ou localidade) e também da própria agricultura, já que será necessário alimentar mais pessoas, e os turistas procurarão alimentos ou comidas características locais. Inclusive, o motor ou fator não tem por que ser local, na medida em que a economia local e a sociedade interagem com outras sociedades vizinhas. Isto é, os trabalhadores podem transladar-se, e as empresas e produtores agrícolas e não agrícolas podem vender no território onde os atores se "comunicam", porque podem viajar de uma localidade a outra. Para o caso europeu e especificamente na Província de Granada, na Espanha, existem claros exemplos no sentido do mencionado acima e os programas de desenvolvimento rural promovidos pela União Européia, como é o programa *Leader*, confirmam esse tipo de política.

Os tipos de produtos e ocupações não agrícolas procurados e a relação entre o capital e o trabalho utilizado de acordo a tecnologia aplicada na atividade "carro chefe" condicionam o grau de geração de ocupações não agrícolas num território, por exemplo: um hotel luxuoso na serra demanda menos ocupações não agrícolas locais por unidade de produção que um posto de gasolina para caminhões na estrada que oferece comidas e faz os serviços necessários para que o caminhão continue sua viagem.

Ora, a teoria social tradicional não faz referência a três importantes aspectos para o estudo acerca das ocupações não agrícolas em territórios de baixa densidade populacional. Primeiro, como o setor não agrícola muda no tempo? Segundo, onde acontece o crescimento da produção não agrícola e quem lidera o mesmo? E, terceiro, em que contextos socioprodutivos são geradas as condições de crescimento das ocupações não agrícolas?

Quando se pesquisa na bibliografia relacionada a essa temática, encontra-se que a teoria do desenvolvimento econômico procurou focar na primeira pergunta, sobre as

mudanças do setor não agrícola na evolução do desenvolvimento. Hymer e Resnick (1969) descrevem uma primeira etapa de atividades não agrícolas que produzem determinados bens como cestas, jarras, farinha de grãos tradicionais da região, venda de produtos no mercado local. Tais bens são produzidos na casa do produtor ou na unidade produtiva do mesmo, e não na aldeia ou no povoado perto da família do produtor, utilizando tecnologias tradicionais intensivas em mão-de-obra, em pequena escala e consumidos na casa ou vendidos no mercado local mais próximo. A oferta de trabalho encontra-se impulsionada por fatores de pressão e a procura de trabalho não agrícola de caráter local, escassa, temporal e fomentada por rendas agrícolas de semisubsistência. Nesse sentido, Figueroa (1981) oferece um claro exemplo latino-americano da serra peruana.

Outros autores, como Ranis e Stewart (1993), assinalam uma segunda fase com o aumento da produção de bens não agrícolas, elaborados com métodos de produção mais modernos, que utilizam maior capital físico e financeiro e especialização, onde os mercados das zonas com maior densidade populacional e os possíveis mercados de exportação são mais acessíveis, já que contam com melhores caminhos e, por outro lado, um crescimento da renda local, o que é mais dinâmico já que não se baseia principalmente numa economia de semisubsistência. Pelo qual, encontram-se “motores” internos e externos que promovem o crescimento, que pode incluir a agricultura, mas, que não se limitam à mesma.

Porém a diversa bibliografia da teoria social do desenvolvimento ou do desenvolvimento econômico diz relativamente pouco acerca da segunda e da terceira perguntas, acima colocadas, sobre onde acontece o crescimento das ocupações não agrícolas (em territórios com maior ou menor densidade populacional?) e sobre como as principais características do desenvolvimento dinâmico das ocupações não agrícolas apresentam diferenças, ou não, entre territórios com uma agricultura dinâmica e territórios com uma agricultura estagnada. Em particular, nesta última questão, é que se procura trabalhar e responder-se se as relações sociais geradas num contexto socioprodutivo de agricultura dinâmica ou tradicional tem a ver com o desenvolvimento dinâmico das ocupações não agrícolas em territórios de baixa densidade populacional.

Ora, a segunda pergunta começou a receber atenção no momento em que se iniciou um processo de trabalhar, de forma conjunta, o “olhar” teórico do desenvolvimento econômico com o “olhar” da localização espacial ou geográfica, o que se soma a pesquisas acerca da localização de empresas e da economia espacial, como os estudos sobre os residentes urbanos que compram terras e serviços rurais, promovendo, assim, as ocupações não agrícolas (SILVA; DEL GROSSI, 2001).

Estudos no Chile também oferecem dados empíricos acerca da localização das ocupações não agrícolas das famílias de territórios com baixa densidade populacional, localizados em diversos graus entre territórios com alta e baixa densidade populacional (Berdegué *et al*, 2001).

As mudanças observadas nas sociedades rurais uruguaia e do sul da Espanha, com relação à rápida redução de sua população majoritariamente rural e ocupada em atividades agrícolas, não implicam que a Sociologia tenha perdido seu valor interpretativo. Por um lado, argumenta-se que as próprias alterações produtivas da agricultura, decorrentes de sua inserção plena na economia capitalista, através da consolidação dos chamados complexos agroindustriais, teriam transformado os produtores agrícolas e os trabalhadores, em muitas regiões agrárias, em grupos profissionais como outros quaisquer. Muitos pesquisadores perceberam nessas mudanças o fim da dicotomia rural-urbano e a unificação das relações campo-cidade, como inequívoco sinal de esvanecimento do objeto de estudo da chamada “sociologia rural”, em virtude da rápida mudança das suas peculiaridades, ou mesmo devido à perda de autonomia da agricultura enquanto um setor produtivo específico.

Portanto, o próprio desenvolvimento do capitalismo na agricultura estaria operando também um processo de homogeneização social e econômica dos espaços agrários, sendo citados como exemplos dessa superação a influência crescente dos meios de comunicação de massa e os novos padrões de consumo que chegam aos diferentes rincões dos territórios latinoamericanos.

Por outro lado, em oposição a essa leitura muitas vezes linear e esquemática, colocam-se posições teóricas e epistemológicas que sugerem o rural como espaço e teia de relações sociais, econômicas e culturais, as quais também são, ou poderão ser, objeto de análises interdisciplinares que possam responder às múltiplas faces pelas quais operam suas transformações. Essa postura poderá ampliar o diálogo da Sociologia com outras tradições do pensamento social que estudam as sociedades rurais e, nessa articulação, “ganhar” em capacidade explicativa desses processos, dessas características e dessas tendências de mudanças no tempo, e possibilitará à disciplina desenvolver seus vínculos teóricos e metodológicos fora de suas próprias fronteiras do conhecimento, formando parte de seus limites.



## A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E SUA METODOLOGIA

Este estudo origina-se na inquietude a respeito do papel da ocupação dos que vivem na sociedade rural e da capacidade de defini-los como integrados a ela. Apresenta a visão analítica de separar os fenômenos sociais rurais e urbanos nas Ciências Sociais e os esforços da última década em analisar, como um todo integrado num território, os fenômenos sociais que nele acontecem. Para tal, trabalha-se com os aportes teóricos de Terry Mardsen, que assinala que o processo capitalista se encontra numa fase de reestruturação caracterizada pela flexibilização dos processos produtivos, pela descentralização das unidades de produção e pela informalização das relações de trabalho. No que diz respeito à agricultura e ao mundo rural, os efeitos da reestruturação econômica, produtiva e institucional podem ser percebidos através de múltiplas facetas e/ou dimensões. Uma das dimensões são as modificações nos processos de produção pós-fordistas (mais flexíveis e descentralizados) que levam à diluição das diferenças setoriais (*agribusiness* é visto pelo encadeamento de vários setores) e espaciais. O rural deixa de ser o lócus específico das atividades agrícolas, e as variadas formas de complementação de renda e ocupação em atividades não agrícolas possibilitam integrar os fenômenos sociais que acontecem no território, oferecendo respostas às transformações acontecidas nas sociedades rurais, a partir da intensificação do processo de globalização da economia e seu impacto nas ocupações, na produção de mercadorias e nos produtores.

Neste estudo, mostra-se que no território se relacionam diferentes ocupações de forma total ou segmentada, a industrialização difusa e dos serviços (Setor Terciário) para a população local —o que coloca a reestruturação das ocupações nesses territórios com dinâmicas capazes de reconstruir suas fronteiras— além das identidades socioprofissionais daqueles que têm diversas ocupações, levando à integração social num sistema de produção diversificado, o que coloca o desafio de compreender esses fenômenos sociais.

### A) Problemática da tese

A sociedade rural está semanticamente associada com a vida no campo que inclui vários valores positivos, associados à idéia de uma agricultura sustentável. Valores como ar e água puros, em contraposição à poluição urbana, produtos de consumo genuínos, que contrastam com a cultura das comidas de consumo rápido e da cozinha com ingredientes químicos e artificiais, e certa idéia da tranquilidade, que se opõe à poluição acústica das cidades.

Na última década, o debate sociológico enfrentou o desafio de criticar e reformar o “olhar” sobre a sociedade rural. Crítica esta que se inicia sobre a concepção produtivista do

desenvolvimento no meio rural. Existia um declínio do significado da dicotomia rural–urbano, de reconsiderar a visão classificadora do espaço como centro–periferia, desenvolvimento–subdesenvolvimento, o que leva a pensar-se em direcionar a análise para modelos de interpretação da realidade social que integram a multilinearidade dos elementos que configuram esse fenômeno. Uma das dimensões de importância desses fenômenos é a mudança nas dinâmicas das ocupações no meio rural. A emergência dessas dinâmicas quebra a visão dicotômica e analisa a realidade como um todo integrado.

Segundo Saraceno (1994), pode-se observar uma maior integração entre as populações urbanas e rurais, ou dos sistemas econômicos, nos quais se pode assinalar a pertinência analítica do sistema produtivo local ao momento de considerar as atividades econômicas rurais num determinado espaço social e os relacionamentos ao seu interior, entre os diferentes subsistemas e atores dos mesmos, que caracterizariam esse espaço. A autora agrega que o sistema de pequenos produtores não é autônomo e isolado, mas, sim, a partir dos fenômenos originados pela modernização integraram mais o rural como o resto da economia e da sociedade (SARACENO, 1994, p.327).

As modernas versões dos territórios rurais diversificados compõem diferentes sistemas, como as cadeias de produção agroalimentares de forma total ou segmentada; a industrialização difusa e dos serviços (Setor Terciário) para a população local e de fora da localidade na busca de atividades de lazer; o cuidado ambiental e o turismo rural. Isso tudo coloca o desafio de se analisarem esses novos fenômenos sociais e seus impactos na sociedade.

Sendo assim, a emergência da abordagem territorial está baseada no questionamento crescente da dinâmica setorial de ramos de atividade econômica que passará a se desenvolver muito mais a partir de uma lógica de escopo do que de escala. Recentes trabalhos nessa linha de questionamento, (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001; SCHETJMAN; BERDAGUÉ, 2002) destacam o papel das transformações econômicas e o aparecimento de perspectivas de análise desses processos relacionados ao enfoque do desenvolvimento territorial.

Ao analisar o resultado das diferentes estratégias desenvolvidas no meio rural, aplicadas na América Latina durante os últimos 50 anos, verifica-se que estas deixam poucas conquistas e baixo impacto no desenvolvimento social e humano das populações atingidas.

Desde a reforma agrária, pensada para corrigir as assimetrias existentes em matéria da estrutura fundiária da terra, passando pela Revolução Verde, com uma clara tendência desde o lado da oferta de alimentos ou dos programas de Desenvolvimento Rural Integrado, não se conseguiu dar respostas efetivas aos problemas de fundo, que ainda existem no território rural

latino-americano. Especialmente durante a década de 90, os programas de ajuste e reforma estrutural de perfil neoliberal também não conseguiram conquistar os objetivos do desenvolvimento nacional.

Todas as estratégias desenvolvidas até o presente e sem deixar de lado as mudanças acontecidas no contexto atual, é possível resgatar-se uma série de ensinamentos sobre as diferentes experiências em desenvolvimento rural realizadas por instituições públicas e privadas (OTERO, 2003).

- a) o território rural não é mais propriedade exclusiva do setor agropecuário, a equação linear rural = agropecuário foi superada amplamente pela dinâmica dos processos transformadores no agro;
- b) as atividades não agropecuárias superaram em valores monetários as agropecuárias, e essa tendência possivelmente se consolidará no futuro, no território rural latino-americano;
- c) o paradigma produtivista promovido pela Revolução Verde não conseguiu resolver os problemas de marginalidade e atraso de grande parte da população rural;
- d) o espaço rural é progressivamente “invadido” pelo crescimento dos centros urbanos e, ao mesmo tempo, nestes emerge a denominada agricultura urbana;
- e) o papel das organizações sociais em nível estadual é chave para explicar o sucesso, o fracasso, de qualquer estratégia que procure superar a pobreza no meio rural;
- f) há a necessidade de fortalecer a articulação interinstitucional para procurar sinergias entre as políticas setoriais;
- g) falta coordenação entre as diferentes dimensões do desenvolvimento (macro, setorial e territorial) e um projeto de desenvolvimento do país;
- h) falta uma promoção ativa de estratégias de agregação de valor das cadeias agroprodutivas e da demanda;
- i) a necessidade de programas e estratégias pensadas de baixo para cima precisa, por parte do Estado, do efetivo desenvolvimento de políticas de descentralização que signifiquem a redistribuição política, administrativa e financeira dos níveis do poder político, o que leva a real participação dos cidadãos nas decisões.

Os diferentes conceitos do desenvolvimento rural privilegiavam uma dimensão linear do capital, no qual se destaca o capital físico representado principalmente pelo estoque de recursos naturais, que configurava o elemento central para constituir o capital econômico, definido, em grande parte, pela produção de *commodities*.

No enfoque do desenvolvimento territorial, o conceito de prosperidade tem como referentes básicos a superação da pobreza rural, a segurança alimentar da população e o

desenvolvimento rural do território como integrador dos diferentes agentes, mercados e políticas públicas, no qual se procura integrar os diferentes territórios rurais com a economia nacional, sua reestruturação progressiva para a adoção de novas funções e demandas (IICA, 2004).

Então, pode-se dizer que pensar o desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial faz considerar como pontos de interação os sistemas humanos e os sistemas ambientais, possibilitando a sustentabilidade do bem-estar, integrando os sistemas produtivos e procurando a inclusão do maior número de grupos sociais do território. O território rural poderia ser pensado também como um sistema que integra o sistema social, no qual interagem diferentes sistemas e subsistemas que o configuram, demandando, portanto, um enfoque de desenvolvimento nessa linha.

A abordagem territorial promove a superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços, etc.) e suplanta a dicotomia espacial entre o rural e o urbano. Assim, na perspectiva territorial, as dicotomias e os antagonismos são substituídos pelo escrutínio da diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores (indivíduos, empresas ou instituições) adotam, visando sua reprodução social e econômica. A viabilização dos atores e dos territórios dependerá, em modo particular e específico, de cada tipo de interação, das decisões e racionalidades, como produto, fazendo emergir a diversidade e as heterogeneidades sociais e econômicas dos territórios, que se constituem no traço característico dos diferentes caminhos e trajetórias que podem ser seguidos em direção ao desenvolvimento (SCHNEIDER, 2004).

Pode-se dizer, segundo a contribuição de Abramovay *apud* Schneider (2004), o território se define da seguinte forma:

...territórios podem ser definidos como lugares de interação entre sociedades humanas e ecossistemas. O território é a maneira como uma determinada sociedade se organiza em sua relação com a natureza. Esta organização supõe formas de coordenação entre organizações sociais, atores econômicos e representantes políticos necessariamente específicas e com uma história própria a cada lugar. No meio rural a noção de território adquire uma dupla importância: em primeiro lugar, ela convida a reflexão sobre o desenvolvimento a voltar-se a um conjunto variado de protagonistas e a superar assim um âmbito estritamente setorial. A diversificação das economias rurais é, portanto, o resultado mais importante do desenvolvimento territorial em áreas não densamente povoadas. Além disso, a noção de território, no meio rural, chama a atenção ao fato de que o processo de desenvolvimento depende fundamentalmente da maneira como cada localidade vai relacionar-se com os ecossistemas em que vive (SCHNEIDER, 2004, p.108).

Como se observa, a definição de território está assentada nas relações dos indivíduos com o espaço físico, no qual transcorre sua sociabilidade e atividades produtivas, bem como nas formas de apropriação e dominação que decorrem dessas relações, que, agregadas, resultam em relações sociais que "constroem" o seu.

Essa definição de território possibilita perceber que o processo de globalização que produz a revalorização dos territórios não é homogêneo e simétrico. Pelo contrário, conforme já havia destacado Marsden (1992), ele é assimétrico e desigual. Saraceno (2003) concorda com essa avaliação e menciona que o aprendizado das experiências de desenvolvimento territoriais bem-sucedidas recentes na Europa indica que não há uma regra única nesse processo. A autora enfatiza que a revalorização dos territórios rurais pode ocorrer por caminhos variados, sejam eles baseados nas estratégias privadas (empresas ou agentes), sejam de natureza pública-governamental (políticas públicas). Em ambos os casos, a semelhança fica por conta do fato de que, em quase todas as experiências, prevalecem a diversificação e a combinação intersetorial, e não a especialização e a homogeneidade. Ou seja, os territórios que conseguem uma integração dinâmica com o sistema social e econômico caracterizam-se por estarem assentados em um entorno heterogêneo e diversificado (SCHNEIDER, 2004).

Nesse sentido, os territórios passam a ser “agentes de transformação social”, e não um mero suporte de recursos físicos para objetos, atividades e processos econômicos (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002; p.58). O território no qual se desenvolvem diferentes atividades produtivas conformaria um sistema produtivo local ou sistemas produtivos locais, os quais seriam gerados a partir de processos endógenos de desenvolvimento territorial, operando com base em relações de trabalho e de produção peculiares diretamente relacionadas ao ambiente social e à estrutura econômica, permitindo, assim, uma articulação das novas formas de produção e de ocupação com o modo de vida local.

A articulação do sistema produtivo local<sup>1</sup> significa que os agentes produtivos atuam no espaço físico, mercantil, cultural, identitário. Nessa perspectiva, José Reis definiu os territórios como espaços organizadores de funções econômicas, onde se iniciam, se desenvolvem e se potencializam processos relacionais de estruturação produtiva, originando materialidades econômicas particulares em cujo contexto de funcionamento as referências de ordem local podem ser significativas (REIS, 1992 *apud* SCHNEIDER, 2004).

Por último, define-se o território de baixa densidade populacional como as atividades produtivas que modificam a natureza e desenvolvem espaços físicos e sociais transformados, mas que não modificam majoritariamente a paisagem natural, que têm como

---

<sup>1</sup> A definição do conceito é colocada no item Metodologia da Pesquisa.

base do sustento material dos seres humanos que habitam no mesmo as atividades primárias, mas que não são exclusivas<sup>2</sup>.

Seguindo essa linha de pensamento, verifica-se a importância da análise das novas formas das ocupações nos territórios de baixa densidade populacional e sua integração social como sistema produtivo.

As questões que seguem poderiam, assim, orientar este estudo:

- a) As transformações das ocupações no mesmo território rural integram diferentes atividades produtivas?
- b) Qual é a relação no interior do território entre a agricultura e as atividades não agrícolas?
- c) As dinâmicas das ocupações em diferentes territórios rurais apresentam características homogêneas?

## **B) O objeto da pesquisa e as hipóteses**

O problema da pesquisa centra-se nas dinâmicas das ocupações nos territórios com menor densidade populacional, nos quais a estrutura das ocupações se baseia num modelo produtivo de corte agropecuário extensivo tradicional e seu impacto nas condições sociais de desenvolvimento local nos territórios. Assim, o objeto de pesquisa focaliza as ocupações dos territórios com predominância de atividades agropecuárias extensivas tradicionais, em particular aquelas de caráter não agrícola do setor serviços (por exemplo, turismo rural) e industrial (por exemplo, processamento e comercialização de alimentos).

A análise territorial possibilita incorporar as dinâmicas produtivas, das organizações sociais e o papel do Estado no território. Isso possibilita interpretar a realidade social rural “fora” dessa dicotomia reducionista do rural *versus* o urbano e repensar o esquema interpretativo.

Por outra parte, as pesquisas (especialmente os estudos da CEPAL) dos últimos 10 anos na América Latina demonstram o aumento da dinâmica e a diversidade das ocupações nos territórios em que predominavam atividades agropecuárias tradicionais (REARDON; BERDEGUÉ, 2001), o que configuraria dinâmicas territoriais diferentes e, por isso, a pertinência de esquemas interpretativos que procuram analisar o que esta “fora” dessa dicotomia reducionista.

---

<sup>2</sup> No item que descreve o sistema de indicadores, fazem as definições de análise e operativas onde se aprofunda acerca do território de baixa densidade populacional, mas é necessário deixar claro o que se conceitua por território de baixa densidade populacional desde o início.

Buscar-se-á explicar os efeitos das ocupações não agrícolas no desenvolvimento socioeconômico local dos territórios com baixa densidade populacional nos quais predominam atividades agropecuárias tradicionais.

**O principal objetivo** desta tese é compreender, nas dimensões social, econômica e institucional, o desenvolvimento local em territórios de baixa densidade populacional que apresentam diversas atividades sócio-profissionais.

Além desse objetivo geral, também se pretende alcançar **objetivos específicos**, que são:

- a) discutir a estrutura das ocupações não agrícolas em territórios de baixa densidade populacional com predominância de atividades agropecuárias tradicionais, mas em diferentes contextos socio-institucionais;
- b) analisar os efeitos das ocupações não agrícolas nas condições socioeconômicas para o desenvolvimento local;
- c) discutir o papel dos atores sociais locais organizados na geração das condições institucionais para o desenvolvimento socioeconômico local;
- d) analisar o papel do Estado nesses territórios, no caso os papéis do Uruguai em relação ao Mercosul (Uruguai) e da Província de Granada em relação à União Européia (no caso da Província de Granada).

## **Hipóteses**

### **Hipótese 1:**

Os processos de maior inclusão social nos territórios com menor densidade populacional em que predominam as ocupações agrícolas tradicionais se encontram afetados pela diversificação das ocupações dos atores produtivos locais do território, que se relacionam de forma dinâmica com as demandas do mercado consumidor externo e/ou interno.

### **Hipótese 2:**

As dinâmicas das ocupações não agrícolas nos territórios estudados são determinadas pelas articulações entre os atores produtivos das atividades agrícolas tradicionais e não agrícolas, o que pressupõe a conformação de uma rede institucional que integra a diversidade produtiva.

### **Hipótese 3:**

As relações institucionais que o Estado estabelece com os atores produtivos locais organizados nos territórios em questão faz com que sejam geradas as condições para o dinamismo produtivo e das ocupações.

## **C) Metodologia da Pesquisa**

### **Marco metodológico**

O procedimento metodológico a ser aplicado na pesquisa terá como base a articulação dos métodos quantitativo e qualitativo e a sua comparação, com a qual se procura identificar as diferenças entre os contextos sociais em estudo.

Nesse sentido, Schneider (1999) destaca:

Em seu artigo *The Use of Comparative History in Macro-social Inquiry*, (Skocpol e Somers) identificam três tipos de análise comparativa. O primeiro desses tipos engloba os estudos dedicados ao exame sistemático da co-variação existente entre os casos, buscando gerar e controlar hipóteses. Em uma segunda categoria, situam-se os trabalhos nos quais o investigador analisa uma série de casos com o objetivo de mostrar que muitos deles podem ser iluminados de maneira útil mediante um conjunto de conceitos e categorias ou por um modelo concreto” (SKOCPOL; SOMERS, 1980, p.58 *apud* SCHNEIDER,1999).

Nesse caso, não existe um controle efetivo da teoria, mas uma espécie de demonstração paralela que, não permitindo falsear uma teoria, cumpre um papel importante no processo de elaboração de teorias (por exemplo, no campo dos estudos internacionais). Um último enfoque, identificado como ‘contraste de contextos’, consiste na comparação de dois ou mais casos, buscando pôr em evidência suas diferenças recíprocas, o que implica uma série de passos que se articulam de forma diferenciada, segundo distintas orientações teóricas e metodológicas (SCHNEIDER,1999).

Quando se coloca a articulação dos métodos quantitativo e qualitativo, entende-se que a relação entre esses métodos passa por diferentes fases, como propõe Ray Pawson, resumido por Scribano, (2000):

A primeira fase se caracteriza por permanecer dentro do puritanismo metodológico. Relaciona-se com a assim chamada ‘guerra dos paradigmas metodológicos’ e as discussões são “método centradas”. A segunda fase faz referência ao surgimento de um pluralismo pragmático como reação à metodolatria, tendo as estratégias de triangulação. A terceira fase, que ainda



hoje se desenvolve, consiste na superação da relação qualitativo/quantitativo desde um ponto de vista dicotômico diluindo um tratamento aporético da mesma. Centrada no relacional, aponta a que a discussão se desloque para a melhor articulação entre estratégias que possam dar conta da conexão entre mecanismos, contextos e agentes.

A estratégia de pesquisa para esta tese leva em conta o sistema de matrizes de dados. A análise de variáveis é considerada um dos pilares básicos do desenvolvimento da metodologia da pesquisa nas Ciências Sociais, em sua orientação clássica. No entanto, dentro dessa tradição, existem diversas orientações, uma delas, retomando a linha de Lazarsfeld – Galtung, põe a ênfase na determinação da matriz de dados (SAMAJA, 1994).

No início de uma pesquisa, encontra-se o que se define como *pré-entendimento* modelizante (LADRIÈRE, 1978), isto é, esse acúmulo de idéias, ainda desprovidas de uma organização formal e lógica, que, no entanto, impulsiona a busca de uma constatação com a realidade. Desse acúmulo, que não se sabe bem “o que é”, mas, sim, o que “não é”, deve ser construído o objeto modelo, que vai ser provado através da experiência, seja ela provocada ou não.

Na caracterização da problemática a estudar, encontra-se o núcleo do *pré-entendimento* modelizante, que estruturará a elaboração de uma hipótese, uma teoria ou um modelo. Às vezes, os resultados da experiência não concordam com o esperado, e esse é o sintoma de que o modelo pode não ter sido bem construído. Às vezes, também, insiste-se em desafiar a realidade, quando o modelo é muito forte, tentando salvar uma teoria ou uma idéia adquirida por tenacidade.

O *pré-entendimento modelizante* é devedor da história acadêmica do pesquisador, de conhecimentos prévios e pressupõe um sistema de interpretação da realidade ou ontologia. Por isso, o modelo não resulta em uma descrição dos objetos reais, senão em uma reconstrução dos possíveis comportamentos dos mesmos, baseados, num próprio sistema de categorias (MOSCOLINI; SATRIANO *in* LAGO MARTÍNEZ, *et al*, 2003).

Se o grau de formalização da ontologia subjacente é grande, maiores serão, no modelo, as possibilidades operatórias e de esquematização para a ação. Serão também maiores os riscos de excluir aspectos complexos da realidade. No entanto, no trabalho científico, deve entender-se que a ação e a modelização interagem de maneira que uma determina sucessivamente a outra.

Se o conceito de operação é fundamental como linguagem tradutora, suscetível de ser aplicado tanto nas hipóteses como nos dados experimentais, é verdadeiro que, para pôr em uso essa linguagem, será necessário um mediador, que o constituído pelo modelo ou pela representação esquemática do objeto em estudo. O modelo inclui uma série de operações ou procedimentos de relação entre conceitos. Samaja (1998) considera quatro operações básicas intrínsecas à tarefa científica:

- a) entificação, que se refere ao processo de reconhecimento das unidades de análises;
- b) categorização, que se refere ao procedimento de identificação de categorias semânticas (variáveis) e seus *semas* respectivos (valores);
- c) operacionalização, que se refere aos procedimentos que se põem em jogo com as dimensões das variáveis, para se chegar aos indicadores ou conceito empírico de variável;
- d) processamento das observações, que vem condicionado pelas operações anteriores, e que pode ser centrado nas variáveis, nas unidades de análises ou nos valores.

### **Técnicas de Pesquisa**

A pesquisa desta tese articul técnicas de caráter quantitativo, que faz ênfase na medição objetiva dos fatos sociais, opiniões e atitudes, procurando a demonstração de relações causais e as generalizações empíricas, baseadas na coleta estruturada e sistemática da informação. Porém abrange, também, técnicas qualitativas, as quais procuram a descrição e a compreensão da conduta humana no próprio marco de referência do indivíduo, ou do grupo social. A coleta de informação é de caráter flexível, num processo interativo contínuo, marcado pelo desenvolvimento da pesquisa.

Opera-se com uma técnica qualitativa de pesquisa de levantamento de informações empíricas como forma complementar a uma técnica quantitativa de tratamento de dados. Argumentando no sentido da complementaridade que podem ter essas técnicas, diz o professor espanhol Ortí:

Desde la perspectiva de la máxima generalidad epistemológica, el enfoque cuantitativo y el enfoque cualitativo no se contraponen así mediante la falsa dicotomía de ‘lo verificable’ y ‘lo no verificable’, sino en cuanto a las distintas formas de interpretación de la teoría con la realidad, con ‘objetos formales’ distintos — los ‘hechos’ o los ‘símbolos’ — pero igualmente relativas — y más bien indigentes — en sus capacidades productivas de un conocimiento pretendidamente “objetivo”, “bien definido”, “cristalizado” y “absolutamente incuestionable” sobre la sociedad y sus cambios y conflictos” (ORTÍ, 1992; p.213).

Dessa forma, procura-se comprovar a validade dos resultados da pesquisa; a chave encontra-se em garantir a independência em todo o processo, quer dizer, em garantir que as diferentes estratégias de pesquisa se desenvolvam independentemente umas das outras, mas focalizadas na medição dos mesmos conceitos teóricos por caminhos diferentes.

As técnicas de análise do método quantitativo procuram a quantificação das relações causais do problema de pesquisa e, também, conhecer a intensidade das mesmas. Para tanto, trabalha-se com técnicas de análise exploratória (estatística descritiva univariável), de análise bivariável, com fins descritivos (descrição do conjunto da população observada) e com fins explicativos (analisar possíveis relações causais entre duas variáveis: independente e dependente), e, por último, de análise multivariável (mais de duas variáveis ao mesmo tempo), com a qual se procura medir as influências e as inter-relações existentes entre os grupos de variáveis, especialmente trabalhando com a aplicação do modelo de regressão simples e múltipla.

Em síntese, aplica-se a análise secundária de dados, definida como:

...un análisis posterior de la información que ya se ha obtenido. Tal análisis puede estar relacionado con el propósito original para el que los datos se recogieron, o puede dirigirse a un asunto bastante diferente del que instó el esfuerzo de reunión de los datos originales. Puede implicar la integración de distintas fuentes o un reanálisis de los datos de una fuente única (STEWART, 1984; p.11 *in* CEA D'ANCONA, 1999; p.222).

Esse tipo de análise possibilita a avaliação de tendências e a comparação dos dados disponíveis para um amplo período de tempo, países e regiões, em escala nacional ou internacional.

Os territórios para a execução desse estudo foram eleitos por possuírem, no caso do Uruguai, uma maior diversificação produtiva, mas sem políticas públicas dos próprios territórios, e, no caso da Província de Granada, na Espanha, em primeiro lugar, porque a Espanha é um dos países da União Européia com maior porcentagem de pessoal ocupado na agropecuária; em segundo, porque a Comunidade Autónoma de Andaluzia é uma das com maior População Economicamente Ativa (PEA) agrícola na Espanha e, no caso de Granada, por ser de baixa diversificação produtiva e ter a maior População Economicamente Ativa agrícola na Comunidade Autónoma de Andaluzia, mas com políticas públicas para o desenvolvimento territorial.

As fontes de dados seriam de tipo secundário como: censos agropecuários, sociodemográficos, *Encuesta Continua de Hogares* (ECH), dados de estudos específicos para o período de tempo entre 1990 e o ano 2000. A seleção do ano 2000 ocorre porque, tanto no Uruguai como na Espanha, nesse ano, foram realizados censos agropecuários em que se atualizaram dados referentes à sociedade rural. O universo de análise das fontes de dados foram os municípios das regiões norte e sul do Uruguai, e das regiões norte e sul da Província de Granada, na Comunidade Autónoma de Andaluzia, na Espanha sendo dois municípios no Uruguai (a exceção de Montevideu, por ser a capital uruguaia) e, quatro municípios na Espanha, ou seja, o universo de análise se compõe por um total de seis municípios no território em questão.

A técnica de análise aplicada são as entrevistas de aprofundamento, com informantes qualificados ou de opinião qualificada, para os objetivos da pesquisa, que tem por fim a coleta de dados ou informações por meio da utilização de uma pauta ou guia para a entrevista. Quando se busca conhecer determinados pontos de informação mais detalhados do entrevistado, essa orientação é empregada para todos os entrevistados, selecionados de igual maneira. É uma técnica que permite flexibilidade na conduta do entrevistador no momento de enunciar as perguntas, pois pode adequá-las, de forma que o entrevistado possa compreendê-las bem.

Ao fazer-se referência ao aprofundamento, tem-se em vista que essa técnica de pesquisa permite que se apreendam as motivações, a história social e produtiva do território, os fatos que marcaram o “antes” e o “depois” dos atores implicados no processo de configuração, numa situação tal como a que constitui o objeto de estudo desta tese, anteriormente delimitado pela interpretação dos dados quantitativos reunidos. Sobre isso, dizem Goode e Hatt:

Además, el entrevistador puede hacer un sondeo más profundo cuando la ocasión así lo exija. Esto permite también una interpretación más adecuada de las respuestas dadas a cada pregunta. Además, el desarrollo del análisis del contenido y el cifrado cualitativo hacen posible algo de uniformidad de las respuestas que no sean del tipo simplemente afirmativo o negativo. Así, ha quedado en parte eliminada una de las objeciones fundamentales puestas a la entrevista cualitativa. (GOODE; HATT, 1988; p.229)

Em relação à técnica de análise dos dados ou da informação coletada, utiliza-se a análise de conteúdo, que é uma técnica de pesquisa destinada a formular, a partir de dados, inferências reproduzíveis e válidas que possam ser aplicadas em seu contexto.

Krippendorff (1990, p.28) acrescenta ainda:

Como técnica de investigación, el análisis de contenido comprende procedimientos especiales para el procesamiento de datos científicos. Al igual que todas las restantes técnicas de investigación, su finalidad consiste en proporcionar conocimientos, nuevas intelecciones, una representación de los 'hechos' y una guía práctica para la acción. Es una herramienta.

Tais entrevistas visam aos seguintes tipos de informantes:

- a) dirigentes de associações de produtores familiares;
- b) dirigentes de associações de produtores empresariais;
- c) dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais;
- d) técnicos, extensionistas ou funcionários públicos que atuam no local;
- e) técnicos, extensionistas ou funcionários não governamentais que atuam no local;
- f) o professor local ou pessoa reconhecidamente bem informada sobre a localidade, sua história e sua situação socioeconômica atual.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 11 e 24 de fevereiro de 2005; seu objetivo foi identificar elementos que possam permitissem caracterizar a reestruturação ocupacional dos territórios rurais.

A opção foi por um tipo de entrevista semifechada, com uma pauta de orientação que se dividiu em três blocos. No bloco 1, relativo à Organização Social do Território, trata-se dos seguintes temas: características sociais, econômicas e demográficas da Província de Granada e seus municípios; características da ocupação do território rural, suas tendências e atual situação; papel da Província na estrutura social e econômica do País; principais características do desenvolvimento social e humano da Província no contexto espanhol e dos municípios no contexto provincial; forma como a província participou do processo integrador europeu e papel do Estado no processo de reestruturação das ocupações no território rural.

No bloco 2 relativo à Organização do Mercado de Trabalho Rural, trataa-se dos temas: principais características do trabalho rural na Província e seus municípios; características do trabalhador e dos empregos rurais; características do emprego rural nas décadas de 80 e 90 do século XX; características do emprego rural segundo os municípios, e, por último, características das políticas públicas para o trabalho rural e seus impactos.

Finalmente, no bloco 3, referente à Organização do Trabalhador Rural, trata-se temas: características do trabalhador rural; em que trabalha o trabalhador rural na Província de Granada; dinâmica das ocupações; impacto da integração econômica global na estrutura ocupacional; e, finalmente, papel do Estado por meio das políticas aplicadas e dos sindicatos.

Em resumo, o projeto da pesquisa seria não experimental, descritivo na análise dos dados levantados e transversal, caracterizando-se por uma só “medição empírica” da unidade de análise num determinado período de tempo e observando as diferenças das variáveis independentes entre as unidades de análise do estudo.

Quadro 1  
Sistema de Indicadores

<i>DIMENSÕES</i>	<i>VARIÁVEIS</i>	<i>INDICADORES</i>	<i>SUBINDICADORES</i>
Social	Dinâmica da Ocupação	População Economicamente Ativa	Índice concentração força de trabalho agrícola. Índice concentração força de trabalho industrial. Índice concentração força de trabalho em serviços.
		Distribuição Demográfica	Percentagem de distribuição por faixas etárias.
	Capacitação Formal	Educação	Alfabetização igual à proporção de pessoas alfabetizadas com idade superior a 10 anos.
	Qualidade de Vida	Índice de Desenvolvimento Humano	
	Ocupação do Território	Densidade Populacional	Índice Pressão Antrópica
Densidade Municipal		Grau de densidade populacional municipal por Km <sup>2</sup>	
Econômica	Estrutura de Renda	Distribuição da Renda	Concentração de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes que recebem menos de um salário mínimo (SM) e mais de 10 SMs.
	Atividade Produtiva	Uso do Solo	Grau de produção de atividades agropecuárias, industriais e de serviços. Percentagem da terra dedicada à produção agrícola e pecuária tradicional. Grau da produção com destino ao mercado consumidor.
	Estrutura Agrária	Índice de Gini de Desigualdades da distribuição da terra.	
Institucional	Intervenção do Estado	Políticas Públicas	Quantas ações diretas, agências de desenvolvimento. Quantas ações indiretas, organismos interinstitucionais.
	Organização Social	Associações de Produtores	Quantas associações de produtores empresariais e familiares.
	Organização Produtiva	Cooperativas de Produtores	

Para identificar a unidade de análise, considera-se como elemento central a ser observado na pesquisa de campo aquele que pode ser observado e analisado empiricamente por meio de técnicas de pesquisa pertinentes. Nesta pesquisa, a unidade de análise é a ocupação não agrícola nos municípios que se encontram inseridos num território rural. Nesses municípios, o que se analisa são os dados acerca da dinâmica das ocupações e da especialização produtiva, os dados da situação do desenvolvimento social e as formas de ocupação do território.

Os critérios de seleção são seguintes: municípios não metropolitanos, com densidade demográfica igual ou menor a 150 pessoas por quilômetro quadrado, cuja estrutura fundiária se baseia num modelo de produção agropecuário tradicional.<sup>3</sup>

Dessa forma, o universo da análise é composto por municípios com densidade demográfica igual ou menor a 150 pessoas por quilômetro quadrado, para a Província de Granada (Espanha), e de 30 pessoas por quilômetro quadrado, para o caso da República Oriental do Uruguai.

Os conceitos de análise da informação empírica que possibilitam a construção de dados são os de território rural, organização territorial, organização produtiva local, desigualdade social e ocupação do território.

Com relação aos conceitos colocados, define-se por território as relações das pessoas com o espaço onde ocorrem sua sociabilidade, suas atividades produtivas e as formas de apropriação e dominação que decorrem dessas relações, ou seja, uma construção social do espaço físico onde se assenta uma sociedade humana (SCHNEIDER, 2003)

Por território de baixa densidade populacional, entende-se aquele que apresenta atividades produtivas que modificam a natureza e desenvolvem espaços físicos e sociais transformados, mas que não modificam majoritariamente a paisagem natural, que têm como base do sustento material dos seres humanos que habitam no mesmo as atividades primárias, mas que não são exclusivas.

Os elementos naturais são entendidos como o ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris; com baixa densidade demográfica população pequena; com base na economia primária e nos seus encadeamentos secundários e terciários; com hábitos e tradições típicas do universo rural.

---

<sup>3</sup> Ver ABRAMOVAY, R. *A Dimensão Rural do Brasil* Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n.22, Abril 2004, São Paulo - Brasil.

Acerca da organização produtiva local, José Reis sugere a seguinte definição, à qual é de interesse para a análise do problema da pesquisa:

...um espaço de produção característico das formas de desenvolvimento intermédio e não metropolitano definido, simultaneamente, por: a) condições industriais próprias; b) formas de representação coletiva e c) condições socioeconômicas e territoriais relacionadas com os modos de reprodução social predominante (REIS, 1988; p.137).

Por outro lado, a definição de organização territorial apóia-se no que diz Bozzano:

...la organización territorial supone la explicación de un ámbito espacial –no menor a la escala regional- a partir de procesos específicos, reconociendo a su vez en éstos lógicas particufamíliaes en términos de políticas, estrategias, intervenciones u otras acciones”. (BOZZANO, 2000; p. 73)

Em relação ao conceito de ocupação do território, coloca-se o aporte de Bozzano, que diz:

...la configuración espacial se refiere a la distribución de objetos visibles, de sujetos y/o de hechos y representaciones invisibles, de naturaleza física, biológica, social o simbólica, proyectadas sobre una parte o sobre la totalidad de la superficie terrestre. Se trata de la representación de un recorte parcial de la realidad sobre un documento cartográfico.(BOZZANO, 2000; p.69)

Entende-se, então, que um determinado espaço físico geográfico pode ser mudado pela ação do homem e que estas mudanças organizariam os objetos físicos, sociais, culturais e simbólicos nesse espaço, de acordo com a lógica da ação de ocupação do território, o que seria construído, dessa forma, socialmente. O conceito de desigualdade social pode ser entendido, ao mesmo tempo, como as assimetrias no acesso às ocupações formais e à educação, a insuficiência de renda, a mobilidade social descendente, a falta de acesso à moradia com infra-estrutura que garanta condições higiênicas e de saúde, o que se expressa em diversas formas de fragmentação social dos atores integrantes da sociedade.

Neste trabalho, utilizam-se os seguintes conceitos operativos:



a) Dinâmica de ocupação: a que se expressa pelo aumento da diversificação de formas das ocupações no território rural, pela construção de vínculos com os mercados dinâmicos por meio da demanda externa ou/e interna e pela integração das diversas atividades produtivas num território.

b) Território de baixa densidade populacional: o conceito inclui núcleos urbanos que fazem parte dos vínculos funcionais tanto produtivos como sociais com as áreas de população dispersa, configurando um só espaço territorial, ou seja, um espaço físico, geograficamente definido, que compreende cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, como grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se podem distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (SCHNEIDER, 2003)

# **1- O TERRITÓRIO NA SOCIOLOGIA: ANTECEDENTES TEÓRICOS**

No presente capítulo, são apresentadas as principais noções teóricas que fazem parte do debate do conceito do território como espaço social construído, em que interagem diferentes disciplinas das Ciências Sociais. Esse capítulo está organizado em quatro seções; nas três primeiras, o objetivo é expor os principais enfoques em torno da discussão sobre território, refletindo, resumidamente, a partir de autores que abordam com maior clareza o assunto, a fim de auxiliar na compreensão e na utilização mais adequada das categorias conceituais associadas a esse debate. Posteriormente, discute-se o papel do modelo produtivo e dos tipos de ocupações na construção do território, e, para finalizar, revisa-se o conceito de território no contexto de transformações do modelo de produção capitalista.

## **1.1 A dicotomia analítica dos fenômenos sociais**

A teoria sociológica clássica do século XIX dedicou-se a concentrar seus esforços nas mudanças sociais que emergiam do setor urbano e industrial. Autores clássicos como Marx, Weber e Durkheim procuravam respostas às intensas transformações. Dentre os mencionados, Marx é um dos principais teóricos a apontar um marco conceitual para as mudanças que aconteciam. Embora a sociedade rural fosse considerada atrasada e condenada às transformações materiais e culturais que tinham como centro a cidade industrial, ainda assim, era interpretada como receptiva às mudanças originadas na cidade e na sociedade industrial.

Procura-se, na seqüência, relacionar os “eixos” do pensamento de Marx, para, assim, ter presente as ferramentas conceituais que possibilitam interpretar a sociedade rural desde o olhar desse autor.

O problema de estudo de Marx, especialmente depois da publicação do Manifesto Comunista, focaliza-se na economia, isto porque ele teve que emigrar para Inglaterra, onde os economistas políticos ingleses debatiam acerca das formas de geração e aumento da riqueza. Inserido e interEstado nesse debate, Marx começou a se preocupar e a se questionar sobre a forma como a economia se organiza e se distribui. A partir dos Grundrisse (1857-1858), começou a desenvolver a categoria de totalidade essa linha de pensamento, surgiu o interesse em explicar a origem do capital, o qual justifica no primeiro volume de O Capital.

Publicada em 1867, a obra expressa economicamente a visão política de Marx, e não traz a questão agrária como uma de suas preocupações principais, aparecendo somente de forma marginal. No processo de desenvolvimento capitalista inglês, existem sistemas distintos de formação de classes sociais os arrendatários e os assalariados (especialmente industriais). O ponto de vista da economia, a produção camponesa e o camponês não fazem parte do núcleo central do processo, sendo assim, os camponeses e a produção camponesa ficam como um sistema “condenado”.

Na metodologia desenvolvida por Marx, na qual a totalidade como categoria —muito mais que a soma das partes— se apresenta como uma ferramenta metodológica. O processo e as partes do mesmo não são estáticos, “fixos”; seu relacionamento começa em um todo *pré-dado*; a totalidade é predefinida; posteriormente, é necessário ver as categorias absolutas e, depois, relacionarem-se as partes que formam esse todo.

Nesse sentido, a forma de produção material configura a vida social da sociedade. Marx sintetiza-a no conceito de modo de produção, composto pelas forças produtivas e as relações sociais de produção, pelas quais os diferentes tipos de sociedade humana implicam diferentes modos de produção, o que leva à periodicidade e a sucessão de modos de produção. Nesse esquema conceitual analítico, tem importância outro conceito, o de classe social. Ora, esse conceito é pouco definido, mas é muito utilizado e trabalhado por Marx na sua obra. No entanto, somente no Capítulo IV do Tomo III é são dedicadas duas páginas classe social, mas sem aprofundamento, sem fazer uma definição da mesma. Ali, o autor deixa elementos e ferramentas teóricas para procurar uma definição desse conceito chave.

No processo de desenvolvimento capitalista analisado por Marx para o caso inglês, a expansão inicia-se na formação da força de trabalho assalariado, expulsando os camponeses do campo. Nesse sentido, descreve, em sua análise, os agrupamentos dos diferentes setores sociais rurais, e, posteriormente, as classes sociais ao redor do Estado como fator de poder político, o qual legitima e legaliza o processo econômico e social do desenvolvimento capitalista inglês. A obra *O 18 Brumário* significa a atenção analítica de Marx acerca do Estado como objeto ou problema de pesquisa.

Até a Ideologia Alemã, Marx não tinha uma clara posição acerca do Estado, dado que sua preocupação central significava a alienação. No Manifesto Comunista, o conceito de Estado é colocado de forma simplificada, mas, nos seus últimos 20 anos de produção intelectual, coloca a relação do Estado com a divisão social do trabalho. O Estado consegue “naturalizar” as relações sociais de produção e de poder da sociedade e representar as

mesmas, ficando fora do cotidiano da vida das pessoas. Por outro lado, passa a figurar nos setores com o poder de construir essas relações sociais da sociedade no Estado.

Então, coloca-se a relação entre Estado, poder político e revolução, na qual os diferentes setores ou classes sociais tem papéis distintos, uns tentando, pela via revolucionária, construir um novo tipo de Estado e estabelecer novas relações de poder política, e outros tentando rejeitar tais intenções e consolidar o poder estabelecido.

Quando se poderia imaginar uma situação potencialmente revolucionária? Pode, entretanto, ser observada em 1848 e na *Comuna de Paris*, em 1871, onde existiu a possibilidade de se criar um Estado diferente do conhecido desde a *Queda da Bastilha*. Apresentam-se, assim, várias perguntas: como acontece um processo revolucionário? Marx assinala dois momentos: o primeiro, já citado, em 1848, na França, e o segundo em seu intercâmbio de cartas com os revolucionários russos. Ora, para ele, também existia a possibilidade de revolucionar uma sociedade por meios pacíficos, como foi o caso das sociedades inglesa, holandesa e norte-americana.

Quem fará a revolução? Marx jamais respondeu a essa pergunta, nem indiretamente. No Manifesto Comunista, fez referência ao proletariado: mas qual proletariado? Ou urbano, ou rural, era o proletariado, fosse qual fosse. Então, no caso de 18 do Brumário, qual é o papel das diferentes classes ou dos setores sociais que possibilitam uma mudança de tipo revolucionário? Observa-se a maneira pela qual a atividade dos homens, tomados individualmente e em grupo, assume significação coletiva e histórica, ou seja, de como as classes sociais e suas facções se apresentam nos acontecimentos, e de nosso interesse pelo papel observado por Marx para os camponeses e os proprietários, como setores sociais da sociedade rural.

Nesse sentido, completa Newby (1981):

Una agricultura de subsistencia, basada en el sistema terrateniente - campesino, es sustituida por la estructura tripartista formada por terratenientes, arrendatarios y jornaleros. Esse último, fue el sistema que caracterizó a la agricultura de Gran Bretaña a partir del siglo XVIII. Al penetrar el capitalismo en la agricultura, el campesinado -polarizado entre un proletariado sin tierra y una pequeña burguesía arrendataria- resultó destruido y la división entre la propiedad y el cultivo de la tierra se hizo relativamente profunda. Fue esse el proceso que llevó a Marx a realizar unos comentarios acerca de que el campesinado era “inexistente históricamente hablando” (un comentario del que más tarde se retractó). (Hewby. 1981, p.61-2)

É importante ter se presente o foco da análise de Marx sobre os atores sociais possíveis de efetuar mudanças no Estado capitalista. Com relação a essa obra, há que se acrescentar o pensamento de Ianni (1986):

...em *O 18 do Brumário* podemos acompanhar as maneiras segundo as quais se dão os encadeamentos entre as diversas esferas da existência coletiva. Em particular, conhecemos as diferentes conexões recíprocas entre o econômico e o político. Observamos, com precisão, as maneiras pelas quais ocorrem as transições de um modo de produção às relações de produção e às ideologias. Em outras palavras, nessa obra o pensamento dialético revela-nos a maneira pela qual se dá a produção da história, como dialética do real. (Ianni, 1986,p5)

Partindo daí, observa-se a utilidade para a práxis política do esquema analítico de Marx, o que se reflete na obra de Lênin e Kautsky acerca do papel do camponês no processo revolucionário russo. Na Rússia czarista, era importante ter uma política de agitação para os partidos revolucionários, especialmente depois de 1910, o que levou a desenvolver, por parte de Lênin, um marxismo mais dedicado à ação política do que à ação analítica da realidade social (LÊNIN, 1982).

Reverendo as bases de Kautsky, no princípio do século XX, a Alemanha incorporou as estruturas de análise positivista e determinística ao pensamento de Marx acerca da realidade social rural, destacando-se a obra *A Questão Agrária*, o que possibilitou ter presente o futuro dos setores sociais rurais no marco de um processo capitalista e das leis do capital aplicadas no mundo rural.

Cabe salientar que, apesar de a questão agrária não ser central no arcabouço intelectual e analítico de Marx, isso não implica pensar que ela não tem a devida importância. Nesse sentido, é relevante resgatar as cartas de Marx com os revolucionários russos, que circulavam de forma freqüente. Entre elas, encontra-se uma, datada de 1881 dirigida à Vera Zasulich, na qual Marx respondia a ela acerca do papel dos camponeses no processo revolucionário russo:

...la «comunidad agrícola» representa por doquier el tipo más reciente de la formación arcaica de las sociedades, y en el movimiento histórico de Europa Occidental, antigua y moderna, el período de la comunidad agrícola aparece como período de transición de la formación primaria a la secundaria. Ahora bien, ¿quiere eso decir que, en cualesquiera circunstancias, el desarrollo de la «comunidad agrícola» deba seguir esse camino? En absoluto. Su forma constitutiva admite la siguiente alternativa: el elemento de propiedad privada que implica se impondrá al elemento colectivo o éste se impondrá a aquél. Todo depende del ambiente histórico

en que se halla... Essas dos soluciones son posibles a priori, pero, tanto la una como la otra requieren sin duda ambientes históricos muy distintos (MARX,; ENGELS, 1974).

Essa carta coloca o papel possível que poderiam ter os camponeses no processo revolucionário russo, de tipo ativo, lutando contra o desenvolvimento da propriedade privada capitalista.

Concluindo, podem-se observar três objetivos na obra de Marx: o primeiro é a maneira como a economia se organiza e se distribui em diferentes tipos de sociedades ao longo da história humana; o segundo é que o sentido dessa dinâmica é de tipo evolucionista na história do homem como ser social, o papel do desenvolvimento técnico e o papel das lutas políticas entre as classes que fazem parte da dinâmica; e o terceiro é a análise do capitalismo moderno, cujo trabalho mais representativo é O Capital.

Observa-se, por parte de Marx, um movimento mais denso para a economia política, significando segundo o autor, a fase final da forma de organização da sociedade humana. A questão agrária, para Marx, faz parte de um processo mais amplo, que é o desenvolvimento do processo capitalista da propriedade privada e das classes sociais integrantes do mesmo.

Outro autor clássico da sociologia e contemporâneo de Marx foi Max Weber. Para ele, a questão agrária não faz parte de seu objeto de análise principal, mas não fica de lado. Em sua obra História Agrária Romana, observam-se o método de análise e as categorias analíticas para a questão agrária; por outro lado, a teoria e as categorias conceituais desenvolvidas por ele foram utilizadas para a problemática agrária.

O sociólogo alemão Max Weber interessa-se nas questões do poder, desenvolvendo uma sociologia compreensiva em contraposição ao positivismo, uma sociologia do sentido e dos significados da ação humana. Para ele, a Sociologia é a ciência da apreensão da relação do sentido da ação humana, definindo a ação social como aquela cujo sentido pensado pelo sujeito é referido ao comportamento dos outros (sujeitos); se orientado por ele(s) o seu comportamento, via método compreensivo.

Os processos sociais passam, então, a contar com certa margem de probabilidade na ocorrência do mesmo, no momento em que a ação se desenvolve com conhecimento parcial das intenções dos participantes da mesma e que as diferentes escolhas são rigorosamente racionais com relação a certo fim.

Weber desenvolve um método no qual, por um lado, se tem o processo de contraste conceitual, para o qual os fatos e dados empíricos se aproximam com os tipos ideais do

fenômeno. Ele define por tipo ideal as características abstratas de determinado fenômeno social que, no seu somatório constitui um tipo ideal. Por outro, a formulação de hipóteses explicativas de como se teria desenvolvido a ação sob o pressuposto de que seja integralmente racional e que os atores conhecessem totalmente as intenções de um e do outro em função de um determinado fim.

Em uma de suas obras chaves *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber coloca a origem do capitalismo a partir de uma nova racionalidade e a relação de diferentes idéias que se originam na ética do protestantismo para “quebrar” o pensamento mágico da Idade Média, o que provoca o surgimento da racionalidade capitalista e dos recursos materiais a partir de uma determinada conduta, com fins determinados pelo marco da ação da ética protestante.

O autor apresenta uma linha de pensamento sociológica acerca dos fenômenos sociais. Posteriormente, autores como Talcott Parsons, aproveitam tais conceitos de Weber para a teoria do funcionalismo estrutural. O que tem referência com a questão agrária na contribuição de Weber é pensar que, num Estado em que a racionalidade capitalista faz parte de sua forma de ação, os agricultores procuraram arranjos de racionalidade capitalista que permitissem a reprodução da unidade de produção doméstica e a maximização do lucro.

Na obra *A História Agrária Romana*, Weber pesquisou na temática agrária a importância do direito romano, público e privado, de um ponto de vista específico, e sua importância prática para o desenvolvimento das relações agrárias. Weber analisa, num primeiro momento, a conexão existente entre as diversas formas de medição dos campos romanos e suas condições jurídicas, públicas ou privadas; num segundo momento do livro, desenvolve um estudo histórico-econômico da agricultura romana e do desenvolvimento do *colonato*.

O autor afirma o seguinte:

Observamos depois, que na época das lutas entre os partidos, o objeto da disputa, o prêmio da vitória, era o solo público o *ager publicus*: jamais num grande Estado a medida do poder político foi dada de forma tão direta pela riqueza (WEBER, 1994).

Depois salienta:

A participação consciente e a modernidade do duro antagonismo entre a colonização do solo público - que era precária de iure, precisamente em relação à autoridade pública, e que gozava de proteção legal apenas contra aqueles ataques para os quais os códigos modernos dispunham uma sanção penal - e a propriedade imobiliária privada, que levava às últimas conseqüências os elementos individualistas da livre disposição do

proprietário e da mais absoluta mobilidade, conduzem-nos ao seguinte problema: a que concepção econômica correspondia, no âmbito do direito agrário, essa idéia de propriedade que ainda hoje domina nosso pensamento jurídico, admirado por alguns por seu rigor lógico e combatido por outros como raiz de todos os males no campo de nosso direito agrário? (WEBER, p.40, 1994, *op.cit*)

Na conclusão de sua obra, Weber observa o seguinte:

O genérico habitante desse império mundial só havia reconquistado a pouca terra que ele próprio cultivava e em que devia viver, e recomeçou a dirigir e limitar o âmbito de seus pensamentos e de seus interesses. Era necessária a desagregação da união imperial em autonomias territoriais e locais para permitir um novo desenvolvimento em que a antiga unidade do Império pôde desenvolver uma influência ativa, apresentando-se aos homens não mais como um organismo fiscal e administrativo, mas como uma imagem ideal da unidade mundial (WEBER; p.198, 1994, *op.cit*).

Weber ressalta que, no mundo agrário romano, as características do desenvolvimento social do Império Romano e sua manifestação jurídica expressam-se na relação de poder acerca do solo público e das formas de acesso ao mesmo. Segundo esse autor, o objetivo não seria os fenômenos sociais do agroromano, mas sim, como se expressam as relações de poder do Império Romano no agro.

Ora, observando-se o que acontecia no outros lados do oceano Atlântico tem-se que, segundo Newby (1981), o rural como objeto empírico de estudo surgiu como tema de investigação científica nos Estados Unidos, no final do século XIX, associado aos problemas agrários oriundos do pós-Guerra Civil<sup>4</sup>. Foi nesse período que as organizações de agricultores norte-americanos buscaram o apoio federal, para resolver os problemas econômicos das zonas rurais, pois as deprimidas condições em que se encontrava a população rural norte-americana chamavam a atenção dos jornalistas, dos clérigos e dos educadores. Assim, estudiosos preocupados com as condições da vida rural americana, principalmente pela deterioração de um estilo de vida marcado pela comunidade, tomaram o rural como objeto empírico de pesquisa<sup>5</sup>.

As primeiras pesquisas analisadas adotaram a perspectiva da dicotomia *Gemeinschaft-Gesellschaft* (comunidade-sociedade), de Ferdinand Tönnies, para a leitura dos processos que

---

<sup>4</sup> A Guerra Civil citada é a da Secessão que ocorreu no período 1861-65 entre os Estados do Sul e do Norte nos EUA. Como um dos efeitos do pós-guerra, pode ser observado, o longo período de reconstrução de ambos os Estados.

<sup>5</sup> A Igreja Presbiteriana teve participação especial na investigação das comunidades rurais (Galpin era ex-clérigo), tendo passado a preocupar-se com a área rural devido a uma gradativa perda de influência e poder nessas áreas.



diferenciavam socialmente os espaços rurais dos urbanos. Nesses trabalhos, conforme Newby (1981), é possível distinguir o rural como uma realidade de características próprias e isoladas que, a princípio, se contrapõe à realidade urbana. Essa contraposição constituía-se no principal fundamento do enfoque dicotômico para o rural, onde a comunidade era identificada por características como coesão emocional, profundidade, continuidade, conservadorismo, entre outras.

Em contrapartida, a sociedade urbana era associada a idéias ligadas à impessoalidade, ao contratualismo e ao racionalismo. Dessa forma, o estudo do rural proposto pelo enfoque dicotômico clássico preocupava-se em determinar evidências que distinguíssem a realidade rural da urbana, baseando-se na polarização comunidade/sociedade, não se preocupando em identificar possíveis relações de influência que poderiam ocorrer entre as mesmas.

A partir de 1930, surgiu uma nova perspectiva, que é uma variação analítica do enfoque dicotômico. Esse enfoque, de caráter pioneiro e original, foi alavancado pelos autores Sorokin, Zimmermann e Galpin. Nessa perspectiva, a polarização antagônica passou a ser substituída por um gradiente de variações espaciais, que vai de uma situação típica (o rural) à outra (o urbano), formando o que os autores denominaram de *continuum* rural-urbano. (Blume, 2004)

Como forma de evidenciar as características que marcavam a polarização, bem como as suas relações, os autores identificaram nove diferenças empíricas marcantes para as análises do rural. Essas importantes diferenças, para o contexto de análise da perspectiva, podem, assim, ser sumariamente destacadas como:<sup>6</sup>

- a) ocupacionais diferenças no envolvimento das atividades. No espaço rural, desde jovens, as pessoas ocupam-se com os mesmos tipos de atividade (a coleta e o cultivo);
- b) ambientais os habitantes rurais sofrem influência direta do contato com a natureza e das condições climáticas;
- c) tamanho das comunidades correlação negativa entre tamanho da comunidade e pessoas ocupadas na agricultura;
- d) diferença na densidade populacional as densidades rurais são relativamente mais baixas que as urbanas, devido ao cultivo;

---

<sup>6</sup> Na coletânea de textos organizada por Martins (1986, p.198-224), pode-se observar, na íntegra as nove diferenças entre o mundo rural e o urbano, apresentado pelos autores norte-americanos na obra *Principles of Rural-Urban Sociology* (1929).

- e) diferença na homogeneidade e heterogeneidade da população os habitantes rurais tendem a adquirir características semelhantes por se envolverem nas mesmas funções; sendo mais homogêneos, pois não sofrem os problemas de uma intensiva divisão do trabalho;
- f) diferenciação, estratificação e complexidade social os grupos rurais tendem a ser mais homogêneos, de menor complexidade e sem funções especializadas. O aglomerado rural apresenta uma estrutura simplificada;
- g) diferença na mobilidade social baixa mobilidade sobre o território, no rural, os filhos seguem a ocupação dos pais;
- h) diferença na direção das migrações unidirecional do campo (centro de produção de excedentes) para a cidade (centro de consumo de excedentes), salvo período de sinistros (epidemias, dentre outros);
- i) diferenças nos sistemas de integração social os contatos pessoais estabelecidos entre habitantes rurais são inferiores aos urbanos, devido à baixa mobilidade e à diversificação dos contatos, mas, em contrapartida são mais densos e menos efêmeros.

Segundo José de Souza Martins (1986), as diferenças entre o rural e o urbano servem como uma forma de interpretá-lo “ como meios de qualidades internamente homogêneas, mas polarizadas e contrapostas entre si” (1986, p.65). No entanto, conforme o autor, elas reproduzem em sua análise a própria ambigüidade, e essa acaba por reduzir a capacidade de conceber a própria realidade. Mesmo diante desse entrave, as diferenças elencadas tornam-se a orientação empírica responsável para as investigações e se constituem no marco teórico formador da noção do *continuum* rural-urbano.<sup>7</sup>

Um outro problema que pode ser associado a essa forma de interpretar a realidade é que o rural foi permanentemente estudado pela exploração das suas diferenças em relação ao urbano, sendo o urbano eleito como o modelo ideal ou o parâmetro de referência para o rural, visto que sempre se interpretou que o modelo de desenvolvimento capitalista levaria ao desaparecimento da sociedade rural.

Essa condição trouxe importantes implicações teóricas ao estudo do rural, pois esse, invariavelmente passou a figurar como subalterno e residual ao urbano. Conforme Gomes (2002), essa forma de analisar o rural legou-lhe adjetivos como atrasado, tradicional, agrícola, rústico, selvagem, resistente a mudanças, etc. (Blume, 2004)

---

<sup>7</sup> Em 1947, o antropólogo Robert Redfield, ao verificar a intensificação das relações rurais/urbanas propõe o *continuum* folk/urbano, como forma de evidenciar uma maior relação entre os espaços opostos, diluindo ainda mais as diferenças anteriormente elencadas.

Contudo, verifica-se que os trabalhos realizados pela corrente do *continuum* se centraram com maior empenho no estudo do contexto de mudanças que passaram a ocorrer no espaço rural e não nas características intrínsecas ao mesmo. Assim, para a leitura empírica da realidade, o maior contato proporcionado entre os pólos opostos evidenciava a redução crescente das diferenças. Nesse sentido, decorrente da intensificação das transformações, tornava-se uma questão de tempo, para os estudiosos dessa corrente, a subordinação completa do rural ao urbano. O rural tornou-se um resíduo prestes a ceder às pressões do universo urbano, o qual representava “o carro chefe” das mudanças sociais.

## **1.2 O debate contemporâneo da sociologia rural: a reestruturação capitalista**

No conhecido diagnóstico de Buttel e Newby acerca dos desafios da “nova sociologia rural”, em 1980, afirmava-se que a mesma deveria deixar os estudos tradicionais e se dedicar por completo ao estudo das estruturas do capitalismo nas sociedades desenvolvidas, às políticas agrárias do Estado, ao trabalho agrícola, aos desequilíbrios regionais e à ecologia agrícola. Procurava-se, assim, uma maior aproximação, por parte da sociologia rural, ao estudo e a análise das mudanças que aconteciam nas sociedades rurais a partir de um contexto global e sob condicionantes essencialmente capitalistas.

Para isso, associaram-se duas visões nessa nova forma de “olhar” o rural: uma, apoiada basicamente na economia política marxista da agricultura; e outra, de base weberiana. As duas visões reconheceram que o pluralismo teórico devia ser o núcleo central do escopo do estudo da sociedade rural, vinculando a estrutura social e a estrutura espacial através de seu desenvolvimento histórico. Essas visões possibilitaram à sociologia da agricultura uma mudança fundamental na forma de pensar e fazer o agrário.

Dessas diferentes posições neomarxistas e neoweberianas, aportaram interessantes contribuições à questão rural a de Marx, Weber, Lênin, Kautsky e Chayanov, proporcionando um amplo debate, que procurava compreender os processos agrários gerados pela expansão da revolução verde, suas conexões com as estruturas capitalistas globais, as diferentes formas de penetração do capitalismo no rural, as particularidades das classes sociais agrárias, os limites do capitalismo na agricultura, o futuro das sociedades camponesas e seu papel nas lutas políticas, dentre outras.

O esforço da renovação conceitual e do objeto empírico deixa a idéia do *continuum* rural urbano e a teoria da modernização, originando, do final dos anos 70 ao princípio dos

anos 90, um número importante de destacadas pesquisas que possibilitaram descrever e explicar boa parte dos processos mencionados. Porém, no início da década de 90, esse marco conceitual mostrou certa incapacidade para interpretar as novas realidades que começaram a se estruturar em função das rápidas mudanças que aconteciam na sociedade rural e no sistema capitalista em escala mundial.

Conforme ressalta Navarro (1997):

O período contemporâneo, talvez compreendendo os últimos quinze anos, tem produzido transformações tão amplas e radicais, impulsionadas por avassaladora rapidez e afetando virtualmente todas as esferas da vida social, que essas mudanças não têm permitido que as análises e interpretações correspondentes possam acompanhá-las no mesmo ritmo e profundidade, ofertando formatos explicativos e ‘compreensões sobre o mundo’ que sejam adequadas e satisfatórias. (Navarro.,p.1, 1997)

Esse contexto de urgência intelectual, para compreender as mudanças levou a aprofundar vários dos conceitos iniciais da sociologia da agricultura, mas também propiciou o esgotamento da capacidade explicativa de alguns outros conceitos. Na década de 90, muitos pesquisadores, seguidores da sociologia da agricultura, começaram a procurar novas respostas teóricas que pudessem interpretar e fornecer ferramentas conceituais diante de uma nova realidade social, o que levou a novos objetos empíricos para a disciplina.

O avanço no debate teórico encontra-se aberto e em construção permanente, conforme o pensamento do professor Riella (2000), quando defende a estruturação de cinco idéias principais ou tendências conceituais que se diferenciam e constroem seu objeto de estudo próprio. A emergência dessas tendências tem como “raiz” a sociologia da agricultura, mas supera suas fronteiras construindo novas respostas no permanente e dinâmico esforço para interpretar os processos sociais agrários, que, como todo processo social, são dinâmicos e dialéticos.

Essas tendências conceituais “alimentam-se” de uma longa tradição no pensamento de cada temática. Ora, foi na década de 90 que elas se consolidaram como tendências com características próprias. As mesmas não são antagônicas, porém não significa que sejam complementares, podendo, até, ter alguns pontos contraditórios. O que se deve, portanto, é “exigir” das mesmas um “caminho” conceitual que procure novas respostas teóricas para interpretar as transformações atuais nas sociedades rurais, num marco de mudanças globais. Não é objetivo desse trabalho aprofundar os conteúdos teóricos de cada linha de pensamento na temática, mas, sim apresentar as principais características das mesmas.

Em primeiro lugar, destacam-se os estudos dos complexos agroindustriais, sendo, talvez, a linha de estudos mais “antiga”, que se baseia numa nova leitura de Kautsky, inspirando um conjunto muito importante de pesquisas, revitalizado-se com os trabalhos sobre, a integração regional. Destacam-se, dessa tendência, pesquisadores como Graziano da Silva e Muller, no Brasil; Gómez, no Chile; Tor e Teubal, na Argentina; e Búxedas, no Uruguai. A segunda tendência é integrada pelos estudos acerca dos sistemas agroalimentícios e da globalização da agricultura, na qual se destacam nomes como Bonnano e Llambí.

A terceira tendência é integrada pelos estudos sobre os processos sociais agrários, com importante influência na Argentina, no Brasil, no Paraguai e no Uruguai. Observa-se, assim, um perfil, ou uma característica com influências da tradição da sociologia anglo-saxã -como é o caso de Aparicio e Piñeiro, na Argentina; Fogel, no Paraguai, e Navarro, no Brasil- além de outra, com maior influência nos estudos camponeses europeus, especialmente franceses e dos seguidores dos estudos de José de Sousa Martins, na qual se pode localizar Santos no Brasil, e Giarraca, na Argentina. Em quarto lugar, há a perspectiva conceitual sobre o desenvolvimento sustentável. Encontra-se, aqui, o nome de Buttel como importante pesquisador nessa linha, o que marca claramente a continuidade dessa tendência da tradicional sociologia da agricultura.

Por último, propõe-se a perspectiva que seja a que menos tem associação com a sociologia da agricultura em relação às mencionadas anteriormente. Entretanto avalia-se seu crescimento devido à sua intensidade nos últimos anos. Essa tendência é nomeada como estudos sobre desenvolvimento local a qual e interessa-se no desenvolvimento rural, mas numa perspectiva centrada no atual debate acerca da potencialidade e das limitações do desenvolvimento local e regional diante a globalização e da perda de força do Estado-nação. O eixo de sua colocação é a análise do desenvolvimento rural, não só como desenvolvimento agrícola, mas como uma forma mais ampla de desenvolvimento local e regional. Essa tendência é fornecida através dos estudos territoriais da geografia humana, nos quais se resgatam parte da experiência do planejamento regional e os aportes do desenvolvimento rural, baseados na sociologia da agricultura (RIELLA, 2000).

Nessa última linha de pensamento vários sociólogos, para dar conta das intensas mudanças acontecidas, têm recorrido ao conceito de reestruturação, num contexto de transformações nos últimos 30 anos, marcado por um processo de ampliação da interdependência das relações sociais e econômicas em escala internacional, definido como globalização.

De acordo com Castells (1999), pode ser caracterizada pela excepcional capacidade da economia capitalista de ajustar, em escala planetária, a interdependência entre as condições de

tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias. Essa interdependência expressa-se através da descentralização industrial, da velocidade de contato proporcionada pelas novas telecomunicações, através da integração dos capitais financeiros, comerciais, agroindustriais e outros (COUTINHO, 1995).

Outro fator a ser inserido nesse contexto é relacionado à reformulação da arquitetura política e institucional que, desde o final de Segunda Guerra Mundial, dava sustentação ao modelo econômico. Os Estados nacionais e os organismos públicos internacionais, que exerceram papel hegemônico no desenvolvimento capitalista desde meados do século XX, em muitos sentidos perderam essa proeminência e enfraqueceram-se (sobretudo pela importância crescente das organizações não governamentais (ONGs) da sociedade civil de um lado, e do poder das empresas transnacionais de outro).

Contudo viram-se na contingência de promover mudanças e readequações para não sucumbir aos novos tempos. Uma das saídas experimentadas no período mais recente é o reconhecimento da necessidade de se estabelecerem parcerias com os governos e instituições locais e de valorizar a participação da sociedade civil na gestão de suas ações (SCHNEIDER, S. 2003).

Terry Marsden (1993) é um dos estudiosos europeus que se tem ocupado com a análise das transformações socioeconômicas globais e seus efeitos sobre a agricultura e o espaço rural. Esse autor definiu o conceito de reestruturação como um processo de transformação global, que pode ser observado mais claramente no setor industrial, que se caracteriza pela influência crescente das tecnologias informadas pela microeletrônica e pela informática. Abrange, também, seus impactos sobre as formas de organização produtiva (novos processos de produção) e, conseqüentemente, sobre as relações de trabalho (MARSDEN et al, 1993; MARSDEN, LOWE, WHATMORE, 1990), (SCHNEIDER, S. 2003).

Na perspectiva de Marsden, ao contrário do que muitos autores afirmam, as transformações estruturais do capitalismo, iniciadas no final da década de 70, nos países capitalistas desenvolvidos, e que se internacionalizaram com mais intensidade a partir da década de 90, após os eventos políticos da queda do Muro de Berlim, seriam a expressão do recuo do regime fordista, modelo até então vigente, baseado na ampliação da produtividade dos fatores de produção (via aprofundamento do progresso técnico) e no papel regulador do Estado e dos organismos multinacionais (HARVEY, 1993).

A nova fase, segundo Marsden, seria caracterizada pela flexibilização dos processos produtivos, pela descentralização das unidades de produção e pela informalização das

relações de trabalho, reduzindo-se substancialmente o papel do Estado e das instituições reguladoras.

No que diz respeito à agricultura e ao mundo rural, os efeitos da reestruturação econômica, produtiva e institucional podem ser percebidos através de múltiplas facetas e/ou dimensões. Primeiro, abrem-se os mercados, aceleram-se as trocas comerciais e intensifica-se a competitividade, tendo-se, por base, poderosas cadeias agroalimentares que monopolizam a produção e o comércio atacadista em escala global, restringindo a participação, nessas relações de troca, de imensas regiões produtoras, o que vale inclusive para alguns países e mesmo para parcelas continentais (REARDON e BERDEGUÉ, 2002). Segundo, paralelamente ao processo contínuo de aprofundamento do progresso tecnológico (agora via biotecnologias, engenharia genética, etc), assiste-se ao aparecimento de iniciativas, dos mais variados matizes, que contestam e criticam o padrão técnico dominante (GOODMAN; WATTS, 1997).

Terceiro, as modificações nos processos de produção pós-fordistas (mais flexíveis e descentralizados) levam à diluição das diferenças setoriais (agribusiness é visto pelo encadeamento de vários setores) e espaciais. O rural deixa de ser o lócus específico das atividades agrícolas e as variadas formas de complementação de renda e ocupação em atividades não agrícolas permitem que a renda de muitas famílias que residem no meio rural se estabilize ao longo do ano e que os filhos não precisem mais deixar o meio rural para buscar emprego (OCDE, 1996; ECHEVERRIA, 2001; SILVA, 1997; SCHNEIDER, 2003).

Quarto, modifica-se o papel do poder público e das instituições que atuam nos espaços rurais. O centralismo cede espaço à parceria e à participação da sociedade (BOISIER, 1999; CAMPANHOLA; SILVA, 2000). Quinto, a dimensão ambiental e a sustentabilidade do uso dos recursos naturais deixam de ser vistas como um aspecto secundário e um argumento de minorias e passa a ser um fator de competitividade, um elemento de estímulo à ampliação do consumo, uma vantagem econômica comparativa e um pré-requisito para a obtenção de créditos e acesso a fundos de investimento, especialmente os de fontes públicas (PLOEG; RENTING, 2000), (SCHNEIDER, 2003).

Naturalmente, a lista dos efeitos e dos resultados da reestruturação poderia ser alongada, mas entende-se que essas características sejam os elementos essenciais que devem ser considerados relevantes na reflexão sobre o papel que exercem e sobre o modo como se dão as articulações entre esse contexto mais geral de reestruturação do capitalismo pós-fordista e as dinâmicas territoriais dos processos produtivos, em particular, da emergência de ocupações não agrícolas.

### 1.3 A Relação entre a ocupação e o território

As mudanças acontecidas nas últimas três décadas colocam a necessidade de se examinar o corpo conceitual que possibilita interpretar os processos sociais da sociedade rural latino-americana. Nesse sentido, destacam-se autores clássicos como Gino Germani e Aldo Solari, os quais foram influenciados pela sociologia rural norte-americana (*rural sociology*) da primeira metade do século XX, originada sob a influência dos postulados da sociologia europeia de analisar a realidade social por meio de categorias dicotômicas, tais como “modernidade tradicional”, “civilização barbárie”, “rural urbano”.

De acordo com Gómez. (2002), essa visão da ruralidade sublinha dois aspectos:

- e) estabelece uma coincidência entre o rural e o agrícola.
- f) o rural afirma que é uma categoria residual.

Diante do exposto, nos últimos tempos, essa forma dicotômica de analisar a realidade social rural entrou em questão. Nesse sentido, apresenta-se um dos olhares conceituais que percorrem o caminho anteriormente assinalado: a pluriatividade.

Dessa forma, não é recente a reflexão acerca da problemática, pelo contrario, ela faz parte de um debate histórico. O termo “agricultura de tempo parcial” foi colocado por Rozman, em 1930 e, desde a década de 30 até 1980, foi tomando importância, de certa forma, em função da relevância econômica e política atribuída ao fenômeno nos diferentes países da América e da Europa e no Japão.

Posteriormente, o termo “agricultura em tempo parcial” começou a mudar para “empregos múltiplos” (esse conceito foi utilizado por Furguitt entre 1950 e 1960) e, finalmente, para “pluriatividade”, no final da década de 80, na Europa (expressão característica para a época), no contexto das reformas da Política Agrícola Comunitária (PAC).

Por outro lado, o conceito de *multiple job – holding farm house* (MJHFH) não se apresentava como novo, porém tornou-se parte fundamental do programa de pesquisa do Arkleton Trust, nos anos 80. Procurava, por um lado, tirar a ênfase do setor agrícola e, por outro, eximir o termo de significados pejorativos, associados à idéia de “tempo parcial” (Fuller, 1990; Kageyama, 2000).

A pesquisa instalou a importância de outros fatores, além da lógica da unidade familiar, tais como: composição e ciclo vital da família, presença de mercado de trabalho não



agrícola e diversas características do contexto regional e local, inclusive políticas na conformação e evolução dos empregos múltiplos (MJH). Esses, por definição, se referem especificamente às atividades remuneradas com uma base contratual convencional.

Ao final dos anos 80, a ampliação do conceito destinou-se a incluir atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados em dinheiro, levando a pesquisa de Arkleton Trust à adoção do termo *pluriatividade*, que pode incluir:

- a) emprego em outros estabelecimentos agrícolas de forma assalariada;
- b) atividades “paraagrícolas”, como alimentos e bebidas processadas;
- c) atividades não agrícolas no estabelecimento como turismo e hospedagem;
- d) atividades externas não agrícolas, como empregar-se de forma assalariada em outro ramo de atividade, (Fuller, 1990: 367) (Kageyama, 2000).

De acordo com Fuller:

...la pluriactividad describe una unidad productiva multidimensional, en la que se emprenden actividades agrícolas y no agrícolas a su interior y fuera del mismo y por las cuales diferentes tipos de remuneración son recibidos (rendimientos monetarios, rentas en especie y transferencias). (FULLER, 1990:367)

Para muitos autores, a unidade de análise (seja para construir tipologias de tipo quantitativo, seja para estudos sociológicos e antropológicos mais profundos) deve ser a família (*family*) ou a unidade de exploração familiar (*familiar household*), porque é nesse âmbito que são realizadas as decisões relativas às estratégias de sobrevivência do grupo doméstico e de reprodução dos ativos aplicados na exploração agrícola.

A família seria a primeira “agência” que oferece trabalho, podendo-ser em ocupações diversas e de diferentes segmentos ou setores. Assim, a pluriatividade não é um fato totalmente individual e tampouco uma eleição puramente da lógica familiar. A família representa o núcleo que toma as decisões sobre a produção do estabelecimento e concorda com essas decisões, apresentando-as, logo, a cada um de seus membros nesse processo. O oferecimento do trabalho entre o estabelecimento familiar e o mercado não depende só da demanda externa por trabalho, ele é produto das decisões interdependentes e da intensidade de pluriatividade no interior da família.

A pluriatividade nesse esquema não seria de uma eleição ocupacional qualquer, mas, sim, uma opção precisa de certo tipo de trabalho, com permanência no tempo, retribuição e perspectivas de carreiras bem determinadas. Sua difusão contribui de maneira importante para incentivar processos de homogeneização social entre as famílias agrícolas e não agrícolas (Kageyama, A., 2000).

Como assinala Shucksmith (1989), o fenômeno da pluriatividade não é um fenômeno recente no tempo; o que se transformou foi a *natureza* das outras fontes de renda e emprego, em direção às atividades e dos negócios não agrícolas.

Em nível micro, a unidade pode ser a *família* – seja no sentido demográfico, seja como unidade familiar de produção, pois a decisão de um de seus membros de combinar atividades externas (não agrícolas) com a atividade agrícola implica redistribuir os recursos produtivos de toda a família. O cálculo do balanço entre os tempos de trabalho e as rendas pertence ao âmbito familiar. Entretanto essa unidade também pode ser o indivíduo, se a família passou a ser a soma de qualificações e estratégias profissionais de seus membros.

O que importaria seria a existência do mercado de trabalho com necessidades que podem ser satisfeitas pelos membros das famílias rurais pluriativas, as quais não dependeriam da delimitação urbana rural, e sim das características econômicas, sociais e culturais das economias **locais e regionais**. Diante disso, os aportes dos estudos sobre a pluriatividade incorporaram a conceituação de que nem todas as atividades econômicas no meio rural seriam de perfil agrícola e que existiriam diferentes formas de remuneração.

Observa-se, então, outro olhar teórico sobre a temática em questão, pelo qual a ênfase essaria sobre a distribuição espacial num território determinado. Nesse sentido, um recente artigo do Prof. Abramovay (2000) afirma que existiria uma linha em comum entre os trabalhos da Europa, os norte-americanos e os recentes levada adiante pela Divisão de Desenvolvimento Rural da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (ver FAO/DAS, 1998) para América Latina, nos quais o rural não é definido pela oposição, e sim pela relação com as cidades.

Portanto, o que se estaria defendendo é que a unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas as economias territoriais ou regionais e, especificamente, aquelas onde as pessoas vivem em áreas populacionais menos densas que no resto do país. Em outras palavras, o conceito de desenvolvimento rural baseia-se num elemento espacial e multissetorial, partindo do ponto de vista produtivo do qual a agricultura faz parte.

O Professor Abramovay acrescenta que existiram três aspectos básicos na literatura internacional, na linha do pensamento mencionada sobre o meio rural: *a)* a relação com a natureza; *b)* a importância das áreas não densamente povoadas; e *c)* a dependência do sistema urbano.

#### **1.4 O retorno do conceito de território**

As diferentes perspectivas analíticas que trabalham na sociologia rural parecem atribuir um significado cada vez mais relevante ao enfoque territorial, que começa a figurar como uma importante unidade de análise conceitual entre os estudiosos do tema.

A emergência da abordagem territorial coloca o pressuposto de que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deve ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente, ou contexto objetivo, em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território, mas não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois essa perspectiva também propõe que as soluções e as respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços se encontram neles mesmos.

No que se refere à indagação acerca dos fatores que ocasionaram a emergência da abordagem territorial, é possível afirmar que a origem está em dois processos distintos. O primeiro deve-se ao esgotamento teórico e prático da abordagem regional, que torna evidentes os limites da noção de região como unidade de referência para se pensar as ações e as políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento rural.

O desgaste da noção de região e, mais precisamente, de desenvolvimento ou planejamento regional iniciou-se com a crise da capacidade de intervenção macroeconômica e macrossocial do Estado, que ocorreu a partir de meados da década de 70 e se aprofundou na década seguinte, especialmente com a influência crescente do ideário neoliberal sobre as perspectivas *keynesianas*, que vigoravam desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Não se trata aqui de aprofundar esse debate teórico, mas vale lembrar-se que, na geografia clássica, o conceito de região, defendido por Paul Vidal de La Blache, fazia referência às qualidades de relevo, clima, geologia, localização, dentre outros, que caracterizavam determinados espaços habitados e utilizados com finalidades econômicas por uma determinada população. La Blache trabalhou, num primeiro momento (início do século

XX), com a noção de região natural, alicerçada na geologia, em que a individualidade de determinada área viria através de elementos da natureza.

A região seria um instrumento apolítico e de uma neutralidade científica desejável e obrigatória para La Blache, características que, na realidade, estavam somente no discurso, pois legitimavam ideologicamente os interesses econômicos e políticos franceses (MORAES, 1997 *apud*, SCHNEIDER, S. e PEYRÉ TARTARUGA, I., 2005).

Aos poucos, essa noção de região tornou-se, ao mesmo tempo, um instrumento analítico para descrever as características naturais dos espaços, permitindo sua classificação e tipificação, e uma ferramenta com finalidades normativas, visto que, mediante o conhecimento das características geográficas de um espaço determinado, tornou-se possível estimar, medir e comparar a eficiência econômica com que os homens faziam uso dos recursos nele disponíveis, podendo-se tomar, como exemplo, a atividade agropecuária.

Assim, foi possível medir a geração de riqueza segundo regiões distintas (micro, meso e macro passaram a escalas regionais mais utilizadas) de países e continentes, calcular seu tamanho e comparar, ao longo do tempo, a evolução de seu crescimento. Portanto, regiões desenvolvidas passaram a ser aquelas que apresentavam indicadores favoráveis de crescimento como os demográficos, os educacionais e, sobretudo, os econômicos (medidos pelo Produto Interno Bruto (PIB), pela renda *per capita*, etc).

Por esse viés, orientaram-se as ações de planejamento e atuação do Estado, via políticas públicas, visando estimular o crescimento nas diferentes regiões e privilegiando, em especial, as áreas urbanas pela simples razão de que, nessas, as respostas dos agentes econômicos aos estímulos externos eram mais favoráveis e se traduziam mais rapidamente em incremento nas taxas de crescimento. Em síntese, pode-se dizer que a visão urbana e industrial do desenvolvimento se assenta numa concepção analítica e operacional que toma a idéia de região como unidade de referência.

Contudo, a partir de meados da década de 70 e, mais especialmente, durante a década de 80, quando novos critérios de julgamento e avaliação do que poderia ser definido como desenvolvimento, como os conceitos de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, passaram a vigorar e a se legitimar, começou a assistir-se a mudanças significativas em relação ao conteúdo conceitual e normativo do conceito de região.

Existe farta bibliografia indicando o anacronismo da idéia de que o desenvolvimento se restringe ao crescimento econômico e que, portanto, regiões desenvolvidas podem não ser aquelas que fazem uso eficiente dos fatores de produção. Mais do que isso, a mudança de

critérios e métodos de abordagem do desenvolvimento também modifica a atuação normativa dos agentes, das instituições e do próprio Estado, cuja ação de intervenção deixa de ter na região uma unidade de análise capaz de garantir resultados eficientes. Em resumo, a abordagem regional perde seu poder explicativo enquanto referência teórica e conceitual e torna-se insuficiente como instrumento para o planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos.

É nesse contexto que ganha relevo o território, agora como uma noção de estatuto operacional que permite a superação dos condicionantes e dos limites do aporte regional. Entretanto o território que reemerge não tem nada a ver com o conteúdo geopolítico da definição de Estado-nação que lhe empreendera originalmente o geógrafo alemão e prussiano Friedrich Ratzel, o qual dividiu a geografia em três grandes campos de pesquisa: a geografia física, a biogeografia e a antropogeografia. A essa última questão, Ratzel dedicou a maior parte de seu trabalho, definindo o objeto da geografia e dando início à Geografia Humana, em cujo pano de fundo está o problema das relações existentes entre natureza e humanidade.

Para Ratzel, a espacialidade (compreensão espacial, sobretudo, da realidade objetiva) de sua antropogeografia estaria em dois conceitos fundamentais e relacionados, ou seja, o de espaço vital e o de território. Enquanto o território seria:

...uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. [...] O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. (MORAES, 1990, p.23 *apud* SCHNEIDER; PEYRÉ TARTARUGA, 2005.)

Em definitivo, cada coletividade teria uma necessidade imperativa de um território com recursos naturais suficientes para sua população, recursos esses que seriam utilizados a partir das capacidades tecnológicas existentes. A formulação ratzeliana indica que a propriedade de determinado espaço – portanto, território – supõe a sua defesa e a conquista de novos territórios, se for justificada a necessidade de mais território para a existência da população. Assim, a propriedade e a luta são colocadas como elementos comuns da História.

O conceito de território ratzeliano tem por referencial o Estado, o qual se expressa na seguinte passagem:

O Estado não é, para nós, um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo imóvel, mas porque essa união se

consolidam tão intensamente através de interação que ambos se tornam um só e não podem mais ser pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir (RATZEL, 1974 *apud* SOUZA, 1995, p. 85).

Por conseguinte, o conceito de território fica “naturalizado”, pois torna-se vinculado ao solo, o que justificaria a obtenção de novos territórios, devido à necessidade de espaço vital para um Estado-nação, e o território nacional passa a ser o vínculo fundamental entre os diversos grupos sociais.

O contexto histórico das formulações ratzelianas é o da unificação alemã em 1871, em que o recém criado Estado alemão, surgiu com características expansionistas claras. Portanto, as idéias de Ratzel são muito apropriadas e funcionais para o Estado alemão, que necessitava de mais territórios – segundo essa perspectiva – para sua existência e seu desenvolvimento e, conseqüentemente, para a conquista de mais territórios ainda. Em resumo, a geografia de Ratzel e a discussão sobre o território eram explicitamente vinculadas a interesses políticos (SCHNEIDER; PEYRÉ TARTARUGA, 2005).

Logo após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de análise espacial predominante era o de região, e o conceito ratzeliano de território perdeu vigor no meio acadêmico e político. Contudo o conceito de território voltou a ser debatido, na década de 70, como explicativo da realidade.

Entre alguns autores que retomam a discussão sobre o conceito de território, encontra-se o geógrafo norte-americano Jean Gottmann, tendo como referência a obra *The Significance of Territory*, publicada em 1973 (GOTMANN, 1973). Atualmente mais conhecido por seus estudos sobre as grandes cidades (principalmente o que ele chama de megalópolis), o debate levantado por ele sobre o território, na década de 70, começa a tomar relevância com relação a problemas atuais como globalização, terrorismo e integração européia (PREVELAKIS, 2002).

Naquele período, Gottmann centralizava sua abordagem no significado do território para as nações, e sustentava que a relação das pessoas com o seu território se apresenta de diversas formas – geográficas políticas e econômicas. Como assevera o autor, suas análises estão circunscritas ao contexto ocidental. O território, para os geógrafos, é uma parcela do espaço definida por limites (linhas), que possui um sistema de leis e uma unidade de governo, a partir do qual as respectivas localização e características internas são descritas e explicadas, definindo, portanto, o parcelamento do mundo (*partitioning*) dentro da história da humanidade (GOTMANN, *apud* SCHNEIDER; PEYRÉ TARTARUGA, 2005).

Em definitivo, Gottmann defende que o significado de território se foi modificando com o passar do tempo, dentro da História Ocidental. Por exemplo, na Roma Antiga, as possibilidades de acessibilidade aos espaços determinavam territórios; assim, os obstáculos, ou as facilidades naturais (topografia, vegetação, hidrografia, etc.), tinham um papel de destaque. Posteriormente, a partir do século XVII, a questão principal era a soberania na segurança dos territórios dos Estados-nações que estavam surgindo.

Outro elemento de destaque, nesse período, era o das oportunidades econômicas advindas dos territórios, como espaço físico, concomitantemente ao surgimento do capitalismo. A partir desse período histórico, o território assumiu o fundamental papel de receptáculo dos meios econômicos das pessoas, ou seja, a agricultura e a indústria nascente (meados do século XVIII) deveriam ser auxiliadas pelos Estados territoriais.

A obra de Gottmann encerro-se com a análise da realidade mundial até a década de 70. Nesse contexto, o território possui significado como uma parcela do espaço, caracterizada pela acessibilidade ou não, em meio à fluidez moderna. Essa fluidez resulta, sobretudo, dos grandes avanços tecnológicos do século XX aumentando, em alto grau, as probabilidades de circulação não só das pessoas como também dos produtos tangíveis a todos os lugares do planeta.

O autor desconsidera que poucas são as pessoas com possibilidade de acesso a todos os lugares, o que se explica pelo destaque feito com referência ao Estado, o ator mais importante, segundo ele, em que as viabilidades de trocas, sobretudo econômicas, entre os países são um indicativo disso. Além do mais, a fluidez, segundo o autor, apontaria para as integrações entre países.

Tal contexto fez Gottmann concluir que a definição e o significado de território devem ser relacionais, mais na atualidade que no passado. Um aspecto imprescindível para a compreensão da realidade, principalmente internacional, é o das relações entre os países, que podem ser econômicas, culturais e, a de maior destaque para Gottmann, políticas (geopolíticas). Nesse sentido, esse autor sustenta que os territórios proporcionam às respectivas sociedades a capacidade da complementaridade com os de fora e, até mesmo, com o mundo.

Como atestam Haesbaert (2004) e Prevelakis (2002), os trabalhos de Gottmann foram importantes para o debate da geografia política. Entretanto, esse debate, em termos conceituais, continua na mesma linha do conceito de território preconizado por Ratzel – prevalência do território estatal –, e, portanto, essas contribuições são limitadas ao eixo território-Estado.

O geógrafo francês Claude Raffestin (1993), por meio de sua obra *Por uma Geografia do Poder*, publicada em 1980, iniciou o debate acerca de território colocando em questão sua conceituação a partir de uma dimensão exclusivamente referente ao poder estatal. Raffestin partiu de uma crítica ao que denomina “geografia unidimensional”. De forma explícita, a análise desse autor vai de encontro à perspectiva ratzeliana.

Segundo Raffestin, uma evidência clara dessa exacerbação do poder estatal, em Ratzel, está na caracterização dos conflitos que seriam tão-somente aqueles entre Estados – guerra entre Estados –; outras formas de conflitos não seriam consideradas relevantes, a exemplo das revoluções que ocorreram no interior dos Estados, apesar de, muitas vezes, questionarem a própria estrutura de poder Estatal.

Como alternativa analítica a esse território estatal, Raffestin defende a existência de múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais e locais. Coloca-se, assim, em proeminência uma geografia do poder ou dos poderes e uma melhor significação da geografia política. Daí decorre uma diferenciação conceitual importante: enquanto a geografia política assume a análise da multiplicidade de poderes e, portanto, dos múltiplos atores, a geopolítica aborda o poder de um Estado ou da relação entre dois ou mais Estados, sendo essa, sim, uma geografia do Estado.

Em relação ao poder, Raffestin, explicitamente calcado no pensamento de Michel Foucault, afirma que “...[o] poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;... [as] relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;” e “...onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, essa jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 53 *apud* SCHNEIDER; PEYRÉ TARTARUGA, 2005)

Na perspectiva de Raffestin, o território é entendido como a manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais, relações essas determinadas, em diferentes graus, pela presença de ações e estruturas concretas e de ações e estruturas simbólicas. Essa compreensão permite pensar o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R), baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade às ações e as estruturas simbólicas; em outras palavras, a informação, ou não, de símbolos e/ou de significados podem fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização).

Outra importante obra no debate sobre o território, *Human Territoriality*, do geógrafo norte-americano Robert Sack (1986), examina a territorialidade humana na perspectiva das



motivações humanas. Territorialidade como a base do poder. Por isso, o autor parte da crítica à idéia de que a territorialidade humana é um desdobramento do comportamento animal e, portanto, instintiva e agressiva (SACK, *apud* SCHNEIDER; PEYRÉ TARTARUGA, 2005).

Para Sack, a territorialidade é uma tentativa, ou uma estratégia, de um indivíduo, ou de um grupo, para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas através da delimitação e do controle de áreas específicas – os territórios. Em termos gerais, essa delimitação torna-se território somente quando seus limites são utilizados para influenciar o comportamento das pessoas, através do controle de acesso aos seus limites.

Dessa forma, os territórios possuiriam diferentes níveis de permeabilidade, ou de acessibilidade, às pessoas, aos objetos ou aos fluxos dos mais diferentes tipos. Uma cela em uma prisão de segurança máxima, exemplifica Sack, é mais territorial do que uma sala de espera de um dentista.

Essa definição de território remete a dois elementos relacionados ao controle de acesso. Primeiro, o território de um indivíduo ou grupo está referenciado a uma forma de classificação por área, ou espacial, isto é, classificando o que é desse indivíduo ou grupo e o que é dos outros, e definindo capacidades de convivência entre os diferentes (alteridade). Segundo, o território contém formas de comunicação que podem ser sinais ou marcas, até mesmo simbólicas, definindo os limites.

Esse autor defende que a maioria dos territórios tende a ser fixa no espaço, mas alguns podem mover-se – territórios móveis. Além disso, Sack destaca que uma área pode ser utilizada como um território em um momento ou período qualquer e perder essa qualidade em outro. Em outros termos, uma área, para ser território, necessita de um esforço constante para manter as estratégias capazes de influenciar e controlar o acesso através de seus limites, e, quando essas cessam, o atributo territorial também cessa.

Entretanto, as contribuições mais importantes desse autor para o debate sobre o território dizem respeito a dois aspectos. De um lado, à flexibilidade e à abrangência desse conceito. Através do seu conceito de território, Sack analisa desde uma comunidade indígena norte-americana até os territórios no âmbito familiar de um lar comum (por exemplo, os “territórios” proibidos de uma criança pequena dentro de casa), passando também pelos territórios da igreja católica. Logo, o conceito pressa-se a análises em diferentes escalas e normas de conduta e de convivência (cultural e política). De outro, ...a territorialidade, como um componente do poder, não é somente um meio de criação e manutenção da ordem, mas é um instrumento para criar e manter muito do contexto geográfico através do qual nós

experenciamos o mundo e damos a ele significado (SACK, 1986, p. 219 *apud* SCHNEIDER; PEYRÉ TARTARUGA, 2005).

Sucintamente, verificaram-se alguns dos autores e suas respectivas idéias, responsáveis pelo regresso do conceito de território para o debate acadêmico: Gottmann, ressalta o valor do território para a organização das nações e entre as nações; rompendo com a concepção exclusivamente orientada para o território estatal, Raffestin mostra a existência de múltiplos poderes, além do Estado, que se realizam através de fluxos desiguais de energia e de informação nas relações sociais; enquanto Sack enfatiza o controle do acesso a certo espaço como definidor do território, através das mais diferentes escalas, desde a pessoal até a mundial.

Nessa altura da discussão, convém refletir-se sobre alguns aspectos que marcaram, e ainda marcam, a história contemporânea e que estão, de alguma maneira, relacionados ao ideário territorial dos autores anteriormente abordados – Gottmann, Raffestin e Sack –, ou seja, convém refletir-se sobre o contexto histórico em que se deu esse retorno do conceito do território.

Essa volta do conceito território, porém renovado, ocorreu justamente na passagem do regime de acumulação *fordista* do pós-guerra nos países ocidentais, caracterizado pela produção industrial estandardizada, apoiada no consumo em massa e pela forte intervenção estatal de cunho keynesiano (Estado de bem-estar social), para um regime de acumulação flexível, o que alguns denominam período pós-fordista, sendo esse caracterizado como um regime que se contrapõe à rigidez fordista (HARVEY, 1996; BENKO, 2002).

O novo regime requer flexibilidade tanto nos processos de produção quanto nas relações de trabalho, tendência que está dentro do movimento de transnacionalização do capital, que se pode traduzir no controle internacional capitalista dos locais de produção, de um lado, e da classe operária geograficamente separada, de outro. Isso, aliado à tendência geral de descentralização da gestão estatal, provocou uma mudança na compreensão e mesmo no controle (normativo) dos espaços, nos quais os recortes nacionais são cada vez mais atravEstados pelo transnacional.

Nesse quadro de economia transnacional, o Estado-nação perdeu o controle de muitas atividades que antes eram de sua competência (no caminho do Estado mínimo). As grandes ganhadoras nesse contexto, foram as organizações cujas ações não eram limitadas pelas fronteiras nacionais: as empresas multinacionais, o mercado financeiro internacional, os meios de comunicação via satélite.

Entretanto, como sustenta Hobsbawm (1995), de maneira paradoxal, a essa situação de relativo enfraquecimento do Estado-nação seguia-se uma tendência nada desprezível de aparecimento de novos Estados-nações (menores), ou, mais apropriadamente, de várias tentativas de divisão de Estados-nações.

A partir da década de 70, esses movimentos separatistas que pareciam circunscritos a países ocidentais, como a Grã-Bretanha, a Espanha e o Canadá, também podiam ser considerados socialistas, como a Iugoslávia e países do Oriente. Segundo Hobsbawm (1995), esse novo nacionalismo separatista era uma combinação de três fenômenos, o que ilustra, de forma esclarecedora, a pertinência do retorno do território como conceito explicativo da sociedade contemporânea.

O primeiro deles está na resistência ao enfraquecimento dos Estados-nações existentes; resistência que se justifica por questões econômicas e culturais, ou por ambas. O segundo, referente ao que Hobsbawm chama de egoísmo coletivo da riqueza, em que as disparidades entre países e regiões acabam fortalecendo o surgimento, ou a tentativa, de processos de secessão, a exemplo do País Basco e da Catalunha, as regiões mais prósperas da Espanha, onde os ricos tentam manter sua riqueza para si mesmos. E o terceiro fenômeno é do aparecimento das mais diversas, e muitas vezes precárias, comunidades – comunidade *gay*, comunidade de informações, dentre tantas outras.

Esses vários grupos de identidade põem em evidência o sentimento de pertença, que possibilita aos indivíduos novos significados e, normalmente, sem interesse pela criação de Estados. Esses três fenômenos iluminam, de diferentes ângulos, a relevância do uso do território como ferramenta analítica da realidade social.

O território estatal, como utiliza Gottmann e mesmo Ratzel, não perdeu sua centralidade no cenário mundial, ele é apenas um tipo específico de território. Os mesmos elementos utilizados para a manutenção dos “velhos” Estados-nações – os costumes, as tradições, a história de um povo – são manipulados para justificar os novos Estados, uma “flexibilidade” espacial dos territórios nacionais. E, por fim, muitos territórios de pequena dimensão, porém não desprezíveis numericamente, multiplicam-se e fortalecem-se como sustentáculos para a existência social do indivíduo.

A discussão do conceito de território tem seu retorno marcado num período histórico caracterizado pela união da ciência e da tecnologia com a informação, união que está, cada vez mais, na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço. Esse novo meio geográfico possui manifestações pontuais, que estão relacionadas a processos

encadeados, mostrando seu caráter universal (SANTOS, 1999 *apud* SCHNEIDER; PEYRÉ TARTARUGA, 2005).

“O retorno do território”, como aludiu Milton Santos (1999), está relacionado às mudanças socioespaciais e político-institucionais do capitalismo em sua fase pós-fordista (Harvey, 1993). Trata-se dos efeitos mais gerais da reestruturação dos processos produtivos, que não apenas se globalizam, mas também recompõem e afetam os territórios e as localidades que são a projeção particular sobre um espaço determinado. Nesse sentido, o território emerge como um processo vinculado à globalização, sobretudo porque a nova dinâmica econômica e produtiva depende de decisões e iniciativas que são tomadas e vinculadas em função dele.

Mais ainda, o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e para a regulação das políticas públicas. Justifica-se, na verdade, como uma tentativa de resposta do Estado, entendido como instituição jurídico-social, às fortes críticas as que vem sendo submetido, sobretudo, tendo-se em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência, etc.

Nesse cenário, ganham destaque iniciativas como a descentralização das políticas públicas, a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs e os próprios beneficiários, a redefinição do papel das instituições, além de que cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil. Contudo, para acionar e tornar efetivas as relações do Estado central com esses organismos locais, tornou-se necessário forjar uma nova unidade de referência, que passou a ser o território, e, conseqüentemente, as ações de intervenção decorrentes desse deslocamento passaram a denominar-se desenvolvimento territorial.

O segundo fator, que pode ser arrolado como motivo importante para a emergência da abordagem territorial, está baseado no questionamento crescente da dinâmica setorial de ramos da atividade econômica, que passaram a se desenvolver muito mais a partir de uma lógica de escopo do que de escala. Em suas revisões sobre a origem da abordagem territorial, dois trabalhos recentes (VÁZQUEZ BARQUERO; 2002 e SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2003) destacam o papel das transformações econômicas e o aparecimento de perspectivas de análise desses processos, relacionados ao enfoque do desenvolvimento endógeno ou territorial.

Ambos os autores privilegiam o entendimento de como a abordagem territorial foi apropriada e introduzida nas análises sobre o desenvolvimento econômico. Vázquez Barquero

(2001) sinaliza que, a partir da década de 80, confluíram duas vertentes do pensamento econômico, que hoje formam a base do que ele denomina paradigma do desenvolvimento territorial endógeno. De um lado, alguns herdeiros da perspectiva neoclássica (Robert Lucas, Paul Krugman, etc), buscavam uma maneira de incorporar a noção de espaço ao desenvolvimento econômico e explicar o papel das externalidades (inovação tecnológica, papel das instituições, educação, etc) para compreender as razões que levam à evolução ou ao atraso das regiões.

A outra vertente, mais empírica, surgiu a partir dos trabalhos de cientistas sociais italianos (Becattini, Bagnasco, Garofoli, etc), sobretudo economistas, preocupados em compreender as especificidades da industrialização da região da Terceira Itália, localizada no centro-sul do país (Emilia-Romagna, Toscana, etc). Essa vertente ganhou projeção a partir da formulação da tese de Piore e Sobel (1984), que indicaram que o processo italiano sinalizava a emergência de um novo modelo de organização dos processos produtivos industriais, denominado especialização flexível, que representaria um avanço em relação ao fordismo.

Na década de 80, os estudos de Bagnasco e Becattini sobre a industrialização difusa na Itália ganharam excepcional projeção internacional levando à retomada da idéia de distritos industriais, agora sob o enfoque das economias locais de proximidade (*clusters*) e do papel dos territórios (o *milieu* ou entorno). Os trabalhos de Becattini (*apud* VÁZQUEZ BARQUERO, 2002) e Bagnasco (1998), dentre tantos outros, indicaram que a especificidade do caso italiano residia na formação de sistemas produtivos com forte identificação das empresas e dos agentes econômicos com os territórios em que estavam localizados. Assim, os territórios passam a ser agentes de transformação social, e não um mero suporte de recursos físicos para objetos, atividades e processos econômicos (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002).

Os sistemas produtivos locais, gerados a partir de processos endógenos de desenvolvimento territorial, operam com base em relações de trabalho e de produção peculiares, que estão diretamente relacionadas ao ambiente social e à estrutura econômica, permitindo, assim, uma articulação das novas formas de produção com o modo de vida local.

Essa articulação, do tecido produtivo local com o ambiente socioeconômico levou à crescente utilização do conceito de entorno (ou *milieu*, conforme referiram MAILLAT, 1996 e AYDALOT, (1986), *apud* VÁZQUEZ BARQUERO, 2002), entendido como o espaço (físico, mercantil, cultural, identitário, etc) onde se dá a atuação dos agentes. De fato, *milieu* possui a conotação e passa a ser entendido como território. Seguindo essa perspectiva, José Reis (1992) definiu os territórios como espaços organizadores de funções econômicas, onde se iniciam, se desenvolvem e se potencializam processos relacionais de estruturação

produtiva, originando materialidades econômicas particulares em cujo contexto de funcionamento as referências de ordem local podem ser significativas.

A abordagem territorial promoveu a superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços, etc) e suplantou a dicotomia espacial rural *versus* urbano ou campo *versus* cidade. Na perspectiva territorial, as dicotomias e os antagonismos são substituídos pelo escrutínio da diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores (indivíduos, empresas ou instituições) adotam, visando sua reprodução social e econômica.

Não há determinismo de qualquer ordem ou evolução predeterminada, pois a viabilização dos atores e dos territórios dependerá do modo particular e específico de cada tipo de interação, das decisões e racionalidades. Como resultado, emerge a diversidade e a heterogeneidade social e econômica dos territórios, que se constitui no traço característico dos distintos caminhos e trajetórias que podem ser seguidos em direção ao desenvolvimento. (PECQUEUR, 1992, 1996 *apud* SCHNEIDER; PEYRÉ TARTARUGA, 2005)

Podemos dizer, então, que a noção de território deve ser pensada não exclusivamente em função do Estado-nação e as diferentes formas de exercício de seu poder, como foram apresentados pela escola geográfica francesa e alemã durante o século XX.

Nos últimos 25 anos, aproximadamente, intensificaram-se as mudanças socioespaciais e político-institucionais do capitalismo em sua fase pós-fordista, ou seja, os efeitos mais gerais da reestruturação dos processos produtivos que não apenas se globalizam, mas recompõem e afetam espaços sociais determinados.

Nesse sentido, o conceito de território emerge como um processo vinculado à globalização e, através da qual, definido como uma unidade espacial integrada por um tecido social com identidade particular, que tem como sustento material uma determinada base produtiva de recursos naturais ou do setor primário, articulada com outras formas de produção e de organização do trabalho, consumo e intercâmbio e coordenada por instituições e formas de organização que operam nela.

#### **1.4.1 O território: um espaço transformado**

O conceito de território possui diferentes abordagens, que variam de acordo com a perspectiva teórica de cada autor, como foi apresentado anteriormente; possibilita, de forma flexível, a caracterização e a delimitação do fenômeno a ser estudado, sendo entendido como

ferramenta analítica de apoio, que dá base à análise das relações dos fenômenos que construíram o espaço social dos atores estudados; representa o conjunto da dinâmica local, suplantando a antiga concepção de território enquanto Estado-nação. O local é entendido como objeto de estudo desprovido de capacidade de iniciativa e protagonismo, estando moldado por estruturas e processos superiores e exteriores.

A noção de território deve ser pensada não em função do Estado, mas valendo-se da necessidade e do interesse de cada localidade. O local, como categoria analítica, promove a expansão do território, é apresenta características de um agente mediador entre o âmbito mundial e o território, entre os quais faz a integração, via novas condições organizacionais do trabalho, que apelam para culturas especializadas e permitem formas de iniciativa em que se tornam relevantes às sociedades locais.

Nesse sentido, Reis (1992) observa que o local é, em certo sentido, o outro lado da globalização das estratégias produtivas no quadro da divisão internacional do trabalho. Não sendo uma entidade desprovida de qualidades, é um espaço com capacidade, sempre particular para cada caso, de oferta e de iniciativa como, por exemplo, as estratégias de complementaridade presentes nas economias familiares.

A idéia de localidade não define a natureza rural ou urbana do grupo nem as práticas e relações sociais que ele desenvolve. Para Carneiro (1998, *apud* Luther, A. 2005), o sentido de localidade não está presente em todo e qualquer espaço, ele é tão mais forte quanto mais forte for o sentimento de pertencimento a uma dada localidade.

A lógica de existência do grupo sustenta-se no conjunto de valores tidos como identitários e que serve para distingui-lo dos demais grupos. Nas relações de alteridade com os “de fora”, em que reside a capacidade de definir a identidade sustentada no pertencimento e no reconhecimento de um determinado espaço como próprio ao indivíduo e à família, o reconhecimento dá-se pela memória coletiva herdada de gerações anteriores (Carneiro 1998, *idem*, 2005).

Os marcos ou pontos de apoio dessa memória são os próprios componentes da paisagem geográfica física: rios, morros, montanhas, árvores, casas, igrejas, cemitérios, caminhos, que persistem no tempo, mesmo que transformados ou destruídos pela ação do homem.

Nas abordagens sociológicas, o território é uma referência globalizante, algo que está sendo construído paralelamente ao conceito de globalização, opondo-se ao discurso homogeneizador do espaço, mostrando possibilidades de reconhecimento e valorização das

especificidades locais e regionais.

A reivindicação cultural ganha importância na escala local, propiciando a invenção de alternativas de competitividade dos produtos gerados no interior desse território, vantagem que pode ser compartilhada coletivamente. Esse processo constrói um patrimônio sociocultural respaldado na tradição e na história locais e possibilita apontar alternativas inovadoras. Aos poucos, sedimenta a memória coletiva, rearticulando os saberes e as relações com o meio natural e com o patrimônio material e simbólico, e desencadeando processos de construção de cidadania (GELHEN; RIELLA, 2004).

Quando se trata de compreender que a globalização não é sinônimo de homogeneização, ela pode constituir-se na revalorização das heterogeneidades, sendo necessário estudar-se qual é a natureza dos processos de âmbito mais reduzido e, por isso, reapreciar-se o quadro espacial em que eles se inscrevem.

Na busca de uma nova abordagem espacial para o desenvolvimento, o território emerge como uma unidade de referência para as ações públicas na expressão de desenvolvimento territorial, sendo entendido numa perspectiva política de ação estatal e na tentativa de desenvolvimento local.

A temática do desenvolvimento territorial local desperta grande interesse na atualidade; vale salientarem-se as abordagens de Abramovay (2004) e Veiga (2000). O território passa a motivar uma elevada diversidade de iniciativas que tomam o local como um espaço de efetiva atuação de atores sociais, na busca do desenvolvimento de baixo para cima, capaz de priorizar as decisões comunitárias em relação aos planos gerais e de mobilizar os recursos disponíveis com o fim de promover o desenvolvimento. (LUTHER, 2005)

A abordagem do desenvolvimento territorial tem como pressuposto o reconhecimento da necessidade de integração dos espaços e das populações marginalizadas aos processos de desenvolvimento macrorregional e nacional. Dessa maneira, o território pode ser entendido como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2003, p.23).



O território rural, na perspectiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA) apresenta, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais” como um ambiente natural pouco modificado, de baixa densidade demográfica, com base na economia primária, mantendo os hábitos culturais e as tradições típicas do universo rural. Nesses territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados (BRASIL, MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2003).

A globalização não apagou a presença dos atores políticos, mas criou para eles novos territórios, devido aos quais se inicia um processo histórico diferente no uso do espaço. Assim, a criatividade, a negociação e a capacidade de mobilização são os mais importantes instrumentos para conquistar um lugar no espaço público.

Na compreensão da complexidade do processo de decomposição e recomposição do sistema social e territorial, vale chamar-se atenção para a diversidade de entendimentos que o conceito de território alcança. Sendo assim, Haesbaert (2002) afirma:

Não significa que tenhamos de mergulhar de corpo e alma nas vagas do novo, mais uma vez. Trata-se de incorporar em nossas reflexões a diversidade, e nela a convivência com o velho, na complexa virtualidade da mudança, no surgimento permanente do novo, que é, sem dúvida, um dos marcos fundamentais da modernidade. Se, por um lado, esses signos do novo se impõem, é porque se sobrepuseram a outros já existentes, ocorrendo entre eles um processo de luta e interação que caracteriza essa dinâmica. Paralela e concomitante revela-se um outro ângulo, que é o da preservação ou resistência, resíduo do processo de substituição e que deve ser igualmente considerado em nossa análise (HAESBAERT, 2002, p80).

Esse conceito operativo define a problemática em estudo e delimita o universo social pesquisado. O território rural é construído e reconstruído no uso e na transformação da paisagem rural e, conseqüentemente, pelas relações internas e externas do local.

A revalorização do rural está na busca da sociedade para encontrar saídas para os problemas decorrentes do modo de vida da modernidade pós-fordista, como o *estresse*, a agitação, a falta de reciprocidade, a má alimentação e, ainda, problemas de ordem ambiental, poluição, barulho, trânsito, etc., abrindo novas oportunidades de emprego para quem vive no campo. O mundo rural torna-se suporte de um imaginário e de práticas alternativas na atualidade, transforma-se em substrato privilegiado para a construção de identidades coletivas referenciadas em territórios delimitados.

As unidades familiares passam a ser vistas como portadoras de vantagens específicas, que permitem a atualização das diversas atividades esperadas desse processo que, no tocante à organização do trabalho, estão além dos limites da produção agrícola (alimentos e matérias-primas diversas). Entre elas, estão a ocupação não agrícola e a pluriatividade dos membros da família de agricultores, a conservação da paisagem física rural, a valorização do patrimônio cultural, o turismo, a oferta de produtos agrícolas naturais (sem ingredientes químicos artificiais) e a inserção social - significando o reconhecimento da importância do território rural para a sociedade.

Ao se pensar no território como conceito de análise deve-se ter em consideração os seguintes elementos:

- e) as características que apresentam a economia rural no território;
- f) a heterogeneidade espacial e socioeconômica;
- g) a diversidade institucional e política das situações locais;
- h) a diferenciação de oportunidades e as potencialidades existentes na população;
- i) as diferenças ecológicas entre as unidades territoriais;
- j) o enlace entre as cidades e o resíduo da economia;

Considerando-se isso, pode-se pensar o território como uma unidade espacial, sustentada materialmente em uma base de recursos naturais, mas que consegue coordenar formas de produção, intercâmbio e consumo industriais e de serviços e, por último, ser articulada por instituições e pelas formas de organização que operam nela. Ao menos quatro elementos emergem dessa nova visão, que pensa o território como um produto social e histórico (ECHEVERRI, 2003):

- a) possibilita entender a gerência e o desenvolvimento mais eficientemente;
- b) explica melhor as relações intersetoriais e a potência do trabalho multidisciplinar;
- c) permite integrar os eixos fundamentais do desenvolvimento sustentável, quer dizer, os aspectos da organização econômica, da relação com o meio natural, da organização social e política e da articulação dos elementos culturais do território;
- d) gerencia a integração do conhecimento acumulado por nossas sociedades para se conseguir um propósito harmônico e democrático.

Deve-se refletir e pensar que a organização do território não é apenas um resultado da distribuição dos fatores móveis (trabalho e capital) e de dotações fixas de recursos naturais.

Os territórios identificam-se também por serem organizadores de funções econômicas, ou seja, por iniciarem, desenvolverem e potencializarem processos relacionais de estruturação produtiva, originando materialidades econômicas particulares, em cujo contexto de funcionamento as interferências de ordem local podem ser significativas.

No debate contemporâneo, a idéia de espaços territoriais encontra-se reavaliada. Estes são entendidos como um conjunto estruturado e complexo, assentado em relações reticulares ou de rede e em modos próprios de comunicação e sociabilidade. Como diz José Reis:

...o espaço não poderá ser visto só como um lugar de projeção de racionalidades econômicas exteriores, deverá também ser analisado na sua espessura, isto é, através dos seus elementos constituintes, quer os de natureza material, quer os de natureza simbólica e cultural” (REIS, 1988, p128).

Veja-se de forma breve, a evolução do conceito de espaço. Durante o século XIX, o liberalismo triunfante colocou como idéias predominantes do espaço a distância, como condicionante de mobilidades, subestimando a região como identidade, pois se preocupava pelas localizações das atividades agrícolas em primeiro lugar e, depois, pelas industriais.

Posteriormente, na perspectiva de Von Thünen (1826), o espaço era regulado por confrontos de preços e de custos. Tal autonomização do econômico omite, ou deixa de considerar, os fatores constituintes dos territórios, as suas especificidades e capacidades de iniciativa. Da mesma maneira, essa posição fundamental de exterioridade, face aos espaços localizados, esteve presente quando o reconhecimento das desigualdades espaciais introduziu a questão do espaço polarizado e se projetaram, no espaço econômico, políticas de localização ou de realocização de atividades.

Esses discursos colocaram os contextos socioeconômicos como eixo da análise, quando a necessidade de espaços nacionais livres de entraves regulamentares que influenciassem os preços levou à concepção de um espaço homogêneo no contexto da revolução industrial, na segunda metade do século XIX.

Com o passar do tempo, emergiu o contexto do desenvolvimento urbano e da acumulação capitalista como eixo da análise nas primeiras décadas do século XX, dada a necessidade de ordenação do território, que se associou à concepção de plano e de espaço polarizado. Já avançado o século XX, o contexto de internacionalização da produção e da troca desigual passou a ser o centro da análise, quando a concepção do espaço, isenta de

especificidades relevantes, associou-se a uma idéia de integração uniforme no funcionamento da lei do valor.

No debate contemporâneo, a idéia de espaços territoriais encontra-se reavaliada. Eles são entendidos como conjuntos estruturados e complexos, baseados em relações de redes e em modos próprios de comunicação e sociabilidade. Como diz José Reis:

...o espaço não poderá ser visto só como um lugar de projeção de racionalidades econômicas exteriores, deverá também ser analisado na sua espessura, isto é, através dos seus elementos constituintes, quer os de natureza material, quer os de natureza simbólica e cultural (REIS; 1988, p.128).

Nos últimos 35 anos, a crise econômica em 1973, foi também a crise dos modelos simples de observação e de interpretação das economias capitalistas. Com relação aos sistemas econômicos dos países desenvolvidos, esgota-se o modelo de produção denominado fordismo, o qual se entende como um modelo econômico que se assenta em duas características. Uma diz respeito ao sistema tecnológico industrial e às grandes aquisições no âmbito da racionalização e da divisão do trabalho, à incorporação do saber fazer em equipamentos especializados, ao aumento da dimensão das unidades de produção, com vistas à obtenção de rendimentos de escala. A outra tem a ver com a relação salarial e traduziu-se numa integração intensa e historicamente nova dos assalariados no consumo, especialmente dos bens duradouros.

Ao fordismo corresponde, assim, um compromisso original entre o capital e o trabalho, baseado numa nova lei de formação dos salários, já que estes, além de estarem indexados à evolução dos preços ao consumidor, incorporam também antecipações de ganhos de produtividade (REIS; 1988)

A entrada em crise desse modelo econômico levou a se refazerem, com cuidado, os modos de recomposição da relação salarial e de integração dos espaços econômicos entre os países subdesenvolvidos ou periféricos. Com relação ao plano internacional, a análise teve que começar a considerar a complexificação das mutações espaciais e do jogo de iniciativas produtivas, que relativizou a noção do modelo centro-periferia.

Essa crise levou a considerar a análise do sistema econômico a partir de uma visão que reconhece a integração como fator diferenciador, seja na integração dos territórios, seja do trabalho, seja das capacidades produtivas locais. Dessa forma fica, então, aberta a porta para se pensar o território como categoria analítica.

Na continuação, Reis acrescenta:

A idéia é que está em curso nesse momento nos países capitalistas centrais uma transição entre modos de regulação da economia que produz uma transformação importante do modo de integração dos países e das regiões periféricas e semiperiféricas. A característica mais importante dessa transformação é que, em vez de desprezar ou pretender destruir as especificidades sociais - político - econômicas de cada um desses países ou de cada região, alimenta-se delas e tende, por isso, a vincá-las. Um processo que se designa por integração diferenciadora (REIS; 1988, p.131).

Assim, o conceito de território é reintroduzido. Há que se conhecer o peso na análise e na dinâmica da reflexão dos fenômenos sociais, visto que, na década de 70, iniciou-se um processo de descentralização nas empresas nacionais e multinacionais dos países desenvolvidos, levando a considerar a funcionalidade do espaço local com relação às estratégias centrais ou das matrizes.

Ora, esse é um aspecto da reconversão espacial. Resta, ainda, considerar os fatores endógenos, que possibilitam reconhecer certa capacidade de regulação local ou regional, quer dizer, o tecido territorial, como espaço material de inter-relações entre agentes. As relações de produção de âmbito microsocial que estabelecem estratégias relativamente autônomas de índole familiar, que, por sua vez, se tornam mais relevantes quando as famílias, além de unidades de consumo, são também unidades de produção (BAGNASCO, 1985 *apud* REIS; 1988, p.132).

O que se quer destacar é a capacidade da funcionalidade, nesse caso, da lógica autônoma presente nos fenômenos econômicos locais. Considerar isso significa trazer à reflexão a percepção dos fenômenos entre o rural e o espaço de forma articulada. Sendo assim, as regiões e os espaços locais poderão ser analisados nas configurações sociais, econômicas, culturais e de política própria, nas quais as estratégias levadas adiante pelos atores nesse contexto não só fazem parte de estratégias centrais e descentralizadoras, mas também podem gerar estratégias locais de impacto reticular.

Nesse caso, é necessário pensar o rural não só como um espaço isolado e caracterizado pela produção primária, mas visualizá-lo como um espaço articulado e integrado de forma diferencial, no qual se intercalam atividades do sistema econômico produtivo primário, secundário e até do terceiro setor. Isso nos coloca diante de uma forma diferente de analisar os fenômenos sociais e, mais especificamente, os relacionados ao sistema econômico produtivo rural ou de territórios de baixa densidade populacional.

Assim, o espaço de baixa densidade populacional poderia ser pensado como espaço territorial a partir do momento de se incorporar à análise a capacidade integradora que possui e de procurar os processos relacionais de ordem territorial entre os sistemas econômicos produtivos dos espaços de baixa e alta densidades populacionais que geram esses processos e configuram um território, mobilizando as condições e fatores inscritos espacialmente. Nesse esquema, o território apresenta-se como um conceito que ajuda como “ponte” entre o local e o global, entre as especificidades da dinâmica social num espaço determinado e as tendências do desenvolvimento capitalista global.

Por último, entende-se que esses espaços de baixa densidade populacional, que se articulam com os espaços de alta densidade, permitem procurar uma linha de análise que possibilite interpretar as situações emergentes das ocupações não agropecuárias, as quais se originam localmente, de modos complexos de articulação, com os componentes dos modos de reprodução social locais, regionais ou territoriais.

Portanto, o espaço de baixa densidade populacional poderia ser pensado como um espaço social, com capacidade integradora dos processos relacionais econômicos produtivos primários, secundários e do terceiro setor, gerando e configurando um território articulado à dinâmica produtiva global e, por último, mobilizando as condições sociais, e políticas, e os fatores institucionais e culturais inscritos espacialmente.

O fenômeno social acontece e desenvolve-se num determinado contexto espacial. O espaço é uma dimensão da realidade e dos processos sociais que se observam no mundo material, o que significa que não existe o espaço como uma realidade, como dimensão dessa realidade, como é o temporal, ou seja outra dimensão da realidade social. Portanto, não se pode identificar o espaço como o território que é uma realidade, já que o mesmo contém a dimensão espacial e temporal.

O território é uma construção social, uma unidade espacial, integrada por um tecido social particular, que tem como sustento uma determinada base de recursos naturais. Essa é articulada por certas formas de produção, consumo e intercâmbio e coordenada por instituições e pelas formas de organização que operam nela, por meio de práticas, estratégias, percepções. A forma de interpretá-lo pelos grupos que o conformam, através da compreensão e do esforço que realiza a sociedade acerca da natureza, depende de um conjunto de condições, sejam ideológicas ou materiais, através dos quais se constroem os problemas e as formas de abordá-los.

Assim, o território é também um cenário do social e parte ativa da dinâmica ecológica e biológica, cujo desenvolvimento se encontra associado aos processos sociais, configurando uma relação social natural.

A perspectiva da dimensão territorial, na análise, remete a um marco teórico amplo, visando aos desafios que a nova ordem econômica social impõe à sociedade. O processo de desenvolvimento capitalista é desigual e excludente e, no atual contexto de globalização, cujo desenvolvimento não é homogêneo no espaço, mais o fragmenta e até o desestrutura. Essas lógicas materializam-se no território através de dinâmicas próprias, que facilitam, impossibilitam, condicionam ou transformam essas tendências globais, que têm, como resultados, regiões ganhadoras ou perdedoras no processo de desenvolvimento.

O território é um fator de desenvolvimento que se organiza socialmente e se expressa através das organizações sociais e produtivas, das instituições públicas, dos atores privados e das organizações da sociedade civil. Na medida em que possam participar num espaço democrático, que possibilite a construção planejada do desenvolvimento econômico e social, os impactos poderiam ser amenizados, com desenvolvimentos menos fragmentados, diminuindo as profundas desigualdades sociais de nosso continente.

Na atualidade, é difícil considerar os processos globais sem os observar em espaços reduzidos; por outra parte, o local tem significado no momento em que é contextualizado como integrante do processo geral de desenvolvimento. Um permanente pêndulo entre o micro e o macro impõe-se com força, como expressão da articulação entre os mesmos, que estariam indicando a complexidade das diversas escalas de análise. Nesse contexto, procura-se colocar o nexos como forma de articular processos que aparentam ser distantes: o global e o local.

Por conseguinte, os processos territoriais assumem particularidades no momento que se encontram inseridas num processo maior, ou seja, a dinâmica territorial toma uma determinada orientação, na medida em que faz parte do contexto global no qual se integra. Em outras palavras, na parte se reproduz o todo e o contexto territorial permite a visibilidade da tendência do processo global.

Entretanto, o processo de globalização encontra-se permanentemente interpelado pelas especificidades territoriais, através das quais os territórios identificam-se também por serem espaços organizadores de funções econômicas, ou seja, por iniciarem, se desenvolverem e potencializarem processos relacionais de estruturação produtiva, originando materialidades econômicas particulares em cujo contexto de funcionamento as interferências de ordem local podem ser significativas.

## **2- AS DINÂMICAS TERRITORIAIS NA PROVÍNCIA DE GRANADA (ESPANHA)**

No presente capítulo, se apresenta os dados relacionados às características sociais e produtivas dos territórios de baixa densidade populacional, da Província de Granada na Espanha. Pretende-se apresentar as transformações acontecidas ao final da década de 1990 no modelo de organização produtiva, seus impactos no território, em especial em aqueles de baixa densidade populacional e observar a distribuição de tais impactos no território.

### **2.1 As principais características sociais e produtivas do território de baixa densidade populacional da Província de Granada – Espanha**

Para analisar a situação da agricultura na Província de Granada, há que fazer constar à complexidade da mesma, devido à edafologia e climatologia, que dá lugar a que em Granada se dê a flora mais variada de Europa, e, em consonância com isso, está à diversidade de cultivos.

Pois se o clima e o solo são os fatores fundamentais que delimitam os cultivos, temos que, geomorfologicamente se descreve como terrenos paleozoicos do Primário na *Alpujarra* (materiais metamórficos), que dão uns solos cilícios, até os mais modernos do quaternário no Sulco *Intrabético*, composto por argilas de sedimentação que formam as depressões de Granada, *Guadix*, *Baza* e *Huéscar*, com suas magníficas *vegas*, passando pelas caliças do Secundário e Terciário que formam o resto da Província.

O clima vai desde o marítimo ao continental, do cálido ao frio, que motiva essa gama de vegetação que se estende desde os tropicais da costa à tundra de Serra Nevada, passando por todos os intermédios. As precipitações, vão diminuindo progressivamente desde os 600 litros por metro quadrado na parte ocidental até menos de 300 na oriental. Assim mesmo se agudiza o continente no sulco *intrabético*, ao estar rodeado de montanhas, em que as geadas são prolongadas e as temperaturas descem até – 10° C.

Ora, demograficamente a evolução e distribuição da população é um fator essencial no desenvolvimento do território em questão. É de salientar a crescente concentração da população em determinadas áreas geográficas, aquelas que oferecem maior potencial de desenvolvimento e de riqueza, e o envelhecimento progressivo da população, devido principalmente à diminuição dos índices de natalidade e mortalidade. Essas características, que são típicas de toda sociedade moderna, dificultam a promoção de atitudes econômicas em



aquelas zonas geográficas afetadas pelos fenômenos da população e o envelhecimento, o que supõe um freio às políticas orientadas ao desenvolvimento estadual equilibrado.

Acerca da densidade da população, a capital Granada e o cinturão dos Municípios que a rodeiam e Motril conformam o conjunto dos 15 Municípios que possuem a maior densidade de população na Província, superior a 380 hab/km<sup>2</sup>. Desses, cinco superam os 1510 hab/km<sup>2</sup>. Esses 15 Municípios são representativos da elevada concentração da população da Província de Granada, ao agrupar 47,8% do total de sua população.

Salobreña, Molvízar e Almuñecar somam-se a outros Municípios localizados na área de influência da capital de Granada, como Atarfe, Fuente Vaqueros, Chimeneas e Cijuela, e constituem o segundo grupo de Municípios segundo a densidade de população em ordem decrescente, de 120 a 380 hab/km<sup>2</sup>.

Os demais Municípios da Província, que somam um total de 134, contam com uma densidade de população inferior aos 120 hab/km<sup>2</sup> e são 37,2% da população total da Província. Pode ser classificar dos em dois grupos: o primeiro, com uma densidade compreendida entre 30 e 120 hab/km<sup>2</sup>, compreendem Baza, Guadix, aos Municípios limítrofes com Malaga e Córdoba e o conjunto de Municípios situados numa faixa que começa em Granada capital até a costa com o Mar Mediterrâneo. Finalmente, os Municípios do nordeste granadino, os situados na serra de Albania de Granada e os Municípios da Alpujarra granadina formam um segundo grupo, com uma concentração da população inferior aos 30 hab/km<sup>2</sup>.

Em relação à dinâmica da população, representada mediante a variação entre os Censos de 1981 e 1991 cabe destacar-se que 106 dos 168 Municípios da Província diminuíram sua população nesse período. Na atualidade, as zonas da Província nas quais a população se encontra em crescimento são a costa de Granada, Granada capital e sua zona de influência, e a área que se estende por La Vega granadina até o final do Município de Loja. Há que se destacar seis Municípios que contam com um crescimento entre 40 e 80% da população nesse período, que são Churriana de la Vega, Los Ogíjares, Cájar, Huetor Vega, Cenes de la Vega, e Albolote.

O envelhecimento progressivo da população traz o problema da escassez de mão-de-obra e os baixos níveis de qualificação dessas extensas zonas da Província, o que se reflete nas pirâmides de população da maioria dos Municípios, que apresentam forma invertida.

Utilizando como referência o índice de envelhecimento da população, que reflete a percentagem da população superior a 64 anos existente num município em relação à

população menor de 15, são 40 municípios da Província que possuem um índice de envelhecimento superior 23%. Ou se já, para cada 100 pessoas com idade inferior a 15 anos, existem 23 maiores de 64 anos. E, ainda, a projeção realizada pelo Instituto de Estatística de Andaluzia, para os próximos anos estima um aumento da esperança de vida, evidenciando que população maior de 64 anos tende a aumentar.

Ao se observar a renda familiar líquida disponível *per capita* para os municípios da Província de Granada, pode-se realizar uma primeira classificação dos mesmos, tomando como referência a média provincial, que é de aproximadamente 3.532 euros por habitante.

Um primeiro grupo está constituído por aqueles municípios com uma renda *per capita* superior à média provincial, que são 80 municípios localizados geograficamente no cinturão de Granada capital, na faixa que se inicia na mesma e se estende até a costa com o Mar Mediterrâneo e no eixo Granada – Loja, no qual se inserem os Municípios: Guadix, Baza, Caniles, Puebla de Don Fabrique, Alquife e Hueneja. Os municípios com uma renda inferior à média provincial constituem o segundo grupo e localizam-se no nordeste da Província de Granada, na área limítrofe com a Província de Jaén e de Córdoba, na Sierra de Albania e na Alpujarra de Granada.

Segundo a posição relativa dos Municípios por níveis de renda per capita, nos 30 primeiros lugares, além de Granada capital, encontram-se municípios turísticos (Almuñecar, Monachil), outros com uma evidente especialização industrial e que podem oferecer emprego a outros municípios limítrofes (Atarfe, Armilla, Santa Fe, Peligros), outros que se destacam como áreas residenciais (Churriana de la Vega, Cájar, Alfacar e Las Gabias) e, finalmente, Municípios como Alquife, que, devido a sua especialização no setor mineiro, apresenta um elevado nível de renda.

É interessante observar-se o fato de que os maiores níveis de renda por habitante correspondem àquelas zonas que contam com uma maior presença do setor serviços, do setor indústria e da construção, o que se associa também com alta densidade populacional em crescimento na atualidade.

Quando se observa a questão produtiva, dentro da multiplicidade de espécies, destacam-se como os cultivos mais importantes de sequeiro os cereais com 112.000 toneladas por ano, sendo 75% de cevada; 12.000 toneladas de leguminosas, sendo 50% de grão-de-bico; 8.000 toneladas de girassol, etc. Até completar as 260.000 toneladas anuais de grãos, incluído aquelas terras dadas ao barbecho, as que representam 50% em toda a zona oriental. Quanto aos produtos de origem da árvore, ressaltam-se a oliva, com 136.700 toneladas, e, a amêndoa, com 80.000 toneladas por ano, distribuídas por toda a Província, sendo a primeira produtora

de Andaluzia e a segunda da Espanha, depois de Alicante. Também se assentam 460.000 cabeças de ovinos e 170.000 de caprinos.

Culturas com irrigação atingem a produção de 116.000 toneladas, estendem-se, em sua maior parte, nas depressões do sulco *Intrabético*, com cultivo das árvores, herbáceos e horticultura, dentre os quais cabe mencionar-se a produção de oliva, subtropicais, frutas de caroço e sementes, milho, alho, cebola, batata, fumo, aspargo e outros produtos hortifrutigranjeiros mais intensivos como alcachofra, couve-flor, alface, escarola, etc.

Especial menção merece a Comarca da *Vega* de Granada, com 26.000 toneladas de irrigação de terras limo argilosas muito férteis, onde a maioria dos cultivos atinge rendimentos por hectare superior à maior parte da geografia granadina, ainda que predominem os cultivos extensivos de cereais, milho, aspargo, fumo, alhos, cebolas e hortícolas.

Há que se destacar o cultivo de pêssigo na *Hoya de Guadix*, com 1.400 toneladas por hectare e por ano que representam 90% da Província e a região de *Plano de Zafarraya*, com 2.000 toneladas por hectare e por ano de cultivos hortifrutigranjeiros intensivos de grande interesse por seu caráter de produção fora de estação.

Então, a agricultura apresenta-se como o setor de atividade predominante na Província de Granada, tanto do ponto de vista da população ocupada como da importância que essa atividade tem em relação ao restante dos setores em cada Município.

Com relação à população ocupada, são 93 Municípios nos quais a percentagem de ocupados no setor agrário encontra-se acima de 30% do total de ocupados. A localização é basicamente na Alpujarra, no nordeste da Província de Granada, na zona do oeste da Província e nos limites com a Província de Jaén. Há que destacar 34 municípios, nos quais a população ocupada no setor agrário supera 60%.

Mas, por outro lado, considerando-se o setor econômico nos diferentes municípios da Província, independentemente da população ocupada, o setor agrário apresenta-se como predominante em 95 Municípios dos 168 da Província, quer dizer, em 56% do total.

Por tipo de cultivo predominante, há três áreas claramente diferentes: a da oliva, a dos cultivos de frutas e a dos cereais. O cultivo de oliva tem uma forte presença na Província e localiza-se basicamente numa área de forma triangular: na base, estão Loja, Vega de Granada, Monachil e Güejar Sierra; no lado oriental, estão Güejar Sierra, Lugros, Iznalloz, Montejicar e os Municípios limítrofes com a Província de Córdoba e Jaén ficam no lado ocidental.

Em segundo lugar por ordem de importância, estão os cultivos de frutas, que são predominantes em 51 (30%) dos 169 municípios da Província e estão localizados

principalmente na área compreendida entre La Vega de Granada, Alpujarra e a costa com o Mar Mediterrâneo. Como terceiro cultivo de destaque, encontram-se os cereais, desenvolvidos em 31 Municípios (18%) do total da Província e localizados ao norte da Alpujarra, seguindo pelo nordeste da Província. Outros produtos ainda são: vinhedos, cultivos industriais, hortaliças e outros de menor área de produção.

É importante salientar-se, a escassez de superfície com irrigação (a exceção de La Vega, Municípios da costa mediterrânea e uma parte da Alpujarra), o que supõe baixos rendimentos dos cultivos em amplas zonas da Província.

Fazendo-se uma síntese do que se encontra nos municípios, vê-se que em *Alhama-Tempere*, junto às terras de *Loja* e *Morros*, há um predomínio de oliva, que atinge 70% da Província, e terra adequada para a produção de cereais em alternância com leguminosas e girassol; e também há um alto índice de pecuária extensiva, de ovinos e caprinos em partes quase iguais.

O Planalto do Nordeste, que compreende os Municípios *Guadix*, *Baza* e *Huéscar*, apresenta produção de cereais e amêndoas e o maior assentamento de gado ovino de raça *Segureña*, que atinge dois terços da Província. Nas depressões, encontram-se as irrigações com cultivos herbáceos, de oliva e fruticultura.

Município igualmente singular é *Alpujarra* com uma agricultura familiar típica de autoconsumo e orientação produtiva hortifrutigranjeira, na qual se propõe a intensificação de cultivos, com a introdução de novas espécies agrícolas (como a framboesa), e de gado, a fim de se absorver mão-de-obra complementar a partir do aproveitamento de recursos extra-agrírios. Para melhorar o bem-estar econômico e social das famílias agrárias localizadas nessa zona de montanha, está desenvolvendo-se o turismo rural.

Como transição para a Costa, encontra-se o Vale de *Lecrín*, onde devido à influência marítima através do Vale do Rio *Guadelfo*, tem-se uma zona laranjeira com produção anual de 950 toneladas e onde existe uma agricultura em andares, com horticultura, produção de laranja e de oliva. Por último, faz-se referência ao Município da Costa, sua especial singularidade quanto a cultivos subtropicais e de horticultura sob estufa, em contraste com uma zona de cereais em ladeiras montanhosas com fortes inclinações, que tem uma produção de mais de 12.500 toneladas anuais de amendoeiras e 2.700 anuais de vinhas. Nos cultivos irrigados, distinguem-se horticultura e subtropicais, onde, entre os primeiros, destacam 500 toneladas de produção não protegida e 4.500 toneladas anuais sob estufa, o que demonstra o forte impulso nos últimos anos.

Outros dois cultivos a serem ressaltados por sua peculiaridade nessas irrigações, são a batata-inglesa fora de estação, cuja produção oscila ao redor das 500 toneladas anuais e a cana de açúcar, com 460 toneladas anuais na atualidade.

Caráter preferencial têm, na Costa de Granada, os cultivos subtropicais, dos que há um total de produção de 6.400 toneladas anuais, especialmente abacates com 2.635 toneladas e cherimólias com 2.900 toneladas anuais e, a longa distância a manga, com 60 toneladas anuais. Ainda em fase de introdução, outras 20 toneladas anuais de subtropicais vários (goiaba, *litchi*, carambola, mamão, etc.), também há produção de 785 toneladas anuais de nêspers, ainda que não sejam especificamente subtropicais, são as primeiras que aparecem no mercado nacional.

Finalmente, o setor que tem a maior repercussão econômica entre os mais significativos da Província é a horticultura, que, com somente 22.350 hectares dá uma produção anual de aproximadamente 344 milhões de euros, que representam 48% da produção final agrária da Província, ainda que neles estejam incluídos os cultivos sob estufa.

Na produção de frutas, com 12.000 toneladas chega-se aos 90 milhões euros que representam aproximadamente 12% da produção final agrária. Desses, 60% correspondem aos produtos subtropicais; a produção de oliva contribuiu, no ano de 2003, com 150 milhões de euros que representam o 21,0% Produção Final Agrário (PFA). Nesse mesmo ano, os cereais mal atingiam 3% e os cereais para indústria não chegavam a 2%. A pecuária representa aproximadamente 14% da produção final agrária da Província. O setor pesqueiro é quase testemunha, já que não atinge 1,0% do dito PFA. Isso demonstra que o setor hortifrutigranjeiro da origem a 52,0% do PFA e esta, por sua vez representa em torno de 10,0% do PIB provincial.

Em relação ao setor da construção, observando-se os diferentes indicadores durante a década de 90 (índice geral da construção, índice da construção do setor público e do setor privado), nota-se que a maior atividade encontra-se no entorno da capital da Província, destacando-se os municípios localizados ao sul da mesma: Monachil, La Zubia, Los Ogijares e Armilla. Porém, os Municípios de Alpujarra, Torvizcón e Trevezal também apresentam uma intensidade nesse setor.

A construção na Província de Granada é, em sua maioria, iniciativa do setor privado. As obras do setor público são de caráter específico, sem que se identifique uma zona de preferência.

Com relação ao setor da indústria, o mesmo concentra-se ao norte da capital provincial e sua área de influência fundamentalmente. Em 14 municípios da Província, a população ocupada na indústria é superior a 20,0%, em relação ao total da população ocupada. Aí se destacam os Municípios de Alquife e Lanteira, com 52,0% e 42,0% de participação em relação ao total respectivamente. Mas, ao se observar o número de empresas industriais ou a superfície industrial ocupada, destacam-se os Municípios de Atarfe, Albolote, Peligros, Loja, Baza, Guadix e Motril.

Por último, o setor serviços apresenta-se como o de atividade predominante frente aos outros setores em três Municípios: Granada, Monachil e Almuñecar. Com relação às autorizações para o desenvolvimento da atividade comercial, é representativo o fato de que seis Municípios com os maiores números de autorizações comerciais por mil habitantes possuem características diferenciais. Quatro deles –Bubión, Capileira, Soportujar e Campaneira-, têm mais de 84 autorizações por mil habitantes, o que é em termos relativos, um número elevado de autorizações por habitante. Tais municípios apresentam como característica em comum a localização, já que se encontram na zona da Alpujarra, na qual o turismo cresce, a cada ano, com maior força e importância.

Por outro lado, Cullar Vega e Maracena, que possuem uma elevada densidade de população, contam também com um elevado número de autorizações por mil habitantes. Dessa forma, demonstra-se que a densidade populacional das localidades num território não é fator diretamente causador das autorizações comerciais. Nesse caso, as localidades com menor densidade populacional, mas com uma função produtiva dirigida ao turismo, exercem uma especial atração ao desenvolvimento das atividades comerciais.

Por último, ao se observar a população ocupada, em 97 (aproximadamente 58,0%) dos municípios da Província, a percentagem de ocupados no setor serviços é superior a 30% do total da população ocupada. No entanto, destacam-se Granada capital e sua área de influência, com os Municípios de Guadix, Baza e Motril, que registram uma percentagem superior a 50,0% da população ocupada no setor serviços.

Na Tabela 1, apresenta-se a situação da estrutura ocupacional segundo os diferentes setores da produção.

Tabela 1

População ativa e ocupada, segundo setores produtivos em Granada, na Andaluzia e na Espanha - 2001

<b>Discriminação</b>	<b>Granada</b>	<b>Andaluzia</b>	<b>Espanha</b>
Agricultura	13,65%	11,43%	6,64%
Indústria	9,59%	12,28%	19,73%
Construção	11,19%	12,70%	11,44%
Serviços	65,57%	63,59%	62,19%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
Desemprego	23,07%	22,11%	13,03%

**FONTE:** Instituto Nacional de Estadística (INE) – Enquête de População Ativa (EPA), 2001. Instituto de Estadísticas de Andalucía (IEA) – Andalucía Datos Básicos, 2002.

Pode-se observar que a percentagem da população ocupada, é aproximadamente, 7,0%, enquanto, na Comunidade Autónoma de Andaluzia, é de 11,0% e, na Província de Granada, é aproximadamente 14,0%. A relação é inversa com relação à população ocupada no setor da indústria, dado que, na Província de Granada é de, aproximadamente, 10,0% enquanto, em Andaluzia, é 12,0% e, na Espanha de aproximadamente 20,0%. A população ocupada no setor da construção mantém percentagens similares tanto para Espanha como para a Província de Granada, enquanto Andaluzia apresenta uma percentagem levemente superior, por ser uma comunidade com, aproximadamente, 13,0% de ocupação nesse setor, e, por último, no setor serviços, as percentagens de população ocupada tanto na Espanha como na Andaluzia apresentam-se em níveis similares, situação diferente do que ocorre na Província de Granada, que é de quase 66,0%. Outro fato a ser assinalado é a percentagem de desemprego: enquanto, para Espanha, o desemprego é de 13,0%, para Andaluzia é de 22,0%, e para Granada, de 23,0% percentagens estas semelhantes entre si, mas muito diferentes da de nível nacional.

Em resumo, a representação do setor agricultura na PEA total espanhola é de, aproximadamente, 7,0%, mas, na Comunidade Autónoma de Andaluzia e em especial na Província de Granada, esse setor apresenta um peso importante, já que praticamente duplica a percentagem nacional da população ocupada. Por outra parte, destaca-se que, tanto na Andaluzia como em Granada, o peso do setor industrial na PEA é menor em relação ao indicador nacional, enquanto o setor construção mantém indicadores similares nos âmbito nacional, da comunidade autónoma e provincial. Em relação ao setor serviços, destaca-se o peso muito importante que este representa na Província. Por fim, o desemprego chega a quase duplicar em Granada e Andaluzia com relação ao indicador nacional.

Tabela 2

Pessoas físicas chefes de família no setor agricultura, por ocupação principal, na Província de Granada - 2001

<b>Discriminação</b>	<b>Número de pessoas</b>	<b>Percentual</b>
Ocupados na unidade produtiva	39872	63,1
Ocupados em outra atividade lucrativa e agrícola principal	19969	31,6
Ocupados em outra atividade lucrativa e agrícola secundária	3287	5,3
<b>TOTAL</b>	<b>63128</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / *Encuesta de Población Activa* (EPA), 2001.  
IEA (Espanha) / *Andalucía Datos Básicos*, 2002.

Na tabela 2, apresentam-se as informações referentes às pessoas físicas chefes de família das unidades produtivas e sua ocupação principal. Observa-se que 63,0% têm como ocupação principal a unidade produtiva, aproximadamente 32,0% têm outra atividade produtiva e a agrícola como principal, e, por último, para 5,0%, a atividade agrícola apresenta-se como secundária.

Em resumo, pode-se dizer que 63,0% dos produtores ocupam-se na agricultura como setor principal, enquanto o restante, 37,0%, combina atividades da agricultura com a de outros setores, isto é, são produtores pluriativos.

Tabela 3

Pessoas físicas chefes de família por faixas etárias, no setor agricultura na Província de Granada - 2001

<b>Faixas etárias</b>	<b>Número de pessoas</b>	<b>Percentual</b>
Menos de 34 anos	7556	11,9
De 35 a 54 anos	24380	38,6
De 55 a 64 anos	14678	23,2
Mais de 64 anos	16514	26,3
<b>TOTAL</b>	<b>63128</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / *Encuesta de Población Activa* (EPA), 2001.  
IEA (Espanha) / *Andalucía Datos Básicos*, 2002.

Na tabela 3, observam-se a composição por faixas etárias das pessoas físicas chefes de família nas unidades de produção. A maioria dos produtores é adulta, e, em segundo, por ordem de importância, constam os produtores de idade avançada.



Tabela 4

## Trabalhadores assalariados no setor da agricultura na Província de Granada - 2001

Assalariados Permanente	Número de unidades produtivas em tempo integral		Número de pessoas em turno integral		Número de unidades produtivas em turno parcial		Número de pessoas em turno parcial	
		Percentual		Percentual		Percentual		Percentual
Total de chefes unidades produtivas	330	49,0	330	35,0	979	81,0	979	66,0
Outros assalariados	310	51,0	613	65,0	228	19,0	509	34,0
<b>TOTAL</b>	<b>640</b>	<b>100,0</b>	<b>943</b>	<b>100,0</b>	<b>1207</b>	<b>100,0</b>	<b>1488</b>	<b>100,0</b>

FONTE: INE (Espanha) / *Encuesta de Población Activa* (EPA), 2001.  
IEA (Espanha) / *Andalucía Datos Básicos*, 2002.

Na Tabela 4, a informação refere-se aos trabalhadores assalariados da agricultura. Observa-se que, do total de unidades produtivas com trabalho assalariado, 35,0% são unidades com trabalho assalariado com turno integral e 65,0% com trabalhadores com turno parcial, enquanto, do total de pessoas que se empregam de forma assalariada, 35,0% o fazem em turno integral e 66,0% em turno parcial. Das unidades com assalariados em turno integral a maioria trabalha com outros assalariados, enquanto as unidades com assalariados com turno parcial a maioria são os chefes das unidades produtivas que trabalham dessa forma. Enquanto as pessoas que se empregam em turno integral são outros assalariados, os que trabalham em turno parcial são os próprios chefes das unidades produtivas. Por último, a média de trabalhadores é de 1,4 pessoa em turno integral por unidade produtiva, enquanto a média em turno parcial é de 1,2 trabalhadores.

Tabela 5

## Estrutura agrária na Província de Granada - 2001

UNIDADES PRODUTIVAS	NUMERO DE UNIDADES.	PERCENTUAL	AREA (Há)	PERCENTUAL
De 0,1 a 1 Há.	18.857	30,0	9.120	0,8
De 1 a 5 Há	24.455	38,4	61.662	5,6
De 5 a 10 Há	8.320	13,5	58.160	5,3
De 10 a 20 Há.	5.281	8,5	73.470	6,7
De 20 a 50 Há.	3.333	5,5	101.366	9,3
De 50 a 100 Há.	1.246	2,1	86.694	7,9
De 100 a 200 Há.	668	1,0	90.731	8,4
Mais de 200 Há.	669	1,0	610.645	56,0
<b>TOTAL</b>	<b>63.529</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.091.847</b>	<b>100,0</b>

FONTE: INE (Espanha) / *Encuesta de Población Activa* (EPA), 2001.  
IEA (Espanha) / *Andalucía Datos Básicos*, 2002.

Na Tabela 5, observa-se que, aproximadamente, 82,0% das unidades produtivas com tamanho entre 0,1 e 10 hectares têm disponível para a produção em torno de 12,0% da superfície total e que 2,0% dos produtores com mais de 100 hectares de tamanho possuem 64,0% da superfície total para a produção da agricultura da Província, o que indica uma distribuição desigual da terra.

## 2.2 A dinâmica das ocupações não agrárias na Província de Granada

O setor agricultura na PEA total espanhola representa, aproximadamente 7,0% mas, na Comunidade Autónoma de Andaluzia e especialmente na Província de Granada apresenta um peso percentual importante, a ponto de duplicar a percentagem nacional de população ocupada na agricultura. Por outra parte, é importante ressaltar-se que tanto na Andaluzia quanto em Granada, o peso do setor industrial na PEA é menor com relação ao indicador nacional e que o setor da construção apresenta indicadores semelhantes para a Província e para a Comunidade Autónoma com relação ao nacional. Ora, no setor serviços, não é essa a realidade, já que ele apresenta um peso muito importante na Província de Granada. Por último, a taxa de desemprego é quase o dobro em Granada e Andaluzia com relação à taxa nacional.

Tabela 6

Participação percentual dos setores de atividade da Província de Granada - 2001

SETORES DE ATIVIDADE	Participação % de indivíduos
	ocupados na Província de Granada
Primário	22,1
Secundário	35,9
Terciário	42,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0% (14034)</b>

**FONTE:** Censo de População e Moradia, do INE - Espanha, 2001.

Observa-se, na Tabela 6 a apresentação dos setores em Municípios com menos de 5.000 habitantes para os territórios rurais da Província de Granada, o qual representa 22,0% das famílias ocupadas no setor de atividade primária; no setor de atividade secundária, que faz referência à produção manufaturada, a ocupação é de, aproximadamente, 36,0%, e, no Setor Terciário, basicamente de serviços, é de 42,0% das famílias.

Em resumo, a maioria das famílias em territórios de baixa densidade populacional, na Província de Granada, ocupa-se no Setor Terciário, menos da quarta parte ocupa-se em atividades agropecuárias, percentual distante da média nacional.

### **2.2.1 A emergência do território rural e o papel das ocupações não agrícolas na Província de Granada**

Na Tabela 7, pode-se observar a classificação por diferentes zonas de concentração populacional e setores de produção que se desenvolvem em cada tipo de zona (ABRAMOVAY, 2004). A zona urbana abrange populações com mais de 50.000 habitantes, nas quais se agrupam 55,0% da população da Província de Granada; 26,0% concentram-se nas zonas intermediárias e 19,0%, nas zonas rurais. Os dados possibilitam observar a dinâmica de produção nas diferentes zonas de concentração populacional da Província e a interação dos diferentes setores produtivos nos mesmos.

Tabela 7

Tipo de concentração populacional segundo setores de atividade, na Província de Granada - 2001

<b>TIPOS DE CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL</b>	<b>SETORES DE ATIVIDADE (%)</b>				<b>Total %</b>
	<b>Agricultura</b>	<b>Indústria</b>	<b>Construção</b>	<b>Serviços</b>	
Zona urbana (100.001 a 500.000 hab.)	4,0	23,0	17,0	39,0	<b>30,0</b>
Zona urbana (10.001 a 50.000 hab.)	20,0	30,0	28,0	25,0	<b>25,0</b>
Zona intermédia	30,0	30,0	34,0	23,0	<b>26,0</b>
Zona rural	46,0	17,0	21,0	14,0	<b>19,0</b>
<b>Total %</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	267.315
	<b>11,0</b>	<b>9,0</b>	<b>14,0</b>	<b>66,0</b>	<b>(100,0)</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

Ao se analisarem os dados apresentados, observa-se que no setor primário 46,0% dos ocupados têm residência na zona rural, 30,0%, em zonas intermediárias e o restante, em zonas urbanas. Isso indica que, na Província de Granada, o território rural possui uma dinâmica produtiva que articula diferentes setores de forma integrada e flexível, no qual as atividades não agrícolas não são fatos extraordinários.

Tabela 8

Distribuição dos municípios, segundo numero de habitantes e setores de atividade, na Província de Granada - 2001

DISCRIMINAÇÃO	SETORES DE ATIVIDADE (%)				Total
	Agricultura	Indústria	Construção	Serviços	
Capital com menos de 500.001 habitantes	4,0	23,0	18,0	39,0	31,0
Área metropolitana	5,0	21,0	18,0	17,0	16,0
Municípios com mais de 20.000 habitantes	24,0	14,0	17,0	13,0	15,0
Municípios com 5.001 a 20.000 habitantes	26,0	20,0	22,0	15,0	17,0
Municípios com 1.001 a 5.000 habitantes	35,0	18,0	23,0	14,0	18,0
Municípios com menos de 1.000 habitantes	6,0	3,0	3,0	2,0	3,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b> <b>(11,0)</b>	<b>100,0</b> <b>(9,0)</b>	<b>100,0</b> <b>(14,0)</b>	<b>100,0</b> <b>(66,0)</b>	<b>100,0</b> <b>(267.315)</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

Na Tabela 8, apresenta-se a distribuição dos diferentes setores de produção segundo o tamanho das populações dos Municípios da Província de Granada.

Observa-se que a mão-de-obra ocupada na agricultura se concentra nos Municípios com menos de 5.000 habitantes mas não significa concentração da população ocupada na agricultura; os ocupados em serviços, na capital da Província e na área metropolitana; enquanto os ocupados na indústria e na construção se distribuem de forma mais heterogênea nos diferentes tipos de municípios, além da tendência de se concentrarem na capital e na área metropolitana. Finalmente, nos Municípios que podem ser considerados rurais (aqueles com menos de 5.000 habitantes), a ocupação principal não é na agricultura, mas sim, no setor serviços, o que indica mudanças na dinâmica do emprego e a reestruturação produtiva dos territórios rurais da Província de Granada.

Tabela 9

Percentual de ocupados nos setores de atividades, segundo o tamanho dos municípios por número de habitantes na Província de Granada - 2001

DISCRIMINAÇÃO	ATIVIDADES DS UNIDADES PRODUTIVAS (%)				
	Agricultura	Indústria	Construção	Serviços	Total
Municípios com 101 a 500 habitantes	1,00	1,0	1,0	1,0	<b>1,0</b>
Municípios com 501 a 1.000 habitantes	4,00	2,0	2,0	2,0	<b>2,0</b>
Municípios com 1.001 a 2.000 habitantes	9,00	5,0	7,0	4,0	<b>5,0</b>
Municípios com 2.001 a 5.000 habitantes	27,0	16,0	18,0	12,0	<b>15,0</b>
Municípios com 5.001 a 10.000 habitantes	19,0	17,0	17,0	13,0	<b>14,0</b>
Municípios com 10.001 a 20.000 habitantes	11,0	23,0	20,0	17,0	<b>17,0</b>
Municípios com 20.001 a 50.000 habitantes	8,0	9,0	9,0	7,0	<b>8,0</b>
Municípios com 50.001 a 100.000 habitantes	16,0	5,0	8,0	6,0	<b>7,0</b>
Municípios com 100.001 a 500.000 habitantes	4,0	23,0	18,0	39,0	<b>31,0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b> <b>(11,0)</b>	<b>100,0</b> <b>(9,0)</b>	<b>100,0</b> <b>(14,0)</b>	<b>100,0</b> <b>(66,0)</b>	<b>100,0</b> <b>(267.315)</b>

FONTE: INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

Na Tabela 9, pode-se observar as atividades produtivas por setores de atividade da Província de Granada, segundo o tamanho do município, por número de habitantes no qual se realizam as atividades.

A ocupação na agricultura concentra-se especialmente nos municípios de 2.001 até 5.000 habitantes; na indústria, nos de 10.001 até 20.000 habitantes; na construção, acontece uma situação semelhante à da indústria, e, por último, nos serviços, a ocupação concentra-se nos municípios com 100.001 até 500.000 habitantes. Devido a isso, analisa-se uma “faixa” de municípios de 2.001 até 20.000 habitantes, os quais integram os diversos setores produtivos da estrutura ocupacional. Fica clara a tendência de redução do peso percentual da ocupação na agricultura, em função da redução do tamanho da concentração populacional dos municípios em questão, não significando que seja majoritária ou uma relação *sine qua non*.

Já que o peso dos serviços é maior do que os da agricultura, indústria e construção somados, isso indica um conjunto de municípios que fazem parte de um território de baixa densidade populacional que configura uma estrutura ocupacional cuja dinâmica não é a da

predominância da agricultura. É de se destacar a situação dos municípios de 50.001 até 100.000 habitantes, nos quais não se mantém a linearidade inversa de maior tamanho de concentração populacional do município e menor peso das ocupações da agricultura.

Opera-se, na condução deste trabalho, com uma técnica qualitativa de pesquisa de levantamento de informações empíricas como forma complementar de uma técnica quantitativa de tratamento de dados. Em princípio, quando se trabalha com contextos de realidade social, aos quais se integram e passam a fazer parte os discursos dos agentes e fatos sociais em que estes estão envolvidos, coloca-se a dificuldade de que ambos reclamam mutuamente uma compreensão e explicação adequadas. A observação dos fatos, o registro dos dados, a quantificação de sua evidência e sua extensão e a interpretação e compreensão dos discursos (e dos próprios fatos) constituem momentos essenciais na estruturação e na explicação sistemática dos processos sociais.

A pesquisa motivacional possibilita a análise da orientação da conduta de determinados grupos sociais com relação a determinadas situações. Os dados e os cálculos numéricos, sempre necessários e o mais precisos possível, devem, por fim, ser integrados num modelo interpretativo global, cujo esquema conceitual das categorias-chave motivacionais significativas seja definido pela análise qualitativa dos discursos dos grupos estudados.

Dessa forma, os dados e as variáveis métricas produzidos e processados por meio de técnicas quantitativas estatística podem ser “reinterpretados” por meio de sua inclusão numa análise qualitativa dos discursos abertos (ou totais) das pessoas entrevistadas. As entrevistas, assim realizadas são produzidas e interpretadas por meio de técnicas qualitativas de tratamento interpretativo da interação social direta.

A técnica das entrevistas de aprofundamento a que se recorreu tem por finalidade a coleta de dados ou informações por meio da utilização de uma pauta ou guia para a entrevista. Quando se busca conhecer determinados pontos de informação mais detalhados do entrevistado, essa orientação é empregada para todos os entrevistados selecionados de igual maneira. É uma técnica que permite flexibilidade na conduta do entrevistador, no momento de enunciar as perguntas, pois, este pode adequá-las de forma que o entrevistado as possa compreender bem. Ao fazer-se referência ao aprofundamento, tem-se em vista que essa técnica de pesquisa permite que se apreendam as motivações, as atitudes e a história pessoal do entrevistado, numa situação tal como a que constitui o objeto deste estudo, anteriormente delimitado pela interpretação dos dados quantitativos reunidos.

Em relação à técnica de análise dos dados ou da informação coletada, utiliza-se a análise de conteúdo, que é uma técnica de pesquisa destinada a formular, a partir de dados,

inferências reproduzíveis e válidas que possam ser aplicadas ao seu contexto (KRIPPENDORFF; 1990, p.28).

### **2.2.2 As constatações ensejadas pelas entrevistas realizadas**

Apresenta-se a seguir, os resultados das entrevistas feitas junto a oito informantes qualificados da Província de Granada, eles relacionados à questão rural provincial. Em conclusão, os principais resultados obtidos, tendo privilegiado três aspectos: (a) organização social do território; (b) organização do mercado de trabalho rural; e (c) organização do trabalhador rural.

#### **A) Organização social do território**

Em relação às características sociais e econômicas da Comunidade Autônoma de Andaluzia e da Província de Granada, percebeu-se que Andaluzia é comunidade autônoma baseada nos serviços e na agricultura especialmente o cultivo do azeite de oliva ao norte e de agricultura intensiva na Costa. Nos serviços, destaca-se o turismo de praia e sol e de neve na região da Serra Nevada.

A Província de Granada é uma das Províncias com menor renda *per capita* da Comunidade Autônoma de Andaluzia e da Espanha. Ela apresenta uma diversidade territorial produtiva: a Costa, a denominada *vega* e a zona de montanha, o que implica diferentes tipos de produtores, de produção e de desenvolvimento rural. Ao norte da Província, desenvolvem-se modelos de produção extensiva, com situações de maior pobreza. A medida que, do norte, se desce para a Costa, o modelo de produção é intensivo, ou seja, há produção, sob estufa, de produtos subtropicais, de hortaliças e frutas, caracterizando-se por produtores com uma conduta mais empresarial e inovadora. Também se desenvolvem atividades turísticas, especialmente de sol e praia, os diferentes tipos de solos e de características agroecológicas propiciam o contexto produtivo, no qual se desenvolvem as diferentes atividades ocupacionais e sociais. Podem-se observar diferentes realidades sociais e produtivas na Província, realidades que mudaram nos últimos 20 anos, quando a origem da renda era quase toda agrícola para, na atualidade diversificar-se.

Hoje, pode-se observar a seguinte distribuição territorial:

- Costa de Granada: atividades agrícolas intensivas, turismo de praia e sol e serviços;
- Interior de Granada: turismo rural de montanha, produção agrícola extensiva, e atividades agroalimentares.

Granada capital e área metropolitana: atividades de serviços, construção e indústria.

É interessante observar-se os diferentes discursos, o fato de que os maiores níveis de renda *per capita* se associam com as zonas que apresentam maior diversidade e dinâmica nas

atividades ocupacionais, territórios com uma alta densidade populacional e com tendência ao crescimento. Quando se analisa a posição dos Municípios em função da renda *per capita*, nos primeiros 30 municípios, além de Granada capital, localizam-se os com uma forte atividade turística (Almuñecar, Monachil); outros com uma especialização produtiva na indústria e que podem inserir trabalhadores provenientes de municípios limítrofes (Atarfe, Armilla, Santa Fé, Peligros); e outros que se destacam como áreas residenciais (Churriena de la Vega, Cájar, Alfacar e Las Gabias).

Como tendências atuais, destacam-se a crescente concentração da população em determinadas áreas geográficas, em geral em aquelas que oferecem maior potencial de desenvolvimento e riqueza, e, por outro lado, o envelhecimento progressivo da população, explicado principalmente pela diminuição dos índices de natalidade e mortalidade.

No que se refere à densidade populacional, Granada capital, os municípios que se encontram no seu entorno e o Município de Motril configuram um conjunto de 15 Municípios que possuem a maior densidade da populacional da Província, superior a 380 hab/km<sup>2</sup>, dos quais cinco superam os 1510 hab/km<sup>2</sup>. Esses 15 Municípios são representativos da elevada concentração da populacional na Província, já que agrupam 47,8% do total da população provincial.

Salobreña, Molvizar e Almuñecar, somados a outros municípios localizados na área de influência da capital de Granada, como Atarfe, Fuente Vaqueros, Chimeneas e Cijuela, constituem um segundo grupo de Municípios, de acordo com sua densidade de população em ordem decrescente, de 120 a 380 hab/km<sup>2</sup>.

Os demais, municípios da Província, um total de 134, possuem uma densidade populacional inferior aos 120 hab/km<sup>2</sup> e supõem 37,2% da sua população total.

A agricultura apresenta-se como a atividade predominante em nível municipal na Província. Em 93 municípios a percentagem de ocupados no setor agrário supera 30,0% do total de ocupados. Esses municípios localizam-se basicamente na Alpujarra, no noroeste de Granada, na zona oeste e nos limites com a Província de Jaén. Destacam-se 34 municípios em que a população ocupada nesse setor é maior que 60,0%. No que se refere ao setor indústria, a maior concentração fica ao norte de Granada capital, Alquife e em sua área de influência, fundamentalmente em 14 Municípios da Província. A população ocupada na indústria com relação ao total é superior a 20,0%, onde se destacam especialmente Alquife e Lanteira, com 52,0% e 43,0% respectivamente. De acordo com o número de empresas industriais, destacam-se os Municípios de Atarfe, Albolote, Peligros, Loja, Baza, Guadix e Motril.

O setor da construção localiza-se mais concentradamente ao redor de Granada capital, destacando-se especialmente os municípios ao sul da capital, como Monachil, La Zubia, Los



Ogijares e Armilla. Na Alpujarra, Torvizcon e em Trevélez, também se apresentam níveis da construção importantes.

O setor serviços apresenta-se como a atividade predominante da População Economicamente Ativa da Província. Com relação ao restante dos setores produtivos, dito setor concentra-se em três municípios – Granada, Monachil e Almuñecar -, continuando com a tendência de concentração populacional, da qual esses municípios são altamente representativos.

Observa-se por outro lado, que a integração da Espanha à União Européia possibilitou a diversificação produtiva dos diferentes territórios rurais. Desenvolveram-se investimentos na infra-estrutura (portos, estradas, *free ways*) e modernizaram-se as unidades produtivas agrícolas, desenvolvendo a produção que até os anos 80, era pensada basicamente para o mercado nacional. Antes da integração Andaluzia e Granada produziam para o mercado nacional leite, azeite de oliva. Desde a incorporação à União Européia (UE), abriram-se novos mercados, predominando a qualidade da produção, e não a quantidade. Redefiniram-se os produtos, e, passaram a ser dois os produtos fundamentais da Província direcionados a EU: as hortaliças e o azeite de oliva. Dessa forma, começou a ocorrer o desenvolvimento de políticas complementares entre os diferentes atores públicos, seja no nível nacional, seja no nível municipal, articuladas pelos critérios estabelecidos pela política comunitária e pelos territórios integrados por municípios com características geográficas, populacionais e econômicas semelhantes.

Com relação à política pública, o que se observou pode-ser resumido no seguinte esquema:

- 1958 – período de apoio à Europa por meio do Plano Marshall a Espanha é beneficiada pela integração ao resto da Europa, o que tem impacto na melhoria da infra-estrutura;
- 1960 – promoção do *Instituto Nacional de Colonización* (INC) e *Instituto Nacional de Investigaciones Biológicas* (INIB) para a distribuição de terras durante o período do franquismo;
- 1970 – período de industrialização e êxodo do campo para a cidade, período de urbanização;
- 1980–90 – governa o Estado espanhol o *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE), promoção da industrialização, urbanização e modernização da agricultura;
- 1990–2005 – período de integração à Política Agrícola Comunitária da UE, normas de produção européias, apoio financeiro da UE ao melhoramento da infra-estrutura do produtor, compra de maquinário, investimento no capital orgânico, política de melhoramento da infra-estrutura das áreas rurais, especialmente da rede viária. Integração, em definitivo ao mercado global.

Então, a política comunitária tem como objetivo diminuir os custos na agricultura. Para tanto subsidia, de forma indireta, por meio do apoio em infra-estrutura e do Estado diretamente, o seguro desemprego agrário para os trabalhadores rurais, pagando o Estado, por exemplo, 10 dias de salário desemprego e 10 dias pagos pelo produtor, quando o trabalhador realiza 20 dias de trabalho. O que não se desenvolveu foi uma maior coordenação entre a política pública e o crescimento produtivo e econômico do setor, coordenação na informação de mercado para regular a oferta do setor agrícola e a demanda, o que leva à monopolização da comercialização por menos de 10 firmas, especialmente européias e norte - americanas. Finalmente, observa-se que o discurso da política pública européia do desenvolvimento rural tem como objetivo as regiões rurais com setores produtivos pouco dinâmicos, que, via programas e projetos, promove a diversificação produtiva (produtos artesanais, turismo rural, etc), melhora a infra-estrutura e procura o desenvolvimento social, para evitar a emigração da população do campo para a cidade.

#### **B) Organização do mercado de trabalho rural**

Com relação à organização do mercado de trabalho, observam-se como destaques o impacto da modernização da agricultura espanhola e, especialmente na Comunidade Autónoma de Andaluzia, a diminuição da PEA agrícola e a intervenção do Estado por meio da política do salário-desemprego agrícola, que leva subsídios ao trabalhador rural, (quem comprovar 35 dias de trabalho ao ano tem direito ao salário-desemprego). Esse salário corresponde a 75,0% do salário (aproximadamente 300 euros) durante seis meses, renda percebida como complemento, levando os trabalhadores a se empregar em outras atividades de forma ilegal (sem contribuir para a Previdência Social). Os setores onde os trabalhadores buscam esses empregos, são a construção e os serviços, especialmente o turismo rural. Essa renda extra melhora do conforto da família e a sua infra-estrutura. Mas essas melhoras não são de caráter estrutural, e sim produtos do momento devido as políticas públicas desenvolvidas em tal sentido.

Outra questão levantada nas falas dos entrevistados é que o mercado de trabalho rural depende dos diferentes territórios rurais os quais se estruturam segundo os modelos produtivos ali desenvolvidos. Nesse sentido é importante destacar-se o que acontece na Costa de Granada, por exemplo, que se caracteriza por abrigar produtores que desenvolvem uma cultura empresarial, de risco e inovação em produtos para a exportação, especialmente para a União Européia e o resto do mundo e investimento em tecnologia, sendo a região com maior dinâmica e modernização da agricultura, tendo portanto, mão-de-obra qualificada e especializada para as diferentes atividades necessárias na unidade produtiva. Em tal sentido,

destaca-se a produção sob estufa, por exemplo, no território configurado por Motril até Lourella (o sul da Província) ou de Zafarraya. Por outro lado, os produtores localizados mais ao interior da Província, especialmente mais ao norte, caracterizam-se por serem menos dinâmicos, investirem menos em tecnologia e arriscarem menos. Devido a isso, a produção fundamental é do olival e do azeite de oliva para exportação para a União Européia. São produtores subvencionados pelas ajudas da UE por meio da PAC, então a mão-de-obra demandada não é qualificada, e a diversificação produtiva é menor. Mas esses territórios desenvolvem atividades em serviços, por exemplo, em turismo rural, por meio das ajudas e das políticas de desenvolvimento rural da UE, sendo o território da Alpujarra um exemplo disso. Então, os territórios que apresentam maior dinamismo demográfico são aqueles com maiores mudanças produtivas e dinamismo no mercado de emprego, e, nisso, o rural não é uma exceção.

Na década de 80 do século XX, o peso da mão-de-obra agrícola era muito importante na PEA de Granada, o tipo de modelo produtivo não era modernizado, e a colheita tinha um forte componente de mão-de-obra volante, e não de maquinário. Mas, a partir dos anos 90, principalmente depois da integração de Espanha à União Européia, começaram as mudanças na infra-estrutura e no modelo produtivo, o qual tem uma forte promoção do pacote modernizador por meio da mecanização, introdução de fertilizantes, novas sementes, etc. Esse modelo teve impactos na mão-de-obra, já que, diminuiu sua demanda na época da colheita e levou ao aumento do êxodo do campo para a cidade. Por outra parte, os Municípios do redor da capital Granada começaram a ter fortes investimentos em infra-estrutura, levando-os a serem “focos” de atração da mão-de-obra desempregada do setor agrícola.

Ademais, a instalação de novas empresas de origem européia -indústrias, agroindústrias ou de serviços- começou a mudar a paisagem dos territórios rurais da Província. Nos territórios em que os investimentos desenvolvem modelos de produção intensivos, como na Costa da Província de Granada, começou a se demandar mais mão-de-obra. Aí, estima-se que entre 6.000 e 7.000 trabalhadores são por conta própria, aproximadamente 60.000 trabalhadores são assalariados contratados para tarefas no campo, mas precisa-se de uma média de 3.000 pessoas a mais, que não podem ser preenchidas por mão-de-obra espanhola. Por um lado, existe uma política de desemprego subsidiada pelo Estado no qual, por seis meses o trabalhador percebe uma soma aproximada a 75,0% de seu salário como trabalhador rural. Isso o leva a desistir de vagas de trabalho com pouca qualificação e com salários que superam em pouca percentagem o salário-desemprego. Dessa forma, essas vagas são preenchidas por mão-de-obra imigrante. Esses imigrantes trabalham especialmente nos territórios mais dinâmicos, do ponto de vista produtivo, e em ocupações de

baixa qualificação. Exemplo disso são os territórios da Costa de Granada, do denominado *Levante* ou da parte ocidental da Província, que tem como limites as Províncias de Almería, Murcia, Albacete, Alicante e Valencia.

Essa mão-de-obra pode ser descrita por suas diferentes especializações, como, por exemplo, os romenos que atuam na construção das estruturas das estufas e os imigrantes do norte da África e da América do Sul, como os equatorianos, bolivianos e colombianos, que trabalham na colheita. No entanto, chama atenção a pouca integração social dos trabalhadores do norte da África, especialmente os muçulmanos, por questões religiosas.

A partir dos anos de 90, com a integração da Espanha à União Européia, iniciou-se um processo de atração de investimentos, com um forte impulso da política comunitária e das subvenções. A Andaluzia recebeu uma forte quantidade de investimentos com fundos europeus, focalizados para a melhoria da infra-estrutura. Esses fundos canalizaram-se por meio dos diferentes Conselhos Provinciais, como o da Agricultura, o de Meio Ambiente, etc. Através deles, foram orientadas as subvenções, a criação de empregos e uma política que promoveu a instalação de polígonos industriais nos arredores das cidades da Província e o melhoramento das infra-estruturas viária, férrea e marítima. Exemplo disso foi o desenvolvimento da AVE (trem de alta velocidade), o que teve impactos na organização do território, mudando seu aspecto não só geográfico, mas também social.

Por outro lado, por meio do programa LEADER, promoveu-se uma cultura empresarial cooperativa, na qual produtores agropecuários que produziam de forma artesanal, individualista e sem critérios empresariais foram transformando-se nos últimos 20 anos, em empresários capazes de trabalhar unidos para o mercado global. Um exemplo disso são os produtores do denominado *jamón de Trebel*, da região da Alpujarra, num território rural de montanha. Ora, também se promoveu a reconversão para o setor serviços nos territórios em que a produção não conseguiria níveis de competitividade na Europa, reconversão orientada para o turismo rural. Nessa situação, por exemplo, os fundos do LEADER focalizam a capacitação dos produtores no gerenciamento de um hotel, ou na organização empresarial de um restaurante. Outros fundos, no entanto, melhoraram a infra-estrutura viária, porque como foi dito nas entrevistas; "*la infraestructura también une a la gente*" e é básica para conseguir atrair os turistas a tais territórios. A aplicação dessas políticas levou a mudanças produtivas e sociais, a ponto de, na atualidade, se pensar que desenvolvimento rural não significa desenvolvimento agrário e que morar num território rural não significa trabalhar a terra.

### C) Organização do trabalhador rural

Atualmente, o trabalhador em Granada caracteriza-se por ter, em média, mais de 40 anos, os estudos básicos do ensino fundamental, a tradição familiar de trabalhar no campo (seu pai foi trabalhador rural), por morar no meio rural com um pouco de terra para produção de subsistência e por ter uma renda que é insuficiente para todo o ano. Esses trabalhadores conseguem viver graças ao produzido na agricultura familiar, aos subsídios via prestações sociais e à política de emprego denominada Agencia de Promoción y Servicio de Empleo (APSEM). No entanto, podem-se observar diferentes tipos de trabalhadores rurais. O primeiro, o trabalhador rural permanente estável, é aquele com salário e estabilidade de emprego na unidade produtiva. Exemplos desse tipo são os tratoristas, os encarregados da unidade produtiva, que além do trabalho, tem sua própria horta, permitindo um nível de renda aceitável. O segundo, o trabalhador rural estável, mas não permanente, é aquele que é contratado por três meses, por exemplo, para trabalhar no cultivo do morango e tem que direito ao salário-desemprego agrário. Por último, o trabalhador eventual, é aquele que é contratado por dia, caracterizando-se por sua permanente migração entre diferentes territórios; por exemplo, trabalham o cultivo da na França; com hortaliças e frutas na Bélgica e na Holanda; ou no interior da Província de Granada ou entre Províncias como o cultivo do morango na Província de Huelva. Esse trabalhador também tem direito ao salário-desemprego agrário. Então, tem-se que o trabalhador rural se caracteriza por sua flexibilidade, mas é uma flexibilidade por necessidade, já que, com dois meses de trabalho efetivo, não consegue viver o resto do ano. Isso, em parte, é provocado pelos novos pacotes tecnológicos incorporados na produção agrária nestes últimos 20 anos, o que leva os produtores a procurarem empregos na construção especialmente, e, por outro lado, pela ajuda recebida pelo subsidio do desemprego agrário, que possibilita ter por seis meses do ano, a mesma renda.

Observa-se, nas entrevistas, a questão dos sucessores no trabalho do campo, já que os jovens procuram empregos não agrícolas nos povoados próximos à unidade produtiva, mas, por outro lado, existe também migração da população agrícola tanto dos povoados como das unidades produtivas dos territórios rurais da Província, e esses espaços começam a ser preenchidos pela população migrante que trabalha, como foi dito, na colheita em ocupações com baixa qualificação. Estima-se que, aproximadamente, 5,0% dos jovens se encontram trabalhando a terra ou a unidade produtiva familiar, unidades estas que são competitivas, com forte investimento tecnológico, e que produzem para o mercado (por exemplo, a produção sob estufas). Disso, abre-se uma interrogação acerca de quem trabalhará no campo, nos próximos 20 anos, na Província de Granada.

Por outro lado, a sindicalização dos trabalhadores apresenta-se como uma questão de conduta individualizada por parte dos trabalhadores, e também para os produtores, já que a média europeia de produtores filiados a organizações é aproximadamente 40,0%, enquanto, em Granada, é de 25% a 30,0%, e, num país vizinho como a França, 50,0% dos produtores encontram-se filiados a organizações rurais. Isso impossibilita levar adiante as políticas promovidas pela União Europeia para a comercialização por meio de cooperativas, perdendo-se, ou não se conseguindo aplicar, os fundos destinados para tais fins. No caso dos trabalhadores, estima-se em, aproximadamente, 4.000 os filiados na atualidade, da federação Unión General de Trabajadores (UGT), na qual existe um setor dedicado aos trabalhadores rurais. Dita federação nos anos 70 e 80, chegou a ter 16.000 filiados, já a federação Comisiones Obreras (CCOO) não indicou sua quantidade de filiados, mas estima-se que não seja superior à da UGT. Dessa forma, de um total de aproximadamente, 67.000 trabalhadores rurais (por conta própria ou assalariados), entre 10,0% e 12,0% encontram-se filiados a algum sindicato rural. Os dirigentes sindicais expressam que, nos últimos tempos, aqueles que têm problemas de trabalho procuram a afiliação ao sindicato, mas, em tempos da ditadura franquista ou nos primeiros anos do retorno ao sistema democrático, existia maior disposição à afiliação ao sindicato. Isso mostra que, no meio rural, existe maior disposição a escutar e a debater as propostas dos sindicatos e a formação cidadã acerca do que é um sindicato. Ao mesmo tempo, assinalam que é muito mais difícil a afiliação entre os trabalhadores industriais do setor agroalimentício, em relação aos trabalhadores rurais, especialmente nas grandes empresas multinacionais com mais de 1.000 trabalhadores, situação que se acelerou especialmente depois da integração à União Europeia. Aliás, depois da mesma, desenvolveu-se como parte da política de desenvolvimento com ajudas da EU, a "instalação" dos denominados polígonos industriais, na década de 90, próximo da capital provincial. Porém, desde o início do ano 2000, isso vem ocorrendo também em diferentes povoados, a uma distância de 30 até 50 quilômetros de Granada, especialmente ao redor das estradas europeias, como, por exemplo, a 92, que começa em Sevilla e finaliza na Alemanha. Essa situação levou ao desenvolvimento de empregos na construção e nos serviços, porque, em ditos polígonos, se desenvolveram empreendimentos de agregação de valor à mercadoria de origem agrícola, como, por exemplo, o empacotamento de frutas e hortaliças, já prontas para a venda no supermercado ou hipermercado. Muitos desses empreendimentos foram de caráter cooperativo, com ajuda das políticas da UE. Os empregos do setor serviços que se destacam são os relacionados com o comércio, a hotelaria e a hotelaria do turismo rural. Esta última, sempre associada ao desenvolvimento da infra-estrutura que leva os turistas a ditos territórios, o que levou a uma forma diferente de organização e de dinâmica do emprego no território

rural em relação a 20 ou 30 anos atrás, já que, na atualidade, se desenvolvem empregos não agrícolas nos territórios rurais e podem ser observados, numa família rural, o pai trabalhando em atividades agrárias, o filho na indústria agroalimentícia e a filha na recepção do hotel de turismo rural.

A estruturação da organização sindical não é por territórios, e sim por setores de produção, pelos tipos de trabalhos desenvolvidos. Por exemplo, a Federação Agroalimentícia da UGT é composta por aqueles trabalhadores rurais da colheita, da produção sob estufa, das produções menos intensivas e das atividades relacionadas com a criação de aves e gado. Mas a ela também se agregam os trabalhadores dos polígonos industriais, os que trabalham no empacotamento de frutas e hortaliças e os relacionados com as atividades de preparação de alimentos. Um exemplo dado por um dos dirigentes entrevistados é que todos os trabalhadores envolvidos no trabalho que vai desde a ordenha da vaca, passa pelo engarramento do leite e termina quando este é posto à venda no mercado fazem parte do público alvo da Federação. A partir do momento que o produto se encontra na prateleira e se inicia o processo de venda comercial, os trabalhadores deveriam filiar-se a outra federação, nesse caso à Federação do Comércio, que também abarca os trabalhadores dos hotéis. Todos os trabalhadores pertencentes à construção pertencem à Federação da Construção, e, por último, a Federação de Serviços é formada pelos trabalhadores dos bancos, do setor limpeza, da educação, etc. Um exemplo colocado pelo próprio dirigente é o caso de uma família na qual o pai trabalha na agricultura e é filiado à Federação Agroalimentícia da UGT, o filho trabalha na construção e é filiado à Federação da Construção, e a filha trabalha no supermercado mais próximo e é filiada à Federação de Serviços, como também todos os integrantes da família podem trabalhar em atividades não agrícolas e se filiarem à Federação de Serviços. Esse fenômeno começou a ocorrer nos últimos 20 anos na Província de Granada, de acordo as declarações dos dirigentes sindicais.

Então, o que se pode concluir é que a Província de Granada apresenta diversidade territorial produtiva, pois a costa, a denominada *vega* e a zona de montanha agregam diferentes tipos de produtores, de produção e modelos de desenvolvimento rural. Ao norte da Província, predominam modelos de produção extensivos, e, quando mais se aproxima da costa com o Mediterrâneo, os modelos predominantes são mais intensivos, o que é associado ao tipo de solo e às características agroecológicas do, contexto produtivo.

Com relação à estrutura da distribuição da terra, ela origina-se no período da reconquista católica, o que levou à distribuição das terras entre os capitães e os senhores que

estabeleciam seus próprios exércitos e tinham a função de vigiar as expansivas fronteiras do reino católico.

Baseado nessa estrutura fundiária, desenvolveu-se um modelo de produção com baixas taxas de mecanização e modernização produtiva, cujo destino de comercialização era predominantemente o mercado nacional. No entanto, quando a Espanha ingressou no Mercado Comum Europeu, houve uma aceleração no processo de modernização agrária que vinha sendo processado na década de 70 do século XX no período ditatorial franquista. Os impactos foram os aumentos da tratorização e da utilização de insumos químicos e a diminuição da PEA agropecuária. Dessa forma, progressivamente, foi mudando o modelo produtivo fordista com perfil agrícola, quer dizer, grande produtividade e produção, para outro modelo, de perfil pos-fordista no qual se procura a qualidade e a distribuição do produto final ao mercado global com valor agregado, por meio da denominação de origem, produção ecológica, etc.

A modernização não foi exclusivamente produtiva, senão também social, já que possibilitou a aproximação do “mundo” urbano ao rural, mudando pautas de consumo e expectativas materiais. Além disso, a sociedade urbana começou a “pressionar” os limites rurais, pois o novo papel da sociedade rural já não era somente o de produtor de alimentos, senão também de produtor de valores paisagísticos, ambientais e ecológicos. Essa “pressão” também se expressa na atividade especulativa dos diferentes agentes imobiliários sobre a terra, a compra de terra para a construção de complexos habitacionais na periferia urbana, especialmente nas cidades de tamanho médio (entre 100.000 e 500.000 habitantes), que são as que mais cresceram nos últimos 15 anos, e também para construção de pousadas para o turismo rural.

Na questão da comercialização, o impacto modernizador significou o aumento da presença das grandes superfícies (supermercados e hipermercados) e dos intermediários, muitos deles pertencentes a companhias multinacionais. Por outro lado, também significou o aumento da renda dos empresários de fora da Província de Granada (especialmente da Província de Murcia) para a produção de frutas.

A modernização no emprego resultou na diminuição da PEA agrária, com uma forte intervenção do Estado por meio do salário-desemprego agrário, o que significa que o trabalhador rural que comprovar 35 dias trabalhados ao ano tem direito ao salário-desemprego, percebendo um 75,0% do valor da jornada (aproximadamente 300 euros) durante um período de seis meses. Essa situação leva os trabalhadores à procura de empregos em outras atividades de forma ilegal (sem contribuir à Seguridade Social), como na



construção ou em serviços, especialmente turismo rural, gerando rendas maiores e estáveis, o que aumenta o conforto da família, mas as melhoras não se originam de uma situação estrutural, e sim são produto das políticas públicas da conjuntura.

Essa situação provocou mudanças nas pautas de consumo dos que vivem nos territórios rurais, chegando ao paradoxo de aumentar as taxas de desemprego agrário e a necessidade de mão-de-obra imigrante para tarefas pouco qualificadas, como a colheita de frutas, hortaliças, olivares, etc. Essas ocupações não são desenvolvidas pelos cidadãos espanhóis, porque os salários pagos por elas não satisfazem as necessidades de consumo atuais. Além disso, outro fator que faz com que se empregue mão-de-obra imigrante é a “docilidade” do trabalhador, devido a sua condição ilegal, especialmente os de origem do leste europeu e da América do Sul (equatorianos, bolivianos e colombianos).

Por último, o processo modernizador significou a revalorização do rural e a emergência de novas funções no marco das mudanças produtivas de caráter pos-fordista, procurando mais qualidade do que quantidade, com destino ao mercado global, e procurando a preservação do meio ambiente, tendo no produtor a “sentinela” do meio ambiente. Para tanto, criaram-se políticas de desenvolvimento rural que procuraram manter a população rural no seu território, através da diversificação produtiva, aumentando a dinâmica do emprego e a origem da renda.

### **2.3 A emergência do território na Província de Granada**

Para começar este item, entende-se que a diversificação produtiva não é o resultado espontâneo e imprevisto de mecanismos neutros e impessoais, decorrentes da interação atomizada de unidades econômicas independentes entre si (Abramovay, R. 2002). Ela só pode ser compreendida à luz do que fazem, concretamente, os atores sociais e suas organizações, integrando um processo social que possibilita articulações de interesses ou luta pelos mesmos. A implantação de uma indústria, de um hotel, de uma universidade ou de um centro de pesquisa supõe capacidade de obter cooperação, um conjunto daquilo que Neil Fligstein (2001) chama de habilidades sociais, as quais são responsáveis pelo próprio perfil e conteúdo do desenvolvimento. Possivelmente a pergunta a se realizar é quem exerce a liderança desse processo de cooperação, mas este não é o objetivo deste trabalho, e sim o de apresentar o processo de diversificação produtiva e a dinâmica que acontece nas ocupações de um

território rural que se reconstrói em função dessa dinâmica (não é a única função, mas é uma delas).

Na experiência europeia quem define os territórios do programa LEADER são os próprios grupos de ação local, e não o governo (SUMPSI, 2005). Essa definição apóia-se na verdade, em uma rede política composta por diversas agências governamentais, pelo setor privado, por sindicatos, por ONGs e por forças sociais ligadas à arte, à cultura, além dos políticos eleitos locais. Esses grupos de ação local exprimem, de certa maneira, a essência própria da noção de governança, formas não hierárquicas de governo, onde atores não estatais, privados e associativos participam da formulação das políticas públicas (MAINTZ, 2001).

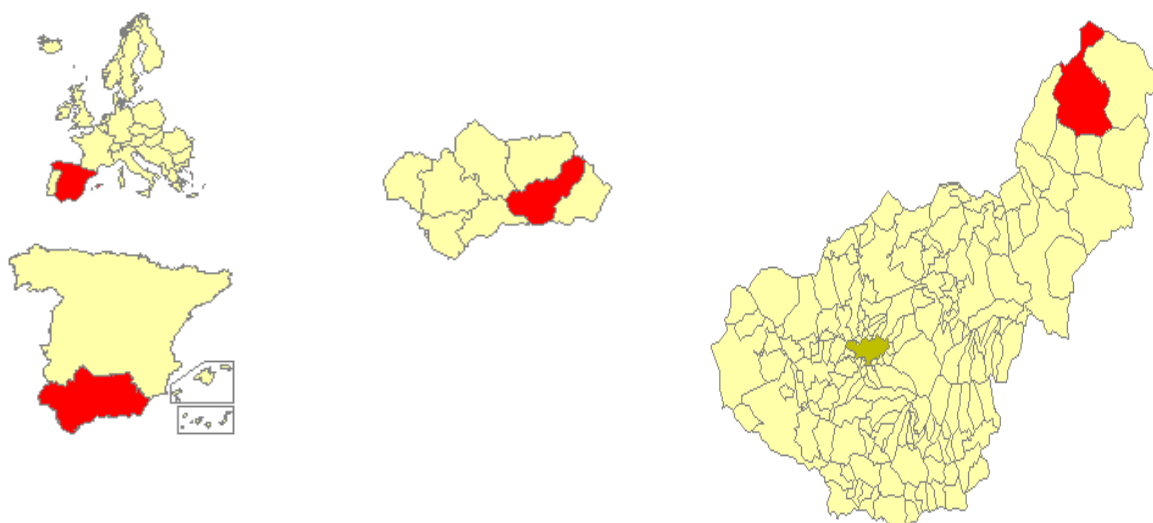
A capacidade desses grupos de ação local baseia-se, do ponto de vista teórico deste trabalho, numa estrutura produtiva que os coloca em diferentes situações e posições de negociação e cooperação num território determinado. Então, os dados a serem apresentados são de dois Municípios da Província de Granada, selecionados aleatoriamente, mas eleitos dentro de estratos definidos anteriormente: municípios ao norte da Província e ao sul. Os critérios baseiam-se em função dos dados obtidos nas entrevistas com diferentes informantes qualificados e quantitativos, os quais possibilitam identificar, ao norte, municípios menos dinâmicos produtivamente e baseados em modelos de produção extensivos, e ao sul, municípios mais dinâmicos na produção, o que leva a uma maior diversificação das ocupações e a um modelo de produção mais intensivo.

Dessa forma, inicia-se a análise com os dados do Município de Huéscar, localizado ao norte da Província de Granada, na Comarca de Huéscar a 154 quilômetros da capital provincial ao nordeste. Segundo dados do Instituto de Estatísticas de Andaluzia (IEA) – Sistema de Informação Multiterritorial de Andaluzia (SIMA), o município tem uma população total de 7910 pessoas para o ano de 2001, sendo 3896 homens (49,2%) e 4014 mulheres (50,8%). A superfície territorial é de 468 quilômetros quadrados, e a densidade populacional por km<sup>2</sup> é de 17 pessoas.

A Figura 1 apresenta a localização do Município de Huéscar em relação à capital provincial Granada.

**Figura 1**

**Mapa do Município de Huéscar**



Legenda: ■ Granada capital ■ Município de Huéscar

Nos aspectos demográficos, observa-se que os dados do último Censo Populacional indicam que 7910 pessoas moram no Município, 121 moram de forma dispersa pelo território, o que poderia ser considerado população rural dispersa, por outro lado, o resto da população (7789 pessoas) vive de forma agrupada em seis núcleos populacionais. Outro dado a ser considerado é a distribuição das pessoas por faixas etárias, apresentada na Tabela 10.

Tabela 10

Distribuição percentual da população por faixa etária no Município de Huéscar – 2001

<b>FAIXAS ETÁRIAS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
De 0 a 14 anos	16,3
De 15 a 29 anos	21,3
De 30 a 39 anos	15,2
De 40 a 59 anos	10,5
Mais de 60 anos	36,7
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

Existe uma forte presença de pessoas com mais de 60 anos, mostrando uma sociedade envelhecida nesse município, mantendo a mesma tendência da sociedade europeia. Por outro lado, em relação as pessoas que começam sua etapa produtiva, principalmente os jovens a

partir dos 30 anos, inicia-se um processo de declínio da população, de emigração da localidade. Portanto, pode-se dizer que a estrutura populacional não consegue reter as pessoas jovens e em idade produtiva.

Assim, a dinâmica populacional do Município de Huéscar apenas consegue se reproduzir, não gerando mecanismos que dinamizem a estrutura populacional e que retenham os jovens e de que sejam atrativos para outras pessoas, quer dizer, com capacidade de captar imigrantes.

A continuação, na Tabela 11 analisa-se a composição da estrutura ocupacional.

Tabela 11

Distribuição percentual das pessoas ocupadas segundo o setor de atividade no Município de Huéscar - 2001

<b>Setor de Atividade</b>	<b>PESSOAS OCUPADAS (%)</b>
Primário	18,0
Secundário	24,0
Terciário	58,0
<b>Total de pessoas ocupadas</b>	<b>100,0 (2050)</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

Para começar, as diferentes ocupações distribuem-se da seguinte forma nos três setores de atividade: o Primário abrange todas as atividades agropecuárias, as quais representam 18,0% do total do pessoal ocupado; o Secundário abrange as atividades industriais em geral, da construção e do fornecimento de água, luz e gás, representando 24,0%; e por último, o Terciário abrange as atividades de serviços em geral, como hotelaria, setor financeiro, educação, comércio em geral, limpeza, segurança pública, etc., atividades que representam 57,0% do pessoal ocupado no Município de Huéscar.

Então, pode-se dizer que a ocupação predominante no Município é dos serviços, logo depois do Setor Secundário e, por último, do Setor Primário, é importante assinalar que, para Municípios do tamanho de Huéscar na Província de Granada, o peso das ocupações no Setor Primário é menor, sendo maior no Secundário e quase semelhante no Terciário. Por outro lado, cabe agregar que, nos municípios da Província com menos de 5.000 habitantes, o peso

das ocupações no Setor Primário é maior (22,0%), sendo também maior no Setor Secundário (36,0%) e menor no Setor Terciário (42,0%) na comparação com os dados do Município de Huéscar. Mas o mesmo tem uma densidade populacional por quilômetro quadrado menor que 17 pessoas e cumpre o critério de seleção de municípios de densidade demográfica igual ou menor a 150 pessoas por quilômetro quadrado para a Província de Granada.

Em resumo, no Município de Huéscar, o peso das ocupações do Setor Primário é maior quando comparado a municípios de semelhante tamanho, é menor nas ocupações do Setor Secundário e quase igual à percentagem de ocupados no Setor Terciário.

Tabela 12

Distribuição percentual das ocupações segundo o setor de atividade no Município de Huéscar  
- 2001

Ocupação	SETORES DE ATIVIDADE (%)		
	Primário	Secundário	Terciário
Empresários ou profissionais com empregados	6,0	9,0	7,0
Empresários ou Profissionais sem empregados	22,0	11,0	16,0
Trabalhador assalariado permanente	8,0	14,0	37,0
Trabalhador assalariado temporário	63,0	62,0	38,0
Trabalhadores familiares	1,0	0,0	1,0
Membros de cooperativas	0,0	3,0	1,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

Apresenta-se informação acerca das ocupações no Município segundo o setor de atividade em que estão inseridas.

Observa-se no Setor Primário, que a principal ocupação é a dos trabalhadores assalariados temporários, logo a seguir vem à ocupação dos empresários ou profissionais sem

empregados, representando as duas ocupações um total de 85,0% do total do setor. No caso do Setor Secundário a principal ocupação também é a de trabalhador assalariado temporário; em segundo, encontra-se a ocupação de trabalhador assalariado permanente, representando as duas ocupações um total de 76,0% do total do setor, e, no Setor Terciário, a ocupação principal também é a de trabalhador assalariado temporário, seguido da de trabalhador assalariado permanente numa percentagem quase igual, as duas ocupações representando um total de 75,0% do total das ocupações do setor.

Quando se analisam os dados de cada setor de atividade em relação aos subtotais de ocupação, observa-se que, nas atividades primárias, é maior o percentual de empresários ou profissionais sem empregados e de trabalhadores assalariados temporários e menor o de empresários ou profissionais com empregados e assalariados permanentes com os valores esperados no subtotal correspondente. Isso se deve ao fato de que o Setor Primário apresenta atividades baseadas principalmente em mão-de-obra temporária e de produtores sem empregados.

No caso das atividades secundárias, os empresários ou profissionais com empregados, os trabalhadores temporários e membros de cooperativas apresentam percentuais maiores do que os esperados nos subtotais correspondentes e menores nas ocupações de empresários ou profissionais sem empregados e trabalhadores temporários. Isso indica que o Setor Secundário é formado por empresários que demandam mão-de-obra, sendo esta majoritariamente temporária.

Por último, as atividades terciárias apresentam um percentual maior do que o esperado no subtotal correspondente dos trabalhadores assalariados permanentes e menores percentuais nas ocupações de trabalhadores temporários, enquanto, no resto das categorias ocupacionais, se mantêm os percentuais esperados. Nesse caso, é evidente que o Setor Terciário gera empregos assalariados permanentes, impactando a dinâmica do emprego do território do Município, produzindo maior estabilidade.

Na Tabela 13 apresenta-se informação acerca dos tipos de cultivos desenvolvidos na agricultura, ao fim de se ter o perfil produtivo do Município.

Tabela 13

Distribuição percentual das terras, por tipos de produtos no Município de Huéscar – 2000

<b>PRODUTOS CULTIVADOS</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS (%)</b>
Herbáceos	79,6
Frutos	14,0
Oliva	5,8
Vinhedos	0,4
Outros Cultivos	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censo Agropecuário, 2000.

Observa-se que a maior percentagem de aproveitamento da terra é de herbáceos, quer dizer, de cultivos extensivos, como cevada, aveia e trigo. Logo depois, seguem cultivos como frutas, olival para a produção de azeite e vinhedos para a produção de vinho.

A informação acerca do tipo de uso indica o modelo produtivo que se desenvolve no município. Assim, começa a se delinear um modelo baseado na extensão e não na intensidade dos fatores produtivos, entre os quais se encontra o trabalho. Devido a isso, também se tendem a desenvolver tipos de trabalho e de ocupações que impactam a dinâmica ocupacional e a forma de organizar o território nesse contexto produtivo. Assim, destaca-se a produção extensiva de cevada, aveia e trigo, mas, por outro lado, a produção intensiva baseia-se no cultivo especialmente, da amêndoa e da oliva para a produção de azeite.

Na Tabela 14, apresentam-se os dados acerca da utilização de maquinário agrícola do município, o que indica o grau de modernização da agricultura.

Tabela 14

Distribuição percentual do maquinário agrícola utilizado no Município de Huéscar – 2000

<b>MAQUINÁRIO AGRÍCOLA (%)</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Tratores	63,2
Motocultores	22,5
Colheitadeiras	12,8
Outras colheitadeiras	1,6
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censo Agropecuário, 2000.

Pode-se apreciar que, no Município de Huéscar, a presença de maquinário na produção agrária é importante, o que indica um grau de modernização relevante. Então, o tipo de produção extensiva em cevada, aveia e trigo desenvolve-se na base de um modelo moderno, no qual a tratorização é um dos pilares, tendo ainda, como fatores complementares os insumos químicos, como os fertilizantes e os produtos para o combate a pragas e fungos.

Ora, esse modelo extensivo com forte presença de maquinário agrário impacta a dinâmica das ocupações, já que implica a diminuição de mão-de-obra, especialmente nos cultivos com menor exigência de qualificação para o desenvolvimento das tarefas agrárias, como, por exemplo, na época da colheita ou de preparação da terra para iniciar o plantio. Esse dado quantitativo, verificado nas diferentes entrevistas qualitativas, nas quais se assinala que o processo de modernização se iniciou em 1970 aproximadamente e se intensificou em 1980, quando a Espanha ingressou na Comunidade Européia, aprofundando-se na década de 90, no contexto da Política Agrária Comum da União Européia.

Dessa forma, conclui-se que a presença de maquinário agrário no Município de Huéscar é expressiva, indicando um modelo de produção extensivo de herbáceos moderno, que gera impactos sobre os tipos de ocupações que se desenvolvem nesse território.

Na Tabela 15, apresenta-se informação acerca da produção pecuária.



Tabela 15

Distribuição percentual da produção pecuária no Município de Huéscar – 2000

<b>PRODUÇÃO PECUÁRIA</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Abelhas	0,0
Asnos	0,1
Aves	52,7
Gado bovino	0,0
Cabras	0,1
Coelhos	4,1
Mulas	0,0
Ovelhas	42,9
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

FONTE: INE (Espanha) / Censo Agropecuário, 2000.

Observa-se que a produção pecuária do Município se baseia na produção avícola e ovina. O Município de Huéscar é um dos dois mais importantes na produção pecuária da Comarca de Huéscar.

A produção avícola tem um peso percentual de, aproximadamente, 53,0% do total da produção, e, no caso dos ovinos ele é de quase o 43,0%. Isso quer dizer que estes são os dois itens pecuários predominantes no Município de Huéscar. Representando modelos de produção diferentes: o avícola de tipo intensivo e o ovino de tipo extensivo.

O primeiro modelo dos mencionados significa a introdução de investimentos em infraestrutura para a concentração de animais num determinado espaço físico para a criação intensiva, alimentação especial, melhoras genéticas, cuidados veterinários, maior mão-de-obra por metro quadrado, etc. O outro modelo, baseado na criação extensiva, com tempos produtivos mais lentos, demanda maior espaço para o deslocamento dos animais e, em termos relativos, menores investimentos e menos mão-de-obra por metro quadrado.

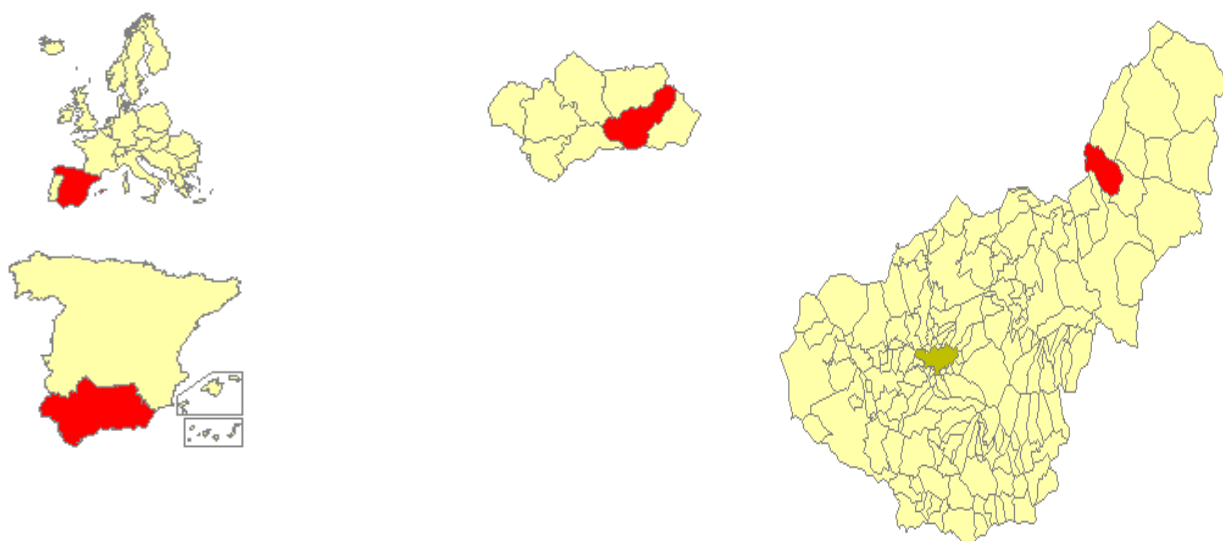
O segundo município analisado é Cortes de Baza, que se localiza a 131 quilômetros da capital provincial ao nordeste, na Comarca de Baza. Segundo dados do Instituto de Estatísticas de Andaluzia (IEA) – Sistema de Informação Multiterritorial de Andaluzia, possui

uma população total de 2.386 pessoas para o ano de 2001, sendo 1.200 homens (49,2%) e 1.186 mulheres (50,8%). A superfície territorial é de 141 quilômetros quadrados, e a densidade populacional é de 17 pessoas por km<sup>2</sup>.

Na figura 2, apresenta-se a localização do Município de Cortes de Baza em relação à capital provincial Granada.

**Figura 2**

**Mapa do Município de Cortes de Baza**



Legenda: ● Granada capital ● Município Cortes de Baza

Nos aspectos demográficos, observa-se que os dados do último Censo Populacional indicam que 2.386 pessoas moram no município: 59 moram de forma dispersa pelo território, o que poderia ser considerado população rural dispersa, e o restante da população (2.327 pessoas) mora de forma agrupada em seis núcleos populacionais. Outro dado a ser considerado é a distribuição das pessoas por faixas etárias, apresentada na Tabela 16.

Tabela 16

Distribuição percentual da população por faixa etária do Município de Cortes de Baza - 2001

<b>FAIXAS ETÁRIAS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
De 0 a 14 anos	11,0
De 15 a 29 anos	19,0
De 30 a 39 anos	12,0
De 40 a 59 anos	23,0
Mais de 60 anos	35,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

Nota-se que existe uma forte presença de pessoas com mais de 60 anos, mostrando uma sociedade envelhecida nesse município, mantendo a tendência da sociedade européia. Por outro lado, em relação às pessoas que começam sua etapa produtiva, principalmente os jovens a partir dos 30 anos, inicia-se um processo de declínio da população, de emigração da localidade. Portanto, pode-se dizer que a estrutura populacional não consegue reter as pessoas jovens e em idade produtiva.

Dessa forma, a dinâmica populacional do Município de Cortes de Baza apenas consegue se reproduzir, não gerando mecanismos que dinamizem a estrutura populacional e que retenham os jovens, ou que sejam atrativos para outras pessoas, quer dizer, com capacidade de captar imigrantes.

Na Tabela 17, analisa-se a composição da estrutura ocupacional.

Tabela 17

Distribuição percentual das pessoas ocupadas, segundo o setor de atividade no Município de Cortes de Baza - 2001

<b>Setor de Atividade</b>	<b>PESSOAS OCUPADAS (%)</b>
Primário	54,2
Secundário	14,3
Terciário	31,5
<b>Total de pessoas ocupadas</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

Para começar, as diferentes ocupações distribuem-se da seguinte forma nos três setores de atividade: o Primário abrange todas as atividades agropecuárias, as quais representam 54,0% do total do pessoal ocupado; o Secundário abrange as atividades industriais em geral, da construção e do fornecimento de água, luz e gás, representando 14,0%, e, por último, o Terciário abrange as atividades de serviços em geral, como hotelaria, setor financeiro, educação, comércio em geral, limpeza, segurança pública, etc., atividades que representam 31,0% do pessoal ocupado no Município de Cortes de Baza.

Então, pode-se dizer que a ocupação predominante no município é do Setor Primário, logo depois vem o Setor Terciário e, por último, o Setor Secundário. É importante assinalar que, para os municípios da Província com menos de 5.000 habitantes, o peso das ocupações, no Setor Primário, é de 22,0%; no Setor Secundário de 36,0%, e, no Setor Terciário, é de 42,0%, com relação ao Município de Cortes de Baza. No entanto, o mesmo tem uma densidade populacional por quilômetro quadrado igual a 17 pessoas e cumpre o critério de seleção de municípios de densidade demográfica igual ou menor a 150 pessoas por quilômetro quadrado para a Província de Granada.

Em resumo, no Município de Cortes de Baza, as ocupações do Setor Primário são predominantes, seguindo-se as ocupações do Setor Terciário e, por último, as do Setor Secundário. Apresentado características semelhantes ao Município de Huéscar, na distribuição percentual das ocupações segundo os setores de atividade.

Tabela 18

Distribuição percentual das ocupações, segundo o setor de atividade no Município de Cortes de Baza – 2001

Ocupação	SETORES DE ATIVIDADE (%)		
	Primário	Secundário	Terciário
Empresários ou profissionais com empregados	2,8	4,2	2,1
Empresários ou Profissionais sem empregados	8,7	12,2	20,7
Trabalhador assalariado permanente	1,2	10,4	28,1
Trabalhador assalariado temporário	87,3	73,2	48,7
Trabalhadores familiares	0,0	0,0	0,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

Na Tabela 18, apresenta-se à informação acerca das ocupações no município segundo os setores de atividade.

Quando se analisam os dados de cada setor de atividade em relação aos subtotais de ocupação, observa-se que nas atividades primários, e maior o percentual de trabalhadores assalariados temporário e menor em empresários ou profissionais sem empregados, empresários ou profissionais com empregados e assalariados permanentes com os valores esperados no subtotal correspondente. No caso de trabalhadores temporários, o subtotal é 73,0%; em empresários ou profissionais sem empregados 13,0%; empresários ou profissionais com empregados 3,0%; e assalariados permanentes 11,0%. Isso se deve ao fato de que o Setor Primário do município apresenta atividades baseadas principalmente em mão-de-obra temporária.

No caso das atividades secundárias, os empresários ou profissionais com empregados apresentam percentuais maiores do que os esperados nos subtotais correspondentes e menores, nas ocupações de trabalhadores temporários, membros de cooperativas e

empresários ou profissionais sem empregados, mantendo-se o percentual esperado nas ocupações dos trabalhadores temporários. Isso indica que o Setor Secundário é formado por empresários que demandam mão-de-obra, sendo esta majoritariamente temporária.

Por último, as atividades terciárias apresentam um percentual maior do que o esperado no subtotal correspondente dos trabalhadores assalariados permanentes, trabalhadores familiares e empresários ou profissionais sem empregados e menores percentuais nas ocupações de trabalhadores temporárias e empresários ou profissionais com empregados. Nesse caso, o Setor Terciário gera majoritariamente empregos assalariados permanentes, impactando a dinâmica do emprego do território do Município, produzindo maior estabilidade da mesma, mas em menor percentagem que no Município de Huéscar.

Na Tabela 19, apresenta-se a informação acerca dos tipos de cultivos desenvolvidos na agricultura, a fim de se ter o perfil produtivo do município.

Tabela 19

Distribuição percentual das terras, por tipos de produtos cultivados, no Município de Cortes de Baza – 2000

<b>PRODUTOS CULTIVADOS</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS (%)</b>
Herbáceos	45,3
Frutos	28,9
Oliva	24,9
Vinhedos	0,5
Outros Cultivos	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censo Agropecuário, 2000.

Observa-se que a maior percentagem de aproveitamento da terra é com herbáceos, quer dizer, com cultivos extensivos, como cevada, trigo e aveia. Logo depois, seguem frutos secos (amêndoa), o olival para a produção de azeite e frutos como a framboesa, a groselha e o caqui.

A informação acerca do tipo de uso indica o modelo produtivo que se desenvolve no município. Assim, começa a se delinear um modelo baseado na extensão e não na intensidade

dos fatores produtivos, entre os quais se encontra o trabalho. Devido a isso, também há a tendência de se desenvolverem tipos de trabalho e de ocupações que impactam a dinâmica ocupacional e a forma de organizar o território nesse contexto produtivo, como se observa no caso do Município de Huéscar.

Dessa forma, destaca-se a produção extensiva de cevada, trigo e aveia, mas, por outro lado, a produção intensiva baseia-se especialmente, no cultivo da amêndoa e da oliveira para a produção de azeite.

Na Tabela 20, apresentam-se os dados acerca do maquinário do município, o que indica o grau de modernização na produção dos cultivos já descritos anteriormente.

Tabela 20

Distribuição percentual do maquinário agrícola utilizado no Município de Cortes de Baza – 2000

<b>MAQUINÁRIO AGRÍCOLA (%)</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Tratores	78,9
Motocultores	19,2
Colheitadeiras	1,9
Outras colheitadeiras	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censo Agropecuário, 2000.

Pode-se apreciar que, no Município de Cortes de Baza, a presença de maquinário na produção agrária é importante, o que nos indica um grau de modernização também importante. Então, o tipo de produção extensiva em cevada, trigo e aveia desenvolve-se na base de um modelo moderno, no qual a tratorização é um dos pilares, tendo ainda como fatores complementares, os insumos químicos como os fertilizantes e os produtos para o combate de pragas e fungos. Na comparação com o Município de Huéscar, chama atenção a forte presença dos tratores e a menor das colheitadeiras.

Ora, esse modelo extensivo com forte presença de maquinário agrícola impacta a dinâmica das ocupações, já que implica a diminuição de mão-de-obra, especialmente nos cultivos com menor exigência de qualificação para o desenvolvimento das tarefas agrárias,

como, por exemplo, na época da colheita ou na de preparação da terra para iniciar o plantio. Isso se reflete na composição das ocupações no Setor Primário, o qual é formado fortemente por assalariados temporários.

Dessa forma, a presença de maquinário agrário no Município de Cortes de Baza é expressiva, especialmente a de tratores, indicando um modelo de produção fortemente extensivo de herbáceos moderno, que gera impactos sobre os tipos de ocupações que se desenvolvem nesse território.

Na Tabela 21, apresenta-se informação acerca da produção pecuária.

Tabela 21

Distribuição percentual da produção pecuária no Município de Cortes de Baza – 2000

<b>PRODUÇÃO PECUÁRIA</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Abelhas	0,0
Asnos	0,1
Aves	67,7
Gado bovino	0,1
Cabras	3,9
Coelhos	0,9
Mulas	0,1
Ovelhas	27,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censo Agropecuário, 2000.

Observa-se que a produção pecuária do município se baseia nas produções, avícola e ovina. O Município de Cortes de Baza é considerado de porte médio na produção pecuária da Comarca de Baza.

A produção avícola tem um peso percentual de aproximadamente, 68,0% do total da produção municipal, e o da ovina 27,0%. Isso quer dizer que estes são os dois itens pecuários



predominantes no Município de Cortes de Baza, representando modelos de produção diferentes, o avícola de tipo intensivo e o ovino de tipo extensivo.

O primeiro modelo mencionado caracteriza-se pela introdução de investimentos em infra-estrutura para a criação intensiva das aves, melhoras genéticas, cuidados veterinários, maior mão-de-obra por metro quadrado, incorporação tecnológica para a produção e fontes energéticas baseadas no petróleo. O outro modelo, baseado na criação extensiva, com tempos produtivos mais lentos, demanda maior espaço para o deslocamento dos animais e, em termos relativos, menores investimentos, incorporação tecnológica e menos mão-de-obra por metro quadrado.

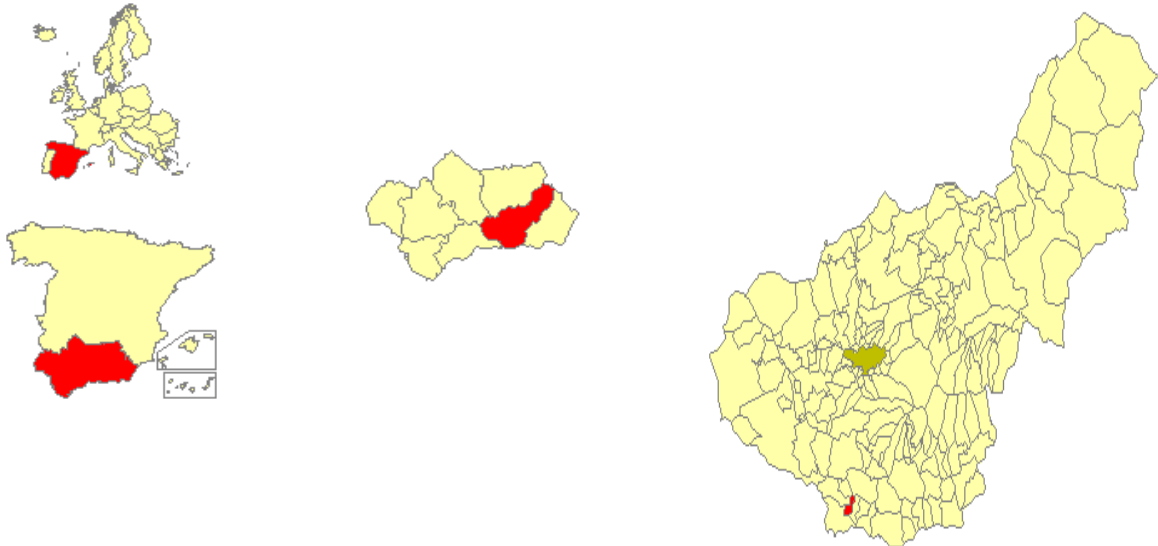
Em resumo, a produção pecuária do município baseia-se nas produções avícola e ovina, as quais desenvolvem modelos produtivos diferenciados. A avícola é de tipo intensivo, e a ovina de tipo extensivo, o que implica demandas de mão-de-obra diferentes em quantidade e qualidade. Na comparação com o Município de Huéscar, Cortes de Baza tem maior ênfase na produção avícola, mas não deixa de ser importante a ovina.

O terceiro município analisado é Jete, que se localiza a 63 quilômetros ao sul da capital provincial, integrando a Comarca da Costa de Granada. Segundo dados do Instituto de Estatísticas de Andaluzia – Sistema de Informação Multiterritorial de Andaluzia, possui uma população total de 735 pessoas, segundo o Censo de 2001, sendo 347 homens (47,2%) e 388 mulheres (52,8%). A superfície territorial é de 14 quilômetros quadrados, e a densidade populacional é de 52 pessoas por km<sup>2</sup>.

Na Figura 3, apresenta-se a localização do Município de Jete em relação à capital provincial Granada.

**Figura 3**

**Mapa do Município de Jete**



Legenda: ● Granada capital ● Município de Jete

Nos aspectos demográficos, observa-se que os dados do último Censo Populacional indicam que 735 pessoas habitam no município: 35 moram de forma dispersa pelo território, o que poderia ser considerado população rural dispersa, e o restante da população (700 pessoas) mora de forma agrupada em um núcleo populacional. Outro dado a ser considerado é a distribuição das pessoas por faixas etárias, apresentada na Tabela 22.

Tabela 22

Distribuição percentual da população por faixa etária do Município de Jete - 2001

<b>FAIXAS ETÁRIAS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
De 0 a 14 anos	15,5
De 15 a 29 anos	19,0
De 30 a 39 anos	18,5
De 40 a 59 anos	21,0
Mais de 60 anos	26,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

Observa-se que o grupo de pessoas com mais de 60 anos representa a faixa etária com mais peso percentual mostrando uma sociedade envelhecida nesse município mantendo a tendência da sociedade europeia. Por outro lado, dos três municípios já analisados, este é o que menor percentagem de pessoas com mais de 60 anos apresenta e o que mostra maiores percentagens dos grupos populacionais já inseridos no mercado de trabalho. Dessa forma, pode-se dizer que a estrutura populacional consegue reter as pessoas jovens e em idade produtiva, na comparação com os municípios até aqui analisados, já que possui grupos populacionais com pesos percentuais semelhantes para as faixas etárias entre 15 e 29 anos, 30 a 39 e 40 a 59 anos.

Dessa forma, a dinâmica populacional do Município de Jete consegue se reproduzir, e também gerar mecanismos na estrutura social que retenham os jovens e que sejam atrativos para outras pessoas, quer dizer, com capacidade de captar imigrantes.

Na Tabela 23, analisa-se a composição da estrutura ocupacional.

Tabela 23

Distribuição percentual das pessoas ocupadas, segundo o setor de atividade no Município de Jete – 2001

<b>Setor de Atividade</b>	<b>PESSOAS OCUPADAS (%)</b>
Primário	24,4
Secundário	18,2
Terciário	57,4
<b>Total de pessoas ocupadas</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

Observa-se que a ocupação predominante no município é do Setor Terciário, logo depois vem o Setor Primário e, por último, o Setor Secundário. É importante assinalar que, para os municípios da Província com menos de 5.000 habitantes, o peso das ocupações no Setor Primário é de 22,0%; no Setor Secundário é de 36,0%; e, no Setor Terciário, de 42,0%. Isso quer dizer que o Município de Jete apresenta características produtivas diferentes das do restante dos municípios analisados, mas tem uma densidade populacional de 52 pessoas por km<sup>2</sup> e cumpre o critério de seleção de municípios de densidade demográfica igual ou menor a 150 pessoas por quilômetro quadrado para a Província de Granada.

Em resumo, no Município de Jete, as ocupações do Setor Terciário são predominantes, seguindo-se as do Setor Primário e, por último, as do Secundário.

Tabela 24

Distribuição percentual das ocupações, segundo o setor de atividade no Município de Jete – 2001

Ocupação	SETORES DE ATIVIDADE (%)		
	Primário	Secundário	Terciário
Empresários ou profissionais com empregados	19,3	0,0	4,1
Empresários ou Profissionais sem empregados	35,5	13,0	16,4
Trabalhador assalariado permanente	3,2	13,0	38,4
Trabalhador assalariado temporário	42,0	69,5	41,1
Trabalhadores familiares	0,0	4,3	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

Na Tabela 24, apresenta-se à informação acerca das ocupações no município segundo os setores de atividade.

Quando se analisam os dados de cada setor de atividade em relação aos subtotais de ocupação, observa-se que, nas atividades primárias, é maior o percentual de empresários ou profissionais sem empregados e empresários ou profissionais com empregados e menor o de assalariados permanentes e assalariados temporários. No caso de trabalhadores temporários, o subtotal é 46,5%; em empresários ou profissionais sem empregados 20,5%; empresários ou profissionais com empregados 7,1%; e assalariados permanentes 25,2%. Isso se deve ao fato de que o Setor Primário do município apresenta atividades baseadas principalmente em empresários com e sem empregados.

No caso das atividades secundárias, os trabalhadores assalariados temporários e os trabalhadores familiares apresentam percentuais maiores do que os esperados nos subtotais correspondentes e menores nas ocupações de trabalhadores assalariados permanentes,

empresários ou profissionais sem empregados e com empregados. Isso indica que o Setor Secundário é formado por trabalhadores assalariados temporários e familiares, quer dizer, por empresas integradas por mão-de-obra familiar e, em determinados momentos produtivos, pela incorporação de trabalhadores assalariados para determinadas ocupações.

Por último, as atividades terciárias apresentam um percentual maior do que o esperado no subtotal correspondente dos trabalhadores assalariados permanentes e menores percentuais nas ocupações de trabalhadores temporários, trabalhadores familiares, empresários ou profissionais sem empregados e empresários ou profissionais com empregados. Nesse caso, o Setor Terciário gera majoritariamente empregos assalariados permanentes, impactando a dinâmica do emprego no território do Município, produzindo maior estabilidade da mesma, sendo, até o momento, a maior percentagem desse tipo de ocupações nos municípios analisados.

Na Tabela 25, apresenta-se a informação acerca dos tipos de cultivos desenvolvidos na agricultura, a fim de se ter o perfil produtivo do município.

Tabela 25

Distribuição percentual das terras, por tipos de produtos cultivados no Município de Jete – 2000

<b>PRODUTOS CULTIVADOS</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS (%)</b>
Herbáceos	6,9
Frutos	72,8
Oliva	17,7
Vinhedos	2,4
Outros Cultivos	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censo Agropecuário, 2000.

Observa-se que a maior percentagem de aproveitamento da terra é com o cultivo de frutos, como amêndoa, chirimólia e abacate. No caso da chirimólia, e do abacate, a produção

é irrigada; logo depois, seguem os cultivos extensivos, como a produção de feijão de vagem, cana-de-açúcar e tomate, nessa ordem de importância.

A informação acerca do tipo de uso indica o modelo produtivo que se desenvolve no município. Assim, começa-se a delinear um modelo baseado na intensidade dos fatores produtivos, entre os quais se encontra o trabalho. Devido a isso, também, há a tendência de se desenvolverem tipos de trabalho e de ocupações que impactam a dinâmica ocupacional e a forma de organizar o território nesse contexto produtivo, com o se vem observando no caso do Município de Jete.

Dessa forma, destaca-se a produção intensiva da amêndoa, da chirimólia, e do abacate e, por outro lado, a produção extensiva baseada na produção de feijão de vagem, cana-de-açúcar e tomate.

Na Tabela 26, apresentam-se os dados acerca do maquinário do município, o que indica o grau de modernização na produção dos cultivos já descritos anteriormente.

Tabela 26

Distribuição percentual do maquinário agrícola utilizado no Município de Jete – 2000

<b>MAQUINÁRIO AGRÍCOLA (%)</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Tratores	7,8
Motocultores	92,2
Colheitadeiras	0,0
Outras colheitadeiras	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censo Agropecuário, 2000.

Pode-se apreciar que a presença de maquinário na produção agrária é importante, especialmente a de motocultores, o que indica um grau de modernização importante na produção intensiva de amêndoa, chirimólia e abacate. O uso dos motocultores, apropriados para cultivos intensivos em unidades produtivas pequenas (entre um e cinco hectares), é complementado pelo uso de insumos químicos, como os fertilizantes e os produtos para o combate de pragas e fungos, representando o modelo agrícola do município que é intensivo

baseado na modernização agrária e impacta a dinâmica das ocupações, implicando a diminuição de mão-de-obra, especialmente daquela com menor qualificação para o desenvolvimento das tarefas agrárias, como, por exemplo, a empregada na época da colheita ou na preparação da terra para iniciar o plantio. Isso se reflete nas ocupações no Setor Primário, o qual é composto fortemente por assalariados temporários.

Em resumo, a presença de maquinário agrário no Município de Jete é expressiva, especialmente de motocultores ou motocultivadores, indicando um modelo de produção intensivo moderno, que é levado adiante por produtores de unidades pequenas e que também impacta os tipos de ocupações que se desenvolvem nesse território.

Na Tabela 27, apresenta-se a informação acerca da produção pecuária.

Tabela 27

Distribuição percentual da produção pecuária no Município de Jete – 2000

<b>PRODUÇÃO PECUÁRIA</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Abelhas	32,3
Asnos	45,2
Aves	0,0
Gado bovino	0,0
Cabras	0,0
Coelhos	0,0
Mulas	22,6
Ovelhas	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censo Agropecuário, 2000.

Observa-se que a produção pecuária do Município é de pouca importância e se baseia em dois tipos de produtos, a de asnos e a apícola.

O quarto município analisado é Molvizar, que se localiza a 70 quilômetros ao sul integrando a Comarca da Costa de Granada. Segundo dados do Instituto de Estatísticas de

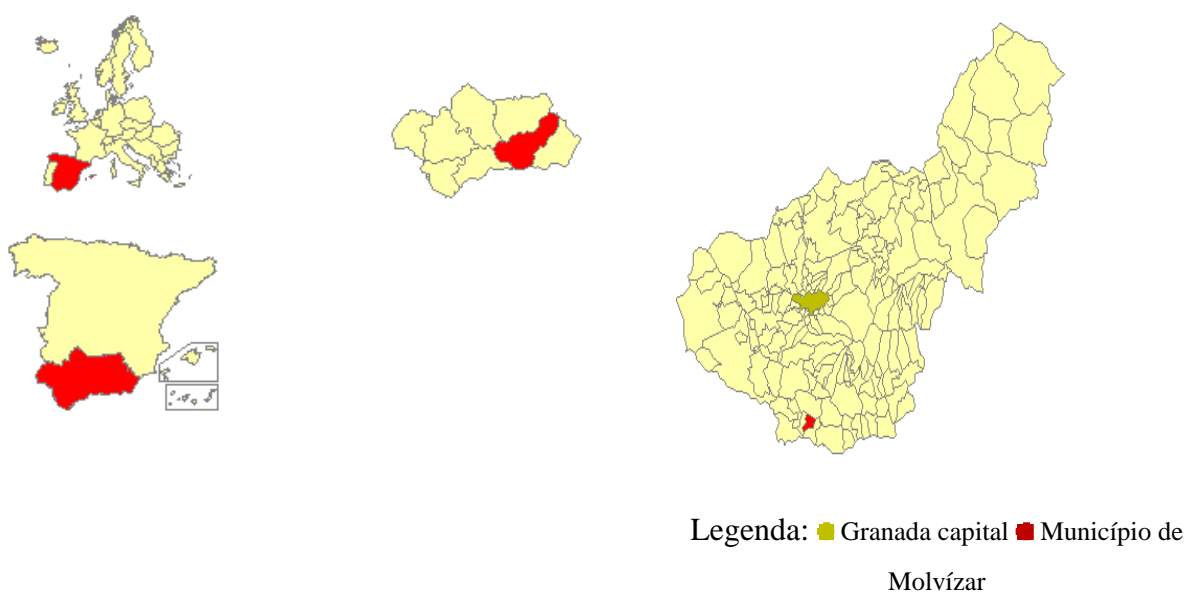


Andaluzia/Sistema de Informação Multiterritorial de Andaluzia, têm uma população total de 2.787 pessoas, segundo o Censo 2001, sendo 1.383 homens (49,7%) e 1.404 mulheres (50,3%). A superfície territorial é de 21 quilômetros quadrados, e a densidade populacional é de 133 pessoas por km<sup>2</sup>.

Na Figura 4, apresenta-se a localização do Município de Molvizar com relação à capital provincial Granada.

**Figura 4**

**Mapa do Município de Molvizar**



Nos aspectos demográficos, observa-se que os dados do último Censo Populacional indicam que 2.787 pessoas moram no município: 13 moram de forma dispersa pelo território, o que poderia ser considerado população rural dispersa, e o restante da população (2.774 pessoas) mora de forma agrupada em um núcleo populacional. Outro dado a ser considerado é a distribuição das pessoas por faixas etárias apresentada na Tabela 28.

Tabela 28

Distribuição percentual da população por faixa etária do Município de Molvizar - 2001

<b>FAIXAS ETÁRIAS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
De 0 a 14 anos	18,0
De 15 a 29 anos	20,4
De 30 a 39 anos	17,5
De 40 a 59 anos	21,0
Mais de 60 anos	23,2
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

Observa-se que o grupo de pessoas com mais de 60 anos representa a maioria, mostrando uma sociedade envelhecida nesse município, mantendo a tendência já observada nos diferentes municípios. Ora, o Município de Molvizar é o que menor percentagem de pessoas com mais de 60 anos apresenta e o que mostra maior percentagem média (19,6%) do grupo populacional de 15 até 59 anos. Juntamente com o Município de Jete, tem as maiores médias percentuais 19,5% (Molvizar 19,6% e Jete 19,5%) desse grupo populacional inserido no mercado de trabalho do território em questão. Portanto, pode-se dizer que a estrutura populacional consegue reter as pessoas jovens e em idade produtiva na comparação com os municípios do norte da Província de Granada analisados, já que possuem, em média, uma percentagem de 16,8% (Cortes de Baza possui 18,0% e Huéscar possui 15,6%).

Dessa forma, a dinâmica populacional do Município de Molvizar consegue não só se reproduzir vegetativamente, mas também gerar mecanismos na estrutura social que retenham os mais jovens da sociedade e que sejam atrativos para outras pessoas, especialmente os imigrantes. Portanto, pode-se afirmar que os municípios da Costa de Granada geram dinâmicas populacionais em seus territórios que conseguem não só reter e reproduzir-se socialmente, mas também atrair imigrantes. Em resumo, os territórios da Costa de Granada têm maior dinâmica populacional que os territórios ao norte da Província.

Na Tabela 29, analisa-se a composição da estrutura ocupacional.

Tabela 29

Distribuição percentual das pessoas ocupadas, segundo o setor de atividade no Município de Molvizar – 2001

<b>Setor de Atividade</b>	<b>PESSOAS OCUPADAS (%)</b>
Primário	29,2
Secundário	22,1
Terciário	48,7
<b>Total de pessoas ocupadas</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

A ocupação predominante no município é no Setor Terciário, logo depois vem o Setor Primário e, por último, o Setor Secundário. É importante assinalar que, para municípios da Província com menos de 5.000 habitantes, o peso das ocupações no Setor Primário é de 22,0%; no Setor Secundário, é de 36,0%, e, no Setor Terciário, é de 42,0%. Isso quer dizer que o Município de Molvizar, juntamente com o de Jete, apresenta características produtivas diferentes das dos municípios analisados localizados ao noroeste da Província. Molvizr tem uma densidade populacional de 133 pessoas por km<sup>2</sup> e cumpre o critério de seleção de municípios de densidade demográfica igual ou menor a 150 pessoas por quilômetro quadrado para a Província de Granada.

Em resumo, no Município de Molvizar, as ocupações no Setor Terciário são predominantes, seguindo-se as ocupações do Setor Primário e, por último, as do Setor Secundário, como acontece com o outro município da mesma Comarca.

Tabela 30

Distribuição percentual das ocupações, segundo o setor de atividade no Município de Molvizar  
– 2001

Ocupação	SETORES DE ATIVIDADE (%)		
	Primário	Secundário	Terciário
Empresários ou profissionais com empregados	6,4	4,4	5,5
Empresários ou Profissionais sem empregados	24,3	7,0	9,7
Trabalhador assalariado permanente	5,0	40,4	40,6
Trabalhador assalariado temporário	62,0	47,5	42,0
Trabalhadores familiares	2,3	0,0	0,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censos de População e Moradia, 2001.

Na Tabela 30, apresenta-se à informação acerca das ocupações no município segundo os setores de atividade.

Quando se analisam os dados de cada setor de atividade com relação aos subtotais de ocupação, observa-se que, nas atividades primárias, é maior o percentual de empresários ou profissionais sem empregados, empresários ou profissionais com empregados, de trabalhadores assalariados temporários e de trabalhadores familiares, e menor o de assalariados permanentes. No caso de trabalhadores temporários, o subtotal é 49,1%; em empresários ou profissionais sem empregados 13,3%; empresários ou profissionais com empregados 5,5%; e assalariados permanentes 30,1%. Isso se deve ao fato de que o Setor Primário do município apresenta atividades baseadas principalmente em empresários com e sem empregados e trabalhadores assalariados temporários.

No caso das atividades secundárias, os trabalhadores assalariados permanentes apresentam percentuais maiores do que os esperados nos subtotais correspondentes e menores nas ocupações de trabalhadores assalariados temporários, empresários ou profissionais sem

empregados e com empregados e membros de cooperativas. Isso indica que o Setor Secundário é formado por trabalhadores assalariados permanentes, quer dizer, por empresas baseadas nas relações assalariadas de produção de forma estável.

Por último, as atividades terciárias apresentam um percentual maior do que o esperado no subtotal correspondente dos trabalhadores assalariados permanentes e membros de cooperativas e menores percentuais nas ocupações de trabalhadores temporários, trabalhadores familiares, empresários ou profissionais sem empregados e empresários ou profissionais com empregados. Nesse caso, o Setor Terciário gera majoritariamente empregos assalariados permanentes, impactando a dinâmica do emprego no território do município, produzindo maior estabilidade e relações sociais integradas ao perfil ocupacional das pessoas dessa sociedade. É importante destacar que, até agora o Município de Molvizar é o que maior percentagem desse tipo de ocupações possui entre dos municípios analisados. Pode-se afirmar, então, que onde acontecem os maiores dinamismos produtivos (modelos de produção intensiva) também suas dinâmicas são mais estáveis, gerando tipos de ocupações estáveis baseadas nas relações assalariadas, especialmente as permanentes.

Na Tabela 31, apresenta-se a informação acerca dos tipos de cultivos que se desenvolvem na agricultura, a fim de se ter o perfil produtivo do Município.

Tabela 31

Distribuição percentual das terras, por tipos de produtos cultivados no Município de Molvizar  
– 2000

<b>PRODUTOS CULTIVADOS</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS (%)</b>
Herbáceos	35,1
Frutos	50,3
Oliva	5,0
Vinhedos	9,1
Outros Cultivos	0,3
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censo Agropecuário, 2000.

Observa-se que a maior percentagem de aproveitamento da terra é com o cultivo de frutos, como amêndoa, chirimólia e abacate. No caso da chirimólia e do abacate, a produção é irrigada, e, logo depois, aparecem os cultivos extensivos como ser a produção de feijão de vagem, cana-de-açúcar e tomate, nessa ordem de importância, situação semelhante ao que acontece no Município de Jete, devido à proximidade entre os mesmos.

A informação acerca do tipo de uso indica o modelo produtivo que se desenvolve no município Assim, começa a se delinear um modelo baseado na intensidade dos fatores produtivos, entre os quais se encontra o trabalho. Devido a isso, também há a tendência de se desenvolverem tipos de trabalho e de ocupações que impactam a dinâmica ocupacional e a forma de organizar o território do Município de Molvizar nesse contexto produtivo.

Em resumo, destaca-se a produção intensiva de amêndoa, chirimólia e abacate, e, por outro lado, a produção extensiva que se baseia na produção de feijão de vagem, cana-de-açúcar e tomate.

Na Tabela 32, apresentam-se os dados acerca do maquinário do município, o que indica o grau de modernização na produção dos cultivos já descritos anteriormente.

Tabela 32

Distribuição percentual do maquinário agrícola utilizado no Município de Molvizar – 2000

<b>MAQUINÁRIO AGRÍCOLA (%)</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Tratores	22,7
Motocultores	77,3
Colheitadeiras	0,0
Outras colheitadeiras	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censo Agropecuário, 2000.

Pode-se apreciar que a presença de maquinário na produção agrária é especialmente de motocultores, o que indica um grau de modernização importante na produção intensiva de amêndoa, chirimólia e abacate. O uso de motocultores, apropriados para cultivos intensivos em unidades produtivas pequenas (entre um e cinco hectares), é complementado pelo uso de

insumos químicos, como os fertilizantes, produtos para o combate das pragas e fungos, tendo como principal fonte de energia o petróleo.

Ora, esse modelo intensivo, baseado na modernização agrária, impacta a dinâmica das ocupações, já que implica a diminuição de mão-de-obra, especialmente nas ocupações com menor exigência de qualificação para o desenvolvimento das tarefas agrárias. Isso se reflete na composição do tipo de ocupações no Setor Primário, o qual é formado fortemente de assalariados temporários.

Em resumo, a presença de maquinário agrário tanto no Município de Molvizar como no de Jete é especialmente de motocultores ou motocultivadores, indicando um modelo de produção intensivo moderno, que é levado adiante por produtores de unidades pequenas e que também impacta os tipos de ocupações que se desenvolvem nesse território.

Na Tabela 33, apresenta-se a informação acerca da produção pecuária.

Tabela 33

Distribuição percentual da produção pecuária no Município de Molvizar – 2000

<b>PRODUÇÃO PECUÁRIA</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Abelhas	0,0
Asnos	0,0
Aves	98,5
Gado bovino	0,0
Cabras	1,3
Coelhos	0,0
Mulas	0,1
Ovelhas	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** INE (Espanha) / Censo Agropecuário, 2000.

Observa-se que a produção pecuária do Município se baseia fundamentalmente na produção avícola, sendo o principal produtor da Comarca da Costa.

Como a produção avícola é predominante e o modelo produtivo desenvolvido é intensivo, isso significa a introdução de investimentos em infra-estrutura, melhoras genéticas, cuidados veterinários, maior mão-de-obra por metro quadrado, incorporação tecnológica para a produção e fontes energéticas baseadas no petróleo. Diferentemente do que ocorre nos municípios do norte da Província, a produção pecuária extensiva é praticamente inexistente. Portanto pode-se afirmar que, no sul o tipo de produção é de caráter principalmente intensivo e moderno, quer dizer, baseado no processo de modernização agrária.

Para finalizar, há duas décadas, a agricultura e o mundo rural da Comunidade Autônoma de Andaluzia e da Província de Granada vêm experimentando importantes transformações nas áreas econômica, produtiva e socio-cultural. Algumas são efeitos de sua própria dinâmica interna, enquanto outras são produtos das mudanças socioeconômicas, culturais e políticas de nível mais amplo que vem acontecendo na sociedade européia.

Do ponto de vista socioeconômico, a agricultura continua sendo um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento do setor agroalimentar da Província de Granada, um elemento importante para a dinâmica dos diferentes territórios de baixa densidade populacional e para o equilíbrio territorial da sociedade. As transformações acontecidas no meio rural de Granada pelo processo modernizador implicam que o mesmo se converta num setor fundamental para o desenvolvimento das indústrias agroalimentárias por um lado, mas, por outro, possibilitam investimentos em infra-estrutura por parte do Estado espanhol e da Comunidade Autônoma de Andaluzia, com aportes da União Européia, o que proporciona o desenvolvimento de outros setores, especialmente do Terciário.

A crescente liberalização do comércio internacional, a progressiva redução da política protecionista e a conformação de blocos econômicos e comerciais, como é o caso da União Européia, criam um novo marco de referência para a produção agropecuária da Província de Granada, obrigando os produtores e suas organizações, as cooperativas, os trabalhadores e seus sindicatos como também o Estado, em seus diferentes patamares organizativos, a modificarem suas estratégias no território rural.

As principais mudanças que se observam no território rural da Província de Granada são a perda de importância da agricultura como principal atividade produtiva, a melhora da infra-estrutura, o desenvolvimento das atividades de serviços, e a importante presença de ocupações não agrícolas e da pluriatividade. Por parte do Estado, observaram-se o papel regulador das políticas públicas para a promoção do desenvolvimento territorial por meio de melhoras na infra-estrutura, a articulação dos diferentes atores produtivos no território em



Conselhos Municipais para a aplicação das ajudas e subsídios com origem da Política Agrária Comunitária, a capacitação de produtores e trabalhadores em regiões com pouco dinamismo produtivo fundamentalmente em ocupações de serviços.

Em relação aos trabalhadores agrários, observam-se importantes elementos de diferenciação interna no contexto de mudanças socioprodutivas. Por um lado encontram-se os que estabilizam sua situação no mercado de trabalho, especialmente no setor serviços, mas, também nos Municípios da Comarca da Costa de Granada, nas atividades mais dinâmicas da produção agropecuária. Por outro encontram-se os trabalhadores acolhidos pelo sistema de proteção social pública, na qual se combinam os subsídios e os programas públicos, muitos deles com fundos da União Européia para fomentar o emprego nos territórios rurais, o que se observa especialmente no território ao norte da Província de Granada, com maior ênfase no Município de Cortes de Baza baseado num modelo de produção extensivo e pouco dinâmico, e no Município de Huéscar, da Comarca de Huéscar, no qual os diferentes programas de promoção do emprego (Progsetor LEADER, por exemplo) possibilitam a criação de empregos no setor serviços. Por último, observam-se trabalhadores que descrevem diferentes itinerários de emigração nas ocupações segundo a sazonalidade da produção, uma característica dos trabalhadores da Província até a década de 90, sendo que nos últimos 10 anos, é importante o crescimento dos trabalhadores imigrantes.

Ora, a população rural da Província de Granada não é composta somente por agricultores e trabalhadores, mas também por outros atores econômicos, os quais mantêm relações diretas ou indiretas com a agricultura seja como empresários ou diretores das indústrias agroalimentárias, proprietários de oficinas de maquinário, os que trabalham em empresas de serviços, seja como vendedores de fertilizantes e pesticidas ou profissionais liberais que se trasladam para o mundo rural aproveitando as oportunidades que oferecem na atualidade os avanços tecnológicos nas comunicações. Por outra parte, emergem atores sociais promovidos pelas políticas públicas dos programas de desenvolvimento rurais, que permitem canalizar propostas diferentes das tradicionais demandas dos atores do setor agrário, e, finalmente, agregam-se os atores associados às políticas do Estado de bem-estar, como serviços de saúde, educação e serviços sociais, gerando maior dinamismo para o mundo rural dos municípios em que estão inseridos.

Dessa forma, verificam-se a pluralidade e a diversidade de grupos sociais da Província de Granada e, por outro lado, as diferentes dinâmicas produtivas nas quais se inserem as ocupações. Ora, observa-se que as dinâmicas das ocupações não agrícolas nos territórios

estudados são determinadas pelas articulações dos diferentes atores produtivos das atividades agropecuárias, tradicionais no território rural, mas também das atividades não agrícolas. Essa articulação aprecia-se nos territórios com contexto produtivo dinâmico, nos quais as relações comerciais e de produção se integram com os mercados interno ou externo. Portanto, na Comarca da Costa, os municípios analisados apresentam essas características; enquanto, nos Municípios inseridos em territórios baseados em produções extensivas e com relações menos dinâmicas com os mercados comerciais, especialmente o externo, a diversificação das ocupações é promovida pelos diferentes programas da política pública europeia para os territórios rurais, como o exemplo da capacitação para o turismo rural e as diferentes linhas de créditos para tais fins, como também os subsídios para os trabalhadores rurais desempregados.

Então, apresentam-se municípios inseridos num território rural da Comarca da Costa com diversificação de ocupações, sendo que as não agrícolas se baseiam nos serviços, fazendo parte de uma dinâmica produtiva que implica forte relacionamento com o mercado exterior e interno, e, nessa integração dinâmica, observa-se que se diversificam os atores produtivos no território rural em questão e, por isso, se diferenciam também outras ocupações além das do setor agropecuário. Por outro lado, o Estado, nesse contexto, cumpre papéis diferenciados no caso dos municípios citados, procurando as melhoras de infra-estrutura do território, como portos, estradas, auto-estradas, etc.

Nos municípios em que as mencionadas dinâmicas são menores e cujos modelos produtivos se baseiam em processos de modernização de menor intensidade, a diversificação produtiva não apresenta níveis iguais aos dos municípios da Comarca da Costa. Nos Municípios analisados da Comarca de Huéscar e de Baza, o papel desenvolvido pelo Estado é o de estabelecer relações institucionais com os atores produtivos locais organizados do território e articular diferentes políticas de promoção com a organização estatal local para que se gerem as condições para o dinamismo produtivo e das ocupações, por meio de capacitação, linhas de créditos e melhoras na infra-estrutura do território rural.

## **2.4 O desenvolvimento humano do território de baixa densidade populacional da Província de Granada**

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) constitui um protocolo de medição do nível de desenvolvimento de uma sociedade. Proposto pelas Nações Unidas em 1990, não se

limita só à comparação da renda ou do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Os pressupostos filosóficos nos quais se baseia relacionam-se com as idéias do Premio Nobel Amartya Sen, que propõe associar a medição do bem-estar social às “capacidades” de que dispõem as pessoas, além da “satisfação” (utilidade) que experimentam subjetivamente.

A mudança de enfoque é mais importante do que parece no primeiro momento, já que supõe enfatizar as oportunidades em primeiro lugar, privilegiando-as em relação às realizações (por motivos práticos, muitas vezes, dever-se-á optar pelas realizações, como forma de se aproximar às oportunidades). Na proposta das Nações Unidas, identificam-se três elementos fundamentais que configuram as oportunidades de uma sociedade: **saúde** (capacidade de ter uma vida longa e saudável), **educação** (capacidade de enfrentar o mundo com suficientes conhecimentos) e **renda** (capacidade de ter acesso aos bens de consumo). Aceitando que os três elementos mencionados são uma boa aproximação aos determinantes básicos das oportunidades sociais, o seguinte passo é operacional, para, assim, poder construir-se um indicador do grau de desenvolvimento. Isso, requer realizar dois tipos de decisões interdependentes: a primeira consiste em que variáveis estatísticas permitem medir cada um dos elementos ditos, considerando a disponibilidade de dados; a segunda em como combinar os valores das variáveis construídas para definir um indicador sintético e numérico do nível de desenvolvimento.

As variáveis selecionadas pelas Nações Unidas para medir essas capacidades fundamentais com as quais se identifica o grau de desenvolvimento de uma sociedade são as seguintes: a dimensão saúde é medida com a esperança de vida ao nascer; a dimensão educação, por meio de um índice que combina a taxa de alfabetização de adultos com os índices brutos de matrícula combinada, e, por último, a dimensão riqueza é medida pelo Produto Bruto Interno (PIB).

#### **2.4.1 O cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano**

Para evitar os problemas de comparação das unidades com as quais se medem as diferentes variáveis que compõem o indicador (anos de vida, nível de estudos e dólares *per capita*), utilizam-se os índices, quer dizer, o valor da cada uma dessas variáveis é expresso em termos relativos de um indicador que se localiza em valores compreendidos entre 0 e 1.

A variável que mede o fator saúde é a esperança de vida (EV) ao nascer. Essa variável indica o número médio de anos que poderá viver uma pessoa recém nascida na sociedade de estudo, tendo presentes os padrões de mortalidade da população existente. Para elaborar o índice de esperança de vida (IEV) realiza-se a seguinte operação:

$$IEV_i = \frac{EV_i - EV_{\min}}{EV_{\max} - EV_{\min}}$$

Na qual,  $EV_{\max}$ ,  $EV_{\min}$ , representam os valores máximos e mínimos da esperança de vida, que as Nações Unidas utilizam como 85 e 25 por convenção. As estimações de esperança de vida utilizadas nos Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano provém da base de dados da Divisão de População das Nações Unidas, publicada em *World Population Prospects*. Essas estimativas são médias quinquenais transformadas em valores anuais por meio da interpolação linear. A disponibilidade dessa informação para a Espanha corresponde ao período 1981–95 para os valores provinciais e 1980–98 para as Comunidades Autônomas.

Para o índice de educação, são utilizadas variáveis relacionadas com o conhecimento e os estudos, expressas em forma de índice. O índice de educação é composto por dois elementos: a taxa de alfabetização de adultos e a taxa bruta combinada de matrícula de educação dos ensinos fundamental, médio e superior.

A taxa de alfabetização de adultos (TAA) é definida como a percentagem de pessoas de 15 anos ou mais que conseguem ler, escrever e compreender um texto curto e simples sobre sua vida cotidiana. Os dados apresentados no Relatório da ONU são obtidos a partir de estimativas e projeções feitas pela UNESCO. As estimativas baseiam-se em dados cuja origem é a base de dados do *World Population Proespects* e as estatísticas de alfabetização agrupadas nos diferentes censos nacionais de população.

A expressão do índice de alfabetização dos adultos é a seguinte:

$$IAA_i = \frac{TAA_i}{100}$$

Para o caso da Espanha dispõe-se de informação regional e provincial de 1964 até 2001, correspondente à População em Idade Ativa (PIA) por níveis de estudo.

O índice do PIB é calculado utilizando-se o PIB per capita ajustado (PCA em dólares norte-americanos). Nesse caso, para a construção do índice, faz-se um ajuste logarítmico da renda. Dessa forma, introduz-se o princípio de que, para se atingir um nível respeitável de desenvolvimento humano, não é necessário uma renda ilimitada e, por isso, reduz-se o valor das diferenças no quantil superior da distribuição. De certa forma, pode-se interpretar que, com essa normalização, aproxima-se a utilidade pela renda da pessoa, utilizando uma transformação por meio de uma função côncava.

A formula do índice é a seguinte:

$$IPB_i = \frac{\log(PiB_i) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)}$$

Então, a determinação do IDH é direta, uma vez calculados os índices anteriores obtêm-se por meio de uma soma ponderada dos três índices já mencionados, com ponderações iguais para cada um deles. Ou seja, que para obter o IDH se calcula assim:

$$IDH_i = \frac{1}{3}(EV_i) + \frac{1}{3}(E_i) + \frac{1}{3}(IPB_i)$$

O índice é o resultado da soma simples dos três índices assinalados que compõem o mesmo, já que os indicadores de saúde, educação e renda têm o mesmo peso no IDH. Porém, ao se utilizar esse tipo de coeficiente, obtêm-se um novo índice com valores compreendidos entre 0 e 1.

Um aspecto considerado na elaboração do IDH por parte das Nações Unidas, advertido em suas publicações anuais, é que, a cada ano os critérios metodológicos mudam na definição das variáveis básicas que compõem o índice. Essa situação dificulta as comparações, ao longo do tempo entre os países, mas é possível realizar comparações ordinais para cada ano.

Ora, no caso espanhol e de suas Comunidades Autônomas, sendo aplicada a mesma metodologia na elaboração dos dados e de suas séries homogeneizadas, é possível a comparação ao longo do tempo.

#### **2.4.2 O IDH na Espanha, nas Comunidades Autônomas e na Província de Granada**

O Índice de Desenvolvimento Humano apresenta uma evolução crescente neste último período, passando de um valor de 0,827 em 1981 para 0,9 no ano 2000, que supõe um aumento próximo de 9,0% nos últimos 20 anos. Os dados básicos da evolução do IDH, na Espanha, nesse período são apresentados na Tablea 34 (HERRERO; SOLER; VILLAR, 2004).

Tabela 34

## Índice de Desenvolvimento Humano na Espanha 1981–00

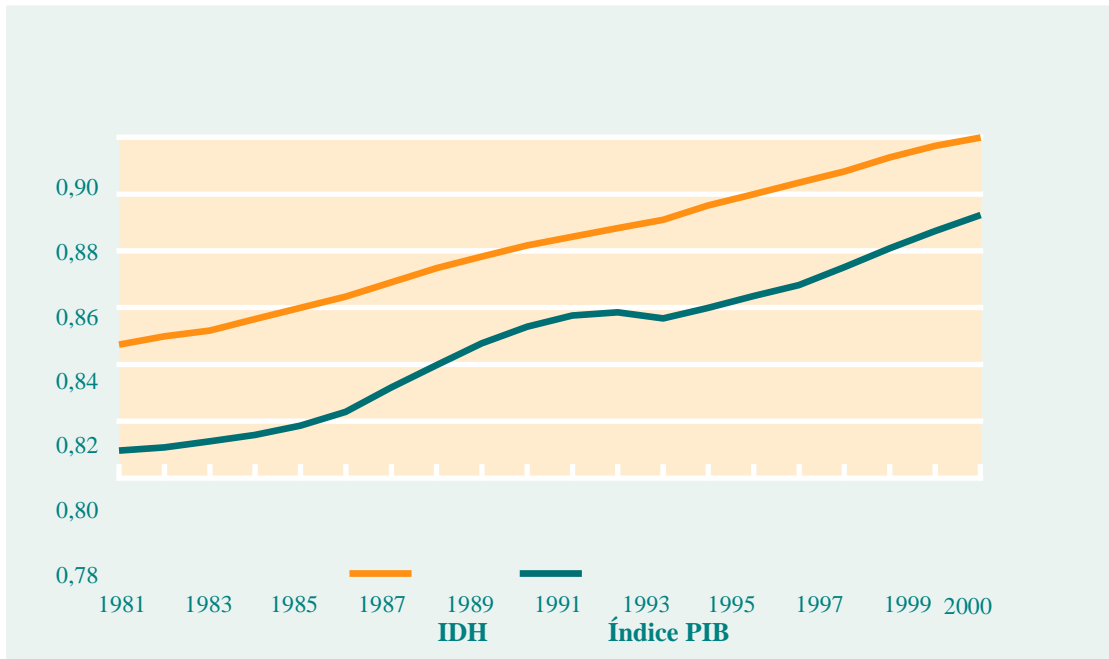
<b>Ano</b>	<b>IDH</b>
1981	0,827
1985	0,840
1990	0,962
1995	0,880
2000	0,900

**FONTE DOS DADOS BRUTOS:** HERRERO; SOLER; VILLAR, 2004

No Gráfico 1 pode-se observar certa correlação entre a variação dos índices, mas esta não é suficientemente importante para que os dois sejam substituíveis. Em realidade, uma das características que tornam, o IDH interessante é que possibilita informação adicional à que se obtém do índice do PIB *per capita*. Assim, a evolução do IDH e do índice do PIB *per capita* podem apresentar diferenças importantes.

Gráfico 1

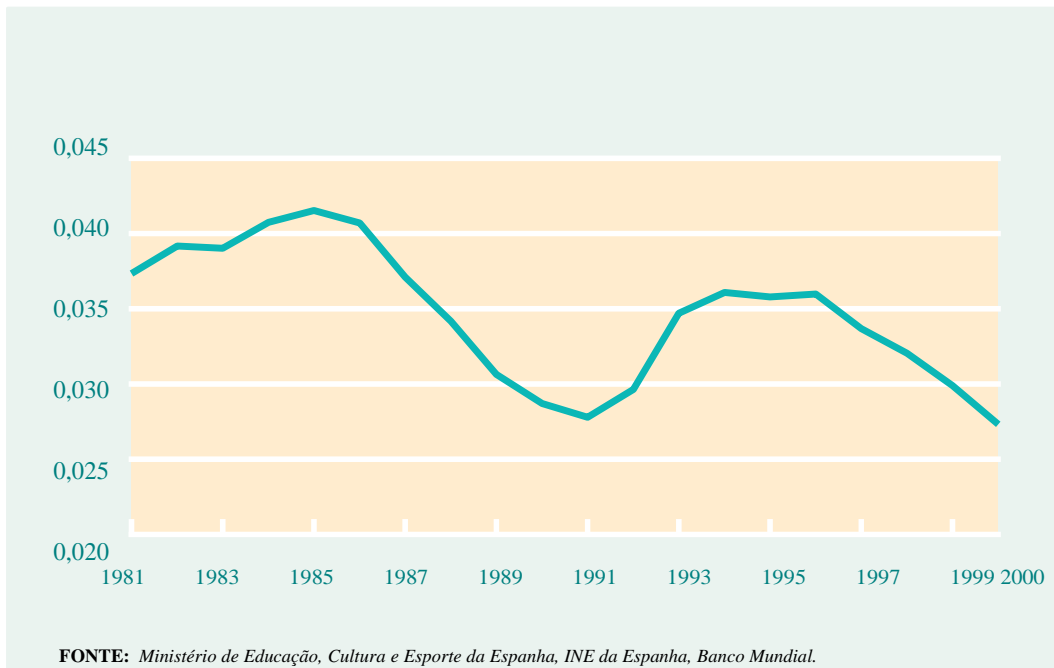
Evolução e comparação entre o Índice do PIB e o IDH na Espanha 1981-00



FONTE: Ministério de Educação, Cultura e Esporte da Espanha, INE da Espanha, Banco Mundial.

Gráfico 2

Diferenciação entre o IDH e o Índice do PIB na Espanha 1981-00



FONTE: Ministério de Educação, Cultura e Esporte da Espanha, INE da Espanha, Banco Mundial.

Os gráficos 1 e 2 comparam a evolução temporal do IDH e do índice do PIB *per capita*, na Espanha entre 1981 e 2000. Observa-se que, além das diferenças dos valores de um e outro índice, o IDH apresenta um comportamento mais regular, quer dizer, menos dependente do ciclo econômico que o índice do PIB. Isso indica que nem sempre significa desenvolvimento humano o crescimento econômico como único fator de importância, mas não diminui a importância o critério do PIB *per capita*.

Na Tabela 35, apresenta-se uma comparação da situação da Espanha em relação a outros países selecionados, de acordo com o IDH de 2000.

Tabela 35

Composição do IDH da Espanha e Países Selecionados 2000

PAÍSES	Índice de esperança de vida (IEV)	Índice de educação (IE)	Índice do PIB (IPIB)	Índice de Desenv. humano	% IEV	% IE	% IPIB
Suécia	0,910	0,990	0,920	0,941	32,24	35,07	32,59
Canadá	0,900	0,980	0,940	0,940	31,91	34,75	33,33
Bélgica	0,890	0,990	0,940	0,939	31,59	35,14	33,37
Estados Unidos	0,870	0,980	0,970	0,939	30,88	34,79	34,43
Holanda	0,890	0,990	0,930	0,935	31,73	35,29	33,15
Japão	0,930	0,930	0,930	0,933	33,33	33,33	33,33
Finlândia	0,880	0,990	0,920	0,930	31,54	35,48	32,97
Francia	0,890	0,970	0,920	0,928	31,97	34,84	33,05
Reino Unido	0,880	0,990	0,910	0,928	31,61	35,56	32,69
Áustria	0,890	0,960	0,930	0,926	32,04	34,56	33,48
Dinamarca	0,850	0,980	0,940	0,926	30,60	35,28	33,84
Alemanha	0,880	0,970	0,920	0,925	31,71	34,95	33,15
Irlanda	0,860	0,960	0,950	0,925	30,99	34,59	34,23
Luxemburgo	0,870	0,900	1,000	0,925	31,35	32,43	36,04
Itália	0,890	0,940	0,910	0,913	32,49	34,32	33,22
<b>Espanha</b>	<b>0,900</b>	<b>0,930</b>	<b>0,870</b>	<b>0,900</b>	<b>33,42</b>	<b>34,27</b>	<b>32,31</b>
Grécia	0,890	0,920	0,850	0,885	33,52	34,65	32,02
Portugal	0,840	0,940	0,860	0,880	31,82	35,61	32,58
Argentina	0,810	0,920	0,800	0,844	31,99	36,33	31,60
Chile	0,840	0,900	0,760	0,831	33,69	36,10	30,49

FONTE: ONU, HERRERO; SOLER; VILLAR, 2004

Na Tabela 35 pode-se observar, além da indicação do valor do IDH para cada um dos países, a composição do mesmo, quer dizer, que percentagem do índice corresponde a cada variável que o compõe. Pode-se observar que a Espanha se localiza abaixo da Itália e acima da Grécia, com uma composição do índice tal que a esperança de vida e, especialmente, a educação têm um peso relativo maior que a riqueza. Segundo a esperança de vida, a Espanha ocuparia o segundo lugar da Tabela 35, juntamente com o Canadá e abaixo da Suécia (e acima



de outros países mediterrâneos, tais como França, Grécia e Itália). Em relação ao índice de educação, a Espanha ocupa os últimos lugares entre os países considerados especialmente entre os europeus, mas acima do valor do IDH, e, por último, em relação ao índice do PIB, a Espanha encontra-se abaixo do lugar que ocupa em relação ao IDH.

Como se observa, o Índice de Desenvolvimento Humano na Espanha conseguiu crescer de forma relevante nos últimos 20 anos, com uma taxa de variação total para o período de 1981–00 de 8,9%. Os próximos dados colocam a evolução das Comunidades Autônomas e das Províncias que as integram, comparando-as com a média nacional. Dessa forma, pode-se ter uma maior aproximação ao caso da Província de Granada e seu contexto na Comunidade Autônoma, para se conhecer o grau de desenvolvimento humano nos últimos tempos.

A taxa de variação do IDH provincial apresenta valores extremos, que vão desde um aumento de 15,0% na Província de Ourense e de 13,5% na Província de Badajoz, a 6,3% da Província de Alava e de 6,8% da Província de Alicante. A dinâmica que aconteceu nas Províncias indica que, no ano 2000, se apresenta uma menor disparidade dos graus de desenvolvimento que no ano de 1980, com uma diminuição do 27,0% do coeficiente de variação. Pode-se pensar que, durante esse período, as Províncias menos desenvolvidas tiveram um maior crescimento de seus respectivos IDHs.

Na Tabela 36, apresentam-se os valores do IDH em 1981 e 2000 para as diferentes Províncias, ordenadas de maior a menor crescimento do índice.

Tabela 36

## IDH nas Províncias e na Espanha 1981e 2000

PROVINCIAS E PAÍS	1981	2000	TAXA DE VARIAÇÃO (%) 1981-00
Ourense	0,762	0,877	15,11
Badajoz	0,755	0,858	13,53
Granada	0,774	0,873	12,92
Cáceres	0,774	0,872	12,62
Ciudad Real	0,778	0,869	11,71
Sevilha	0,781	0,869	11,30
Jaén	0,772	0,858	11,12
Almeria	0,792	0,879	11,03
Córdoba	0,778	0,862	10,75
Palência	0,829	0,917	10,57
Las Palmas	0,807	0,891	10,52
Madri	0,857	0,945	10,28
Albacete	0,792	0,873	10,21
Soria	0,835	0,920	10,20
León	0,821	0,905	10,19
Salamanca	0,828	0,910	9,95
Málaga	0,789	0,867	9,82
Huelva	0,790	0,867	9,70
Cádiz	0,787	0,862	9,54
Zaragoza	0,840	0,918	9,24
Pontevedra	0,808	0,882	9,23
SC Tenerife	0,812	0,886	9,17
Burgos	0,847	0,925	9,13
Toledo	0,799	0,872	9,12
Guadalajara	0,847	0,923	8,96
<b>Espanha</b>	<b>0,827</b>	<b>0,900</b>	<b>8,93</b>
Navarra	0,855	0,930	8,80
Valencia	0,824	0,894	8,55
La Rioja	0,846	0,916	8,32
Baleares	0,829	0,897	8,27
La Coruña	0,823	0,890	8,09
Castellón	0,828	0,893	7,88
Guipúzcoa	0,861	0,927	7,69
Murcia	0,811	0,872	7,51
Astúrias	0,834	0,896	7,45
Tarragona	0,844	0,907	7,41
Huéscar	0,844	0,906	7,33
Barcelona	0,852	0,914	7,27
Cantábria	0,849	0,907	6,91
Alava	0,874	0,930	6,34

**FONTE:** Ministério de Educação, Cultura e Esporte da Espanha, INE e Banco Mundial.

Uma primeira observação dos dados da Tabela 36 sugere que, em termos gerais, as províncias que, no ano base (1981), tinham os menores níveis de desenvolvimento foram as

que os maiores níveis de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano atingiram. Nesse sentido, uma dessas Províncias é a de Granada, a que se encontra entre as que mais cresceram na variação de seu IDH nos últimos 20 anos, mas, por outro lado, ela continua com um índice abaixo da média do IDH para a Espanha que é de 0,900 para o ano 2000. Ora, quando se observa o interior das Províncias da Comunidade de Autônoma de Andaluzia, adverte-se que Província de Granada se encontra por acima da média da Comunidade, que é de 0,866, o que indica que, além de fazer parte de uma Comunidade Autônoma que não supera a média nacional, consegue desenvolver-se por acima da média da mesma.

Devido a isso, e uma Província que se destaca no desenvolvimento humano de sua Comunidade Autônoma, localizando-se segundo lugar, abaixo da Província de Almeria. Então, pode-se pensar que as variáveis que integram o IDH tiveram um desenvolvimento razoável nos últimos 20 anos na Província de Granada. Na Tabela 37, apresenta-se a evolução do IDH nas diferentes Comunidades Autônomas.

Tabela 37  
IDH nas Comunidades Autônomas da Espanha 1981-00

<b>COMUNIDADES AUTÔNOMAS E PAÍS</b>	<b>1981</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>Taxa de variação 1981-00 (%)</b>
Andaluzia	0,784	0,827	0,866	10,51
Aragão	0,841	0,881	0,916	8,92
Astúrias	0,834	0,870	0,896	7,45
Baleares	0,829	0,868	0,897	8,27
Canárias	0,809	0,842	0,884	9,20
Cantábria	0,849	0,877	0,907	6,91
Castela e Leão	0,830	0,872	0,913	9,96
Castela-La Mancha	0,794	0,841	0,879	10,69
Catalunha	0,851	0,878	0,911	7,07
Comunidade Valenciana	0,825	0,855	0,888	7,69
Extremadura	0,763	0,816	0,863	13,05
Galícia	0,810	0,845	0,889	9,71
Madri	0,857	0,892	0,945	10,28
Múrcia	0,811	0,835	0,872	7,51
Navarra	0,855	0,893	0,930	8,80
País Vasco	0,856	0,893	0,931	8,69
La Rioja	0,846	0,881	0,916	8,32
<b>Espanha</b>	<b>0,827</b>	<b>0,862</b>	<b>0,900</b>	<b>8,929</b>
<b>Coefficiente de variação</b>	<b>0,033</b>	<b>0,028</b>	<b>0,026</b>	<b>-20,310</b>

**FONTE:** Ministério de Educação, Cultura e Esporte, INE e, Banco Mundial, HERRERO; SOLER;

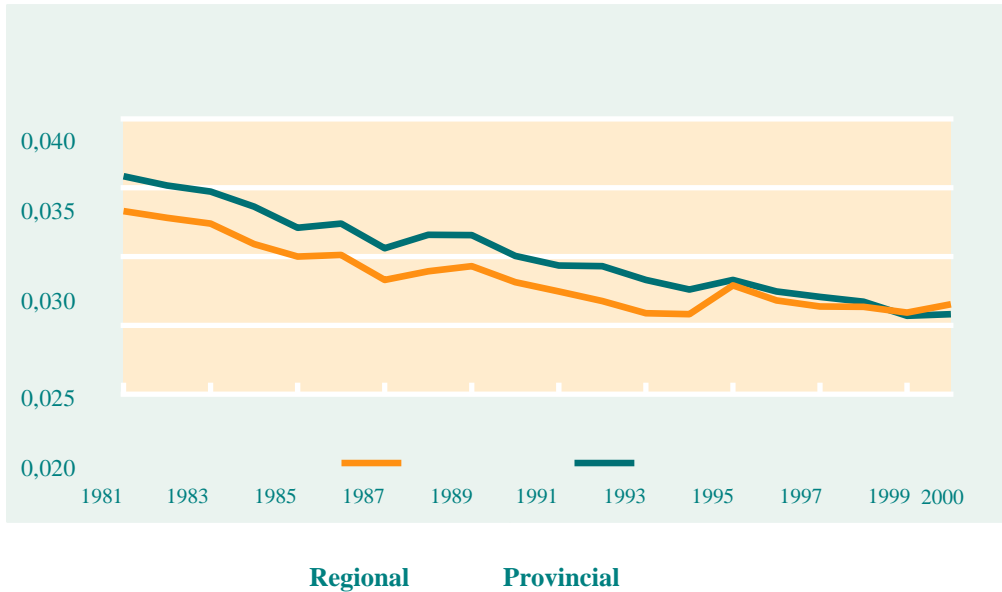
O que se observa na evolução no Índice de Desenvolvimento Humano nas Comunidades Autônomas é uma tendência semelhante à analisada nas Províncias. Por um lado, aprecia-se um crescimento homogêneo em todas as Comunidades no período de tempo considerado; por outro, as maiores taxas de crescimento correspondem a Extremadura, Castela - La Mancha e Andaluzia (com valores acima do 10,5%) e, as menores, a Astúrias, Catalunha e Cantábria (com valores abaixo do 7,5%). Também se observa uma redução importante do coeficiente de variação de 20,0%, e, nas províncias, de 27,0%.

De acordo com o interesse deste trabalho, a Comunidade de Andaluzia é uma de maior crescimento, mas não consegue superar a média nacional e descreve esse comportamento ao longo do período de estudo. Essa situação chama atenção, já que, indica que o caso de Andaluzia apresenta condições estruturais que não dinamizam seu desenvolvimento, mas que, sob a promoção de políticas públicas consegue desenvolver-se. Por outro lado, fica claro que as Comunidades como Navarra, Aragão e País Vasco, localizadas ao norte da Espanha, são regiões que se desenvolvem acima da média nacional. Devido a isso, pode-se pensar que estas últimas são as com melhores condições estruturais para o desenvolvimento da qualidade de vida das pessoas que ali habitam, enquanto, ao sul da Espanha (no caso de Andaluzia), isso não acontece assim.

A evolução do IDH das Comunidades apresenta-se de forma sintética, no Gráfico 3, que ordena, de forma decrescente, a taxa de variação das Comunidades, possibilitando observar as diferenças e sua posição em relação à variação do conjunto da Espanha.

Gráfico 3

Taxa de Variação do IDH nas Comunidades Autônomas da Espanha 1981-00

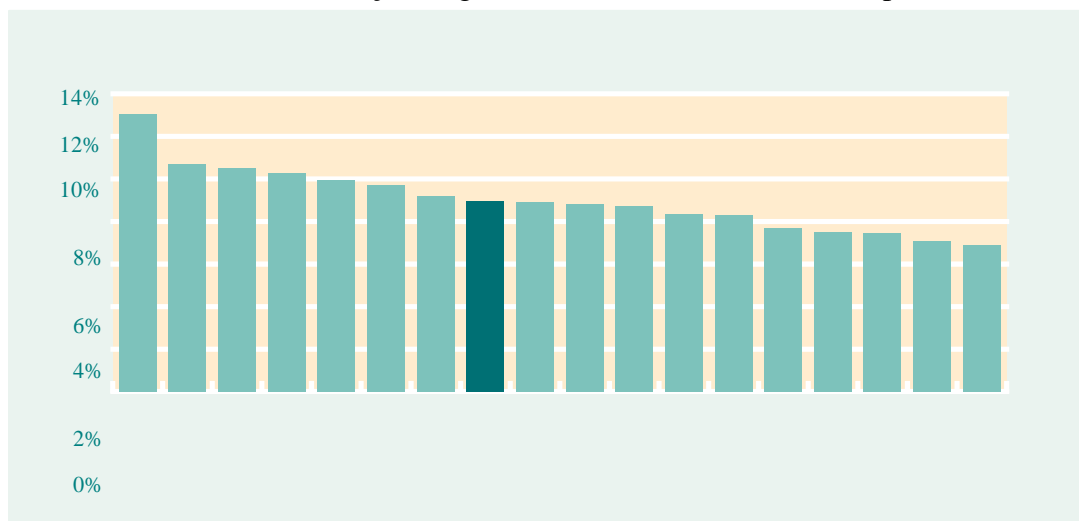


FONTE: Ministério de Educação, Cultura e Esporte da Espanha, INE da Espanha, Banco Mundial.

No Gráfico 3, confirma-se o analisado anteriormente em relação à Andaluzia, verificando-se uma variação importante, considerando como referência a taxa de variação média.

Gráfico 4

Coefficiente de Variação Regional e Provincial do IDH da Espanha 1981-00



Fonte: Ministério de Educação, Cultura e Esporte da Espanha, INE da Espanha, Banco Mundial.

Nesse caso, apresenta-se a tendência decrescente do grau de desigualdade no desenvolvimento das Comunidades Autônomas, medido pelo coeficiente de variação do IDH. No momento de se comparar a dinâmica desse indicador de desigualdade entre as Províncias e

as Comunidades Autônomas, observa-se característica interessante de que o coeficiente de variação provincial diminui mais rapidamente que o coeficiente das Comunidades Autônomas. Porém os coeficientes de variação do IDH provincial e regional se reduzem substancialmente no período em questão.

Dessa forma, pode-se assinalar que as Comunidades Autônomas são unidades com características particulares e próprias em relação às Províncias. Essa situação permite pensar-se que, no interior das Comunidades, as províncias possuem dinâmicas diferenciais configurando os territórios que às caracterizam.

A análise continua com três aspectos a mais, para, dessa forma oferecer uma visão mais integral do desenvolvimento das Comunidades Autônomas. O primeiro aspecto é a comparação das distintas Comunidades com os países do contexto europeu fundamentalmente, mas com outros países também. O segundo aspecto é a apresentação das diferenças quantitativas nos diferentes graus de desenvolvimento, e o terceiro é o estudo da composição relativa do indicador de desenvolvimento para as distintas Comunidades.

Tabela 38

O Índice de Desenvolvimento Humano das Comunidades Autônomas em Relação a  
Diferentes Países - 2000

<b>PAÍSES E COMUNIDADES AUTONOMAS</b>	<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO</b>
<b>Madri</b>	<b>0,945</b>
Suécia	0,941
Canadá	0,940
Bélgica	0,939
Estados Unidos	0,939
Holanda	0,935
Japão	0,933
<b>País Vasco</b>	<b>0,931</b>
<b>Navarra</b>	<b>0,930</b>
Finlândia	0,930
França	0,928
Reino Unido	0,928
Áustria	0,926
Dinamarca	0,926
Alemanha	0,925
Irlanda	0,925
Luxemburgo	0,925
<b>La Rioja</b>	<b>0,916</b>
<b>Aragão</b>	<b>0,916</b>
<b>Castela e Leão</b>	<b>0,913</b>
Italia	0,913
<b>Catalunha</b>	<b>0,911</b>
<b>Cantábria</b>	<b>0,907</b>
<b>Espanha</b>	<b>0,900</b>
<b>Baleares</b>	<b>0,897</b>
<b>Astúrias</b>	<b>0,896</b>
<b>Galícia</b>	<b>0,889</b>
<b>Comunidade Valenciana</b>	<b>0,888</b>
Grécia	0,885
<b>Canárias</b>	<b>0,884</b>
Portugal	0,880
<b>Castiela-La Mancha</b>	<b>0,879</b>
<b>Múrcia</b>	<b>0,872</b>
<b>Andaluzía</b>	<b>0,866</b>
<b>Extremadura</b>	<b>0,863</b>
Argentina	0,844
Chile	0,831

FONTE: *Ministério de Educação, Cultura e Esporte da Espanha, INE da Espanha, Banco Mundial.*

A Tabela 38 permite observa-se que a Comunidade de Madri apresenta um grau de desenvolvimento maior que o da Suécia. País Vasco e Navarra localizam-se abaixo do Japão,

enquanto La Rioja, Aragão e Castela e Leão se encontram acima da Itália. Catalunha, Cantábria, Baleares, Astúrias e a Comunidade Valenciana localizam-se apenas acima da Grécia; Canárias, acima de Portugal, o qual tem um índice maior que Castela - La Mancha, Múrcia, Andaluzía e Extremadura, os que apresentam valores do IDH maiores de países como Argentina ou Chile.

Essa situação demonstra com clareza a distribuição geográfica desigual do desenvolvimento humano. Observa-se que a maioria das Comunidades localizadas ao sul da Espanha apresenta índices abaixo do índice médio para a Espanha, e, por outro lado, a maioria das Comunidades localizadas ao norte apresenta índices maiores que a média. Então, a situação dos territórios da Comunidade de Andaluzia tenderia a descrever IDHs que, majoritariamente, não superassem a média da Espanha, mas que também delineassem uma distribuição desigual no território andaluz.

No caso da Andaluzia, pode-se apreciar que o Índice de Desenvolvimento Humano encontra-se apenas acima do da Argentina, Chile e também do Uruguai o qual se localiza perto do índice da Argentina, mas que não apresentados na Tabela 38. Isso permite concluir que as condições macros sociais, econômicas e produtivas da Comunidade Autônoma de Andaluzia e do Cone Sul são semelhantes, já que possuem Índices de Desenvolvimento Humano parecidos, mas não idênticos implicando processos sociais próprios que os diferenciam.

Isso leva a análise das diferenças do grau de desenvolvimento humano entre as diferentes Comunidades Autônomas. Esse grau será entendido como anos de atraso ou avanço em relação ao conjunto da Espanha. Para calcular os anos de atraso. Adota-se em primeiro lugar, a diferença entre o valor do IDH da Andaluzia e da Espanha em 1990, dividido pelo valor médio do crescimento do IDH da Andaluzia entre 1980 e 1990.

Formalmente, denomina-se  $p(t)$  o atraso ou avanço da Comunidade no ano  $t$  em termos do IDH, tendo-se o seguinte (HERRERO; SOLER; VILLAR, 2004):

$$p_i(t) = \frac{\text{IDH}_i(t) - \text{IDH}_{\text{Esp.}}(t)}{\frac{\text{IDH}_i(2000) - \text{IDH}_i(1980)}{20}}$$

20

Quando o resultado é um número negativo, ele indica quantos anos ainda faltam nessa sociedade para se atingir o valor atualizado da média nacional, se seu crescimento econômico

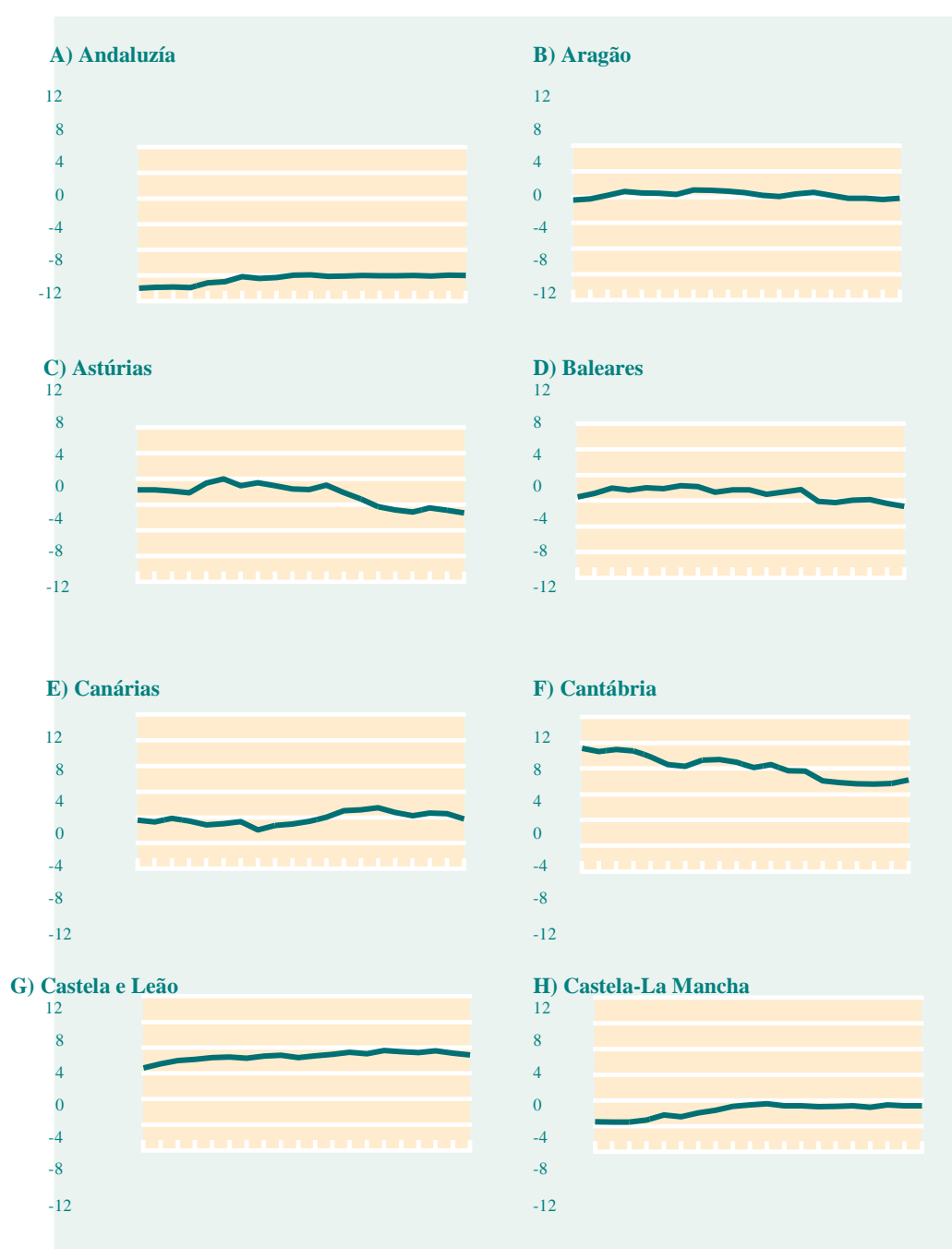


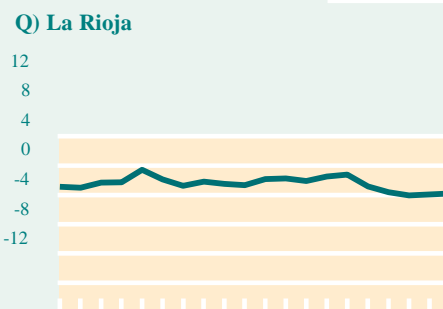
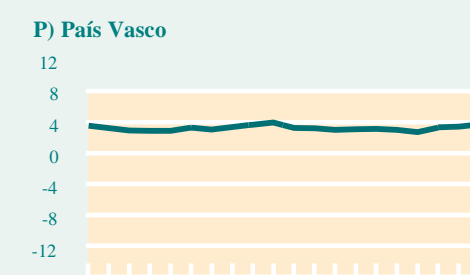
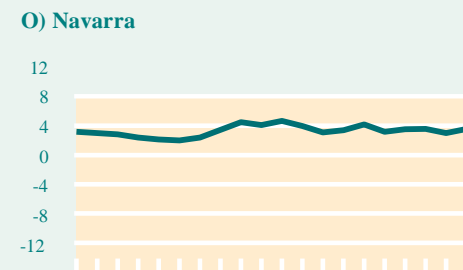
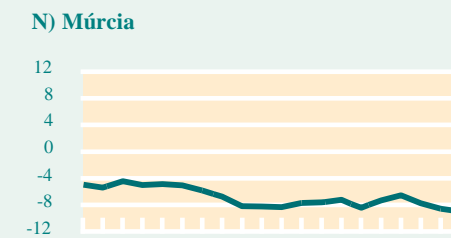
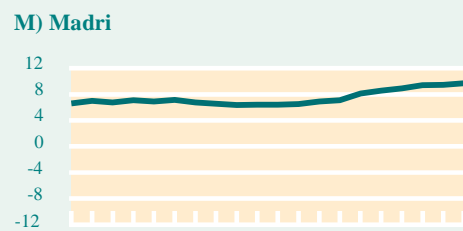
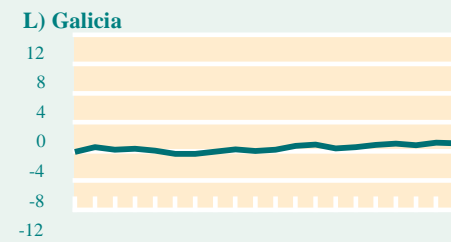
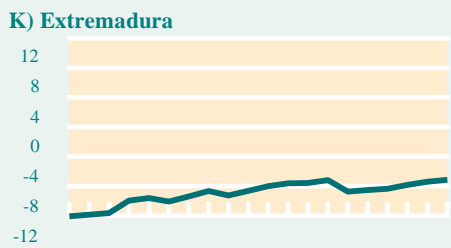
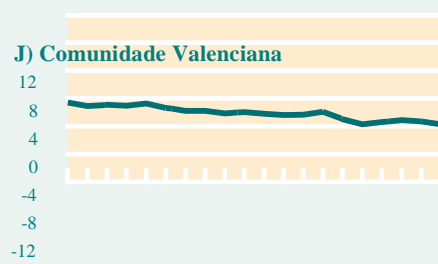
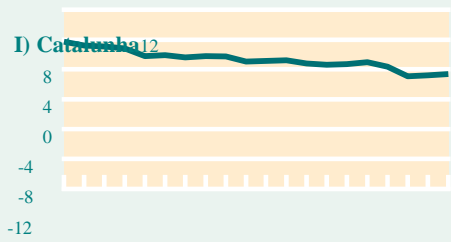
fosse ao valor da taxa média do período. Sendo o valor positivo, ele indica há quantos anos a sociedade já atingiu o nível do Índice de Desenvolvimento Humano da média nacional do ano de referência, dada a taxa de crescimento econômico dessa sociedade no período de referência.

Então, considerando-se a informação acerca do atraso ou avanço do IDH de cada Comunidade Autônoma, descreve-se no Gráfico 5 o comportamento desses indicadores de atraso/avanço para as 17 Comunidades no período 1981-00.

Gráfico 5

Anos de atraso e/ou avanço no ID das Comunidades Autônomas da Espanha 1981-00





FONTE: Ministério de Educação, Cultura e Esporte da Espanha, INE da Espanha, Banco Mundial.

Observam-se comportamentos claramente diferentes: em primeiro lugar, Comunidades que apresentam atrasos durante todo o período de análise: Andaluzia, Castela - La Mancha, Extremadura e Galícia, níveis de atraso que apresentam uma tendência à redução com a passagem do tempo. Outro caso é o de Múrcia, que apresenta níveis de atraso crescente, e, Canárias que apresenta uma tendência imprecisa com importantes oscilações.

As Comunidades de Astúrias e Baleares e Comunidade Valenciana são as três que mudaram seu comportamento, já que, de apresentar valores acima da média nacional, passaram a valores negativos nos últimos anos, especialmente a Comunidade Valenciana.

Por outro lado, as Comunidades que apresentam, ao longo do período em questão, de forma constante, valores positivos são as de Madri, Navarra e País Vasco, as quais se mantêm com valores semelhantes, entre seis e oito anos à frente das outras Comunidades. Com algumas oscilações, a Comunidades de Castela e Leão apresenta uma melhora que, nos últimos anos, perde dinâmica, enquanto La Rioja parece cair suavemente, e por ultimo, Catalunha e Cantábria apresentam uma tendência claramente decrescente nesse conjunto de Comunidades ao longo do período, além de estarem por acima da média nacional.

Por último, a partir da análise dos dados sociais utilizando como indicador o IDH, apresenta-se a Comunidade Autónoma de Andaluzia como um território diferenciado e diverso, no qual aconteceu uma serie de processos sociais e econômicos que levaram a conservar e a desenvolver desigualdades e desequilíbrios territoriais. A evolução demográfica, a reestruturação produtiva no território e a dialética urbano-rural constituem importantes processos na conformação do território em Andaluzia.

Em resumo, observam-se, como tendências populacionais concentração em cidades com mais de 100.000 habitantes, em geral nas capitais de Província; dinamismo econômico e urbano na faixa do litoral, na qual se consolida uma estrutura de cidades de tamanho médio (entre 20.000 e 100.000 habitantes); recuperação funcional das cidades médias dentro de territórios rurais e as principais perdas de população e emigração nas regiões de montanha, como resultado da não-integração num contexto econômico internacionalizado. Devido a isso, na Andaluzia, observa-se um processo de relocalização territorial da população, no qual o território mais dinâmico é a faixa litoral, e o menos dinâmico a região de montanha, o que levou de forma diferente e de acordo com os diferentes contextos à diminuição ou a consolidação das desigualdades e também à emergência e ao desenvolvimento de novos processos de desequilíbrio territorial, tomando como indicador as situações do

desenvolvimento humano no qual a Comunidade Autônoma de Andaluzia conseguiu melhorar nos últimos anos, mas não atingiu a média nacional, indicando que nem sempre as melhoras no crescimento econômico significam desenvolvimento humano.

Uma vez analisadas as características do desenvolvimento humano como um indicador social da Comunidade Autônoma de Andaluzia, procurar-se-á analisar, as principais características do desenvolvimento na Província de Granada.

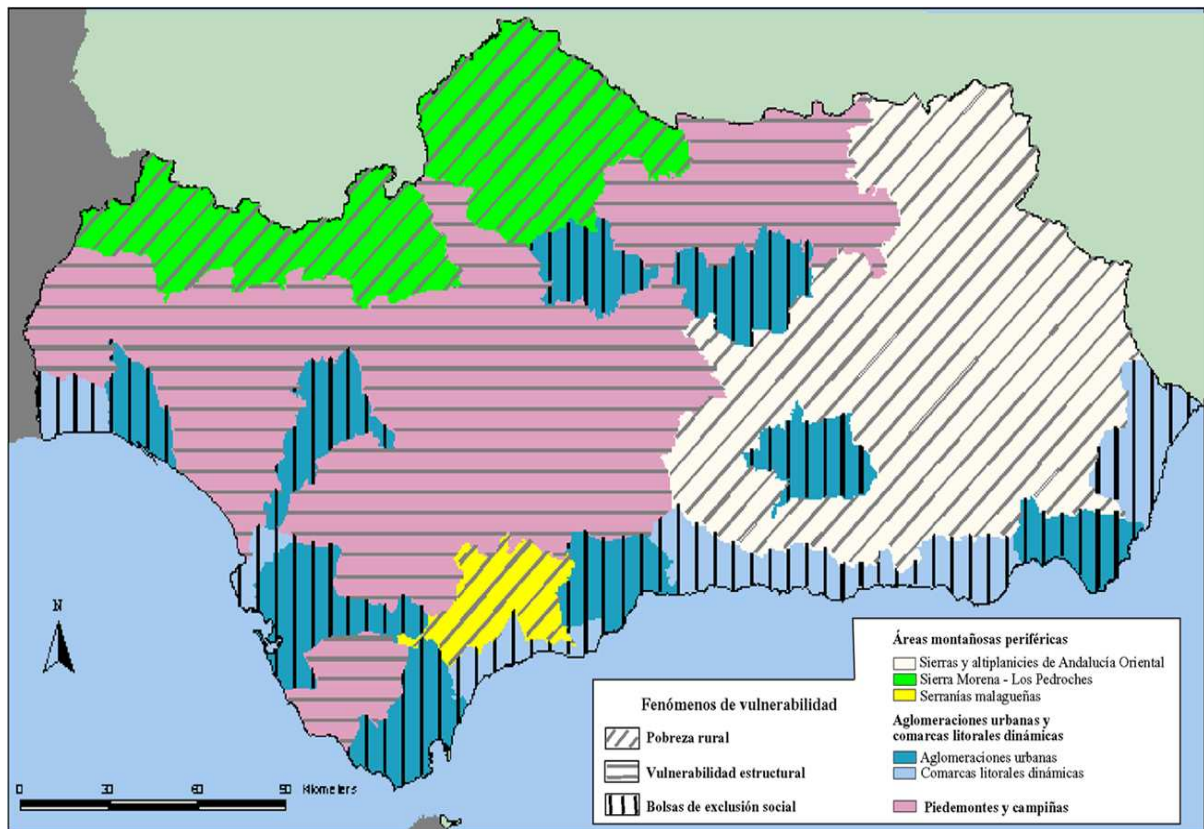
Como se pode observar na Figura 5, apresenta-se um modelo territorial no qual se distinguem três tipos de pobreza distribuídos no território de Andaluzia e da Província de Granada (TORRES GUTIÉRREZ; OJEDA RIVERA, 2004).

O primeiro tipo faz referência às áreas de pobreza rural extrema, que se observam nas regiões de montanha, que são pouco povoadas e com estruturas demográficas envelhecidas. Localizam-se em duas regiões geográficas: na faixa contínua da Serra Morena ocidental, nas Províncias de Huelva, Sevilha e Córdoba, e no terço mais oriental da Andaluzia, em sua área interior, ou seja, nas Províncias de Almería, Granada e Jaén. Suas características mais salientes são o encontro de dois fenômenos relacionados e a presença de importantes grupos sociais com baixos níveis de consumo e renda. A essa situação se agregam as maiores taxas de mortalidade por causa de câncer e doenças cardíacas, o que leva à descrição de populações envelhecidas, que vivem de suas pensões e prestações sociais, configurando situações de pobreza rural.

Dessa forma, na região localizada ao oriente da Província de Granada, onde se localizam os Municípios de Huéscar e Cortes de Baza encontram-se contextos sociais de pobreza rural, o que pode ser observado na Figura 5.

Figura 5

Mapa da distribuição da pobreza na Andaluzia e em Granada



FONTE: TORRES GUTIÉRREZ; OJEDA RIVERA, 2004

Por outro lado, a maioria dos territórios do litoral de Andaluzia constitui os com maiores níveis de dinamismo econômico e com as mais importantes proporções de população, juntamente com as oito capitais das Províncias de Andaluzia e mais as cidades de Jerez de la Frontera e Bahía de Algeciras. Nesses territórios, observa-se a formação progressiva de espaços sociais de pobreza e vulnerabilidade social intermediários, já que, por um lado, se apresentam situações de pobreza rural associadas à produção agrícola, mas, por outro, começam a se apresentar situações de exclusão social, quando determinados processos relacionados com a dinâmica urbana e com novos problemas sociais e econômicos interagem, resultando em maior diversificação produtiva, concentração populacional e estruturas demográficas que atraem pessoas de fora do território.

Os Municípios de Jete e Molvizar, que fazem parte do território do litoral andaluz, possuem proporções de população por quilometro quadrado abaixo da média para o litoral andaluz, o que não quer dizer que apresentem as características de pobreza mencionadas com relação ao litoral. Isso indica que os dinamismos produtivos apresentados por esses

municípios na conformação do território se inserem na tendência daqueles que se integram ao espaço do litoral, mas com características próprias, como o papel que cumprem as atividades da agricultura, especialmente as que não são as mais importantes na estrutura produtiva, e os impactos que geram na qualidade de vida da população que integra o território, produzindo, nesse caso, situações de pobreza e vulnerabilidade social intermediárias entre as tipicamente rurais nos espaços sociais rurais e a emergência de processos de exclusão social nos espaços mais urbanizados do território em questão.

Isso demonstra um modelo de pobreza rural que responde às contradições de um importante crescimento econômico que não se associa com o desenvolvimento social e cultural do território analisado.

À continuação, procurar-se-á analisar esses impactos na Província de Granada e nos territórios em questão, tanto nos localizados geograficamente ao norte como nos do sul da Província.

De acordo com diferentes estudos realizados sobre o bem-estar social na Comunidade Autônoma de Andaluzia, especialmente o estudo de Sánchez Dominguez, e Rodriguez Ferrero, (2003), que serve de referencia na análise, pode-se assinalar que os Municípios do litoral andaluz concentravam, no ano de 1999, uma elevada proporção da população regional, (34,0%). São os únicos tipos de Municípios que registraram uma evolução demográfica positiva desde meados da década de 1990 até o final da mesma, enquanto a população total da Andaluzia diminui nesse período de tempo.

Os Municípios do litoral, nos últimos 20 anos, sofreram fortes transformações na base produtiva, provocadas pelo importante peso relativo das atividades produtivas mais dinâmicas da economia regional, especialmente a agricultura intensiva com destino à exportação, a produção de frutos tropicais e o turismo. Conformam esse grupo de municípios os pertencentes ao ocidente da Província de Almeria, os da costa da Província de Granada e os da Costa do Sol ocidental. Nesse sentido, os Municípios de Jete e Molvizar fazem parte da costa de Granada e integram os processos assinalados, mas destaca-se que esses municípios configuram um território rural na costa de Granada e conseguem integrar-se aos processos dinâmicos da estrutura produtiva, diversificando a estrutura ocupacional, podendo observar-se nesses territórios rurais um peso importante das ocupações não agrícolas.

Devido a isso, esses territórios são capazes de se reestruturarem em seus processos produtivos, dinamizando a produção agrícola em itens que conseguem integrar-se aos

mercados globais. Neles, abreviam-se os tempos produtivos por meio dos investimentos em tecnologia biológica (novos tipos de sementes, fertilizantes, etc.), na organização dos recursos humanos, na gestão dos recursos, em suma, na intensificação da modernização agrária, visando a aumentos na produtividade do trabalho e da terra, investimentos ao longo do processo produtivo, aproveitamento dos conhecimentos científicos para procurar aumentos no lucro e na produtividade. Isso implica intensificar o processo de produção capitalista no setor agrícola, mas reestruturando-se ao contexto do mercado global e das novas exigências do mesmo, incorporando novas atividades, como: as industriais e as de serviços como o turismo, e a flexibilização dos processos no que faz referência à gestão e à comercialização da produção.

Por outro lado, os Municípios das *vegas* interiores incluem os centros urbanos de Granada, Córdoba e Sevilha, com o potencial econômico e todas as externalidades positivas que as cidades contêm, especialmente o relacionado aos equipamentos públicos, que têm um impacto direto no bem-estar social, e boa parte dos municípios com uma importante riqueza agrícola que compõem suas respectivas áreas metropolitanas.

Numa posição intermediária, se localizam os municípios da planície e os do sudeste árido. Os municípios da planície se caracterizam pelo desenvolvimento de um modelo de agricultura comercial, tecnológica e especializada, dada a elevada produtividade da terra para uso agrícola. No sudeste árido, agrupam-se municípios da Província de Almeria, como Macael, Albox, Olula do Rio, etc., que, nos últimos anos, demonstram um alto nível de atividade econômica e empresarial, além das características orográficas e dos problemas de desertificação.

Por último, os municípios da montanha, que representam 15,0% da população de Andaluzia, são municípios principalmente de menos de 5.000 habitantes. Em 1999, atingiam os níveis mais baixos de bem-estar social, devido, em boa medida ao potencial econômico menor em relação a outros territórios da Comunidade Autônoma e pelo difícil acesso à infraestrutura pública que possibilitasse patamares mínimos de desenvolvimento humano para sua população. Neste estudo, isso se pode observar nos Municípios de Huéscar e Cortes de Baza, que fazem parte da região montanhosa ao leste da Província de Granada, configurando territórios com menos potencialidade econômica e menor desenvolvimento humano, em relação aos Municípios da região litoral da Província.

Em resumo, observa-se que os níveis de desenvolvimento social são desiguais e assimétricos nos territórios em estudo, por estarem assentados em um entorno heterogêneo e

diversificado da estrutura produtiva, e por conseqüência, das ocupações. Por outro lado, os territórios passam a ser “agentes de transformação social” e não um mero suporte de recursos físicos para objetos, atividades e processos econômicos, já que, no caso dos territórios do litoral andaluz e, especialmente, da Província de Granada se observam de forma constante níveis de crescimento econômico e de desenvolvimento humano.

Portanto, pode-se afirmar que, no caso de Granada, os territórios rurais estudados com maiores níveis de desenvolvimento humano apresentam níveis baixos de densidade populacional, levam adiante processos de modernização agrária nos principais itens de produção primária, mas sem a predominância das ocupações agrícolas tradicionais, e se encontram afetados pela diversificação das ocupações, predominando as ocupações de serviços, o que indica que os atores produtivos locais do território se relacionam, de forma dinâmica, com as demandas do mercado consumidor externo e/ou interno.

Entretanto os territórios com menores níveis de desenvolvimento humano também apresentam baixos níveis de densidade populacional, mas não apresentam processos dinâmicos na produção primária. O peso das ocupações agrícolas tradicionais é maior, mas não significa que sejam as predominantes nesses territórios, já que também os serviços são as ocupações principais, expressando uma estrutura diversificada, mas não integrada às demandas do mercado consumidor externo e/ou interno, indicando a baixa capacidade dos atores produtivos locais de se integrarem ao mercado, o que leva à aplicação de políticas por parte do Estado na busca de tal, integração.



### **3 – O TERRITÓRIO DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL: O CASO URUGUAIO**

No presente capítulo, apresentam-se os dados relacionados às características sociais e produtivas dos territórios de baixa densidade populacional do Uruguai e as transformações acontecidas, ao final da década de 90 no modelo de organização produtiva uruguaia, seus impactos no território, em especial nos de baixa densidade populacional. Também se observa a distribuição de tais impactos no território.

#### **3.1 As principais características sociais e produtivas do território de baixa densidade populacional do Uruguai: contexto histórico da produção**

Ao longo do século XX, em especial depois da Segunda Guerra Mundial, notam-se significativas mudanças na agricultura e em sua relação com o restante da sociedade. Avolumaram-se os requisitos de insumos e bens de capital produzidos fora do setor, entre eles na indústria mecânico-metalúrgica e química; cresceram os papéis dos serviços de comercialização, do financiamento, da pesquisa científica e/ou tecnológica e da transferência tecnológica; aumentou a importância da indústria como agente de demanda de alimentos e matérias-primas agropecuárias; e foi também cada vez maior o grau de transformação dos produtos naturais antes de chegar ao consumidor final. As agriculturas nacionais tenderam a tornar-se intensamente regulamentadas pelos estados nacionais através de suas políticas econômicas, as quais têm estado cada vez mais integradas em consequência de três processos: o primeiro conduz a uma maior relação entre as agriculturas nacionais; o segundo leva à tendência de mundialização da tecnologia agropecuária e industrial, com marcadas diferenças entre os Países; e o terceiro faz com que os agentes privados situados em empresas chave nas cadeias agroalimentárias e nos serviços de financiamento venham a ter um papel cada vez maior nos resultados alcançados na própria agricultura.

As transformações mencionadas no processo produtivo levaram a mudanças substanciais dos agentes sociais que as operaram, sejam eles referidos como trabalhadores, produtores, empresários, técnicos, etc. As mudanças na organização da produção

agropecuária, industrial e na comercialização repercutiram em definitivo na forma de estruturação e na dinâmica dos setores sociais envolvidos no mundo agropecuário.

Piñeiro diz, a respeito disso, que:

Desde un punto de vista más general se puede considerar a los procesos señalados como de penetración e instalación del capitalismo en el agro en sus diferentes fases. Este proceso implica por un lado una base material que esta relacionada con el aumento en la productividad del trabajo y de la tierra, inversiones a lo familiar del proceso productivo, utilización de conocimientos científicos para desarrollar tecnologías que permitan incrementar la productividad y la ganancia.

En los últimos veinte años en el Setor agropecuario uruguayo se han generado rubros que comienzan a crecer, encontrando condiciones para competir en el mercado internacional bajo el influjo del modelo económico que a partir de mediados del 70' puso fuerte énfasis a las exportaciones no tradicionales.

En este proceso de capitalización del agro de carácter estrictamente económico, va acompañado por cambios en la cultura productiva del productor que incluye nuevos aspectos como: una nueva valoración de los mercados mundiales, del cambio técnico e innovación tecnológica, espíritu de emprendimiento, capacidad de riesgo, énfasis en la información y la gestión de los recursos de la empresa, tanto a su interior como de su ambiente (PIÑEIRO, 1991; 195).

A modernização operada no Uruguai, constituída pela integração agroindustrial e pela formação de complexos agroindustriais, é um reflexo do que ocorreu nos Países mais desenvolvidos neste domínio. A agroindústria, foi em grande parte a portadora das mudanças na agricultura, indicando quando, como, quanto e onde produzir e ainda orientando as características técnicas e econômicas dos setores envolvidos. Essas mudanças geraram um processo de transformação de um sistema dominante de produzir e distribuir para um sistema que implica uma nova estruturação social, o que tem levado a transformações nas classes sociais agrárias e em seus padrões de conduta.

Ora, quando se fala de modernização agrária, está-se referindo aos processos sociais que emergem ou se produzem a partir de um determinado modelo tecnológico para a produção agropecuária, ou seja, às mudanças na forma de produzir na agricultura que possibilitam aumentar o volume de seus resultados (em quantidade) e diminuir o tempo que

esse produto leva para ser gerado e pelo qual se consegue um retorno (um lucro ou rendimento) mais rápido do capital investido na terra. Quanto ao tempo de produção na agropecuária, não se deve esquecer que a ele se encontram associados os recursos naturais, que o homem não consegue dominar totalmente e que podem ter um efeito decisivo na sua determinação.

Devido às características no uso dos recursos básicos, é possível ter-se na agricultura diversas combinações de fatores de produção e diferentes formas de organização social. Essas combinações de fatores, associadas a formas específicas de organização social, levam à formação de complexos culturais ligados à produção agrícola.

Cabe, então, ressaltar-se enfaticamente que o trabalhador rural se encontra inserido nesse processo de mudanças tecnológicas, produtivas, econômicas e sociais, no qual surgem na agricultura do território rural uruguaio, agentes sociais diferentes juntamente com os trabalhadores, mas não novos, porque já existe uma história produtiva antiga no território. Assim, nesse contexto novo de modernização, vem à luz um novo ator no “velho” cenário social rural. É o próprio processo de reestruturação do capitalismo que impacta os processos produtivos dos territórios rurais que traz, demanda e impõe essas transformações ao trabalhador, já que precisa de “sangue novo” para se tornar viável.

Nesse sentido de processo histórico dos diferentes atores que fazem parte do território rural uruguaio, colocar-se-á, brevemente, as principais características desse processo nos últimos 70 anos no Uruguai.

A partir de 1930 e nos 30 anos seguintes, o Uruguai começou, a princípio a receber os impactos da crise de 1929, originada nos Estados Unidos; na metade dos anos 30, iniciou-se a implantação do modelo de crescimento industrial promovido pelo chamado *Neobatllismo* (o modelo de substituição de importações), e, ao final do período assinalado, a execução do plano de estabilização veio, como era seu fim, abrir as fronteiras aos produtos importados, com elevados impactos sociais.

Por volta de 1935, o meio agrário uruguaio ainda continuava recebendo os impactos da crise mundial de 1929, que afetou gravemente a agricultura nacional, ao elevar o preço dos insumos e a iliquidez do mercado de capitais. Essa situação começou a mudar no início da década de 40, graças ao crescimento industrial que o País começou a experimentar. A partir de 1946, a execução do modelo *Neobatllista* de “crescimento para dentro”, ou de substituição de importações, tinha, como suporte principal das políticas econômicas, e privilegiado a indústria e a agricultura. Como conseqüências da aplicação do modelo mencionado, entre os anos de 1946 e 1959, ocorreram importantes transformações na agricultura nacional.

Essas mudanças refletiram-se no aumento da área cultivada, na incorporação de novas regiões de produção agrícola e na expansão da produção de oleaginosos e dos cereais, itens que, ao final do período, se apresentavam como os principais da produção agrícola nacional.

Por outro lado, aumentou velozmente a mecanização da agricultura, as obras de infraestrutura cresceram, consolidaram-se os setores industriais relacionados à agricultura e consolidou-se e ampliou-se uma base empresarial constituída por pequenos produtores que utilizavam, em seus estabelecimentos, basicamente mão-de-obra familiar. Sobre isso, diz Piñeiro:

Muchos inmigrantes europeos también terminaron como campesinos, pero su contribución parece haber sido menor que la de la población local. Asentándose en las afueras de las capitales departamentales y particufamíliamente en las proximidades de Montevideo, fueron incorporados por las políticas del Estado batllista que dominó las primeras tres décadas de este siglo. Basándose en el trabajo familiar, sus condiciones de existencia sólo pueden ser explicadas a la luz del rol que tenían en el patrón general de acumulación como proveedores de alimentos para una creciente fuerza de trabajo urbana. Sus condiciones de reproducción fueron tan favorables que sus números se duplicaron en el transcurso de los primeros 40 años de este siglo.

Sin embargo, también las políticas batllistas, particufamíliamente aquellas que surgieron luego de la Depresión, dieron lugar a una clase de agricultores medios que se basaban tanto en el trabajo familiar como en el trabajo asafamíliiado. Se los encontraba principalmente en la producción de granos, en la producción de lácteos, en la de fruta y también hasta cierto punto en la producción de lanas. Si bien el trabajo familiar constituía una base de operación de la unidad operativa, cantidades variables de trabajo asafamíliiado viabilizaban la reproducción de la unidad contribuyendo con fuerza de trabajo en

los momentos de mayor requerimiento. La característica de este tipo de unidades era la mecanización que favorecía la operación del predio dentro de los límites de la mano de obra familiar disponible.” (PIÑEIRO, 1985; p.62-63)

Ora, o aumento na produção agrícola não significava aumento nos rendimentos, mas na superfície cultivada; a mecanização não se adaptou às condicionantes e características do Uruguai, mas respondia às exigências dos fabricantes de maquinário agrícola; a expansão da área semeada apresentava uma perigosa e forte associação com o aumento dos subsídios do Estado, e os preços dos produtos agrícolas no mercado internacional iniciavam uma fase depressiva desde 1953, situação que as políticas cambiais não poderiam deter.

### **3.1.1 - A crise e a origem do novo modelo social-produtivo no Uruguai**

As fraquezas do modelo iniciaram-se a partir de 1955 e finalizaram em 1959, com a mudança de governo nas eleições nacionais daquela época. O novo governo iniciou um novo modelo contrário ao anterior, o *Neobatllismo*. O novo modelo, iniciado a partir de 1959 pelo governo do Partido Nacional, ou Partido Blanco, apoiava-se numa proposta de uma progressiva liberalização da economia, com uma maior tendência a abrir-la para o exterior.

A agricultura perdeu o sistema de subsídios, o crédito barato, os preços fixados previamente, tendo que enfrentar a queda dos preços em nível internacional e a desvalorização da família. Como consequência, a agricultura extensiva ficou detida; o mesmo aconteceu com a horticultura e a fruticultura, pois os cultivos de caráter industrial encerraram seu período de crescimento; o único cultivo que se manteve na tendência, em longo prazo, e inclusive cresce na atualidade, é o arroz. Sobre isso, diz Piñeiro:

La década del '60 puede verse como un período de transición durante el cual el modelo batllista fue gradualmente abandonado, sin haberse aún un proyecto alternativo. Hacia el final de la década del '50 los Países industriales, recuperados de la guerra, comienzan a competir nuevamente en el mercado de productos agrícolas. Imponen barreras

aduaneras para proteger sus mercados, mientras los precios agrícolas decrecen en términos constantes. El proceso de industrialización sustitutiva en el Uruguay se agota y se desarrolla el proceso que es característico de la década del '60: el estancamiento de las actividades productivas. Las políticas dirigidas al Setor agropecuario cambian el énfasis nuevamente hacia la producción ganadera, abandonando aquellas que alentaban la agricultura. Las exportaciones agrícolas decrecen retornando la agricultura a su rol anterior de aprovisionamiento del mercado interno. El subSetor ganadero sin embargo es incapaz de crecer más allá, afectado por rigideces estructurales. La producción de carne y lana se estanca, mientras que las importaciones de bienes de capital y de materias primas para la industria manufacturera continúan creciendo. La balanza de pagos tiene déficit en varios años, incrementando por lo tanto la deuda externa. El producto bruto nacional decrece. La tasa anual de acumulativa de crecimiento del producto bruto nacional fue de 4,2 para el período 1946-1955, pero sólo de 0,6 para el período 1956-1973. (ASTORI, 1981, *apud* PIÑEIRO, 1985; 66)

Em meados dos anos 60, a superfície agrícola era aproximadamente de 1.600.000 hectares, o que representa apenas 9% da superfície agropecuária do País; desse dado, mais de 60% da produção era de cereais (principalmente trigo); em segundo lugar, aparecem os cultivos para a indústria, como o linho, o girassol e a cana e a beterraba para produção de açúcar; e, em terceiro, a horticultura e a produção para forragem. A fruticultura representava apenas 2% da superfície agrícola total.<sup>8</sup>

O volume da produção agrícola experimentou níveis de crescimento entre 1940 e 1954, mas, desde esse ano, os níveis de produção começaram a cair visivelmente, sobretudo a partir de 1958, quando caíram vertiginosamente, ao deixarem de existir os subsídios para o trigo. Ao mesmo tempo, diminuiu a participação dos itens agrícolas nas exportações pela diminuição do volume produzido de linho, girassol e farinha.

Em poucas palavras, a agricultura deixou de ter o lugar de privilégio que tinha e começou a ocupar um lugar Secundário no cenário agrícola nacional, lugar que ocupava tradicionalmente na agricultura uruguaia. Os diferentes desequilíbrios na produção e na comercialização de carnes, o crescente nível da inflação a partir de 1962 e o crescimento da dívida externa faziam parte dos principais problemas da política econômica dos diferentes

---

<sup>8</sup> Fonte dos dados mencionados nesse parágrafo: *América en Cifras* - OEA, 1965 e *CLAEH-CINAM*, Montevideu, 1966, p. 59.

governos nos seguintes anos e na década de 70, como também os impactos sociais das políticas de estabilização aplicadas frente aos problemas mencionados, ficando a problemática agrícola em segundo lugar, ou chamando a atenção dos diferentes governos de forma ocasional.

Então, nesse período de estagnação do crescimento econômico do Uruguai, começaram a se gerar tensões pela apropriação do excedente, que já não aumentava, tensões que foram determinantes para pôr um termo à aliança entre o setor manufatureiro, as classes médias (profissionais, empregados do Estado) e parte da classe trabalhadora, aliança sobre a qual se sustentava o modelo *batllista*. A ruptura dessa aliança, progressivamente, foi adquirindo características dramáticas, até chegar-se ao golpe militar em 1973; a ditadura militar iniciou o novo modelo socioeconômico, que procurava criar as condições para restaurar a acumulação do capital, que sofrera sérias dificuldades nos anos anteriores.

Então, em 1973, a *Oficina de Programación Política Agropecuária* publicou um documento com o objetivo de estabelecer as principais linhas da política agropecuária. A estratégia geral colocou-se sob o marco estratégico de crescimento do produto agropecuário nacional, o que possibilitou superar a estagnação na qual se encontrava o País. Para isso, a ênfase deveria ser no investimento à custa do consumo, o que significa que a maior parte do produto seria destinada à transferência de recursos para os empresários qualificados e eficientes, para que, assim aumentasse sua capacidade de investimento e poupança.

Por outro lado, procurou-se o aumento do preço dos produtos do mercado interno, o que afetou de forma direta o consumo interno (PRATES, 1980 *apud* TUBÍO, 1998).

Esse modelo de não-intervenção e regulação da política rural por parte do Estado manteve-se até o ano de 1978, quando o Governo levou adiante uma série de medidas que foram conhecidas como “liberação do agro”, cujos elementos centrais eram: “ ênfase no sistema privado, livre concorrência, mercado livre orientado pelas expectativas de rentabilidade, exclusão do Estado na regulação dos preços e da comercialização” (PRATES, 1980 *apud* TUBÍO, 1998).

Essa série de medidas significou um esforço motivado pela internacionalização do rural, cujo principal *slogan* era a liberdade de exportação e importação<sup>9</sup>. Dessa forma equilibravam-se os preços nacionais com os do mercado internacional. O modelo pretendia as vantagens comparativas naturais do País fossem impactadas, procurando avançar nos níveis de competitividade no contexto do mercado internacional. Para isso o crescimento deveria apoiar-se em três colunas: a eficiência, o crescimento da produtividade e as vantagens comparativas.

A atração de capitais e de tecnologia necessária para os objetivos colocados pelo modelo seriam produtos do avanço nas vantagens comparativas. Ora, as vantagens comparativas naturais e históricas do Uruguai sempre haviam sido estabelecidas pela pecuária, então, nesse momento, a dinâmica internacional do mercado de carnes e a inserção do Uruguai<sup>10</sup> limitaram a aplicação do modelo ortodoxo neoliberal planejado pelos programadores das políticas econômicas estatais, gerando problemas e diferenças na aplicação do modelo “puro”, que buscava a desarticulação do modelo de substituição de importações e maior ênfase nos produtos exportáveis.

Dessa forma, o Uruguai caminhou para um modelo que fez proeminência nas vantagens construídas, em lugar das vantagens comparativas. Observam-se duas vantagens construídas: a primeira são as facilidades que se estabelecem para a captação de capital financeiro, e a segunda, as políticas orientadas à política de preços e salários que impactam diretamente o mercado de trabalho (PRATES, 1980 *apud* TUBÍO, 1998).

Por outro lado, a política de atração de capitais centrou-se no desenvolvimento das exportações não tradicionais, que se intensificaram com o declínio do modelo de exportações tradicionais e se obteve o crescimento das exportações não tradicionais,<sup>11</sup> além do

---

<sup>9</sup> “*El incremento de las exportaciones se originó en la disminución de las barreras arancelarias, en la sobrevaluación del Peso con relación al Dólar y en la factura petrolera.*” (Piñeiro, 1985, p68).

<sup>10</sup> “*El Uruguay en la época pasó a depender en mayor medida de mercados periféricos como el del Brasil, para la venta de carnes, debido a la reacomodación productiva que tendió al desarrollo de la ganadería tropical y del posterior abastecimiento que Países centroamericanos, y otros pasaron a brindar a los mercados centrales. La economía uruguaya empieza a definirse como economía complementaria en relación a sus rubros tradicionales*” (PRATES, 1980 *apud* TUBÍO; 1998).

<sup>11</sup> “*El incremento de las exportaciones descansó en los productos no tradicionales, que representaron el 38% de todas las exportaciones de todas las exportaciones en 1974 pero el 60% de ellas seis años mas tarde*” (MACADAR, 1981 *apud* PIÑEIRO, 1985; p.68).



desenvolvimento do sistema bancário e financeiro, fazendo como que crescessem numericamente os bancos e instituições financeiras naquela época (PIÑEIRO, 1985).

Outro efeito a ser assinalados foi a continua deterioração do salário real, com impacto na decadência dos níveis de consumo e maior pressão no mercado de trabalho por parte dos integrantes da família, na medida em que houve procura por maiores rendas frente à perda do salário real, principalmente por parte das mulheres.

Astori *apud* Piñeiro (1985) assinala que o período 1974-81 se caracterizou pelo reajuste das condições internas de produção e distribuição dos lucros obtidos e pela reinserção do País no mercado mundial. O modelo neoliberal teve sucesso em seus primeiros seis anos, ao tirar o País da estagnação ocorrida na década anterior; o desenvolvimento econômico medido através do produto bruto nacional cresceu nesse período 5%, percentagem muito acima dos 0,3% do período 1961-68 e dos 1,9% do período 1968-73.

Ora, esse crescimento não se apoiou na agricultura, mas na indústria, na construção e no comércio. Como já se mencionou, também ocorreram mudanças na forma de inserção do Uruguai no mercado mundial; as exportações aumentaram nesse período de US\$ 382 milhões em 1974 para US\$ 1.058 milhões em 1980, superando, dessa forma a tradicional barreira dos US\$ 200 milhões de exportações de anos anteriores, que se apoiavam na carne e na lã.

O crescimento das exportações sustentou-se nos itens não tradicionais<sup>12</sup>, que representaram 38% do total das exportações de 1974 e passaram a compor 60% delas seis anos depois. Ora, as importações também cresceram no período de 1974-80: em 1974, o valor aproximado foi de US\$ 400 milhões, e, para 1980 de US\$ 1.027 milhões, o que provocou um déficit considerável na balança comercial.

O aumento das importações foi gerado pela diminuição das barreiras alfandegárias, pela disparidade cambial entre o peso e o dólar (o valor do peso era maior que o do dólar) e pela dependência na compra do petróleo. Nesse sentido, afirma Piñeiro:

---

<sup>12</sup> Os itens tradicionais são considerados como sendo a carne e a lã; os não tradicionais seriam todos os outros.

El déficit en la balanza comercial se incrementó por el pago de 'royalties' e intereses, y especialmente debido al pago de intereses y amortizaciones de la deuda externa, haciendo que la balanza de pagos fuese fuertemente negativa. Este déficit se compensó con nuevos créditos de bancos privados, del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial. La deuda externa, medida en dólares corrientes aumentó tres veces entre 1973 y 1980, llegando en este último año a un récord de dos mil millones de dólares (MACADAR, 1981; P.294 *apud* PIÑEIRO; 1985, p.68)

Otra característica desse período foi o crescimento da importância relativa do sistema bancário e financeiro; os bancos e as instituições semelhantes cresceram, favorecidos pelos lucros obtidos graças à diferença entre as taxas passivas e ativas de juros. Entre os instrumentos de política econômica de tipo geral utilizados pelo Governo nesse período, esteve a utilização artificial do tipo de câmbio, que valorizava o peso em relação ao dólar. Desde 1978 até 1982, foi utilizada essa ferramenta administrativo-cambial, o que provocou a sobrevalorização do peso em relação ao dólar; no início, a diferença era pequena, mas chegou a ser importante em 1982, o que gerou grandes consequências para a economia nacional, com especial ênfase para a agricultura.

Astori *apud* Piñeiro (1985) indica que possivelmente se teria conseguido um dos principais objetivos do novo modelo: a taxa de retornos sobre o capital investido, que cresceu nesse período. A taxa média de retorno sobre o capital aumentou de 5,4% em 1973 para 8,7% em 1979 (PIÑEIRO, 1985); o retorno do capital foi favorecido pela queda dos salários medidos em termos constantes. Tomando-se os salários em 1970 com base 100, 10 anos depois os valores reais dos salários eram de 57%; de forma semelhante, Faroppa *apud* Piñeiro (1985) estimou que o aumento da taxa de retorno sobre o capital investido se deu graças ao empobrecimento dos assalariados. Nesse sentido, Piñeiro acrescenta:

Hasta 1981 el modelo económico parece haber logrado sus principales objetivos: la tasa anual de crecimiento del producto bruto fue del 5%, aumentó la exportación de productos no tradicionales, y también las inversiones extranjeras. Pero lo que es más importante la tasa de retorno sobre el capital invertido también aumentó favoreciendo la acumulación del capital, una condición necesaria en la concepción de los diseñadores del modelo, para la inversión

privada y el crecimiento económico. El costo de logra estos objetivos fue el de incrementar tres veces la deuda externa, aumentando de esta manera la dependencia económica del País y un decrecimiento de los salarios reales que deprimieron el mercado interno”. (PIÑEIRO; 1985, p.70)

A partir de 1982, o modelo começou a apresentar sinais de debilidade; a indústria nacional foi prejudicada seriamente pelos produtos importados ou pela queda no consumo interno, devido à baixa nos salários, o que fez diminuir ou fechar quase a metade das indústrias nacionais; as reservas internacionais do Uruguai diminuíram, devido à falta de confiança nas autoridades e aos problemas financeiros na Argentina, e a taxa de desemprego atingiu 17%, dado admitido oficialmente e nunca antes observado no País, sinais claros do impacto socioeconômico dos males do modelo de política econômica e do começo do fim de seu principal executor: a ditadura cívica militar.

Na década de 80 (e inclusive também na de 90, de políticas específicas) e a partir do golpe militar, a política do Governo afetou profundamente os preços dos produtos dos agricultores familiares. As conseqüências afetaram com maior profundidade os produtos hortícolas, já que esses se encontravam mais ligados ao mercado, e a produção hortícola foi uma das que gerou maior transferência de excedentes para os setores priorizados pela política neoliberal. Ora, essa política neoliberal não tinha como objetivo principal uma maior extração de excedente dos agricultores familiares; sua prioridade era a extração de mais-valia relativa e absoluta dos trabalhadores assalariados. O que aconteceu com os agricultores familiares foi um efeito Secundário.

Para se atingir esse objetivo, o custo da reprodução dos assalariados deveria diminuir, o que significava a diminuição dos preços de certos alimentos básicos no mercado interno promovido por essa política, enquanto favorecia a diminuição dos salários. Por outro lado, essa situação veio a gerar um efeito devastador para os agricultores familiares. A desvalorização do trabalho dos agricultores familiares levou a que começassem a integrar-se ao mercado de trabalho, o que aumentou a oferta de trabalho assalariado e, por outro lado, permitiu aumentar a extração da mais-valia absoluta dos assalariados (PIÑEIRO, 1985).

Dessa forma, diminuiu o consumo basicamente na cidade de Montevideu, capital política, econômica e cultural do Uruguai, o que impactou diretamente os agricultores familiares, que tinham como função social fornecer produtos baratos especialmente aos trabalhadores num modelo de substituição de importações. Diminuiu a produção com destino ao consumo do mercado interno, o que implicou que os custos das transformações produtivas se sustentassem nos grupos sociais com menores rendas, com a perda de salário real e o aumento da taxa de desemprego.

Por outro lado, o desenvolvimento desse modelo de agroindústrias teve conseqüências na distribuição espacial da população (com as modificações da política de investimentos em infra-estrutura pública e nos serviços), e também no meio ambiente. Entre os anos de 1975 e 1985, a população do País distribuiu-se em direção às áreas de fronteira, o que significou “esvaziar” a região central do País, tendência que se manteve de acordo com os dados do Censo Populacional de 1996, mas diminuindo o ritmo (PIÑEIRO, 1989).

Pode-se dizer que os principais resultados desse modelo desenvolvido no Uruguai a partir de meados da década de 70 foram: aumento dos investimentos do capital por causa do aumento do lucro; endividamento dos produtores agrícolas e pecuários de tamanho médio; assalariamento de uma grande massa de produtores familiares; aumento da taxa de retorno sobre o capital investido na época, o que favoreceu a acumulação do capital, fator fundamental segundo os criadores da política para o aumento do investimento privado, e o crescimento econômico.

Então, além da situação crítica para os setores tradicionais da produção agropecuária uruguaia, alguns setores relacionados com a exportação e a agroindústria, como a produção de arroz, alguns produtores de açúcar, a maioria dos produtores de cítricos, a produção leiteira e a produção de cevada para a indústria cervejeira, não apresentaram indicações terem sido afetados pelas conseqüências do modelo econômico aplicado (TUBÍO, 1998). Essas produções gerariam uma maior homogeneização produtiva por áreas geográficas e redistribuição da população (PIÑEIRO, 1989).

Enquanto, para Latorre (1993), os agentes da modernização foram vários, como:

...grupos de propietarios rurales y agroindustriales (arroz), cooperativas (Bella Unión, CONAPROLE), asociaciones de capitales nacionales y transnacionales o extranjeros, capital industrial (citrus, forestación).

Em resumo, observam-se uma série de itens agroindustriais com diferentes formas de organização que constituíram uma dinâmica nova para a produção agrícola do Uruguai e com impactos nas relações sociais e na organização espacial da população no território rural do País. Não se pode apontar um só item produtivo, mas, sim, o fato de que o cenário se diversificou, coexistindo nele diferentes realidades produtivas e sociais.

### **3.1.2 - A base de recursos naturais do Uruguai**

O Uruguai possui uma dotação de recursos que lhe permite desenvolver competitivamente uma série de atividades agropecuárias características das zonas cálidas e subtropicais. A totalidade do território físico, com isenção das áreas urbanas, costeiras, e as dedicadas a obras de infra-estrutura (como estradas, barragens, etc) é dedicada à produção agropecuária, o que implica um dos principais setores demandantes e fatores da estrutura de ocupação do País.

O Uruguai localiza-se entre 30° e 35° da latitude sul, na zona subtropical cálida. Dispõe de 16 milhões de hectares, dos quais 90,0% são utilizáveis em diferentes sistemas agropecuários. O território possui suaves ondulações, com uma altitude média de 140 metros acima do mar, o que indica a presença de uma geografia semelhante e sem acidentes geográficos como montanhas, cadeias montanhosas, etc. Por outro lado, o clima classifica-se como mesotérmico, úmido e quase úmido. A temperatura média anual varia de 16° graus no sudeste até 20° graus no nordeste. As temperaturas máximas médias oscilam entre os 28° e os 33° graus, e as mínimas, entre os 6° graus e 9° no sudeste e noroeste respectivamente, acontecendo geadas durante os meses do inverno.



68,0% das terras do País se encontravam sem maior afetação pela erosão, 22,0% com erosão leve, 9,5% com erosão moderada e, 0,5% com erosão severa.

O uso atual dos solos, determinado pelos fatores econômicos e sociais, não corresponde necessariamente às aptidões agronômicas. Nesse sentido, as estimações dos potenciais produtivos são realizadas sobre a base da estrutura produtiva atual, como se apresenta à continuação. Essa base produtiva utiliza uma série de pressupostos que explicam a ocupação da superfície por cada tipo de atividade produtiva, sendo que as diferentes estruturas produtivas apresentariam necessariamente diferentes potenciais. A informação à continuação baseia-se no pressuposto de que o uso do solo permanece estável quando há ocupação do território nacional por atividades produtivas semelhantes às existentes no ano base.

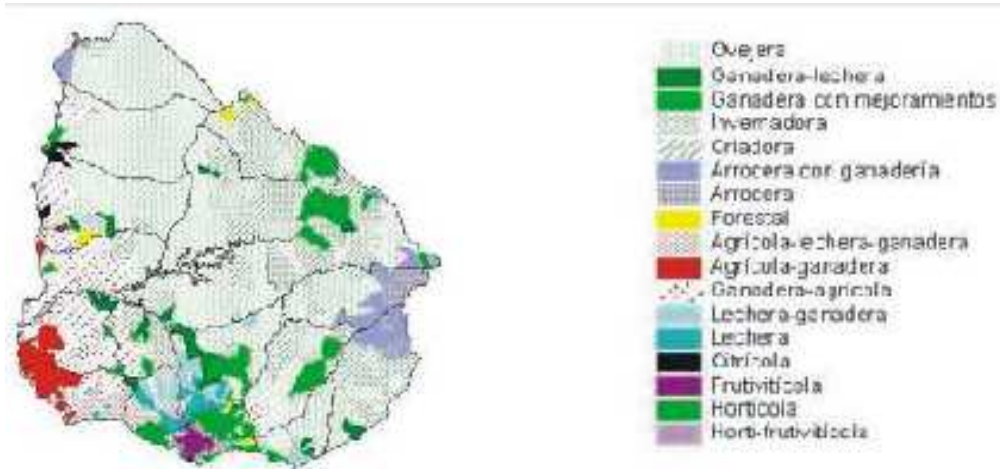
A utilização desse forte pressuposto apóia-se na conveniência de se manter um vetor de preços constantes e justifica-se nos significativos ajustes que aconteceram no uso do solo desde o ano de 1980 até o ano 2000<sup>13</sup>. A distribuição espacial da produção agropecuária condiciona a forma e a intensidade da ocupação do território do País, território no qual aconteceram mudanças, nas últimas décadas, no uso produtivo do mesmo o que se observa nas informações apresentadas nas Figuras 7 e 8, feitas pela División de Estadísticas Agropecuárias do Ministério de Ganadería, Agricultura y Pesca do Uruguai a partir dos dados dos Censos Gerais Agropecuários de 1990 e 2000.

---

<sup>13</sup> *El Agronegocio Uruguayo: pilar del País productivo – Agropecuaria Uruguay 2020*. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura – Oficina Uruguay. Montevideo - Uruguay, 2004.

**Figura 7**

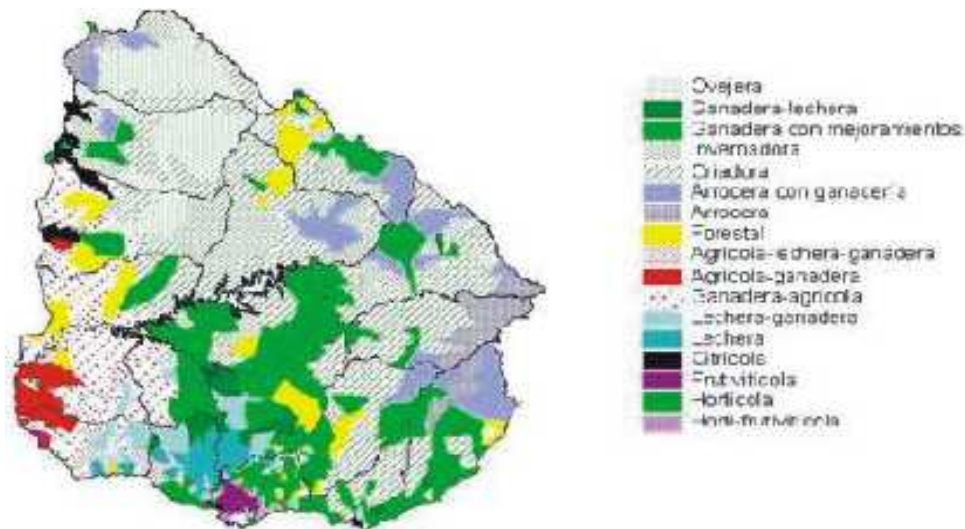
**Mapa das Regiões Agropecuárias do Uruguai - 1990**



FONTE: MGAP-DIEA, Censo General Agropecuario 1990.

**Figura 8**

**Mapa das Regiões Agropecuárias do Uruguai - 2000**



FONTE: MGAP-DIEA, Censo General Agropecuario 2000.

Das mudanças acontecidas de 1990 até o ano 2000, podem-se destacar as seguintes: uma forte diminuição da região de gado de ovelhas, aproximadamente 78,0% associada à redução do estoque ovino; diminuição das regiões hortícolas, aproximadamente 18,0%; aumento das regiões arroteiras em 148,0%, como resultado direto do aumento de 161,0% da superfície dedicada ao arroz. Também se observou o crescimento da superfície dedicada a produção leiteira, 59,0%, e, por último, o notável crescimento da região florestal, já que, no



principio da década, a superfície era de 186.000 hectares e, em 2000, de 661.000 hectares<sup>14</sup>.

Ora, nos últimos anos (2000– 04) segundo a DIEA–MGAP, observa-se a expansão da superfície ocupada por cultivos de cereais e oleaginosas, especialmente os cultivos de verão, dos quais se destacam a soja e o girassol. A magnitude do fenômeno é importante, mas não provocou mudanças significativas nas tendências de distribuição territorial das principais atividades produtivas já observadas.

Por outro lado, o Uruguai tem uma das mais baixas taxas de crescimento demográfico de América Latina (0,6% ao ano), mas não fica de fora dos fenômenos de urbanização e migração campo–cidade, característicos dos países da região. O que apresenta de diferente é que ditos processos começaram mais cedo em relação a outros países do continente latino-americano. Dessa forma, segundo os últimos dados de Censo de População os que habitam no meio rural representam um pouco menos do 10,0% da população total (aproximadamente 300.000 pessoas).

Tabela 39

Evolução da População Rural no Uruguai

<b>LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA</b>	<b>1963</b>	<b>1975</b>	<b>1985</b>	<b>1996</b>	<b>2004</b>
<b>População Urbana</b>	2.097,7	2.314,3	2.581,1	2.872,1	2.974,714
Percentual	<b>80,8%</b>	<b>83,0%</b>	<b>87,3%</b>	<b>90,8%</b>	<b>91,7%</b>
<b>População Rural</b>	498,4	474,1	374,1	291,7	266,289
Percentual	<b>19,2%</b>	<b>17,0%</b>	<b>12,7%</b>	<b>9,2%</b>	<b>8,3%</b>
<b>População Total</b>	2.596,1	2.788,4	2.955,2	3.163,8	3.241,003
Percentual	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

FONTE: Instituto Nacional de Estatística.

A população das áreas rurais caracteriza-se por uma estrutura de idades relativamente jovem, com maiores índices de população masculina, de analfabetismo e de fecundidade, com relação à população urbana em geral. Observa-se uma maior tendência declinante nas últimas

<sup>14</sup> *Regiones de Especialización Productiva*. DIEA – MGAP, Montevideu – Uruguay, 2004.

duas medições, e de menor percentagem que no urbano, o que indica uma maior diferença em representação percentual entre as duas populações.

Por outra parte, é interessante assinalar-se que a distribuição espacial se associa com as diferentes produções, encontrando-se a maior densidade populacional no sul do Uruguai e no litoral oeste, regiões com predomínio de atividades intensivas no trabalho como a produção hortifrutigranjeiros, agricultura, a produção intensiva de leite e gado.

Tabela 40

Evolução da população segundo o tipo de localidade no Uruguai – 1963-96

LOCALIDADES	1963				1996			
	<i>População</i>	%	<i>Nº de Localidades</i>	%	<i>População</i>	%	<i>Nº de Localidades</i>	%
Com menos de 1.000 habitantes	69968	5,0	348	77,0	84803	4,4	292	64,0
De 1.001 a 2.500 habitantes	70851	5,0	43	9,0	106341	5,5	66	15,0
De 2.501 a 5.000 habitantes	79788	5,7	23	5,0	113387	6,2	31	7,0
De 5.001 a 10.000	84365	6,0	13	3,0	179945	9,3	25	5,0
Com mais de 10.001 habitantes	617424	44,3	27	6,0	1139223	59,4	40	9,0
População Rural	468513	34,0			291686	15,2	x	x
<b>Total (1)</b>	<i>1390909</i>	<i>100,0</i>	<i>454</i>	<i>100,0</i>	<i>1915385</i>	<i>100,0</i>	<i>454</i>	<i>100,0</i>

FONTE: Instituto Nacional de Estatística.

(1) Excetuando-se Montevideú.

Observa-se que o estrato de menos de 1000 habitantes representava 77,0% do total das localidades e 5,0% da população em 1963. Já em 1996, esse mesmo estrato representava 64,4% e 4,4% respectivamente. Nesse caso, existe uma diminuição de 13,0% no total de localidades e de 0,6% na população. O estrato entre 1001 e 2500 habitantes representava 9,0% das localidades e 5,0% da população em 1963 e, em 1996, representava 15,0% e 5,5% respectivamente.

Observa-se um crescimento de 6,0% no total das localidades e de 0,5% na população. O estrato entre 2500 e 5.000 habitantes representava 5,0% do total de localidades em 1963 e 7,0% em 1996. Isso mostra um crescimento de 2,0% com respeito ao total de localidades, enquanto, em termos de população, 5,7% em 1963 passaram a 6,2% em 1996, o que significa um crescimento de 0,5%. O estrato seguinte, ou seja, entre 5001 e 10.000 habitantes, representa 3,0% do total de localidades em 1963 e 5,0% em 1996. Observa-se um crescimento da ordem de 2,0% no total de localidades, enquanto, na população, o aumento foi de 3,3%, já que, em 1963, esse estrato representava 6,0% e, em 1996, 9,3%. Em relação ao estrato de mais de 10.000 habitantes, pode-se verificar que, em 1963, o mesmo representava 6,0% do total de localidades e, em 1996, subiu para 9,0%, o que significa um crescimento de 3,0%. No que se refere à população, o mesmo estrato representava, em 1963, 44,3% e em 1996, 59,4%, crescendo 15,0% a população dessas localidades. Para finalizar, a população rural (de acordo com a lei de Centro Povoado número 10.723), que representava, em 1963, 34,0%, em 1996 caiu para 15,2% em 1996.

Em resumo, consolida-se a tendência urbana da população uruguaia e observa-se, também, um crescimento das localidades rurais urbanizadas. Esse panorama traz à tona a necessidade de revisão do conceito de população rural tal como estabelece a lei de 1946 e aponta a premência de um redimensionamento do problema social da população rural uruguaia.

Tabela 41

Unidades agropecuárias por tamanho de exploração e superfície explorada, no Uruguai – 1970-00

PROPRIEDADES	NÚMERO DE PROPRIEDADES				PERCETUAL DE PROPRIETARIOS				SUPERFICIE EXPLORADA %			
	1970	1980	1990	2000	1970	1980	1990	2000	1970	1980	1990	2000
<b>Menores que 200 há.</b>	62.842	53.893	40.113	42.427	81,4	78,8	73,1	74,2	13,1	13,1	11,4	10,2
<b>De 200 a 999 há.</b>	10.360	10.574	10.673	10.670	13,4	15,4	19,4	18,8	28,5	30,3	31,1	30,7
<b>Maiores que 1.000 há.</b>	3.961	3.895	4.030	4.034	5,1	5,6	7,3	7,0	58,4	56,6	57,5	59,1
<b>TOTAL</b>	<b>77.163</b>	<b>68.362</b>	<b>54.816</b>	<b>57.131</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

FONTE: Censo General Agropecuario 1970, 1980, 1990 e 2000.

Na Tabela 41, confirma-se que as mudanças produtivas e econômicas geraram importantes transformações e também permanências na forma da distribuição social da terra. Essas transformações indicam que a lógica do processo de modernização impulsionou a concentração dos recursos produtivos, gerando uma forte diferenciação entre os pequenos e médios produtores, castigando especialmente a produção familiar, o que levou à exclusão da maioria do processo de modernização.

Como resultado, a estrutura agrária mudou de forma considerável: redução do número de estabelecimentos em mais de um terço (34,6%) entre 1970 e 1997. Em termos absolutos, desapareceram, no período mencionado, 32.168 produtores, dos quais a maioria tinha menos de 200 hectares. No entanto, verifica-se importante aumento dos produtores médios (propriedades maiores que 200 e menores que 900 há) mantém-se o índice referente aos grandes proprietários de terras (propriedades com mais de 1.000 hectares)<sup>15</sup>.

Por outro lado, observa-se que, entre 1970 e 1997, os produtores pequenos recuaram quase 14,0%, detendo, apenas 2,1% da propriedade da terra; enquanto os produtores médios aumentaram quase 11,0% (quase o dobro) e, no que concerne à propriedade da terra passaram

<sup>15</sup> Utiliza-se como indicador dessa situação o índice de Gini (0,31) para os dados oficiais do Censo Agropecuario de 1990.

a ter um crescimento de 9,5%. Por sua vez, os grandes produtores cresceram 3,2%, mas diminuiram 7,4% no que tange à propriedade da terra.

Entretanto, as políticas que promoviam a exportação de produtos não tradicionais tiveram maior impacto nos produtores médios. Isso significou um aumento nas áreas e na intensidade de utilização das terras cultivadas. Esse fenômeno ocorreu, por exemplo, na produção de arroz, cítricos, cevada e laticínios e no setor de reflorestamento. Com respeito aos grandes produtores, o impacto foi menor, já que os mesmos se encontravam mais ligados à tradicional estrutura de pecuária extensiva.

Em resumo, durante esse período, iniciou-se e consolidou-se um novo modelo produtivo no País, o qual colocou como uma de suas metas garantir as margens de lucro ao capital disposto a investir no Uruguai, a fim de mudar a situação de estagnação produtiva. Para isso, era necessário reduzirem-se os custos de produção e os salários dos trabalhadores, diminuíssem-se os preços de certos alimentos da cesta básica e promover-se a progressiva liberalização das taxas alfandegárias. Essas medidas resultaram em uma enorme diminuição do número de agricultores familiares.

Por outro lado, intensificou-se a promoção de um País agroexportador, ampliando o amparo à produção e à exportação de produtos agropecuários não tradicionais, que tiveram inclusive, crescimentos espetaculares no que diz respeito ao arroz, aos cítricos, à florestação, à cevada e aos laticínios. Esse empreendimento foi desenvolvido sob a forma de gestão empresarial do estabelecimento agropecuário e na utilização da propriedade da terra. Esta última situação pode ser observada na evolução da estrutura agrária desde 1970 até os anos finais da década de 90. No Quadro 2, pode-se observar que há diferentes configurações populacionais nos diversos Departamentos<sup>16</sup> do Uruguai.

Da mesma maneira, em relação ao crescimento da emigração rural no período, encontram-se três grupos de Departamentos. Em um primeiro grupo, observa-se um crescimento da emigração rural acima da média nacional. Em um segundo estrato, Departamentos em que ao crescimento da emigração rural acompanhou a média nacional, e

---

<sup>16</sup> A divisão administrativa do Uruguai é em Departamentos, o que corresponde, basicamente, a divisão em Estados no Brasil.

um terceiro, em que houve um crescimento acima da média. Ao se combinarem os critérios de emigração rural e a redução de pequenos produtores, chega-se a uma boa aproximação do que os impactos do processo de modernização causaram em cada Departamento.

Com base nesses critérios, construiu-se uma tipologia na qual se classificam os Departamentos de acordo com o impacto do processo modernizador, ou seja, em categorias que revelam se o Departamento sofreu alto, baixo ou médio impacto em comparação com a média nacional.

## Quadro 2

### Impactos da modernização agrária na população rural do Uruguai

ÍNDICE RESUMO DE VARIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DEPARTAMENTAL	ÍNDICE RESUMO DA VARIÇÃO NEGATIVA DO ESTRATO DE PROPRIEDADES COM MENOS DE 200 HECTARES		
	Aumento	Varição Média	Redução
<b>Aumento da Emigração</b>	Cerro Largo	Rivera San José Tacuarembó	Artigas
<b>Emigração Equilibrada</b>	Canelones Colônia Paysandú Florida Lavalleja Maldonado	Rocha Soriano	Salto Río Negro Flores Durazno
<b>Diminuição da Emigração</b>			Treinta y Tres

Observa-se que as transformações agrárias tiveram maior impacto entre os pequenos produtores e não acentuaram os processos de emigração rural. Nesse sentido, notam-se cinco Departamentos que aceleraram o processo, mas poder-se-ia dizer que essa aceleração está associada a outros processos de desenvolvimento social e não exclusivamente ao de modernização agrária.

O principal grupo de Departamentos que mantiveram a emigração rural na média nacional nos últimos 30 anos apresenta duas características internas em relação ao impacto entre os pequenos produtores. Por um lado, os que apresentam uma perda acima da média

nacional, e por outro, os que apresentam uma diminuição abaixo da média. O último grupo é formado por só um Departamento e representa aquele em que a diminuição de pequenos produtores foi em menor grau e abaixo da média nacional, o que também aconteceu com relação à emigração da população rural.

Não é objetivo deste trabalho desenvolver diferentes tipologias, mas ressaltar que diferentes tipologias indicam diferentes dinâmicas regionais. A maioria dos Departamentos em que houve crescimento da emigração rural e diminuição média de pequenos produtores se encontra na região noroeste do País. Entretanto os que mantiveram os índices de emigração rural e crescimento da diminuição de pequenos produtores acima da média se localizam no sudeste do País, enquanto o grupo que manteve a emigração rural e a redução de pequenos produtores na média se localiza no litoral – oeste do Uruguai.

Por último, essa tipologia tem a limitação de tratar de forma conjunta processos que podem ter diferentes significados, o que levaria a neutralizar seus efeitos. Mas, por outro lado, apresenta a complexidade de integração de fenômenos sociais e de seus “efeitos” no desenvolvimento social e a conformação do espaço social rural do Uruguai. Pretende-se, com essa tipologia, avançar, embora parcialmente, na análise dos impactos da modernização no território uruguaio e avaliar as mudanças ocorridas na estrutura agrária e na população rural dos Departamentos.

Em resumo, o processo de modernização agrária impulsionado a partir da década de 60, resultou, 30 anos depois, na reestruturação da população rural uruguaia, a qual emigrou para localidades com mais de 5.000 habitantes, e no surgimento de novas localidades, com 1.001 a 2.500 habitantes, o que constitui uma nova dimensão do espaço social rural. Isso demonstra que há novas dinâmicas regionais diferenciadas em relação à apropriação do processo modernizador, ao uso e aos valores gerados por esse processo, o que distingue essas regiões em função não só dos aspectos técnicos produtivos, mas também dos processos desiguais de desenvolvimento social.

Na Tabela 42, apresenta-se a evolução, nos últimos 50 anos, da estrutura produtiva uruguaia, na qual aconteceram profundas transformações.

Tabela 42

Indicadores da evolução produtiva agrária no Uruguai – 1956-00

<b>ITENS PRODUTIVA</b>	<b>ESTRUTURA</b>	<b>1956</b>	<b>1961</b>	<b>1966</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>
<b>Unidades Produtivas (1.000)</b>		89	87	79	77	68	55	57
<b>População rural (1.000)</b>		414	390	328	318	264	213	190
<b>Trabalhadores rurais (1.000)</b>		293	211	192	181	159	140	157
<b>Hectares em milhões (milhões)</b>		16,8	17	16,5	16,5	16	15,8	16,4
<b>Trabalhadores/1000 hectares</b>		17	12	12	11	10	9	10
<b>Tamanho médio da unidade produtiva (hectares)</b>		188	195	209	214	234	288	287
<b>Trabalhadores/unidade produtiva</b>		3,3	2,4	2,4	2,3	2,3	2,6	2,7
<b>População/unidade produtiva</b>		4,6	4,5	4,1	4,1	3,9	3,9	3,3
<b>Hectares/trabalhador</b>		57	81	86	91	101	113	105
<b>Tratores (1.000)</b>		22	25	28	30	33	34	36
<b>Mais 50 HP (1.000)</b>		s/d	s/d	5	7	14	19	24
<b>Mais 50 HP/Total tratores</b>		s/d	s/d	18,0%	25,0%	42,0%	56,0%	66,0%

FONTE: Censo General Agropecuario 1970, 1980, 1990 e 2000.

Como se observa, até 1980 ocorreram diminuição do número de unidades de produção, especialmente dos pequenos produtores considerados com menos de 200 hectares, forte redução do número de trabalhadores rurais e da população rural e aumento do tamanho médio em hectares das unidades produtivas.

A partir do Censo Agropecuario de 1980, algumas dessas tendências começaram a se suavizar e, no caso dos trabalhadores, houve um tímido aumento, a estrutura produtiva transformou-se na sua configuração, ao diminuir a quantidade de produtores, trabalhadores e população no meio rural, e aumentou a média de hectares por unidade produtiva, para serem explorados visando ao mercado. Aumentou a quantidade de tratores, especialmente aqueles de maior HP a partir de 1980, mas a quantidade de trabalhadores por unidade produtiva se manteve estável desde 1961, indicando a incorporação de tecnologia conhecida como o



período da Revolução Verde na América Latina e diminuindo, de forma progressiva, a quantidade de população por unidade produtiva nos últimos 50 anos.

Na verdade, a incorporação da tecnologia da Revolução Verde na produção, a partir da década de 60 iniciou um processo modernizador na estrutura produtiva, o que impactou diretamente os pequenos produtores, a maioria deles familiares, e os trabalhadores rurais, o que implicou o êxodo para a cidade diminuindo a percentagem de população rural.

Dessa forma, estima-se que um pouco mais de 145.000 pessoas da População Economicamente Ativa do País trabalham na atividade agropecuária primária (agricultura, criação de gado e silvicultura), o que equivale, aproximadamente, a 10,0% da PEA do Uruguai (Tabela 43).

Tabela 43

População Economicamente Ativa, segundo o lugar de residência, no Uruguai – 1975-96

LUGARES DE RESIDENCIA	1975		1985		1996	
	Número	%	Número	%	Número	%
Urbano	891,7	81,5%	1.008,1	85,5%	1.285,5	89,2%
Rural	202,9	18,5%	170,7	14,5%	155,0	10,8%
<b>TOTAL</b>	1.094,8	<b>100,0%</b>	1.178,8	<b>100,0%</b>	1.440,6	<b>100,0%</b>

FONTE: Censos de Población y Vivienda, 1975, 1985, 1996.

Na Tabela 43, apresenta-se uma tendência constante de diminuição da PEA rural no período 1975-96, atingindo quase 11,0% no ano de 1996. Por outro lado, ressalta-se a alta produtividade que representa 11,0% da PEA nacional, já que gera, aproximadamente, entre 12 e 13,0% do PIB. Nas últimas décadas, a diminuição dos trabalhadores rurais ocorreu com

menor intensidade do que a da população rural, o que significa o aumento constante das taxas de atividade da população rural.

Por outro lado, no caso das unidades produtivas cuja renda principal é a exploração de gado bovino, 47,0% dos trabalhadores são permanentes; na produção leiteira, eles são 15,0%; e, na produção hortícola, 10,0%. Ora, unicamente 36,0% dos trabalhadores são assalariados, existindo aí importantes diferenças de gênero, já que 43,0% dos homens recebem renda e 19,0% das mulheres (IICA, 2004).

Nos últimos 30 anos, aconteceu um importante ajuste da força de trabalho na produção primária. Por um lado, as inovações tecnológicas que visavam ao aumento da produtividade e da produção impactaram o emprego rural de forma tal que se começou a demandar uma mão-de-obra melhor qualificada e melhor remunerada, especialmente nos setores produtivos que incorporaram essas inovações. Por outro, o impacto significou acelerar o êxodo da população do campo para a periferia das cidades mais próximas e, nos setores produtivos menos dinâmicos, manter condições de trabalho e sociais diferentes dos territórios com os setores mais dinâmicos.

### **3.2 - A experiência uruguaia**

O meio rural uruguaio passou, nas últimas três décadas, por profundas transformações produtivas devido à introdução de novos itens de produção e a uma crescente integração agroindustrial, o que derivou numa acelerada incorporação de transformações tecnológicas. No entanto, esse fenômeno apresenta a característica particular ter-se desenvolvido fora do setor tradicional da carne e da lã, que se sustenta essencialmente com as mesmas formas de produção desde meados do século XX, o que gerou, além de algumas variações estacionais, sua estagnação de longo prazo (RIELLA; ROMERO; TUBIO, 1999).

Essas duas dinâmicas diferenciadas dentro do setor<sup>17</sup> produziram impactos territoriais muito heterogêneos, o que possibilitou uma nova regionalização das áreas rurais. Apesar disso, a sociologia rural não percebeu a necessidade de dar mais atenção a esses processos e a seus efeitos no território. São escassos os estudos que se preocupam com essa temática, e os que se realizaram tiveram uma ênfase setorial, não conseguindo dar conta, de forma exaustiva, dos efeitos territoriais e do impacto que tiveram as atividades não agrícolas e não produtivas no espaço rural dessas regiões do País.

As características das transformações do mercado de trabalho regional apresentam uma rearticulação das inter-relações entre a sociedade rural e a sociedade urbana, o que pode levar à pertinência do enfoque da nova ruralidade para interpretar esses processos sociais. Para poder aproximar-se a essa realidade, analisa-se a estrutura ocupacional das distintas regiões rurais, apreciando em que grau se desenvolveram as atividades não agrícolas em cada uma delas. Para essa análise, utilizam-se os dados da última Pesquisa de Domicílios Rurais,<sup>18</sup> realizada ao final do ano 2000, pelo Instituto Nacional de Estatística<sup>19</sup>.

Tabela 44

Distribuição da População Economicamente Ativa, por setores de atividades, no  
Uruguai - 2000

<b>SETORES DE ATIVIDADE</b>	<b>PERCENTUAL</b>
PRIMARIO	<i>60,8</i>
SECUNDARIO	<i>10,9</i>
TERCIARIO	<i>28,3</i>
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Pesquisa de Domicílios Rurais, MGAP, 2000.

<sup>17</sup> O duplo movimento foi caracterizado como uma situação de estagnação dinâmica, onde os setores agroindustriais aportaram o dinamismo, enquanto, a pecuária da carne e da lã sustentou sua produção global estagnada.

<sup>18</sup> *Pesquisa de Domicílios Rurais 2000*. Ministério de Ganadería, Agricultura y Pesca –Oficina de Planeamiento y Política Agropecuária.

<sup>19</sup> A mencionada pesquisa tem por definição a população rural ampla, atingindo os domicílios das localidades com menos de 5.000 habitantes, quer dizer, 25% da população que não esta incluída na Pesquisa Continua de Domicílios (ECD) e sobre a qual se conhecia muito pouco já que só se tinham os dados provenientes dos censos nacionais para a análise dessa população, censos esses que acontecem a cada 10 anos.

De acordo com a informação levantada no ano 2000, na Tabela 44, pode-se observar que 60,8% da PEA das regiões rurais trabalha no Setor Primário, 10,9% no Setor Secundário e 28,30% no Setor Terciário.

A informação indica, com clareza, a importância da atividade não agrícola no conjunto do País rural, pois 39,0% das atividades para a população rural são geradas em setores diferentes do Setor que tradicionalmente se pensa como única fonte de criação e empregos nesses territórios. Essa primeira descoberta indica a possível relevância e pertinência do enfoque proposto pela corrente da nova ruralidade para interpretar boa parte da dinâmica e dos desafios desses territórios.

Uma segunda perspectiva de análise dessa informação é a comparação com a realidade de outros países, para, assim poder-se avaliar a real magnitude do fenômeno. O exemplo mais próximo é o do Estado de Rio Grande do Sul, no Brasil, onde, aproximadamente, 70,0% da PEA rural desenvolve atividades no Setor Primário; 11,5%, no Setor Secundário e 18,5% no Setor Terciário, de acordo com os dados de Schneider (2001). Dessa forma, o Uruguai apresenta uma porcentagem um pouco maior de atividades não agrícolas que o Estado de Rio Grande do Sul, mas seu peso não parece apresentar uma dispersão importante no entorno dessa região vizinha. No entanto, para o conjunto do Brasil rural, as atividades não agrícolas representam 23,0% do total da PEA, apresentando diferenças importantes em relação ao Uruguai.

A heterogeneidade do Brasil não permite a afirmação sobre as características que levam a essa diferença, já que essa porcentagem também varia significativamente para as cinco grandes regiões do Brasil (SILVA, 1998).

Ao fazer a comparação com os países em desenvolvimento, observa-se a diferença, pois a porcentagem é bastante superior. Nos países da Europa, as porcentagens de atividades agrícolas das regiões rurais<sup>20</sup> são sensivelmente inferiores às que se registram no Uruguai. As porcentagens maiores encontram-se nos países do sul da Europa, como Espanha e

---

<sup>20</sup> Essas comparações têm o problema de que não há uma definição estrita de regiões rurais que seja compartilhada por todos os países.

Portugal, com 25,0% e 23,0% respectivamente; na Itália com 16,0%, e na França, com 11,0% (SCHNEIDER, 2001).

A comparação com esses países do Velho Continente indica que a situação uruguaia está longe da que gerou o debate sobre a nova ruralidade. Dessa forma, desde já adverte-se que se deve ser ter muita cautela na utilização desses conceitos para a interpretação da realidade latino-americana.

De fato, constata-se que a relação entre as atividades agrícolas e não agrícolas entre os dois continentes é inversa. Enquanto aqui há um claro predomínio das atividades agrícolas, a geração de emprego na Europa, nesse setor, representa nos países de maior peso, apenas 25,0% dos empregos dos territórios rurais.

Em termos da evolução desse fenômeno, nas últimas três décadas no País, é muito pouca a informação disponível. A única fonte confiável e possível para se fazer uma comparação é de princípios da década de 60 (Compagnie d'Etudes Industrielles d'Aménagement du territoire – Centro Latinoamericano de Economia Humana). Nesse estudo, indica-se que as atividades não agrícolas representavam, nessa data, 25,0% dos empregos nas regiões rurais. As quatro décadas que separam desse registro indicam um lento crescimento desse fenômeno, vinculado, principalmente, à ação das políticas públicas de desenvolvimento urbano nas localidades menores, e não a uma mudança qualitativa significativa relacionada a esse indicador.

Quando se observa a caracterização de regiões essencialmente rurais de alguns países da OCDE, destacam-se os exemplos dos Estados Unidos, onde o Setor Primário apresenta (utilizando como base 100 o ano de 1980) um índice de 88,0%, da França, onde esse índice é de 71,0%, dos países mediterrâneos, como a Espanha, onde o índice foi 90,0%. Disso, depreende-se que, em todos eles, se apresenta uma tendência de progressiva diminuição dos empregos agrícolas nas regiões rurais.

Comparando com o Estado de Rio Grande do Sul do Brasil, a evolução das atividades não agrícolas segue também a tendência mencionada. Entre 1981 e 1997, foi de 19,0% para

27,9%. Essa variação, em 15 anos, é semelhante à ocorrida no Uruguai, nas últimas quatro décadas. Isso parece indicar que, nessa região do Brasil, as mudanças nessa matéria são mais aceleradas que no Uruguai.

Tabela 45

Distribuição percentual da População Economicamente Ativa, por setores de atividade, nas regiões geográficas do Uruguai - 2000

SETORES DE ATIVIDADE	Região (%)				PERCENTUAL SETORES DE ATIVIDADE
	Sul	Centro Sul	Centro Norte	Norte	
Primário	49,9	63,4	68,2	75,0	<b>60,8</b>
Secundário	16,3	7,4	7,8	6,4	<b>10,9</b>
Terciário	33,8	29,2	24,1	18,6	<b>28,3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b> (1692)

FONTE: Pesquisa de Domicílios Rurais, MGAP, 2000.

Na Tabela 45, observa-se o comportamento das quatro regiões rurais do País<sup>21</sup>, percebendo-se diferenças territoriais significativas.

A Região Norte possui maior proporção da PEA no Setor Primário, logo vêm as Regiões Centro Norte, Centro Sul e Sul respectivamente. No entanto, para o Setor Secundário a Região Sul apresenta maior peso percentual, seguida das regiões Centro Sul, Centro Norte e Norte respectivamente, e, por último, no Setor Terciário, apresenta-se uma situação semelhante à do Secundário em relação aos pesos percentuais das regiões.

De acordo com as análises realizados por Riella, Romero e Tubío (1999), os processos de transformação agrária e modernização social que aconteceram no País nos últimos 30 anos (1970-00), provocaram diferentes impactos nas quatro regiões mencionadas, os quais podem explicar esse comportamento diferenciado em cada mercado de trabalho e, em especial, nas atividades não agrícolas.

<sup>21</sup> Regiões definidas pela cercania geográfica, *Norte*: Departamentos de Artigas, Rivera, Cerro Largo e Salto; *Centro Norte*: Departamentos de Paysandú, Río Negro, Tacuarembó, Durazno e Treinta y Tres; *Centro Sul*: Departamentos de Soriano, Flores, Florida, Lavalleja e Rocha e por último, *Sul*: Departamentos de Colônia, San José, Canelones e Maldonado.

A Região Sul apresenta uma estrutura agrária com uma presença majoritária de pequenos estabelecimentos com base na produção familiar dedicados a itens intensivos (hortifrutícola e leiteira). Essa região também recebeu o impacto do processo de metropolização da cidade de Montevidéu, sendo a região rural com maior proximidade a mais trocas com o principal centro urbano do País.

No outro extremo, localiza-se a Região Norte, onde predominam as grandes propriedades em superfície, com exploração de gado extensiva e com uma rede urbana de cidades intermediárias pouco desenvolvidas. Já a Região Centro-Sul é a base da produção agrícola e leiteira, com terras muito férteis e uma rede urbana mais densa. A Região Norte tem alguns cultivos extensivos, com predomínio de explorações de gado de grande porte e uma rede urbana de cidades intermediárias, mas é menos densa que a região anteriormente mencionada.

De acordo com as características apresentadas de cada região, observa-se que a distribuição territorial das atividades não agrícolas parece apresentar uma associação importante com o grau de intensidade, a distribuição da terra e a densidade populacional dos centros urbanos próximos.

Esses resultados indicam que a pertinência da utilização do conceito da nova ruralidade não é o mesmo em cada região. Tudo parece indicar que a Região Sul está efetivamente sendo transformada em sua ruralidade, e pode ser interpretada de melhor forma, utilizando o enfoque da nova ruralidade sobre os problemas rurais. No entanto, a Região Norte parece apresentar uma dinâmica territorial que continua sendo influenciada de forma predominante pelas atividades agrícolas. Portanto, para analisar e interpretar seus problemas atuais, será mais pertinente utilizar os conceitos da sociologia da agricultura, a fim de se observar e interpretar os processos sociais agrários que continuam configurando seu território.

Tabela 46

Caracterização das unidades agropecuárias dos Departamentos de Salto e Colônia - 2000

## a) Departamento de Salto

PROPRIEDADES	NUMERO DE PROPRIEDADES	PERCENTUAL DE PROPRIEDADES	SUPERFICIE EXPLORADA (%)
Com menos de 200 hectares	1.746	64,3	5,1
De 200 a 999 hectares	593	21,8	22,2
Com mais de 1000 hectares	375	13,8	72,5
<b>TOTAL</b>	<b>2.714</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

## b) Departamento de Colônia

PROPRIEDADES	NUMERO DE PROPRIEDADES	PERCENTUAL DE PROPRIEDADES	SUPERFICIE EXPLORADA (%)
Com menos de 200 hectares	2.976	80,0	28,2
De 200 a 999 hectares	659	17,7	46,8
Com mais de 1000 hectares	83	2,2	24,9
<b>TOTAL</b>	<b>3.718</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

*Fonte:* Censo General Agropecuario 2000.

Na Tabela 46, apresentam-se os dados da estrutura fundiária dos dois Departamentos selecionados para o estudo de caso do Uruguai, os Departamentos de Salto e Colônia. Como se observa, o Departamento de Salto apresenta características próprias e diferentes no sentido de que, em sua estrutura fundiária, existem poucos pequenos produtores em relação à estrutura nacional e mais médios e grandes. Em relação aos grandes, quase duplica a percentagem de produtores, que possuem 23,0% a mais de terras na comparação com os indicadores nacionais.



Dessa forma, Salto, localizado ao norte do Rio Negro, caracteriza-se por configurar um território rural com uma estrutura fundiária desigual, baseada na concentração da terra nas mãos dos grandes produtores, com uma importante presença dos produtores médios, mas com menos terras em suas mãos em relação ao indicador nacional, e uma importante presença de pequenos produtores, mas com uma representação menor em relação ao indicador nacional em quantidade de produtores e na posse da terra.

Ao se observar o caso do Departamento de Colônia, aprecia-se que, na composição de sua estrutura fundiária, a presença dos pequenos produtores é muito importante tanto na quantidade como na posse da terra, na comparação com os indicadores nacionais. Em relação aos produtores médios, a quantidade dos mesmos é menor, também com relação aos índices nacionais mas, no que se refere à posse da terra, a percentagem maior é dos produtores médios de Colônia, em comparação com os indicadores nacionais. Por último, os grandes produtores, têm uma representação pequena, sendo que, quando se observam os indicadores nacionais, ela é ainda menor, o que também se reflete, na posse da terra, já que, em termos percentuais, se encontram abaixo dos indicadores nacionais.

Assim, a estrutura fundiária de Colônia configura um território rural que se caracteriza por uma distribuição da terra com uma forte presença dos pequenos produtores não só em quantidade, mas também na posse da terra, e, com menos representação, os médios e grandes produtores, o que fica muito claro em relação aos indicadores nacionais.

Em resumo, existem claras diferenças nas estruturas fundiárias dos Departamentos de Salto e Colônia. Enquanto, no Departamento de Salto, as terras se concentram nas mãos dos produtores com mais de 1.000 hectares, considerados grandes produtores, no Departamento de Colônia a posse de terra fica com os produtores que possuem menos de 200 hectares, considerados pequenos. Isso configura territórios rurais diferentes, já que, no caso de Salto, a produção agropecuária se baseia na grande superfície, o que leva a pensar em tipos de produção extensiva, e, no caso de Colônia, ocorre inverso, quer dizer, a produção agropecuária é baseada na pequena produção e de tipo intensivo.

Nas Tabelas 47 e 48, se coloca para cada Departamento, a forma de utilização da terra, indicando-se as características da produção agropecuária num território rural ao norte e ao sul do Uruguai.

Tabela 47

Distribuição da utilização das terras no Departamento de Salto e no Uruguai - 2000

<i>DISCRIMINAÇÃO</i>	<b>TOTAL DE TERRAS NO DEPARTAMENTO DE SALTO (hectares)</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL DE TERRAS NO URUGUAI</b>	<b>%</b>
<b>TOTAL EM HECTARES</b>	1.317.778	100,0	16.419.683	100,0
<b><u>Terras dedicadas à pecuária</u></b>	<b>1.257.059</b>	<b>95,3</b>	<b>14.238.910</b>	<b>86,7</b>
Campo natural	1.172.358	88,9	11.667.747	71,0
Campo natural fertilizado e/ou semeado	4.389	0,3	191.352	1,1
Prados artificiais convencionais	24.257	1,8	1.195.979	7,2
Cultivos forrageiros anuais	17.879	1,3	417.529	2,5
Terras de rastejo	6.025	0,4	176.450	1,0
Bosques Naturais	32.151	2,4	589.853	3,5
<b><u>Terras dedicadas à agricultura</u></b>	<b>30.933</b>	<b>2,3</b>	<b>1.334.628</b>	<b>8,1</b>
Cultivos cerealíferos e industriais	11.527	0,8	597.533	3,6
Cultivos de horta	2.480	0,1	34.695	0,2
Arvores frutíferas de folha caduca	288	0,0	10.490	0,0
Vinhedos	86	0,0	9.382	0,0
Bosques artificiais	7.002	0,5	660.869	4,0
Cítricos	9.550	0,7	21.659	0,1
<b><u>Outros usos</u></b>	<b>3.589</b>	<b>0,2</b>	<b>634.073</b>	<b>3,8</b>
Terra arada sem semear	3.589	<b>0,2</b>	146.991	<b>0,9</b>
Terras semeadas sob cobertura	6.837	<b>0,5</b>	487.082	<b>2,9</b>
<b><u>Terras improdutivas</u></b>	<b>19.360</b>	<b>1,4</b>	<b>212.072</b>	<b>1,2</b>

FONTE: Censo General Agropecuário 2000.

Observa-se, no caso do Departamento de Salto, que 95,0% da utilização da terra é dedicada para a exploração da pecuária, enquanto, no Uruguai, é de, aproximadamente, 87,0%. Quando se analisam esses 95,0% da exploração pecuária, aproximadamente 89,0% são dedicados à exploração do campo natural, quer dizer, à criação de gado extensivo tanto

bovino como ovino; enquanto em nível nacional, a percentagem é de 71,0%, o que indica a forte tendência à produção extensiva de gado.

As terras dedicadas à agricultura significam 2,0% no Departamento, enquanto em nível nacional, significam 8,0%, outro indicador claro da tendência à produção pecuária. Nos cultivos agrícolas, destacam-se os de horta, percentagem muito próxima à nacional, e, por outro lado, a produção de cítricos, que fica acima da percentagem ao nível nacional.

Por último, a percentagem de terras improdutivas encontra-se acima do nível nacional, o que se explica pelas características geológicas e geográficas que impossibilitam o uso total da terra para a produção agropecuária.

Em resumo, o Departamento de Salto apresenta uma clara tendência de exploração extensiva do gado bovino e/ou ovino baseada em unidades produtivas de grandes produtores (com mais de 1000 hectares), configurando um território rural que tem, nessa forma de produção extensiva, um dos suportes que constroem as relações sociais entre seus habitantes, basicamente do patrão dono da fazenda e do trabalhador rural, o qual tem, na fazenda, a quase única fonte de renda para sua família.

Tabela 48

Distribuição da utilização das terras no Departamento de Colônia e no Uruguai - 2000

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL DE TERRAS NO DEPARTAMENTO DE COLÔNIA (hectares)		TOTAL DE TERRAS NO URUGUAI	
		%		%
<b>TOTAL EM HECTARES</b>	571.307	100,0	16.419.683	100,0
<b><u>Terras dedicadas à pecuária</u></b>	<b>447.236</b>	<b>78,2</b>	<b>14.238.910</b>	<b>86,7</b>
Campo natural	177.592	31,0	11.667.747	71,0
Campo natural fertilizado e/ou semeado	28.346	4,9	191.352	1,1
Prados artificiais convencionais	139.834	24,4	1.195.979	7,2
Cultivos forrageiros anuais	66.727	11,6	417.529	2,5
Terras de rastejo	16.704	2,9	176.450	1,0
Bosques Naturais	18.033	3,1	589.853	3,5
<b><u>Terras dedicadas à agricultura</u></b>	<b>87.346</b>	<b>15,2</b>	<b>1.334.628</b>	<b>8,1</b>
Cultivos cerealíferos e industriais	71.152	12,4	597.533	3,6
Cultivos de horta	620	0,1	34.695	0,2
Arvores frutíferas de folha caduca	289	0,0	10.490	0,0
Vinhedos	766	0,1	9.382	0,0
Bosques artificiais	14.397	2,5	660.869	4,0
Cítricos	122	0,0	21.659	0,1
<b><u>Outros usos</u></b>	<b>19.251</b>	<b>3,3</b>	<b>634.073</b>	<b>3,8</b>
Terra arada sem semear	19.251	3,3	146.991	0,9
Terras semeadas sob cobertura	5.755	1,0	487.082	2,9
<b>Terras Improdutivas</b>	<b>11.709</b>	<b>2,0</b>	<b>212.072</b>	<b>1,2</b>

FONTE: Censo General Agropecuário 2000.

Observa-se, no caso do Departamento de Colônia, que 78,0% da utilização da terra é dedicada para a exploração da pecuária, situando-se abaixo da percentagem nacional, que é de, aproximadamente 87,0%. Quando se analisam esses 78,0% da exploração pecuária, aproximadamente 31,0% são dedicados à exploração do campo natural, quer dizer, à criação de gado extensivo tanto bovino como ovino; enquanto, em nível nacional, são 71,0%, o que mostra uma tendência diferente da que ocorre na produção extensiva de gado no Uruguai.

Logo depois da produção no campo natural, apresenta-se, com um peso percentual importante e acima da percentagem nacional a produção em prados artificiais convencionais. Isso significa que há criação de gado intensivo, sendo, caso de Colônia, para a produção de leite. É importante destacar que este tipo de produção é três vezes maior em comparação com o indicador nacional.

As terras dedicadas à agricultura perfazem 15,0% no Departamento, sendo quase o dobro da produção nacional, que é de 8,0% quando se observam esses 15,0%, nota-se que a maioria deles é dedicada à produção de cultivos cerealíferos e industriais, indicando a diversificação da produção agropecuária no Departamento e, no caso agrícola, a cultivos com destino à indústria, o que é um indicador da integração da produção primária ao processo modernizador.

Por último, a percentagem de terras improdutivas encontra-se acima do indicador nacional e também do Departamento de Salto. Isso se explica pelas características geográficas que impossibilitam o uso total da terra para a produção agropecuária.

Em resumo, o Departamento de Colônia apresenta o uso da terra para a produção pecuária equilibrado, já que a maioria dela é para produção extensiva, mas o peso percentual para a produção intensiva se encontra muito acima do nível nacional, indicando uma clara tendência de exploração de tipo intensiva. Isso também acontece com a produção agrícola, que se compõe de cultivos cerealíferos e industriais. Essas formas de uso da terra inserem-se no processo modernizador. A estrutura fundiária baseia-se em unidades produtivas de pequenos produtores (com menos de 200 hectares). Isso configura um território rural dinâmico que se sustenta nessa forma de produção intensiva, gerando relações sociais em que o trabalho assalariado é um de seus eixos e, especialmente, possibilitando outros tipos de empregos não agropecuários, o que significa, para os habitantes desse território, diversificar a fonte de renda para sua família.

Na Tabela 49, indica-se a situação social da população desses territórios rurais e o impacto da dinâmica de emprego nas condições sociais e de qualidade de vida.

Tabela 49

Percentual da população por número de necessidades básicas insatisfeitas (NBI), segundo o tipo de localidade de residência, no Departamento de Salto - 1996

TIPO DE LOCALIDADES	NBI (%)				Total
	0 Nbi	1 Nbi	2 Nbi	+ 3 Nbi	
Rural	10,9	23,9	40,8	47,7	<b>15,6</b>
Menos de 900 hab.	4,2	5,6	7,3	9,2	<b>4,7</b>
Entre 900 y 5.000 hab.	3,4	2,9	2,0	,7	<b>3,2</b>
Mais de 5.000 hab.	81,5	67,6	49,9	42,5	<b>76,4</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
	<i>Fonte:</i> Censo de População e Moradia, 1996.				

Pode-se observar que no Departamento de Salto, das pessoas que não têm necessidades básicas insatisfeitas(NBI)<sup>22</sup>, aproximadamente 11,0% moram no meio rural; 4,0%, em localidades com menos de 900 habitantes; 3,0%, em localidades entre 900 e 5.000 habitantes; e 81,0% em localidades mais urbanizadas, com mais de 5.000 habitantes.

Das pessoas que têm uma NBI, aproximadamente 24,0% moram no meio rural; 6,0%, em localidades com menos de 900 habitantes, 3,0%, em localidades com 900 a 5.000 habitantes, e 68,0% aproximadamente em localidades com mais de 5.000 habitantes. daquelas com duas NBIs quase 41,0% moram no meio rural, 7,0% em localidades com menos de 900 habitantes, 2,0% em localidades entre 900 a 5.000 habitantes e 50,0% aproximadamente em localidades com mais de 5.000 habitantes. Por último, as localidades com maiores problemas sociais são aquelas com mais de três NBIs, nas quais se observa que a maioria se encontra no meio rural e representa 48,0% aproximadamente. Logo, as que moram

<sup>22</sup> “Las necesidades básicas han sido definidas como aquellos requerimientos psicofísicos y culturales cuya satisfacción constituye una condición mínima necesaria para el funcionamiento y desarrollo de los seres humanos en una sociedad específica. Estos requerimientos se encuentran vinculados fundamentalmente a la nutrición, al abrigo y a la salud, aspectos para los cuales los umbrales de satisfacción presentan menores variaciones entre las distintas sociedades. Sin embargo, se consideran también como básicas otras necesidades que tienen que ver con la imagen colectiva de una sociedad en particular y lo que ésta considera como formas de vida dignas”. A definição utilizada é de: [http://www.mgap.gub.uy/opypa/PUBLICACIONES/Estudio\\_empleo/Cap%20VI/Cap%20VI%20-%20Anexo%204%20Necesidades%20Basicas%20Insatisfechas.pdf](http://www.mgap.gub.uy/opypa/PUBLICACIONES/Estudio_empleo/Cap%20VI/Cap%20VI%20-%20Anexo%204%20Necesidades%20Basicas%20Insatisfechas.pdf)

em localidades com menos de 900 habitantes representam 9,0% dessa população, quase 1,0% representa aqueles que moram em localidades com 900 a 5.000 pessoas, e, por último, 42,0% representam os que moram em localidades com mais de 5.000 pessoas.

Em resumo, observa-se que os que moram em localidades com mais de 5.000 habitantes apresentam a maior percentagem de nenhuma NBI, e, no caso específico do Departamento de Salto, isso acontece na capital do Departamento, enquanto, no meio rural, se observam os maiores problemas socioeconômicos segundo a medição de NBIs, e seriam nessa população os casos de maiores carências. Apresenta-se a situação que, na medida em que aumenta a urbanização, melhora a qualidade de vida da população, ficando os habitantes da área rural com os maiores percentuais de acima de três NBI, seguidos pelas localidades da periferia da cidade de Salto, e, com uma percentagem importante de dois NBIs, pelas pessoas de localidades com menos de 900 habitantes, localidades estas que fazem parte do território rural do Departamento de Salto.

Tabela 50

Percentual da População Economicamente Ativa (PEA), por número de necessidades básicas insatisfeitas (NBI), segundo os setores de atividade, no Departamento de Salto - 1996

Quantidade de NBI	PEA (%)			Total
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	
0 NBI	59,1	78,2	85,0	<b>76,5</b>
1 NBI	22,4	15,7	10,8	<b>14,9</b>
2 NBIs	10,7	4,1	2,8	<b>5,2</b>
+ 3 NBIs	7,9	2,0	1,4	<b>3,3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

TOTAL: Censo de População e Moradia, 1996.

Observa-se, na Tabela 50, que os trabalhadores do Setor Primário apresentam os maiores percentuais de NBI; enquanto os do Setor Terciário são os que apresentam os menores percentuais de NBI.

Tabela 51

Percentual da População Economicamente Ativa (PEA), por tipo de localidade de residência segundo o setor de atividade, no Departamento de Salto - 1996

TIPOS DE LOCALIDADES	PEA (%)			Total
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	
Rural	45,9	3,6	3,6	<b>15,6</b>
Com menos de 900 habitantes	7,9	3,3	3,5	<b>4,7</b>
Com 900 a 5.000 habitantes	4,8	3,9	2,2	<b>3,2%</b>
Com mais de 5.000 habitantes	41,4	89,2	90,8	<b>76,4</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Censo de População e Moradia, 1996.

Na Tabela 51 informa-se acerca da PEA do Departamento de Salto em diferentes localidades, segundo a ocupação que desenvolve. Observa-se que as ocupações do Setor Secundário e Terciário se concentram fortemente em localidades com mais de 5.000 habitantes, que, no caso de Salto, é a capital departamental.

Em relação às ocupações do Setor Primário, concentram-se o meio rural e as localidades com menos de 900 habitantes, mais da metade da PEA concentra-se nesses espaços. No entanto, ressalta-se a concentração no entorno da capital do Departamento de Salto, que comporta, aproximadamente, 41,0% da PEA desse setor.



Tabela 52

Percentual da População Economicamente Ativa (PEA), por tipo de localidade, número de necessidades básicas insatisfeitas (NBIs) e setores de atividade, no Departamento de Salto - 1996

TIPOS DE LOCALIDADES	QUANTIDADE DE NBI	PEA (%)			Total
		Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	
Rural	0 NBIs	52,8	50,2	57,7	<b>53,3</b>
	1 NBIs	22,9	20,9	22,6	<b>22,8</b>
	2 NBIs	13,7	19,1	12,2	<b>13,7</b>
	+ 3 NBIs	10,6	9,8	7,5	<b>10,2</b>
	<b>Subtotal</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Com menos de 900 habitantes	0 NBIs	56,2	73,4	80,0	<b>67,9</b>
	1 NBIs	22,9	20,2	10,7	<b>17,5</b>
	2 NBIs	10,2	4,1	6,7	<b>8,1</b>
	+ 3 NBIs	10,8	2,3	2,7	<b>6,5</b>
	<b>Subtotal</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Com 900 a 5.000 habitantes	0 NBIs	77,6	83,5	87,5	<b>82,4</b>
	1 NBIs	17,9	12,2	9,4	<b>13,6</b>
	2 NBIs	3,5	4,3	2,5	<b>3,3</b>
	+ 3 NBIs	1,1	0,0	,6	<b>,7</b>
	<b>Subtotal</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Com mais de 5.000 habitantes	0 NBIs	64,4	79,3	86,2	<b>81,5</b>
	1 NBIs	22,2	15,4	10,4	<b>13,2</b>
	2 NBIs	8,3	3,5	2,3	<b>3,4</b>
	+ 3 NBIs	5,0	1,8	1,1	<b>1,9</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Censo de População e Moradia, 1996.

De acordo com a Tabela 52, pode-se analisar de que forma o setor de atividade no qual as pessoas trabalham e seu lugar de residência afetam sua qualidade de vida.

Observa-se que, no meio rural, dos que trabalham no Setor Primário, aproximadamente 53,0% têm todas as necessidades básicas atendidas, em torno de 23,0%

apresenta uma NBI; 14,0% apresentam duas NBIs; 11,0%, mais de três NBI. Dos que trabalham no Setor Secundário, 50,0% têm todas as necessidades básicas atendidas; 21,0% apresentam uma NBI; 19,0% duas NBIs e 10,0%, mais de três NBIs. Finalmente, dos que trabalham no Setor Terciário, 57,7% deles não apresentam necessidades básicas insatisfeitas, 23,0% apresenta uma NBI; 12,0% duas NBIs; e 7,5% mais de três NBI.

Em resumo, os que trabalham no Setor Terciário, no meio rural, são os que menos problemas de NBI apresentam. Entretanto aqueles que trabalham nos Setores Primário e Secundário apresentam as maiores percentagens de NBIs, especialmente os com mais de três NBIs, que seriam as populações mais empobrecidas da sociedade rural.

Nas localidades com menos de 900 habitantes, os que apresentam melhor qualidade de vida são aqueles que trabalham no Setor Terciário, enquanto os que trabalham no Setor Primário apresentam as piores condições medidas pelas NBIs.

Observando os dados das localidades com 900 a 5.000 habitantes, verifica-se que estas tendem a se estruturar com padrões de pequenas vilas, e vilas apresentam uma média elevada na qualidade de vida de forma geral. Nesse caso, esta tende a ser melhor para aqueles que se ocupam nas atividades de serviços e com maiores problemas para os que se ocupam nas atividades agropecuárias. No entanto, tende a ser melhor para os trabalhadores deste tipo de localidade que em localidades com menos de 900 habitantes e no meio rural.

Por último, nas localidades com mais de 5.000 habitantes, observa-se que, no caso de Salto, na sua capital departamental, encontra-se a melhor média de qualidade de vida, e, entre os que trabalham em diferentes setores produtivos, os que se ocupam no setor serviços apresentam a melhor percentagem. Por outro lado, os ocupados nas atividades agropecuárias, mais especificamente na agricultura no “cinturão verde” da cidade, apresentam os maiores problemas nas condições de vida.

Finalmente, pode-se dizer que, no Departamento de Salto, as ocupações do Setor Primário se concentram fundamentalmente na área rural e nas localidades com mais de 5.000 habitantes. Neste último caso, na periferia da cidade de Salto, e, nesta cidade, se concentram

nas ocupações do setor de serviços e da indústria. Ora, ao se analisarem os dados visando à qualidade de vida dos que desenvolvem diferentes tipos de ocupações e seu lugar de residência, observa-se que os que se encontram com os maiores problemas socioeconômicos são os que moram em localidades com menos de 900 habitantes e na área rural e que os que apresentam as melhores condições em sua qualidade de vida são aqueles que moram nas localidades com mais de 5.000 habitantes, que é a capital departamental, espaço onde se concentram as ocupações de serviços. Isso leva a concluir que os ocupados em atividades agropecuárias são os que apresentam as maiores necessidades básicas insatisfeitas e que os problemas socioeconômicos são maiores para os ocupados na área rural, na comparação com os que se ocupam em atividades agropecuárias em localidades com mais de 5.000 habitantes.

Tabela 53

Percentual da população por número de necessidades básicas insatisfeitas (NBI), segundo o tipo de localidade de residência, no Departamento de Colônia - 1996

TIPO DE LOCALIDADES	NBI (%)				Total
	0 Nbi	1 Nbi	2 Nbi	>3 Nbi	
Rural	16,8	31,6	45,1	45,9	<b>19,2</b>
Menos de 900 hab.	4,5	4,4	5,3	4,6	<b>4,5</b>
900 a 5.000 hab.	8,7	8,0	4,7	8,2	<b>8,5</b>
Mais 5.000 hab.	69,9	56,0	45,0	41,3	<b>67,7</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Censo de População e Moradia, 1996.

Na Tabela 53, pode-se observar que, no Departamento de Colônia, as pessoas com todas as necessidades básicas atendidas somam aproximadamente, 17,0% no meio rural, 4,0% em localidades com menos de 900 habitantes, 9,0% em localidades com 900 a 5.000 habitantes e 70,0% em localidades com mais de 5.000 habitantes.

No caso das pessoas com uma NBI, aproximadamente 32,0% moram no meio rural; 4,0%, em localidades com menos de 900 habitantes; 8,0%, em localidades com 900 a 5.000 habitantes; e 56,0%, em localidades com mais de 5.000 habitantes. Das com mais de dois

NBIs, quase 45,0% moram no meio rural; 5,0% em localidades com menos de 900 habitantes; 5,0% em localidades com 900 a 5.000 habitantes; e 45,0% em localidades com mais de 5.000 habitantes. Por último, as localidades com maiores problemas sociais são as que ficam no meio rural e representam 46,0% aproximadamente, tendo mais de três NBIs. Em seguida, vêm as localidades com menos de 900 habitantes, representando 5,0% da população com maiores NBIs; 8,0% representam aqueles que moram em localidades com 900 a 5.000 habitantes; e, por último, 41,0% o representam os que vivem em localidades com mais de 5.000 pessoas.

Em resumo, observa-se que os que moram em localidades com mais de 5.000 habitantes apresentam a maior percentagem de necessidades básicas atendidas, e, no caso específico de Colônia, isso, acontece na capital do Departamento, enquanto, no meio rural, se observam os maiores problemas socioeconômicos, segundo a medição por NBIs, e é nessa população que ocorre a maior carência. Segundo os dados, à medida que aumenta a urbanização, melhoram a de qualidade de vida da população.

Em Colônia observa-se uma maior densidade e distribuição populacional no espaço territorial, o que impacta a qualidade de vida, ficando os habitantes do meio rural com os maiores percentuais de mais de três NBIs; seguidos pelas populações da periferia da capital do Departamento.

Tabela 54

Percentual da População Economicamente Ativa (PEA), por número de necessidades básicas insatisfeitas (NBI), segundo os setores de atividade, no Departamento de Colônia - 1996

QUANTIDADE DE NBI	PEA (%)			Total
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	
0 NBI	77,9	85,4	89,9	<b>86,4</b>
1 NBI	16,0	11,6	8,5	<b>10,8</b>
2 NBIs	4,1	2,0	1,0	<b>1,9</b>
+ 3 NBIs	2,0	,9	,6	<b>,9</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Censo de População e Moradia, 1996.

Na Tabela 54, observa-se que os trabalhadores do Setor Primário apresentam os maiores problemas na qualidade de vida segundo as NBIs, enquanto os do Setor Terciário têm a melhor qualidade de vida medida pelas NBIs. Isso indica que, o processo modernizador nas atividades primárias não melhorou a qualidade de vida dos que trabalham nesse setor da economia do Departamento de Colônia.

Tabela 55

Percentual da População Economicamente Ativa (PEA), por tipo de localidade de residência segundo o setor de atividade, no Departamento de Colônia - 1996

TIPOS DE LOCALIDADES	PEA (%)			Total
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	
Rural	68,5	10,4	5,7	<b>19,2</b>
Com menos de 900 habitantes	4,7	4,2	4,6	<b>4,5</b>
Com 900 a 5.000 habitantes	7,7	7,2	9,5	<b>8,5</b>
Com mais de 5.000 habitantes	19,0	78,2	80,2	<b>67,7</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Censo de População e Moradia, 1996.

Na Tabela 55, informa-se acerca da população do Departamento de Colônia em diferentes localidades segundo a ocupação das mesmas. Observa-se, que as ocupações do Setor Secundário e Terciário se concentram fortemente em localidades de mais de 5.000 habitantes, que, no caso de Colônia, é a capital departamental. No entanto, destaca-se que quase 10,0% dos ocupados em serviços moram em localidades com 900 a 5.000 habitantes. Isso indica uma diferença territorial na comparação com o Departamento de Salto, onde as ocupações do Setor Primário se concentram no meio rural.

Tabela 56

Percentual da População Economicamente Ativa (PEA), por tipo de localidade, número de necessidades básicas insatisfeitas (NBIs) e setores de atividade, no Departamento de Colônia - 1996

TIPOS DE LOCALIDADES	QUANTIDADE DE NBI	PEA (%)			Total
		Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	
Rural	0 NBIs	75,8	73,5	77,1	<b>75,7</b>
	1 NBIs	17,4	18,4	18,3	<b>17,7</b>
	2 NBIs	4,6	5,0	3,1	<b>4,4</b>
	+ 3 NBIs	2,2	3,1	1,5	<b>2,2</b>
	<b>Subtotal</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Com menos de 900 habitantes	0 NBIs	83,2	83,1	88,8	<b>86,3</b>
	1 NBIs	11,6	13,5	8,9	<b>10,6</b>
	2 NBIs	4,7	2,1	1,3	<b>2,2</b>
	+ 3 NBIs	,4	1,3	1,0	<b>1,0</b>
	<b>Subtotal</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Com 900 a 5.000 habitantes	0 NBIs	83,5	83,5	90,8	<b>87,9</b>
	1 NBIs	13,9	13,6	7,7	<b>10,1</b>
	2 NBIs	1,4	1,4	,8	<b>1,0</b>
	+ 3 NBIs	1,2	1,4	,6	<b>,9</b>
	<b>Subtotal</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Com mais de 5.000 habitantes	0 NBIs	81,9	87,3	90,8	<b>89,3</b>
	1 NBIs	13,1	10,4	7,8	<b>8,9</b>
	2 NBIs	3,2	1,6	,9	<b>1,3</b>
	+ 3 NBIs	1,8	,6	,5	<b>,6</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Censo de População e Moradia, 1996.

Observa-se, na Tabela 56, que, no meio rural, os que trabalham no Setor Terciário são os que menos problemas de NBI apresentam. Entretanto aqueles que trabalham nos Setores Secundário e Primário apresentam as maiores percentagens com mais de três NBIs, representando as populações mais empobrecidas da sociedade rural. Nas localidades com

menos de 900 habitantes, as pessoas com as melhores condições de vida são as que se ocupam no Setor Terciário, enquanto os que trabalham no Setor Secundário apresentam uma tendência percentual de serem os com a pior qualidade de vida medida pelas NBIs.

Observando-se as localidades com, 900 a 5.000 habitantes, nota-se que estas tendem a se estruturar com padrões de pequenas vilas. Considerando que vilas apresentam uma média elevada das condições de vida de forma geral, estas tendem a ser melhores para os que se ocupam nas atividades de serviços e piores para os que se ocupam nas atividades agropecuárias.

Por último, nas localidades com mais de 5.000 habitantes, considerando-se aí não só a capital departamental, encontra-se a melhor média na qualidade de vida, e, entre os que trabalham em diferentes setores produtivos, os ocupados no setor serviços apresentam a melhor percentagem nesse sentido. Por outro lado, os ocupados nas atividades agropecuárias desse tipo de localidade apresentam as maiores percentagens de necessidades básicas insatisfeitas.

Finalmente, pode-se dizer que, no Departamento de Colônia, as ocupações do Setor Primário se concentram fundamentalmente na área rural e nas localidades com mais de 5.000 habitantes. No caso de Colônia, tais localidades abrangem além da capital do Departamento, e, nesta rede de cidades, tende-se a concentrar as ocupações do setor industrial e de serviços, especialmente o turístico.

Em relação à qualidade de vida dos ocupados nos diferentes setores e de seu lugar de residência, observa-se que os com os maiores problemas socioeconômicos são os moradores de localidades com menos de 900 habitantes e da área rural especialmente. Apresentam as melhores condições de vida os moradores das localidades com mais de 5.000 habitantes.

Isso leva a concluir que os ocupados em atividades agropecuárias são os que apresentam as maiores necessidades básicas insatisfeitas, e os problemas socioeconômicos são maiores para os ocupados na área rural, na comparação com os que moram em localidades com mais de 5.000 habitantes.

Ao se compararem ambas as situações, encontra-se que a percentagem das ocupações agropecuárias é diferente para cada Departamento: em Salto, concentra-se na área rural e na periferia da capital do Departamento em partes quase iguais; em Colônia, mais concentrado na área rural e, em segundo lugar, é distribuída numa série de cidades de mais de 5.000 habitantes que formam uma rede urbana no Departamento. Quando se observam as ocupações não agrícolas ou agropecuárias no Departamento de Colônia, nota-se um maior peso das ocupações industriais, seguidas pelos serviços na área rural especialmente e nas localidades com menos de 900 habitantes.

No Departamento de Salto, a presença desses tipos de ocupações é menor em comparação à Colônia, indicando uma menor diversificação de ocupações no território rural e maior especialização nas atividades agropecuárias, enquanto, em Colônia, se observa uma maior diversificação das ocupações no território rural, em especial das industriais.

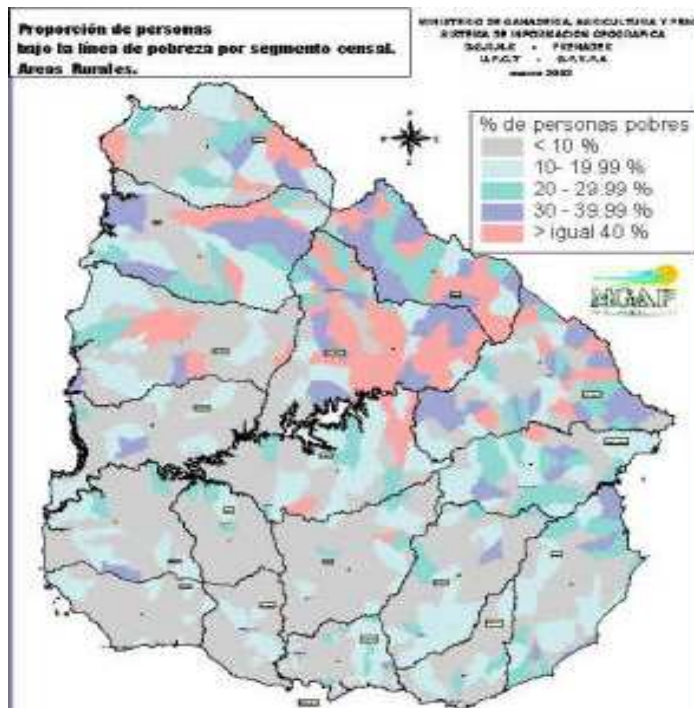
Quando se analisam as condições de vida da população no território rural dos Departamentos em questão, observa-se que as populações da área rural especialmente e das localidades com menos de 900 habitantes apresentam os maiores problemas socioeconômicos ou necessidades básicas insatisfeitas. As populações de localidades com mais de 5.000 habitantes apresentam os maiores níveis de necessidades básicas satisfeitas, o que indica que, nesses espaços sociais, onde predominam as ocupações industriais e de serviços, se apresentam as melhores condições de vida.

No que se refere ao território rural, seja o especializado nas ocupações agropecuárias (o caso de Salto), seja o com maior diversificação de ocupações (o caso de Colônia), essas são as localidades que apresentam as maiores percentagens de necessidades básicas insatisfeitas. Ao se analisarem os territórios mencionados, os ocupados que têm as maiores percentagens de necessidades básicas insatisfeitas são os das atividades agropecuárias. Entretanto os que se ocupam em serviços têm melhores condições de vida; quer dizer tanto em um território rural que se especializa nas ocupações agropecuárias como em um que diversifica ocupações, seus trabalhadores são os que se deparam com piores condições de vida, segundo as NBI 6.



Por último, pode-se observar, na Figura 9, a distribuição da pobreza e da especialização produtiva no território uruguaio de baixa densidade populacional

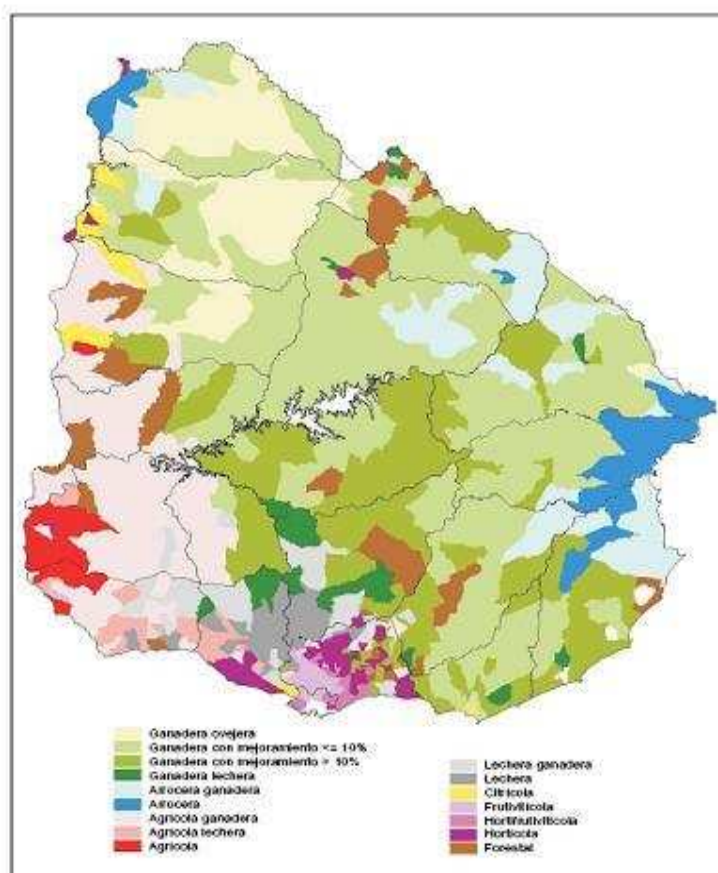
**Figura 9**  
**Mapa da distribuição da pobreza no Uruguai - 2000**



FONTE: Serviço de Informação Geográfica, MGAP, 2000.

O Departamento de Salto apresenta maiores percentagens de pobreza em relação ao Departamento de Colônia especialmente nos territórios de menor densidade populacional, que são os mais afastados da capital departamental, que se localiza as margens do Rio Uruguai. Por outro lado, a figura 10, que apresenta as regiões segundo as diferentes especializações agroprodutivas, mostra que, no Departamento de Salto, se concentram os territórios de exploração extensiva de gado ovino, criação de gado bovino com menos de 10,0% de melhoramento na terra e, mais próximo do território com maior densidade populacional a exploração de cítricos e horticultura.

**Figura 10**  
**Mapa dos territórios de especialização agroprodutiva no Uruguai - 2000**



FONTE: Dirección de Estadística Agropecuarias, MGAP, 2000.

Enquanto, no Departamento de Colônia se concentra a exploração agrícola para produção de leite, criação de gado bovino leiteiro e criação de gado bovino e produção agrícola e, em resumo a produção intensiva da terra.

Ora, os territórios com tipos de produção intensiva como o Departamento de Colônia, apresentam maior equilíbrio na densidade populacional do território, territórios dinâmicos na especialização produtiva nos quais as ocupações não agrícolas se apresentam em maiores níveis percentuais já nos territórios com tipos de produção extensiva, como no caso do Departamento de Salto, observam-se menor equilíbrio na densidade populacional nos seus territórios (maior densidade populacional ao redor da capital do Departamento e menor

densidade populacional à medida que se afasta da capital) e territórios menos dinâmicos na especialização produtiva.

Em resumo, observa-se que, nos territórios menos dinâmicos na especialização produtiva, apresentam-se os maiores níveis de pobreza, como é o caso de Salto, e, com maior ênfase, nos territórios de baixa densidade populacional (localizados ao nordeste do Departamento de Salto), ao passo que, nos territórios com maior dinamismo na aplicação e na especialização dos recursos produtivos os níveis de pobreza são baixos, inclusive nos territórios de baixa densidade populacional, como no caso de Colônia (localizados ao centro e nordeste).

### 3.3 O desenvolvimento humano do território de baixa densidade populacional no Uruguai

Neste item, apresenta-se a evolução do IDH na década de 90 na presente década, de 2000, devendo ser considerada a crise econômica e social do ano 2002, a qual impossibilita levar em conta tal ano como ponto de comparação, sendo necessário avaliar-se a série de dados.

Tabela 57

Evolução dos componentes do IDH no Uruguai 1991-02

INDICADOR	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Esperança de vida	73,2	73,3	73,5	73,6	73,8	74,0	74,1	74,1	74,3	74,5	74,8	75,0
Matricula	0,78	0,767	0,762	0,774	0,824	0,787	0,812	0,802	0,786	0,834	0,843	0,864
Alfabetização	0,96	0,964	0,966	0,967	0,968	0,969	0,971	0,972	0,973	0,975	0,976	0,977
PIB por habitante em USD	6126	6687	6967	7594	7574	8076	8593	9022	8863	8863	8743	7834
<b>Índice de Desenvolvimento Humano</b>	<b>0,79</b>	<b>0,802</b>	<b>0,805</b>	<b>0,812</b>	<b>0,819</b>	<b>0,819</b>	<b>0,827</b>	<b>0,828</b>	<b>0,82</b>	<b>0,834</b>	<b>0,836</b>	<b>0,833</b>
<b>Evolução do IDH (1991=100)</b>	<b>100,</b>	<b>100,5</b>	<b>101,</b>	<b>101,8</b>	<b>102,6</b>	<b>102,</b>	<b>103,</b>	<b>103,</b>	<b>103,7</b>	<b>104,</b>	<b>104,8</b>	<b>104,5</b>

**FONTES:** Elaborado a partir de dados das Projeções de população INE-CELADE, Anuários estatísticos do INE e do Ministério de Educação e Cultura, Contas Nacionais do Banco Central e World Development Indicators, Banco Mundial.

Nesta década, o Uruguai consolidou-se como um País de desenvolvimento humano alto (UNDP, 2005), segundo os critérios do PNUD-Nações Unidas. Como o IDH é um indicador pouco sensível às mudanças da conjuntura a crise do ano de 2002 provocou um aumento de quase 20,0% na pobreza medida pela renda. Portanto, a mencionada crise apresentou um impacto de escassa magnitude no índice, já que, na aparência, não impactou o nível educativo da população nem a esperança de vida.

Isto não indica que a crise não impactou, no longo prazo, aspectos do desenvolvimento humano, como, por exemplo, as condições de saúde da população, a permanência, ou não, no sistema educativo, o que poderá ser avaliado nos próximos anos. Como já foi dito, o IDH é um indicador pouco adequado para avaliar o processo de um País no curto prazo, sua virtude principal é ordenar países, regiões ou territórios, baseado em variáveis de longo e médio prazos.

Em resumo, o Uruguai configurou-se como um país de alto desenvolvimento humano devido, principalmente, ao seu sucesso na educação e na saúde, que, comparado com seu nível de Produto Bruto Interno por habitante, resultou em índices elevados.

A informação apresentada à continuação refere-se à situação territorial do IDH no caso uruguaio. Assim, percebem-se as diferentes configurações do desenvolvimento humano em nível territorial, indicando-se a heterogeneidade do país. Os valores do IDH de todos os Departamentos possibilitam classificá-los segundo os critérios do PNUD.<sup>23</sup>

A maior parte dos Departamentos classificou-se localiza durante todo o período, no grupo de alto desenvolvimento humano, segundo os critérios do PNUD. Unicamente os Departamentos de *Canelones*, *Rivera* e *San José* encontram-se por debaixo de 0,8. Além disso, os índices desses Departamentos encontram-se próximos de 0,8. Os Departamentos que apresentam o maior IDH são *Montevidéu*, *Flores*, *Colônia*, *Florida* e *Maldonado*; no entanto, *Canelones*, *Rivera*, *Artigas*, *São José* e *Cerro Largo* são os que apresentam os valores mais baixos.

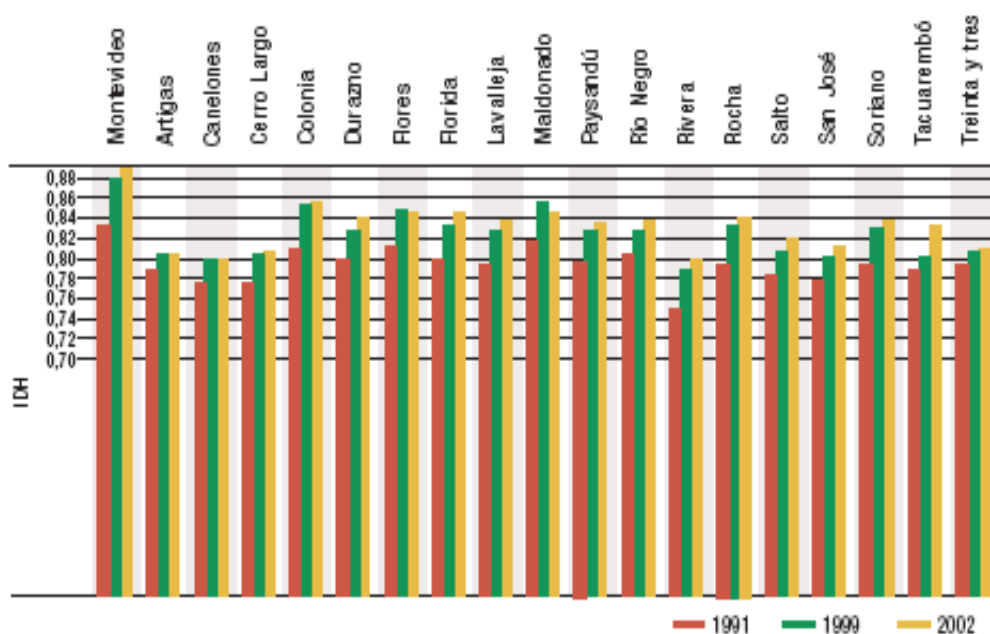
---

<sup>23</sup> *Desarrollo Humano en Uruguay – 2005*. ob.cit. pp.60.

Durante o período de estudo, Montevidéu sempre se classificou no primeiro lugar como Departamento com o maior desenvolvimento humano. Já *Rivera* foi o pior colocado até o ano 2000. No ano 2001, o Departamento com o mais baixo desenvolvimento humano foi *Artigas*, e, no ano 2002, o Departamento de *Canelones* (Gráfico 6).

Gráfico 6

IDH dos Departamentos do Uruguai - 1991 – 1999 – 2002



**FONTE:** Elaborado a partir de dados das Projeções de população INE-CELADE, Anuários estatísticos do INE e do Ministério de Educação e Cultura, Contas Nacionais do Banco Central e World Development Indicators, Banco Mundial.

O IDH melhorou para todos os Departamentos no período 1991 e 2002 (UNDP, 2005, p.62). O maior aumento aconteceu em *Rivera* e *Rocha* (entre 6,0% e 7,0%), mas não significou mudanças no ordenamento dos mesmos. Quando se observa o PIB dos Departamentos, os que apresentaram o maior peso foram Montevidéu, Colônia, *Florida* e *Maldonado*, e os que atingiram os valores mais baixos são *San Jose*, *Rivera*, e *Artigas*. A

diminuição do PIB durante a crise de 2002 impactou desigualmente os Departamentos, já que *Maldonado, Rocha, Montevidéo e Canelones* apresentaram diminuições menos agudas.

Então, pode-se fazer um ordenamento dos Departamentos do Uruguai, segundo o seu IDH (Tabela 58). No entanto, não é objetivo deste trabalho aprofundar nessa linha, o que se quer é somente indicar as desigualdades sociais no território uruguaio, observando, em especial, o território rural dos Departamentos em questão.

Tabela 58

Ordenamento, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano, dos Departamentos do Uruguai 1991 – 1999 - 2002

DEPARTAMENTOS	1991	1999	2002	VARIAÇÃO 1991/02
Montevidéo	1	1	1	0
Artigas	14	17	16	2
Canelones	18	18	19	1
Cerro Largo	17	14	15	-2
Colônia	3	3	2	-1
Durazno	7	9	8	1
Flores	4	4	3	-1
Florida	6	5	4	-2
Lavalleja	11	10	9	-2
Maldonado	2	2	5	3
Paysandu	8	7	11	3
Rio Negro	5	11	7	2
Rivera	19	19	18	-1
Rocha	12	6	6	-6
Salto	15	12	14	-1
São José	16	15	17	1
Soriano	9	8	10	1
Tacuarembó	13	16	12	-1
Treinta y Tres	10	13	13	3

**FONTE:** Elaborado a partir de dados das Projeções de população INE-CELADE, Anuários estatísticos do INE e do Ministério de Educação e Cultura, Contas Nacionais do Banco Central e *World Development Indicators*, Banco Mundial.

Como se pode observar, a maioria dos Departamentos melhor classificados segundo o IDH (UNDP, 2005, p.65), encontra-se nas Regiões Sul e Centro Sul do Uruguai, são eles: Montevidéo (1), *Colônia* (2), *Flores* (3) e *Florida* (4). Em segundo lugar, localizam-se os

Departamentos de *Maldonado* (5), *Rocha* (6), *Rio Negro* (7) e *Durazno* (8), sendo que o quinto e o sexto colocados são da Região Centro-Sul, o sétimo e o oitavo são da Região Centro-Norte. Após estes, classificam os Departamentos considerados médios: *Lavalleja* (9), *Soriano* (10), *Paysandú* (11) e *Tacuarembó* (12) sendo que o nono e o 10º lugares são da Região Centro-Sul e o 11º e o 12º lugares são da Centro-Norte.

Os Departamentos que vem à continuação são classificados como de médio a baixo IDH, são eles: *Treinta y Três* (13), *Salto* (14), *Cerro Largo* (15) e *Artigas* (16), sendo que o 13º lugar é da Região Centro-Norte, e os localizados em 14º, 15º, e 16º lugares do Norte. Por último, os Departamentos pior classificados são: *São José* (17), *Rivera* (18) e *Canelones* (19), sendo que Rivera é da Região Centro-Norte os demais são da Região Sul do Uruguai.<sup>24</sup>

Em resumo, os Departamentos com as melhores classificações segundo o IDH concentram-se nas Regiões Sul e Centro-Sul do Uruguai, mas estas são também as que concentram a maioria dos Departamentos com os piores indicadores. Então; nas Regiões Sul e Centro Sul, observa-se os extremos do desenvolvimento humano, enquanto no Centro Norte e na Norte especialmente, os indicadores do desenvolvimento humano não superam uma posição média, o que indica características desiguais do desenvolvimento humano no Uruguai.

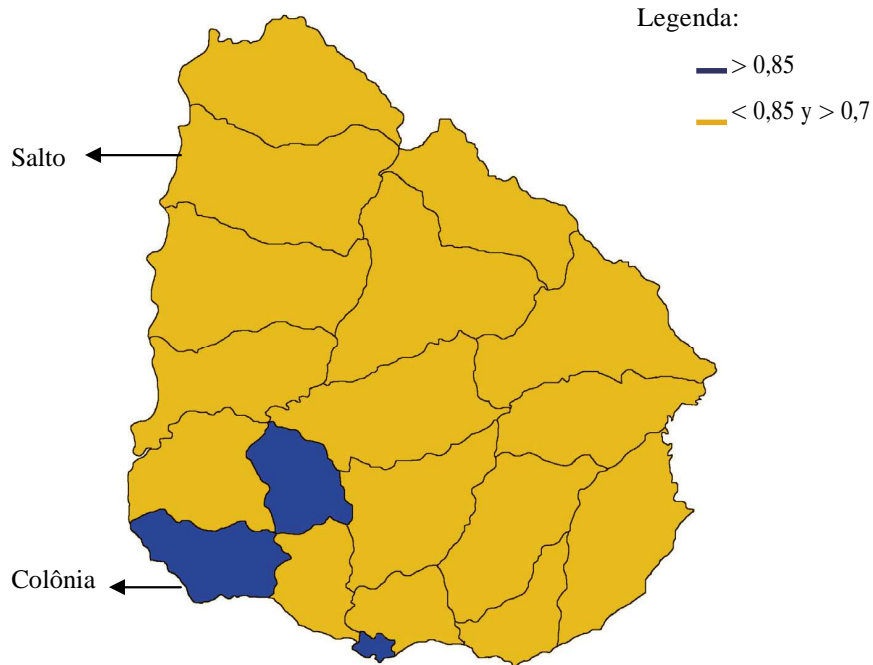
Observando-se a composição do indicador, pode-se apreciar a forte incidência do PIB por habitante. Então, essa seria uma das possíveis explicações dessas diferenças entre as regiões e seus territórios. No, caso dos territórios rurais, nas Regiões Sul e Centro-Sul produz-se maior riqueza e seus habitantes diversificam suas ocupações e sua renda, e nas Regiões Centro Norte e Norte, a diversificação das ocupações e da renda é menor.

---

<sup>24</sup> Regiões definidas pela cercania geográfica, *Norte*: Departamentos de Artigas, Rivera, Cerro Largo e Salto; *Centro Norte*: Departamentos de Paysandu, Rio Negro, Tacuarembó, Durazno e Treinta y Tres; *Centro Sul*: Departamentos de Soriano, Flores, Florida, Lavalleja e Rocha e por último, *Sul*: Departamentos de Colônia, São José, Canelones, Maldonado e Montevideú.

Figura 11

Mapa do IDH dos Departamentos do Uruguai - 2002



FONTE: UNDP – PNUD, Uruguai, 2005.

Por último, a Figura 11 expõe, de forma sintética, a distribuição do IDH no Uruguai, o que demonstrando as desigualdades do desenvolvimento do mesmo (UNDP, 2005, p.67) e salientando as diferenças entre os Departamentos de Salto e de Colônia este último, um dos que têm o maior IDH, e Salto com um IDH médio baixo.

Considerando-se essa diferença no desenvolvimento humano entre esses Departamentos e a construção do IDH, pode-se concluir que tais diferenças se dá forma de gerar a riqueza nos mesmos. No caso de Colônia, observa-se diversificação de ocupações num contexto de modernização agrária e maior densidade populacional no território, e, no caso de Salto, a diversificação é menor, a forma de produção é majoritariamente extensiva e a densidade populacional também é menor.



## **4 – DINÂMICAS DAS OCUPAÇÕES NÃO AGRÍCOLAS EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL NO URUGUAI E NO SUL DA ESPANHA**

O objetivo central desta análise é compreender, nas dimensões social, econômica e institucional, o desenvolvimento local em territórios de baixa densidade populacional que abrangem diversas atividades socioprofissionais. Para tanto, considera-se que a divisão técnica do trabalho é a causa e o efeito da progressiva complexidade na fabricação dos produtos atuais, ao mesmo tempo que possibilita a ampliação dos mercados e dos consumidores, o que significa o desenvolvimento das fases de distribuição e comercialização com a aparição de funções, setores e ocupações consideradas como terciárias.

A complexidade dos produtos, as novas tecnologias de produção e a concorrência do mercado cada vez mais internacionalizado, em escala global, fazem aparecer novas formas da divisão técnica e social do trabalho e da produção, as quais têm impactos de fabricação e comercialização. Sendo assim, introduzir a divisão da produção numa empresa, criando empresas especializadas em diferentes fases funcionais, significaria socialmente que, sem ter que necessariamente mudar a população ocupada na sociedade em seu conjunto, se avançaria no processo de terceirização.

O novo da situação dessa divisão seria a promoção do setor serviços, da produção, como setor autônomo do processo produtivo, em contrapartida à diminuição do setor industrial. Na prática, algumas das novas empresas poderiam deixar de fazer parte da empresa inicial e se especializar em diferentes funções do processo, como pode ser o caso das agências de publicidade, altamente especializadas na função de promoção do produto.

Significa que esse processo de divisão é indicador de volumes elevados de produção e que a localização das novas atividades terciárias e o potencial realocação das secundárias causam impacto na homogeneização funcional do espaço territorial da sociedade. Fica aberta a porta para o processo de terceirização nas cidades e diversificação das ocupações dos territórios periféricos das cidades, dos territórios com menor densidade populacional e para o processo de metropolização (SCOTT, 1988).

Os impactos, portanto, são importantes na configuração dos territórios desse processo de desenvolvimento capitalista; exemplo disso é a maior autonomia das funções de pesquisa e desenvolvimento, o que possibilita materializar espaços sociais altamente funcionais, como

podem ser os parques tecnológicos. O exemplo citado oferece as vantagens de se aproveitar a alta especialização do território, como economias de aglomeração, no qual se utilizam as condições de produção e a reprodução de força de trabalho, altamente qualificada por um lado, e, por outro, a alta concentração de pessoas desse nível favorece um processo sinérgico de retroalimentação positiva.

No caso deste estudo, os territórios analisados tanto os com maior diversificação de ocupações, como aqueles com menos diversificação, seja no Uruguai, seja na Província de Granada, especializaram-se territorialmente em diferentes tipos de produção. No sul de Granada e no sul do Uruguai em produtos primários, com forte destino exportador ao mercado internacional e regional, agregado de valor, mas articulando atividades com os serviços no caso espanhol, com o turismo, e, no caso uruguaio, com uma maior presença de indústrias que se instalaram no território de baixa densidade populacional, especialmente nas localidades com população inferior a 900 habitantes.

Os territórios localizados ao norte, seja de Granada, seja do Uruguai, baseiam-se em formas de produção extensivas, nas quais os impactos da modernização agrária são menores que nos territórios localizados ao sul. Esses territórios integram-se ao mercado regional e internacional na produção de *commodities* primários, com pouco valor agregado e menor diversificação das ocupações, sendo menos flexíveis às demandas do mercado internacional e da nova tendência do processo de desenvolvimento capitalista e de sua nova forma de divisão do trabalho.

Ora, o assalariamento continua na base da vinculação trabalhista daqueles ocupados em diferentes tipos de categorias socioprofissionais, ainda que sejam como assalariados mais bem pagos.

#### **4.1 - Diversificação de ocupações e inclusão social**

Relacionados com a primeira hipótese, observam-se os processos de maior inclusão social segundo os melhores indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano, analisados nos territórios com menor densidade populacional no sul de Granada e do Uruguai, nos quais predominam as ocupações agrícolas tradicionais e emergem atividades sob o impacto da modernização agrária, que diversificam as ocupações do território e se relacionam de forma dinâmica com as demandas do mercado consumidor externo e/ou interno.

A hierarquização do espaço social leva a pensar nas funções sociais que se desenvolvem nesse espaço, o que permite distinguir espaços com uma forte orientação para a produção industrial siderúrgica, outros de tipo agrícola extensivo ou pecuário extensivo, ou outros orientados aos serviços financeiros ou de turismo de praia.

Ora, em cada tipo de espaço social, produzem-se distinções sociais, já que é possível observar, naqueles destinados para a moradia das pessoas, que, no seu interior, se constroem diferentes territórios, segundo os níveis sociais de seus habitantes. Isso conduz a questão do preço por metro quadrado, a ser um elemento diferenciador dos diversos grupos sociais que moram num mesmo espaço, mas que possibilita a existência de diferentes tipos de territórios no seu interior.

Esses territórios podem desenvolver múltiplas funções ou funções únicas. No caso estudado, os territórios com maior diversificação das ocupações apresentam-se com capacidade para desenvolver múltiplas funções sociais, como moradia, hospedagem de turistas ou produção de produtos primários, como é o exemplo de Colônia, no sul do Uruguai, ou de Molvizar, no sul da Província de Granada.

A hierarquização do espaço é produto do processo de especialização e categorização do mesmo, que reflete as capacidades funcionais que cada um pode desenvolver num contexto de concorrência entre os diferentes territórios que fazem parte do mercado global.

A categoria socioprofissional que possibilita explicar a hierarquização social entre as pessoas apresenta-se como categoria funcional socioespacial para a hierarquização do espaço território, e em especial, daqueles dinâmicos e com capacidade de oferecer respostas às demandas dos consumidores do mercado global.

No caso dos territórios estudados, no sul tanto da Província de Granada como do Uruguai, a diversificação das ocupações nos territórios com menor densidade populacional faz parte da capacidade dos mesmos de desenvolver as capacidades dos atores produtivos de forma articulada e de integrar-se ao mercado externo e interno.

A capacidade desses atores de se articularem e de criarem redes institucionais que procuram recursos externos ao território para o desenvolvimento do mesmo em infra-estrutura possibilita dinamizar diferentes setores produtivos deste. O caso do sul de Granada é muito claro. Segundo os entrevistados nos Conselhos de Desenvolvimento do território dos municípios estudados, compartilham a mesma mesa diferentes atores, seja da produção agropecuária, da indústria, seja dos serviços, aos quais se soma o ator público. A situação, no

caso uruguaio, fica mais difusa, já que a distribuição dos recursos, especialmente os públicos, realiza-se de forma centralizada, mas observa-se uma rica quantidade de atores organizados que fazem suas pressões, seja ao Estado local ou nacional.

As políticas, se enfocadas a um determinado território, encaminham-se para posicioná-lo em uma hierarquia em relação a outros territórios; quer dizer, a orientação de políticas que procuram o desenvolvimento de determinadas atividades, como as industriais ou de serviços, em relação às agropecuárias, por exemplo, procurando o aumento de umas e a diminuição de outras e atuando no pressuposto de que as atividades industriais ou de serviços posicionam melhor o território. Não se procura a articulação das diferentes atividades como forma de gerar diferentes fontes de riqueza no território. Isso indica uma forma diferente de fazer política por parte do ator público na Província de Granada, na comparação como caso uruguaio.

Dessa forma, observa-se como a capacidade dos atores produtivos do território de diversificar as ocupações no mesmo impacta positivamente a qualidade de vida de seus cidadãos, e, por outra parte, o papel ativo do ator público para gerar as condições para a diversificação.

#### **4.2 - O papel das redes institucionais na diversidade produtiva**

Essa linha de análise encontra-se relacionada à segunda hipótese, que coloca que as dinâmicas das ocupações não agrícolas nos territórios estudados são determinadas pelas articulações entre os atores produtivos das atividades agrícolas tradicionais e não agrícolas, o que pressupõe a conformação de uma rede institucional que integra a diversidade produtiva.

Observa-se, que, nos dois territórios estudados, especialmente no sul de ambos, se encontra a maior diversificação das ocupações e que também é certo que os atores conseguem articular-se e criar redes institucionais entre os mesmos, além do setor produtivo a que pertencem. Entretanto, no caso espanhol, a promoção das redes institucionais tem uma forte presença do ator público, seja o Estado local seja o nacional, que cumpre o papel não só de fornecer os recursos materiais e humanos para o desenvolvimento da infra-estrutura básica no território, a capacitação dos empresários e a mão-de-obra, mas também de ser o agente catalisador que administra os diferentes interesses dos atores do território.

A situação analisada apresenta o Estado, tanto em nível local como nacional, cumprindo um papel de regulador das relações dos atores que fazem parte do território em questão. No entanto, o processo de mudança do modelo da organização produtiva dos últimos 30 anos, passando do modelo *fordista* a um modelo com maior flexibilidade e polivalência das ocupações a serem desenvolvidas pelos trabalhadores, agregado ao processo de desenvolvimento dos serviços por parte das empresas, ao ser automatizado nas várias fases da produção nas fábricas industriais abre uma etapa com importantes impactos socioterritoriais.

Tais impactos levam à revalorização dos territórios que fazem parte do processo acima mencionado, capazes de oferecer novas funções sociais aos espaços com mais natureza e menor densidade populacional, colocando um papel diferente ao momento das novas tecnologias da comunicação e permitindo a transferência de informação e dados da empresa ao lugar de trabalho em um movimento de ida e volta.

Essa estratégia possibilita a diversificação de ocupações, a emergência de novas necessidades e demandas nos territórios e, na medida em que a divisão social do trabalho e da produção precise de coerência territorial, o território organizara-se-á segundo a disposição adequada a essa divisão, apreciando-se uma divisão social do território.

No caso dos serviços, que são o tipo de ocupação que mais se observa nos territórios e com maior diversificação, no sul tanto de Granada como do Uruguai, onde se beneficiam mais das políticas públicas, eles possibilitam desenvolver a infra-estrutura básica, como as comunicações, as estradas, as vias férreas, os serviços de saúde, a educação e a segurança, etc.

Na situação de Granada, as políticas públicas ocorrem, de forma direta, através das políticas aplicadas pela União Européia em diferentes programas de desenvolvimento territorial, como, por exemplo, o programa LEADER; no âmbito uruguaio, acontecem de forma indireta, já que são territórios dinâmicos, integrados às diferentes ofertas do mercado e com atores engajados que obtêm respostas às demandas colocadas ao Estado local ou nacional.

Os territórios com baixa densidade de população por quilometro quadrado que possuem menor diversificação das ocupações atraem menos população com relação aqueles com maior diversificação localizada ao sul do Uruguai e da Província de Granada.

Cabe sublinhar que os territórios ao norte de Granada, especificamente os municípios analisados, recebem ajuda e são alvo das políticas públicas desenvolvidas pela União

Européia. Há diferença no caso uruguaio, no qual são os próprios atores que devem procurar as vias institucionais para propor as questões de seu território ante o Estado local ou nacional.

Dessa forma, a configuração de redes institucionais possibilita dinamizar o processo de diversificação de ocupações no território, mas as redes são o resultado da capacidade dos atores sociais locais de se organizarem e materializarem seus interesses. No caso espanhol, interagindo e coordenando interesses com a política pública comunitária por meio do Estado; e, no caso uruguaio, dependendo da capacidade de *lobby* frente ao Estado para que o mesmo desenvolva políticas que atendam a seus interesses.

### **4.3 - O papel do Estado**

A situação mencionada aponta a terceira hipótese, que determina que as relações institucionais estabelecidas pelo Estado com os atores produtivos locais, organizados nos territórios em questão, faz com que sejam gerados as condições para o dinamismo produtivo e das ocupações. Os dados indicam que a presença e a ação do Estado são importantes, não exclusivas, mas, sim, *importantes* para organizar, gerir os diferentes interesses dos atores sociais do território e levar adiante obras de infra-estrutura que permitam maior comunicação no território de mercadorias tanto humanas como não humanas.

O que se apresenta de forma diferencial entre os territórios de Granada e do Uruguai é a forma de agir. O europeu faz parte de uma política comunitária, e não exclusivamente do Estado espanhol, quer dizer, de um bloco político continental que define determinadas prioridades políticas na questão do desenvolvimento territorial e as leva adiante, através dos Estados integrantes do mesmo, com recursos orçamentários importantes para tal fim. A situação diferente para o caso uruguaio, no qual é o Estado quem define as políticas públicas e não o bloco político do qual faz parte. O Mercosul e os recursos destinados para as mesmas têm uma origem financeira variada, desde instituições regionais, multinacionais ou do próprio Estado uruguaio, o que coloca diversos objetivos a serem atingidos num mesmo território.

Esse diferencial não significa que se bloqueie a dinâmica que vem desenvolvendo a reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo, já que o modelo de divisão do trabalho está sofrendo mudanças importantes, com repercussões muito específicas na divisão do território, e mais especificamente na divisão internacional, da qual é componente essencial o processo de globalização a que se viu submetida à economia mundial. Mas também indica

que o Estado como ator continua desenvolvendo seu papel nesse processo de reestruturação do capitalismo pós-*fordista*.

O chamado desenvolvimento *fordista* havia propiciado um modelo rígido de organização da produção, apoiado na produção em massa e no trabalho seriado. A divisão própria dessa etapa organizava-se em blocos e, como tal, refletia-se na divisão territorial, o que levava a se aproveitar das diferenças territoriais por parte das empresas com base em uma lei de custos comparativos, com especial ênfase nos salários diferenciais, o que leva a falar de “antiga” divisão do trabalho (AMIN, 1974; EMMANUEL 1969; FRÖBEL *et al.*, 1977).

Entretanto o rápido desenvolvimento e a incorporação de inovações técnicas, sobretudo as relacionadas com a eletrônica e a microeletrônica – informática, telecomunicações e também dos transportes, permite um uso mais flexível do território (CASTELLS, 1990).

Nessa linha de pensamento, Lipietz (1984) propõe uma análise em que a divisão do trabalho deixaria de basear-se na relação centro-periferia e na “velha divisão internacional do trabalho”, ao se terem incorporado procedimentos mais flexíveis (acumulação flexível), geradores de novos modelos de polarização, que aproveitam as novas tecnologias (DICKEN, 1990; DUCHE e SAVEY, 1987). As novas tecnologias possibilitaram um uso mais flexível e uma gestão mais descentralizada no processo produtivo das empresas e, entre as empresas localizadas em diferentes territórios, uma maior interconexão, tanto física como de informação da gestão das mesmas. Esse novo contexto tecnológico possibilita flexibilizar a localização e a realocação das empresas em diferentes tipos de territórios.

É, pois, possível um uso flexível dos diferenciais territoriais que levam a uma reorganização territorial da produção, por exemplo, a substituição de uma grande fábrica integrada em grandes cidades industriais nos países avançados, com uso de grande quantidade de força de trabalho, por fábricas pequenas e altamente automatizadas, especializadas em tarefas particulares, territorialmente dispersas, mas produtivamente integradas, de forma que permitam atingir novas economias de escala, aproveitando os menores custos das novas localizações (AMIN e SMITH, 1986).

Um exemplo disso é o que aconteceu na denominada “Emilia – Romagna” ou “Terceira Itália” (Bagnasco, 1998). No caso estudado especialmente nos territórios ao sul de Granada, as empresas de serviços instalaram-se também naqueles com menor densidade populacional, como cadeias de supermercados europeus, hotéis para o turismo de aventura,

peçoal de serviços financeiros e de maquinário e insumos para a produção agropecuária ou industrial, e também, em constante crescimento nos últimos anos, pessoal de serviços informáticos.

No ambiente uruguaio, observam-se os serviços que fazem parte da cadeia produtiva de empresas agropecuárias ligadas ao mercado internacional, como a do leite, da cevada para a produção de cerveja e, ultimamente, de empresas florestais. Cabe salientar, ainda, a presença significativa dos serviços públicos por parte do Estado.

A divisão internacional, baseada na inovação tecnológica, permite coordenar um número mais amplo de plantas ou unidades de produção, inclusive empresas, procurando localizações mais competitivas, baseando-se nessa maior especialização, aproveitando os salários diferenciais dos territórios. Assume-se, dessa forma, o que Cowling (1986) denomina *M-form Corporation (multi-divisional organizational structure)*.

Para Castells, nesse processo, as novas tecnologias não são só suporte material da economia mundial, mas, sim, determinantes fundamentais da competitividade internacional das empresas, o que condiciona, em boa medida, a riqueza das nações (CASTELLS, 1990). Dispor, ou não, de tecnologia, bem como ter, ou não, acesso a ela se converterá num problema de primeira magnitude em termos de desenvolvimento diferencial e desigual em escala mundial, configurando-se diferentes territórios estruturados em função do conhecimento e da aplicação do saber tecnológico no processo produtivo pós-*fordista*.

O componente da inovação que afeta o processo de produção, onde a informática e a automatização introduziram mudanças fundamentais na maneira de produzir, em amplos setores ou fases do processo, dá uma nova perspectiva à utilização da força de trabalho bruta ou de baixa qualificação; já que rebaixa o montante dos salários sobre o custo final do produto, a competitividade não se atinge só com mão de obra barata (CASTELLS, 1990).

A organização flexível e a robótica abrem a possibilidade à reindustrialização daqueles territórios que, no modelo produtivo passado, concentraram os processos industriais, onde se consumirá força de trabalho da mais alta qualificação, já que a não-qualificada terá sido substituída por esses processos de produção, o que converterá em secundário o peso do custo da força de trabalho (AYRES, 1985).

Essa situação reforça a tendência à homogeneização territorial da qualificação do trabalho, não só na escala internacional, senão também nacional, regional e local, com ênfases diferenciais naqueles territórios com maior ou menor densidade populacional, já que, nos



casos estudados, também se observa, naqueles territórios menos densos, a presença de ocupações que exigem maior qualificação devido ao tipo de produção desenvolvida no mesmo, o qual exige produtos qualificados visando ao mercado global (AYDALOT; HALL, 1983).

Os territórios localizados no sul tanto da Província de Granada como do Uruguai, cujos atores produtivos organizados conseguiram criar redes institucionais que procuram recursos externos para o desenvolvimento dos aspectos básicos da infra-estrutura, para que, dessa forma, se dinamize a produção e se consiga integrar com o mercado externo.

Ora, as articulações entre os atores produtivos das atividades agrícolas tradicionais e não agrícolas que emergem nesses territórios possibilitam criar as redes institucionais mencionadas. Entretanto o Estado desenvolve seu papel por meio das políticas públicas, consegue ser um agente catalisador dos diversos atores produtivos, gerindo interesses diferenciados e estabelecendo regras de jogo para a distribuição dos recursos públicos europeus. Com isso, por meio de determinados programas promove a diversificação de ocupações nos territórios menores, em que os índices de qualidade de vida são baixos, organizando e regulando as atividades dos atores produtivos e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes.

Dessa forma, a reestruturação do modelo de produção *fordista* significou uma nova forma da divisão do trabalho, o que levou a denominar como modelo *pós-fordista*, o qual se caracteriza pela flexibilidade e polivalência nas tarefas a serem desenvolvidas pelo trabalhador. Também reflete na forma de organizar as empresas, que, no novo contexto tecnológico da informática e robótica, possibilitou que as empresas localizassem seus processos produtivos de forma segmentada no território, agora, em nível global.

Tal mudança causou grande impacto na organização do território e das relações sociais de seus atores. No momento em que essa nova divisão social do trabalho também atingiu os territórios com baixa densidade populacional, diversificando sua estrutura de ocupações e dinamizando o mesmo, possibilitou uma maior interação com o resto dos territórios e centros populacionais próximos.

Além disso, integrou-se ao mercado global, já que sua produção, tanto agropecuária como industrial, pode ser exportada, vindo a melhorar a infra-estrutura promovida pelas políticas públicas. Permite, ainda, a chegada de pessoas não só para fazer suas férias, mas para

se instalar e trabalhar à distância dos centros de concentração das empresas nacionais ou multinacionais, dado que a atual tecnologia de comunicações o permite.

Por último, esse fluxo migratório possibilitou a emergência de novas ocupações para satisfazer suas demandas, ressaltando-se que as mudanças tecnológicas no processo produtivo (biotecnologia, informática, etc), aplicadas à agropecuária e à organização das empresas industriais, significaram sérias mudanças na ordenação social do território. Isso, em definitivo, mudou a divisão social do trabalho e também levou à transformação da divisão social do território, observando-se que as transformações atingem aqueles com menor densidade populacional e que as mudanças do modelo produtivo fazem interagir de forma reticular com todos os integrantes do processo de produção, configurando um território social flexível e polivalente nas ocupações a serem desenvolvidas por seus habitantes.

Em resumo, a análise (como principal objetivo desta pesquisa) desse processo de reestruturação do modelo *fordista* do capitalismo contemporâneo, por meio das dimensões social, econômica e institucional, possibilitou compreender o desenvolvimento local em territórios de baixa densidade populacional que abrangem diversas atividades socioprofissionais.

# CONCLUSÃO

Na presente tese, foi pesquisada a influência das dinâmicas de diversificação das ocupações nos territórios com menor densidade populacional, nos quais a estrutura destas se baseia num modelo produtivo de corte agropecuário extensivo tradicional e no seu impacto nas condições sociais de desenvolvimento local nos territórios. Para identificar tais influências, foi necessário analisar a estrutura e a dinâmica das ocupações nos municípios que fazem parte de territórios com predominância de atividades agropecuárias extensivas tradicionais e com baixa densidade populacional, estabelecendo o critério do número de pessoas por quilômetro quadrado: para o caso da Província de Granada, esse número foi de igual ou menor que 150 pessoas e, para o caso uruguaio, foi igual ou menor que 30 pessoas.

Partindo-se da análise dos dados relacionados às características socioprodutivas, ocupacional e do desenvolvimento social atingido nos municípios que integram territórios com baixa densidade populacional, foi possível o entendimento da dinâmica de diversificação das ocupações nos referidos territórios. Tal pesquisa de dados contou com a análise dos discursos de informantes qualificados, capazes de emitir opinião na sociedade local acerca da percepção e do significado da diversificação das ocupações e de seu impacto no desenvolvimento social do território.

Para-se alcançar esses objetivos, o estudo foi fundamentado nas diferentes realidades de territórios de baixa densidade. Procurando a delimitação do universo de análise da pesquisa, os territórios para a execução desse estudo foram eleitos por possuírem as seguintes características: no caso do Uruguai, por apresentar uma maior diversificação produtiva, mas sem políticas públicas dos próprios territórios. No caso da Província de Granada, primeiramente, porque a Espanha é um dos países da União Européia com maior percentagem de pessoal ocupado na agropecuária; em segundo lugar, porque a Comunidade de Andaluzia é uma das com maior População Economicamente Ativa agrícola no País e, no caso de Granada, por ser uma região de baixa diversificação produtiva e uma das províncias com maior População Economicamente Ativa agrícola na Comunidade Autônoma de Andaluzia, mas com políticas públicas para o desenvolvimento territorial.

O estudo da dinâmica das ocupações nos territórios de baixa densidade populacional, apresentado na presente tese, possibilitou compreender as relações com o desenvolvimento social do território e a diversificação das ocupações como expressão da dinâmica do modelo produtivo desenvolvido no mesmo. Tal modelo proporciona integrar as demandas do mercado

externo, articulando os diferentes interesses dos atores produtivos e criando redes institucionais. Possibilita-se, assim, a criação de espaços de interação com o Estado, desenvolvendo-se políticas públicas, as quais promovem o contexto material (infra-estrutura) e institucional (organizacional), capazes de produzir as condições para o dinamismo produtivo e das ocupações, confirmando, portanto, as hipóteses da pesquisa.

Foi possível demonstrar que o território com baixa densidade populacional, que consegue diversificar sua estrutura de ocupações e se desenvolver socialmente alcança, em definitivo, um razoável nível de qualidade de vida, segundo padrões internacionais do Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Nesse sentido, cabe assinalar-se que, na análise realizada por meio do Índice de Desenvolvimento Humano, adverte-se que, em sua composição, o índice de renda *per capita* seria o mais susceptível às mudanças econômicas no curto prazo. Equivale dizer, é bom como indicador da riqueza produzida no território, entretanto não significa que a distribuição dessa riqueza produzida possibilite o desenvolvimento de seus habitantes.

Como exemplo, no caso uruguaio, observa-se que, num mesmo território de baixa densidade, as Regiões Centro-Sul e Sul possuem os maiores índices de desenvolvimento humano, mas com as maiores desigualdades de renda. No entanto, nas Regiões Norte e Centro-Norte, o IDH não atinge nível médio, a riqueza produzida é menor e a desigualdade de renda é semelhante.

Dessa forma, a diversificação de ocupações possibilita gerar mais riqueza no território de baixa densidade, não significando desenvolvimento social. Situação diferente da observada na Província de Granada, na qual o índice de renda *per capita* indica as variações na produção de riqueza no território de baixa densidade. No Norte, menos diversificado e com menos renda para distribuir e, no Sul, com maior diversificação e riqueza para ser distribuída, entretanto, com a diferença do papel ativo do Estado, que, por meio de suas políticas, proporciona melhoras na infra-estrutura básica das condições de vida (luz elétrica, água encanada, esgoto, postos de saúde, escolas, etc.) e na distribuição de renda, o que impacta positivamente o IDH e o faz mais “sensível” à realidade social do território.

Por outro lado, observou-se que a articulação dos interesses dos diferentes atores produtivos do território em redes institucionais e o papel do Estado como gerenciador dos mesmos, por meio de políticas públicas, especialmente em infra-estrutura e promoção da organização e capacitação dos produtores, possibilitam criar as condições mais favoráveis

para a diversificação da estrutura produtiva do território de baixa densidade populacional. No caso uruguaio, o papel do Estado é menos ativo, o que faz com que as instituições dos atores relacionados aos territórios menos diversificados expressem suas demandas de forma mais direta ao Estado.

Contudo os atores dos territórios mais diversificados baseiam suas relações na capacidade produtiva e polivalente da mão de obra em responder às demandas do mercado externo. O território modelo de substituição de exportações, no passado, gerou as condições sociais adequadas ao modelo na atualidade, que tem as condições produtivas, institucionais, tecnológicas e humanas para se adaptar ao novo modelo *pós-fordista* de produção.

A importância da diversificação de ocupações para o desenvolvimento social do território de baixa densidade é expressa na valorização, por parte das políticas públicas, para a promoção e a capacitação da mão-de-obra desse tipo de território, em diferentes ocupações profissionais, como se observa no caso espanhol. Entretanto, para o caso uruguaio, são as empresas que procuram aqueles territórios que apresentam as condições de mão-de-obra e infra-estrutura para desenvolver diferentes tipos de ocupações.

Os territórios com trajetórias socioprodutivas baseadas em estruturas diversificadas e com uma infra-estrutura de base adequada para o anterior modelo de substituição de importações são territórios que já possuem um determinado capital humano, social e de investimentos em portos, estradas, etc., que possibilitam a adequação e a flexibilização às atuais exigências do processo produtivo.

A possibilidade de o território desenvolver uma estrutura produtiva flexível e polivalente gera diferentes tipos de ocupações, o que tem um impacto direto na qualidade de vida de seus habitantes. É o que se observa nos dois territórios de baixa densidade estudados já na Espanha e no Uruguai, com diferenças na renda *per capita*, mas com bons índices de desenvolvimento humano.

Ora, isso acontece em territórios com contextos sociais e produtivos diferentes, dado que a Província de Granada não é a mais rica e com maior índice do IDH, como outras Províncias da Espanha, como, por exemplo, Navarra, que se localiza ao norte da Espanha. No caso uruguaio, o Departamento de Colônia, onde se verifica a maior diversificação de ocupações e os melhores índices de IDH nos territórios de baixa densidade populacional, faz parte do território que gera mais riqueza e maiores índices de IDH apresenta localizado ao sul do Uruguai.

O processo de modernização agrária nos territórios de baixa densidade populacional significou uma reestruturação das ocupações, com a emergência significativa do setor de serviços e a localização de indústrias, utilizando mão-de-obra do território e de fora do mesmo.

As diferenças entre os territórios da Espanha, no caso de Granada, e o uruguaio se devem o que, no primeiro, os serviços ligam-se às atividades turísticas e de revalorização da paisagem natural para o qual os próprios produtores desenvolvem novas ocupações ou investimentos de fora se estabelecem no território. No caso uruguaio, os serviços ligam-se, por um lado, à maior presença do Estado por meio dos serviços educativos, de saúde e segurança e produtivos, quer dizer, serviços ligados à aplicação da tecnologia, como por exemplo, a informática, maquinaria agrícola, etc.; isso acontece nos territórios que modernizaram seus processos de produção e visam exportar sua produção visando à exportação.

A diversificação da estrutura de ocupações nos territórios de baixa densidade populacional contribui para o melhoramento da qualidade de vida e para a incorporação social daqueles que desenvolvem tais atividades, por meio de um processo baseado fundamentalmente nas relações integradas às demandas do mercado externo e interno, local ou nacional, do território. Essas relações, por sua vez, são resultado da capacidade dos atores produtivos do território, de interagir, gerando redes institucionais para desenvolver suas atividades no mercado. Entretanto, com a participação gerenciadora e orientadora por parte do Estado, que cria as condições materiais e organizacionais para o desenvolvimento de tais redes e, por outro lado, por meio da política pública, consegue impactar-se na distribuição da renda e equilibrar socialmente os territórios não favorecidos pela diversificação da estrutura ocupacional, como foi analisado no caso espanhol.

Portanto, através da capacidade dos atores produtivos do território, de diversificarem sua produção, é possível a diversificação da estrutura ocupacional, colocando o território em condições de se relacionar com o mercado global.

Ressalta-se que não existem processos sociais homogêneos de construção do território e, nesse caso, de baixa densidade de população, conforme apresentado acima, principalmente quando se considera a diversidade de realidades sociais que foram estudadas no decorrer da pesquisa realizada para a elaboração da tese aqui apresentada.

Nos casos espanhol e uruguaio, verifica-se que, ao sul da Província de Granada e do

Uruguai, os territórios conseguem avançar em sua transformação produtiva e se desenvolver institucionalmente, o que possibilita graus razoáveis de inclusão social. Entretanto os territórios localizados ao norte apresentam processos de produção que permitem o crescimento econômico, mas o impacto no desenvolvimento social do território encontra-se mediado pela intervenção das políticas públicas.

Acredita-se que esta análise se constitui como uma aproximação ao objeto de pesquisa, contribuindo, assim, para o entendimento de algumas tendências importantes em torno da polivalência de ocupações num determinado território, especialmente daqueles com menores taxas de população por quilômetro quadrado, num contexto de transformações da organização do modelo de produção capitalista, o *pós-fordismo*, e de maior integração da economia global.

O caminho teórico-metodológico adotado na presente tese mostrou-se adequado para o estudo da diversificação das ocupações nos territórios de baixa densidade populacional, permitindo, através de tal adequação, confirmar que a diversificação faz parte das relações que se estabelecem entre os atores produtivos do território, da ação do Estado e das demandas do mercado global num contexto de reestruturação do modelo de organização da produção.

Com essa delimitação, algumas questões, em torno do objeto de pesquisa da presente tese demandam maior aprofundamento em estudos futuros relacionados ao território e à sua estrutura de ocupações, destacando-se, nesse sentido, a análise das características das organizações produtivas, sociais e políticas dos territórios e seu relacionamento com o mercado e o Estado. A inclusão desses aspectos pode contribuir para a reflexão sobre o desenvolvimento territorial e o papel atual da polivalência das ocupações, apontando novos elementos presentes nesse contexto de transformações do modelo de organização da produção capitalista.

Nessa linha de pensamento, fica aqui a sugestão, para futuras pesquisas, de estudar-se a relevância de trabalhos relacionados às políticas públicas e as suas influências na promoção do capital social no território.

As políticas públicas, com ênfase no processo de que os atores locais devem assumir o controle das relações em que estão envolvidos, principalmente quando influenciadas pela abordagem de território, tendem a exigir a ampliação das capacidades e das relações sociais necessárias, para que, com isso, os diferentes atores produtivos se insiram em processos voltados para o planejamento e a gestão do desenvolvimento territorial.

As relações com o mercado, especialmente o global, e a ação do Estado parecem possuir, novamente, centralidade nessa discussão. Entretanto a preocupação também deve ser voltada para o entendimento das condições que possibilitem o resgate e a promoção da cidadania dos trabalhadores desses territórios. Portanto, a compreensão das relações que se estabelecem na diversificação das ocupações nos territórios de baixa densidade populacional e no exercício da cidadania dos trabalhadores desses territórios é fundamental, para que possa ser promovido, a partir de políticas públicas territoriais, o desenvolvimento social sustentável nesses territórios.

Por fim, ressalta-se que a investigação de fenômenos complexos e dinâmicos, no contexto da integração regional, e do maior relacionamento com o mercado global, como o envolvido na discussão proposta na presente tese, requer, fundamentalmente, a busca da interdisciplinaridade na construção de conhecimentos sobre as novas realidades sociais dos territórios com baixa densidade de população. Dessa forma, acredita-se que a tese produzida possui a sua relevância, por meio de sua contribuição para a aproximação entre áreas de conhecimento nas Ciências Sociais, fundamentais para a observação, a construção e a explicação da realidade social desses territórios (re)construídos pela ação humana.

- # -



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. A Dimensão Rural do Brasil em **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n22, São Paulo, 2004.

------. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. **Texto para Debate Nro. 702**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – IPEA, Rio de Janeiro, 2000.

AMIN, A., SMITH, I. The internationalization of production and its implications for the UK.: in AMIN, A.; GODDARD, J. (eds.), **Technological change, industrial restructuring and regional development**, London: Allen & Unwin, 1986.

AMIN, S. **La acumulación a escala mundial. Crítica de la teoría del subdesarrollo**. Madrid: Siglo XXI Ed., 1974.

AYDALOT, PH. La division spatiale du travail.: in PAELINK, J.H.P., SALLEZ,A., **Espace et localisation**, Paris: Economica, 1983.

AYRES, R. U. La sociedad automatizada.: in MINSKY, M. (ed.), **Robótica**, Barcelona: Ed. Planeta, 1985.

BAGNASCO, A.: La función de las ciudades en el desarrollo rural: la experiencia italiana, **Políticas Agrícolas**, Número Especial, REDCAPA, México, 1998.

BAIGORRI, Artemio. De lo Rural a lo Urbano. In: **V CONGRESSO ESPANHOL DE SOCIOLOGIA** -. Grupo. Sociologia Rural. Sesión 1ª. La Sociología Rural en un contexto de incertidumbre, Granada - Espanha, 1995.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BIBLIA SAGRADA: Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri, São Paulo, Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

BID/FAO/CEPA/RIMISP. Empleo e ingresos rurales no agrícolas en América Latina. **Serie: Seminarios y conferencias** nro 35, C/2069-P. Santiago de Chile, 2004.

BLUME, R. Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural. **Dissertação de Mestrado**, UFRGS – PGDR, Porto Alegre, 2004.

BOIS, G. **La revolución del año mil**. Barcelona, Espanha, Mondadori, 1991.

BONNAMOUR, J. **Le Morvan, la terre et les hommes**. París, PUF, 1966.

BOZZANO, Horacio. **Territorios Reales, Territorios Pensados, Territorios Posibles: aportes para una teoría territorial del ambiente**. Buenos Aires, Argentina Espacio Editorial, 2000.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Out. 2003. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

BRAUDEL, F. **L'identité de la France**, París, Flammarion, 1986.

BRITO, F. E. M. “Nova Ruralidade” e o conflito entre os aspectos econômicos e sócio-ambientais na criação de unidades de conservação. Trabalho apresentado no **X Congresso Mundial de Sociologia Rural**, 30 de Julio ao 5 de agosto 2000, Rio de Janeiro – Brasil, 2000.

BRUMER A.; DOS SANTOS, J. V. “Por uma Sociologia dos Processos Sociais Agrários”, in: “Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários”, **Cadernos de Sociologia**, PPGS, UFRGS, V. 6, p.3-11, Porto Alegre, 1994.

BUTTEL, F. e NEWBY, H. **The Rural Sociology of the Advanced Societies: A Critical Perspective**. London: Croom Helm, 1980.

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. Desenvolvimento Local e a Democratização dos Espaços Rurais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília.17(1):11-40 (jan/abr), 2000.

CANALI, M. **La dinamica dei sistemi agrari**. Bologna, Italia, CUSL, 1994.

CASTELLS, M. El impacto de las nuevas tecnologías en la reestructuración de la economía mundial. Implicaciones para la economía española. **Informes del Instituto de Estudios de Prospectiva**, Madrid: MEH, 1990.

----- **La era de la información**. México: Siglo XXI, 1999.

CEA D´ANCONA, M.A. **Metodología cuantitativa estrategias y técnicas de investigación social**. Editorial Síntesis. Madri, Espanha, 1996.

CECCHI, C. Il ruolo dell’agricoltura nella costruzione della ruralità. **XXXIII CONGRESSO SIDEA**, Nápoles, 26-28 de septiembre, 1996.

CENSO GENERAL AGROPECUARIO 1970, 1980, 1990 e 2000. **Ministério de Ganadería, Agricultura y Pesca**, Montevideú, Uruguai, 2000.

CENSO DE POBLACIÓN Y VIVIENDA 1975, 1985, 1996. **Instituto Nacional de Estadística**, Montevideú, Uruguai, 1996.

COUTINHO, L. Nota sobre a natureza da globalização. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, nº 4, p.21-6, jun. 1995.

COWLING, K. The internationalization of production and de-industrialization.: in AMIN, A., GODDARD, J. (eds.), **Technological change, industrial restructuring and regional development**, London: Allen & Unwin, 1986.

DA VEIGA, JOSE ELI. **Desenvolvimento Territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico**. São Paulo: USP – FEA –Dpto. Economía & Procam, 2000.

DE CASTRO, J. **Géographie de la faim**. París, Seuil, 1964.

DE JANVRY, Alain.; SADOULET, Elisabeth.; WILCOX, Linda. La mano de obra rural en América latina. **Revista Internacional del Trabajo**, ISSN 0378-5548, Vol. 109, Nº 1, pags. 1-34, 1990.

DE JANVRY, Alain.; SADOULET Elisabeth. Asset positions and income strategies among rural households in Mexico: The role of off-farms activities in poverty reductions. In: **SEMINARIO LATINOAMERICANO SOBRE DESARROLLO DEL EMPLEO RURAL NO AGRÍCOLA**, Santiago, Chile: BID – FAO – CEPAL – RIMISP, 1999.

DICKEN, P. Transnational corporations and the spatial organization of production: some theoretical and empirical issues.: in SHACHAR, A., öBERG, S. (eds.), **The World economy and the spatial organization of power**, Aldershot: Avebury, 1990.

DIEA – MGAP. **Regiones de Especialización Productiva**. DIEA – MGAP, Montevideú, Uruguai, 2004.

DUCHE, G.; SAVEY, S. The rising importance of small and medium-sized firms: Towards a new industrial system?: in HAMILTON, F.E.I. (ed.), **Industrial change in advanced economies**, New Hampshire, Croom Helm, 1987.

DURAN, D. **Los Suelos del Uruguay**. Montevidéu: Hemisf rio, 1991.

ECHEVERI, Rafael. Lo Nuevo del Enfoque Territorial para el Desarrollo Rural, in: **Desarrollo Rural Sostenible con Enfoque Territorial: políticas y estrategias para Uruguay – Seminario Nacional**. Compilador Alvaro Ramos. IICA, Montevidéu, Uruguay, 2003.

EMMANUEL, A. **El intercambio desigual. Ensayo sobre los antagonismos en las relaciones econ micas internacionales**. Madrid: Siglo XXI Ed., 1969.

ENTRENA DUR N, Francisco. Viejas y Nuevas Imágenes Sociales de Ruralidad. Artículo publicado en: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura UFRRJ/CPDA**, Rio de Janeiro, Brasil, 11: 76-99, 1998.

FAJNZYLBER, F.; SCHETJMAN, A. Agricultura, industria y transformación productiva. En: **América Latina a fines de siglo**. José Luis Reyna (Ed.). Consejo Nacional para la cultura y las artes. Fondo de Cultura Econ mica, México, pp.148 - 196, 1995.

FLIGSTEIN, Neil. Social skill and the theory of fields. **Sociological Theory**. 19(2), pags. 105-125, 2001. Disponible en: <http://repositories.cdlib.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=iir/ccop>. Acceso en: 6/05/05.

FLORES, Murilo Xavier.; MACÊDO, Manoel Moacir. Novos Rumos do Desenvolvimento Rural. In: **XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, Foz do Iguaçu, Paraná, 3 de agosto de 1999.

FONTE, M. Tradiciones y Nuevos Modelos de Ruralidad en las Regiones del Mediterrâneo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro, Brasil, 15: 147-158, outubro, 2000.

FREYSSINET, M. **Division du travail et mobilisation quotidienne de la main d'oeuvre. Les cas Renault et Fiat**. Paris: Centre de Sociologie Urbaine, 1979.

FR BEL, F., HEINDRICHS, J., e KREYE, O. **La nueva división internacional del trabajo. Paro estructural en los países industrializados e indici n de los países en desarrollo**. Madrid: Siglo XXI Ed., 1980.

FULLER, A. M. From Part Time Farming to Pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, London, v.6, n.4, p.361-373, 1990.

GELHEN, Ivaldo.; RIELLA, Alberto. Din micas territoriais e desenvolvimento sustentável, in: **Sociologias**, Porto Alegre – Brasil, ano 6, n  11, 2004.

GOODMAN, D., WATTS, M. (Eds.). **Globalizing Food: agrarian questions and global restructuring**. London: Routledge, 1997.

GOMEZ MENDOZA, Josefina. Las nuevas funciones socioecon micas y medioambientales de los espacios rurales. In: **El Mundo Rural en la Era de la Globalización: incertidumbres y potencialidades X Coloquio de Geografía Rural de España de la Asociación de Geógrafos Españoles**. GARCIA PASCUAL,

FAO/DAS. **Program on rural indicators**, 1998, mimeo.

FRANCISCO (Coord.), Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación – Universitat de Lleida, 2001.

GOMES, Sergio. Dilemas de la sociología rural frente a la agricultura y el mundo rural en la América Latina de hoy. In: **Cadernos de Sociologia**, PPGS, UFRGS, V. 6, p. 13-32, Porto Alegre, 1994.

----- . **La “Nueva Ruralidad” ¿qué tan nueva?** Universidad Austral de Chile, Chile, 2002.

GOTTMAN, J. **The Significance of Territory.**, University Press of Virginia, Virginia, 1973.

GRAZIANO DA SILVA, José.; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Ocupação nas Famílias Agrícolas e Rurais no Brasil, 1992/97. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro, Brasil, n. 11: 26-52, 1998.

----- . O Novo Rural Brasileiro. In: **Revista Nova economia**, Belo horizonte. n. 7(1): p. 43-81, 1997.

GROPPO, P. Desde la ciudad al territorio: La nueva problemática periurbana. In: **Boletim Reforma Agraria, Colonización y Cooperativas**, Roma, 1997/2.

----- . Diagnóstico de sistemas agrários. **Revista FAO-RLAC**, Roma, 1991.

HALL, P. Capitales nacionales, ciudades internacionales y la nueva división del trabajo. **Estudios Territoriales**, nº 19: p. 21-30, 1985.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HASBERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

----- . **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF, 2002.

HERRERO, Carmen.; SOLER, Angel.; VILLAR, Antonio. **Capital Humano y Desarrollo Humano en España, en sus Comunidade Autónomas y Provincias 1980 – 2000**. Bancaja e IVIE, Espanha, 2004.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Classe e nação**. Petrópolis: Vozes, p.5, 1986.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA. **El Agronegocio uruguayo: pilar del país productivo – Proyecto Agropecuario Uruguay 2020** – Montevideú, Noviembre, 2004.

----- . Nueva Ruralidad. Dirección de Desarrollo Sostenible. **Serie Documentos Conceptuales** nro. 2000-01: San José de Costa Rica, 2000.

----- . Enfoques y Estrategias para Enfrentar la Pobreza Rural en Uruguay. **Documento de Trabajo**, Mariana Fossatti, Montevideú, junho, 2005.

KAGEYAMA, Angela. Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos. In: **XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 1998.

----- . Determinantes da Renda e Condições de Vida das Famílias Agrícolas no Brasil. **Journal Economia**, Volume: 1, Issue: 2, p. 147-183, July-December/2000.

KAUTSKY, K. **La Cuestión Agraria. Análisis de las Tendencias de la Agricultura Moderna y de la Política Agraria de la Socialdemocracia.** Siglo Veintiuno, México, (5.<sup>a</sup> ed.): p. 65 - 100, 1983.

KAYSER, Bernard (Coord.) **Naaissance de Nouvelles Campagnes.** París: Datar/éditions de l'aube, 1996.

KAYSER, Bernard.; BRUN, Andre.; CAVAILHES, Jean.; LACOMBE, Philippe. **Pour Une Ruralité Choisie.** París: Datar/éditions de l'aube, 1993.

KLEIN, Emilio. El empleo rural no agrícola en América Latina. **Documento de Trabajo N° 364.** Programa Regional de Empleo para América Latina y El Caribe. Santiago, Chile, 1992.

KRIPPENDORFF, K. **Metodología de análisis de contenido. Teoría y práctica.** Barcelona, Paidós, 1990.

LADRIÈRE, J. **El reto de la racionalidad.** Salamanca: Ediciones Sígueme – UNESCO, 1978, p.23 – 47.

LATORRE, Raúl. **Los trabajadores Rurales del Uruguay.** Cátedra de Sociología y Extensión Rural. Facultad de Agronomía, Universidad de la República, 1993. Mimeografiado.

LÊNIN, Vladimir. - **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria.** Trad. de José Paulo Netto - (Coleção “Os Economistas”) - Abril Cultural, São Paulo, 1982.

LIPIETZ, A. De la nouvelle division internationale du travail a la crise du fordisme peripherique.: **Espaces et Sociéte**, n° 44, p. 51-78, 1984.

LUTHER, Alessandra. Reconfiguração do Território: transformações socio-ambientais em Arroio Grande/Santa Maria-RS. UFRGS, PGDR, 2005. 93f.

MAHÉ, Louis Pascal.; ORTALO-MAGNÉ, François. **Politique Agricole: um modèle européen.** Presses de Sciences Po, París, 2001.

MAINTZ, Renate. From government to governance: Political steering in modern societies, 2001. Disponível em internet: [http://www.ioew.de/governance/english/veranstaltungen/Summer\\_Academies/SuA2Mayntz.pdf](http://www.ioew.de/governance/english/veranstaltungen/Summer_Academies/SuA2Mayntz.pdf). Acesso em 2/12/05.

MALUF, Renato. *Atribuindo Sentido(s) à Noção de Desenvolvimento Econômico.* In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura** Nro.15, pp.53 – 86, outubro 2000.

MARDSEN, T. Exploring a Rural Sociology for the Fordist Transition: incorporating social realations into economic restructuring. **Sociologia Ruralis**, V.32, n° 2/3, 209 – 320, 1992.

----- **Constructing the Countryside.** Oxford: Westview Press, 1993.

MARSDEN, T., LOWE, P., WHATMORE, S. (Eds.). **Rural Reestructuring:** global process and their responses. London: David Fulton Publishers, 1990.

MARKUSEN, Ann.; CAMPOLINA DINIZ, Clelio. La Disparidad en la Competencia de las Regiones Latinoamericanas: oportunidades y limitaciones. In: **Seminario “Global y Local: El Desafío del Desarrollo Regional en América Latina y el Caribe”**, Milán, Italia, 22 de Março de 2003.

MARTINS, J.S. **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, p.65, 1986.

MARX, Karl.; ENGELS, Friederich. **Obras escogidas en tres tomos. Tomo III.** Editorial Progreso, Moscú, 1974.

----- **El 18 Brumario de Luis Bonaparte. Obras escogidas en tres tomos. Tomo I.** Editorial Progreso, Moscú, p.404 – 498, 1981.

----- **La Ideología Alemana. Obras escogidas en tres tomos. Tomo I.** Editorial Progreso, Moscú, p.7 – 98, 1974.

----- **Manifiesto del Partido Comunista. Obras escogidas en tres tomos. Tomo I.** Editorial Progreso, Moscú, p.99 – 141, 1974.

----- **O Capital: Crítica da Economia Política.** Difusão Editorial,. Rio de Janeiro, 1987 [primeira edição alemã de 1867-94).

MATTEI, Lauro. Novas dimensões socioeconômicas do espaço rural brasileiro. In: **X Congresso Mundial de Sociologia Rural**, 30 de Julio - 5 de agosto 2000, Rio de Janeiro – Brasil, 2000.

MENDRAS, Henri; KAYSER, Bernard. **Revista GEODOC: Société, Ruralité, Culture.** Université de Toulouse – Le Mirail, Número 50, 2000.

MIOR, Luiz. C. “Agricultura familiar” e o “rural não agrícola” como estratégias de desenvolvimento rural: algumas controvérsias do debate. In: **X Congresso Mundial de Sociologia Rural**, 30 de Julio - 5 de agosto 2000, Rio de Janeiro – Brasil, 2000.

MIRANDA ABAUNZA, Byron. Transformación Institucional para la Innovación y el desarrollo sostenible del territorio El caso IICA-Holanda/LADERAS. In: **Seminario Internacional Investigación en Extensión y Servicios de Apoyo: hacia una agricultura sostenible en América Latina y El Caribe**, IICA, Costa Rica, abril 28 e 29 de 2003.

MORUZZI, Eduardo Paulo; BLEIL, Inez Susana. A Identidade Cultural Desafia a Globalização: o desabafo dos agricultores franceses. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Nro.15, pp.158 – 178, outubro 2000.

MOSCOLONI, N.; SATRIANO, C. Perspectivas metodológicas en el abordaje de la desnutrición infantil. In: **En Torno de las Metodologías: abordajes cualitativos y cuantitativos**. Lago Marínez, S.; Gómez Rojas, G e Mauro, Mirta Susana (Coord.), Editorial Proa XXI, Buenos Aires – Argentina, 2003.

NAVARRO, H.G.; FERNANDEZ., Y.O. Cambios peri-urbanos y sistemas de información. In: **X Congresso Mundial de Sociologia Rural**, 30 de Julio - 5 de agosto 2000, Rio de Janeiro – Brasil, 2000.

NAVARRO, Zander. Políticas públicas, agricultura familiar e os processos de democratização em áreas rurais brasileiras (com ênfase para o caso do Sul do Brasil). In: **XX Encontro Anual da ANPOCS**, Grupo de Trabalho Processos sociais agrários, Caxambú, Minas Gerais, 22 a 26 de outubro de 1996.

----- **Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária.** Porto Alegre, 1997. Mimeografado.

NAZARETH BAUDEL WANDERLEY, Maria de A. Emergencia de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Nro.15, pp.87 – 146, outubro 2000.

NEWBY, H.; SEVILLA-GÚZMAN, E. Capítulo 2. **Introducción a la Sociología Rural.** Madri: Ed. Alianza, p.61-62, 1981.

OCDE. Organisation de Coopération et Développement Économique. **Indicateurs Territoriaux de l'Emploi: le point sur le développement rural.** Paris: Editions de OCDE, 1996.

OPYPA. Necesidades Básicas Insatisfechas. **Oficina de Programación y Política Agropecuaria** – **MGAP**, Uruguay. Disponible em: [http://www.mgap.gub.uy/opypa/PUBLICACIONES/Estudio\\_empleo/Cap%C3%ADtulo%20VI/Cap%20VI%20-%20Anexo%204%20Necesidades%20Basicas%20Insatisfechas.pdf](http://www.mgap.gub.uy/opypa/PUBLICACIONES/Estudio_empleo/Cap%C3%ADtulo%20VI/Cap%20VI%20-%20Anexo%204%20Necesidades%20Basicas%20Insatisfechas.pdf). Acceso 2/10/2005.

ORTI, Alfonso. La obtención de datos. Capítulo II.3. **El Análisis de la Realidad Social - Métodos y Técnicas de Investigación** - Alianza, Madrid, 1992, p.213.

OTERO, Manuel. El enfoque territorial como herramienta para el desarrollo rural: un acercamiento a la realidad del Uruguay. In: **Desarrollo Rural Sostenible con Enfoque Territorial: políticas e estrategias para Uruguay – Seminario Nacional**. Compilador Alvaro Ramos. IICA – Montevideo – Uruguay, 2003.

PACHECO BALANZA, Diego. Visiones sobre la territorialidad y el desarrollo rural. **Documento de Trabalho da Fundação Terra**, Bolívia, 2002.

PEREZ, Edelmira. Repensando el desarrollo rural. In: **¿Una Nueva Ruralidad en América Latina?** Norma Giarraca (Comp.), colección Grupos de Trabajo, CLACSO - ASDI, Buenos Aires, enero 2001.

PIÑEIRO, Diego. Desafíos e incertidumbres para la sociología agraria en la transición hacia un nuevo modelo de desarrollo. In: **Globalización, Integración Regional y Consecuencias Sociales sobre la Agricultura**. Piñeiro, D. (Comp.), Asociación de Universidades, Grupo Montevideo, Unesco, Udelar, Montevideo, 1996, p. 33-80.

----- (Editor) **Nuevos y No Tanto. Los Actores Sociales para la Modernización del Agro Uruguayo**. CIESU. Ed. Banda Oriental. Montevideo 1991, 293 pp.

----- Actores sociales, estado y complejos agroindustriales. **Documento de Trabajo 150**. CIESU. Montevideú, 1989.

----- **Formas de Resistencia de la Agricultura Familiar. El caso del nordeste de Canelones**. CIESU, Montevideú, 1985.

PIORE, M.; SABEL, C. **The Second Industrial Divide: possibilities for prosperity**. New York, Basic Books, 1984.

PLOEG J.D. van der and RENTING, H. Impact and potential: a comparative review of European rural development practices. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 40 (4): 529-543, 2000.

PREVELAKIS, G. **Jean Gottmann's relevance in today's world**. The Earhart Foundation Conference on the State of the Social Sciences, Boston, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANIS, Gustav.; STEWART, Francis. Rural Nonagricultural Activities in Development: Theory and Application. In: **Journal of Development Economics**, nro. 40, p.75-101, 1993.

RAMOS, Eduardo. L. Geração de emprego urbano através de agricultura periurbana familiar. In: **X Congresso Mundial de Sociologia Rural**, 30 de Julio - 5 de agosto 2000, Rio de Janeiro – Brasil, 2000.

REARDON, T.; BERDEGUÉ. J.A (Coord.) Rural Nonfarm Employment and Incomes. In: **Latin America.Special Issue of World Development**. Nro. 29 (3): p.395 – 573. 2001.

------. (Coord.). Theme Issue - Supermarkets and Agrifood Systems: Latin American Challenges. **Development Policy Review**, vol.20, Nº 4, September, 2002.

REIS, José. **Os Espaços da Indústria. A regulação econômica e o desenvolvimento local em Portugal**. Portugal: Edições Afrontamento, 1992.

------. Território e Sistemas Produtivos Locais: uma reflexão sobre as economias locais. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Nº 25/26, Lisboa - Portugal, pp.128, Dezembro de 1988.

RENARD, Jean. **Les Mutations des Campagnes**. Ed.Armand Colin, Paris, 2002.

RIBEIRO, Tereza C. A. A Pluriatividade: uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar? In: **X Congresso Mundial de Sociologia Rural**, 30 de Julio - 5 de agosto 2000, Rio de Janeiro – Brasil, 2000.

RIELLA, Alberto.; ROMERO, Juan. Nueva Ruralidad y Empleo No-Agrícola en Uruguay. In: **Revista Cuadernos del GESA** Nro.4 Territórios y Organización Social de la Agricultura. Editora La Colmena, Argentina, pp.157 - pp. 164, 2002.

RIELLA, Alberto. Desafíos teóricos y empíricos de la sociología rural contemporánea: una mirada desde Uruguay. In: **30 Años de la Sociología Rural en América Latina**. Piñeiro, Diego (Coord.). ALASRU, Montevideú – Uruguai, Julio 2000.

RIELLA, Alberto; ROMERO, Juan; TUBÍO, Mauricio. Modernización Agraria y Empleo Rural: un análisis de sus interrelaciones territoriales entre 1970 1990. **Seminario - Taller Transformaciones Agraria y Empleo Rural: una mirada desde el Cono Sur**, UDELAR – RN – FCS – UER, 19 e 20 de agosto, Salto, Uruguai, 1999.

SACK, Robert. **Human territoriality. Its theory and history**. Londres, Cambridge University Press, 1986.

SAMAJA, Juan. **Epistemología y Metodología**. EUDEBA, Buenos Aires – Argentina, 1994.

------. **Todos los Métodos el Método**, 1998. Mimeografado.

SANCHEZ DOMÍNGUEZ, María de los Angeles.; RODRÍGUEZ FERRERO, Noelina. El Bienestar Social en los Municipios Andaluces. In: **Revista Asturiana de Economía – ERA – Nro. 27**. Asturias, Espanha, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SARACENO, Elena. Recent trends in rural development and their conceptualisation In: **Journal of Rural Studies**, v.10 n.4 pp.321-330, 1994.

------. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia. In: **Seminários INEA sobre Desenvolvimento nas áreas rurais. Métodos de análise e políticas de intervenção**. Roma, 30 de outubro de 1996.

------. *La experiencia europea de desarrollo rural y su utilidad para el contexto latinoamericano*. Grupo de Asesores Políticos (Group of Policy Advisers), **Comisión Europea, Documento de Trabajo**, 2003.

SCHMITZ, Arno P.; COUTO, Vitor de A. Rendas não agrícolas e pluriatividade: estratégias de reprodução socioeconômica e a agricultura familiar. In: **X Congresso Mundial de Sociologia Rural**, 30 de Julio - 5 de agosto 2000, Rio de Janeiro – Brasil, 2000.



SCHNEIDER, S.; PEYRÉ TARTARUGA, I. Do Território Geográfico à Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural. In: **Jornadas de Intercambio y Discusión: el desarrollo rural en su perspectiva institucional y territorial**. FLACSO – Argentina – Universidad de Buenos Aires/CONICET, 23 e 24 de junho, 2005.

SCHNEIDER, S.; NAVARRO, Z. A Nova Face do Emprego na Agricultura do Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997. In: **XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Foz do Iguaçu, Paraná, 3 de agosto de 1999.

SCHNEIDER, S. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e Suas Articulações Externas. in: **Sociologias** – Sociedade e Território, Porto Alegre – Brasil, ano 6, nº 11, 88 - 124, 2004.

----- . Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal de Rio Grande do Sul - IFCH - PPGS, Porto Alegre, 1999.

----- . Perspectivas Recentes do Emprego no Meio Rural: uma análise preliminar da emergência das atividades não agrícolas e da pluratividade. In: **Transformaciones Agrarias y Empleo Rural**, Riella Alberto y Tubío Mauricio (Comp.). Universidad de la República - Facultad de Ciencias Sociales - Unidad de Estudios Regionales, 2001.

----- . Pluriatividade como Fator de Desenvolvimento Regional: uma análise da agricultura familiar no Sul do Brasil. **IX Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 28 de maio - 1 de junho de 2001.

----- . In: **I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**. Fortaleza - Ceará, 16 - 19 de novembro de 2003, Brasil.

SCOTT, A. J. **Metropolis. From the division of labour to urban form**. Berkeley (CA): University of California Press, 1988.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. Desarrollo territorial rural. **Documento de Trabajo**, IICA, Costa Rica, 2003.

SCRIBANO, A. Reflexiones epistemológicas sobre la investigación cualitativa. In: **Ciencias Sociales. Cinta de Moebio**, nro. 8, setembro, Faculdade de Ciências Sociais – Universidad de Chile. Disponível em: <http://rehue.csociales.uchile.cl/publicaciones/moebio/08/frames06.htm>. Acesso 28/09/2000.

SIERRA BRAVO, M. **Técnicas de Investigación Social**. Editorial Alianza. Madrid, 1992.

SIQUEIRA, Deis.; OSORIO, Rafael. **O Conceito de Rural**. S/d. Fevereiro de 2001. Mimeografado.

SOROKIN, P.A.; ZIMMERMAN, C.C.; e GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e urbano. In: MARTINS, J.S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, cap.8. p. 198-224, 1986.

SOUZA, J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.77-116, 1995.

SHUCKSMITH, D.M. Pluriactivity, farm structures and rural change. **Journal of Agricultural Economics** 40, 345-60. [ISI], 1989.

SUMPSI, J.M. Experiencias de desarrollo territorial rural en América Latina y el Caribe. In: **Desarrollo rural y agropecuario em América Latina y El Caribe No. RUR-05-01**. Falconi C. Giordano P. e Sumpsi, J.M (Comp.), BID, Washington, DC, 2005. p.46 – 77.

TORRES GUTIÉRREZ, F. J.; OJEDA RIVERA, J. F. Vulnerabilidad y exclusión social en Andalucía. Modelo territorial. In: **Grupo de Pesquisa de Geografia “Estructuras e Sistemas Territoriales”**, Universidade de Sevilla, Espanha, 2004. Disponível em: <http://www.nodo50.org/reformaenserio/articulos/oto%F1o2004/OJEDA%20Pobreza.pdf>. Acesso 24/05/2005.

TUBIO, Mauricio. El impacto de las Transformaciones Rurales sobre los Trabajadores Rurales: el caso de los cosechadores de citrus en el Uruguay. **Tese de Mestrado**, UFRGS, Porto Alegre – Brasil, 1998.

UNITED NATIONS OF DEVELOPMENT PROGRAM. **Desarrollo Humano en Uruguay – 2005**. UNDP – Uruguai, Montevidéo, 2005.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FEE, 2002.

VÁZQUEZ LOSADA, Ana María. Evolución de las Funciones de la Agricultura en el Medio Rural. In: **Revista Noticias de la Unión Europea**, CISS – PRAXIS, Extremadura, España, 2000.

VIDAL DE LA BLACHE, P. **Tableau de la géographie de la France**, Éditions de la Table Ronde (première édition 1903), Paris, 1994.

VILELA, SERGIO L. de O. Meio rural e território: uma nova perspectiva analítica para o desenvolvimento. In: **X Congresso Mundial de Sociologia Rural**, 30 de Julio - 5 de agosto 2000, Rio de Janeiro – Brasil, 2000.

VON THÛNEN, J. **Der isolirte Staat in Beziehung auf Landwirthschaft und Nationalökonomie, oder Untersuchungen über den Einfluss, den die Getreidepreise, der Reichtum des Bodens und die Abgaben auf den Ackerbau ausüben**. Vol. 1, 1826.

WEBER, Max. **A historia agrária romana**. Tradução: Eduardo Brandão. Editorial Martins Fontes, São Paulo, 1994.

----- **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 4 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985.

WILKINSON, J. Agroindustria e perspectivas para a produção familiar no Brasil. In: **Revista Políticas Agrícolas**, Año II, No. 1, México, 1996, p. 101-135.

WILKINSON, J.; MIOR, Luiz Carlos. Sector informal, producción familiar e pequena agroindustria. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura UFRRJ/CPDA**, Rio de Janeiro, Brasil, 13: 29-46, 1999.

# ANEXO

## Mapas dos Territórios

### Mapa do Uruguai e seus Municípios



### Mapa das Comunidades Autônomas da Espanha



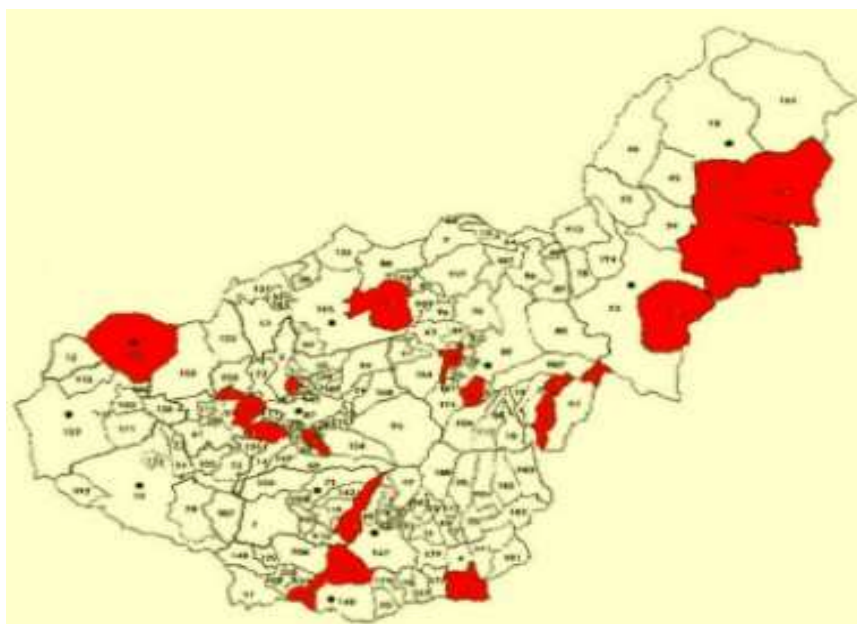
## Mapa da Comunidade de Andalucía



## Mapa da Província de Granada



## Mapa dos Municípios da Província de Granada



(os municípios em cor vermelha não significam que sejam eleitos para o estudo, é produto de outro estudo e da utilização desse mapa).

- # -